



DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO LII EDIÇÃO Nº 33

BRASÍLIA - DF, QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2023

SUMÁRIO

	SEÇÃO I PAG.	SEÇÃO II PAG.	SEÇÃO III PAG.
Poder Legislativo.....	1		
Poder Executivo.....	1	31	
Vice Governadoria.....		34	
Casa Civil.....		34	63
Secretaria de Estado de Governo.....		35	63
Secretaria de Estado de Fazenda.....	3	36	
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração.....		37	68
Secretaria de Estado de Saúde.....	5	38	70
Secretaria de Estado de Educação.....	5	47	75
Secretaria de Estado de Segurança Pública.....	8	49	75
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.....		54	79
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade.....	11	55	79
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.....	11	55	80
Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística - DF LEGAL.....	12	56	
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura.....		57	80
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.....		57	82
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.....			82
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.....	30	57	83
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.....		58	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.....	30	58	84
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.....		59	
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal.....		59	84
Secretaria de Estado de Turismo.....		60	84
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.....	30	60	85
Defensoria Pública.....	30	62	86
Ineditorial.....			86

SEÇÃO I

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA
MESA DIRETORA
GABINETE DA MESA DIRETORA
SECRETARIA GERAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO GERAL
Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO 00001-00000469/2023-15. CREDOR: 00.530.352/0001-59 - CAMARA DOS DEPUTADOS. ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores do servidor requisitado, referente ao ressarcimento de novembro, dezembro e 13º salário de 2022, conforme Resumos SEPAG (SEI 1000970, 1027013 e 1041273), Despachos SEPAG (SEI 1001813, 1027379 e 1041314), Despacho DRH (SEI 1043349) e Despacho DAF (SEI 1045683). Classificação orçamentária: 31.90.92-96 VALOR: R\$ 77.841,00

(Setenta e Sete Mil e Oitocentos e Quarenta e Um Reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 28.846.0001.9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL. ELEMENTO DE DESPESA: 3190-92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. RECONHECEMOS A DÍVIDA E AUTORIZAMOS A REALIZAÇÃO DA DESPESA, determino a emissão da Nota de Empenho, da Nota de Lançamento e da Ordem Bancária em favor do credor e no valor especificado.

PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO
Ordenador de Despesa

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 44.232, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00090-00028232/2022-11, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

Art. 2º Os cargos relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, os cargos relacionados no Anexo II.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, antes da posse ou da entrada em exercício relativa aos Cargos em Comissão a que se refere este Decreto, a exigência de apresentação prévia dos documentos relacionados no art. 8º, § 1º, do Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, e a verificação de inexistência de nepotismo, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, dos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134º da República e 63º de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ANEXO I

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 2º, do Decreto nº 44.232, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SUBSECRETARIA DE TERMINAIS - Assessor Especial, CNE-07, 01 (SIGRH 01000719) - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE TERMINAIS E MOBILIÁRIO URBANO - Diretor, CPE-07, 01 (SIGRH 01000721)

ANEXO II

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 3º, do Decreto nº 44.232, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SUBSECRETARIA DE TERMINAIS - Assessor Especial, CPE-07, 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE TERMINAIS E MOBILIÁRIO URBANO - Diretor, CNE-07, 01.

DECRETO Nº 44.233, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, no uso das atribuições que lhe

conferem os incisos VII, X e XXVI, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00391-00000719/2023-52, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

Art. 2º Os cargos relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental os cargos relacionados no Anexo II.

Art. 4º O Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-08, SIGRH 02900752, de Assessor Especial, da Superintendência de Fiscalização, Auditoria e Monitoramento fica remanejado para a Ouvidoria, mantido o seu atual ocupante.

Art. 5º Compete ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, antes da posse ou da entrada em exercício relativa aos Cargos em Comissão a que se refere este Decreto, a exigência de apresentação prévia dos documentos relacionados no art. 8º, § 1º do Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, e a verificação de inexistência de nepotismo, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, dos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134ª da República e 63ª de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ANEXO I

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 2º, do Decreto nº 44.233, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - UNIDADE DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - GERÊNCIA DE GEOINFORMAÇÃO Gerente, CC-08, 01 (SIGRH 02900612) - SUPERINTENDÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ASSESSORIA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - Assessor, CPC-06, 01 (SIGRH 02900638) - SUPERINTENDÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, BIODIVERSIDADE E ÁGUA - Assessor Especial, CPE-07, 01 (SIGRH 00001967) - GERÊNCIA DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA - Assessor Técnico, CC-04, 01 (SIGRH 02900766).

ANEXO II

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 3º, do Decreto nº 44.233, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - UNIDADE DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - DIRETORIA DE GEOINFORMAÇÃO - Diretor, CNE-07, 01 - SUPERINTENDÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ASSESSORIA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - NÚCLEO DE CONSULTA PRÉVIA - Chefe, CPC-06, 01 - SUPERINTENDÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, BIODIVERSIDADE E ÁGUA - Assessor, CPC-05, 01 - GERÊNCIA DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA - Assessor, CC-05, 01.

DECRETO Nº 44.234, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII, X e XXVI, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o

artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00060-00044735/2023-26, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Art. 2º Os cargos relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos, de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, os cargos relacionados no Anexo II.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, antes da posse ou da entrada em exercício relativa aos Cargos em Comissão a que se referem este Decreto, a exigência de apresentação prévia dos documentos previstos no Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, e a verificação de inexistência de nepotismo, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, dos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134ª da República e 63ª de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ANEXO I

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 2º, do Decreto nº 44.234, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - Assessor, CC-06, 01 (SIGRH 55004914); Assessor, CPC-06, 01 (SIGRH 55005954) - DIRETORIA DE AQUISIÇÕES - CENTRAL DE COMPRAS - Pregoeiro, CNE-07, 01 (SIGRH 55005510) - DIRETORIA DE INSTRUÇÃO PARA AQUISIÇÃO - GERÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS - Gerente, CPC-08, 01 (SIGRH 55005878).

ANEXO II

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 3º, do Decreto nº 44.234, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - Assessor, CPC-06, 01; Assessor Técnico, CC-04, 01; Assessor Técnico, CPC-01, 01 - DIRETORIA DE AQUISIÇÕES - CENTRAL DE COMPRAS - Pregoeiro, CPE-07, 01 - DIRETORIA DE INSTRUÇÃO PARA AQUISIÇÃO - GERÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS - Gerente, CC-08, 01.

DECRETO Nº 44.235, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII, X e XXVI, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00060-00051549/2023-43, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Art. 2º Os cargos relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos, de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, os cargos relacionados no Anexo II.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, antes da posse ou da entrada em exercício relativa aos Cargos em Comissão a que se referem este Decreto, a

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação, Administração e Editoração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 102, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília/DF.
Telefones: (0XX61) 3961-4503 - 3961-4596

IBANEIS ROCHA
Governador

CELINA LEÃO HIZIM FERREIRA
Vice-Governadora

GUSTAVO DO VALE ROCHA
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RAIANA DO EGITO MOURA
Subsecretária de Atos Oficiais

ANTÔNIO DE PÁDUA CANAVIEIRA
Subsecretário de Tecnologia da Informação

exigência de apresentação prévia dos documentos previstos no Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, e a verificação de inexistência de nepotismo, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, dos arts. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134º da República e 63º de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ANEXO I

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 2º, do Decreto nº 44.235, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUL - Assessor Técnico, CPC-04, 02 (SIGRH 55005642 e 55005644); Assessor Técnico, CC-04, 01 (SIGRH 55005646); Assessor, CPC-08, 01 (55005959).

ANEXO II

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 3º, do Decreto nº 44.235, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUL - Assessor, CC-08, 01; Assessor CC-05, 01; Assessor Técnico, CC-04, 01.

DECRETO Nº 44.236, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII e X, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo 00148-00000207/2023-78, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

Art. 2º Os cargos relacionados no Anexo I ficam transferidos para o Banco de Cargos, de que trata a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, e o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Ficam redistribuídos para a estrutura administrativa da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal, os cargos relacionados no Anexo II.

Art. 4º Compete à Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal, antes da posse ou da entrada em exercício relativa ao Cargo em Comissão e de Natureza Especial a que se refere este Decreto, zelar pela apresentação prévia dos documentos exigidos no Decreto nº 39.738, de 28 de março de 2019, bem como da declaração firmada pelo servidor quanto a inexistência de nepotismo, nos termos do art. 5º do Decreto nº 32.751/2011, do art. 14 a 16 da Lei Complementar nº 840/2011, dos §§ 9º e 10 do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134º da República e 63º de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ANEXO I

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 2º, do Decreto nº 44.236, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE/CÓDIGO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I DO DISTRITO FEDERAL - GABINETE - Chefe de Gabinete, CPE-05, 01 (SIGRH 08800125); Assessor, CC-08, 02 (SIGRH 08800120 e 08800124) - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - Assessor, CC-08, 01 (SIGRH 08800075); Assessor Técnico, CC-02, 01 (SIGRH 08800081) - COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO - Assessor Técnico, CC-02, 01 (SIGRH 08800110).

ANEXO II

UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO

(Art. 3º, do Decreto nº 44.236, de 14 de fevereiro de 2023)

ÓRGÃO/UNIDADE ADMINISTRATIVA/CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I DO DISTRITO FEDERAL - GABINETE - Chefe de Gabinete, CNE-05, 01; Assessor Especial, CNE-06, 01 - COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - Assessor Técnico, CC-03, 01; Assessor Técnico, CC-02, 01 - COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO - Assessor Técnico, CC-03, 01.

DECRETO Nº 44.237, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Remaneja Cargo que especifica e das outras providências.

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado 01 (um) Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGRH 10001963, de Assessor Especial, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Governador, para o Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023
134º da República e 63º de Brasília
CELINA LEÃO
Governadora em exercício

ERRATA

No Anexo I do Decreto nº 44.210, de 07 de fevereiro de 2023, publicado no DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2023, página 2, da Administração Regional de Águas Claras do Distrito Federal. ONDE SE LÊ: "...Assessor Técnico, CPC-03, 01 (SIGRH 00001093) - DIRETORIA DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO...", LEIA-SE: "...Assessor Técnico, CPC-03, 01 (SIGRH 00001093) - COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - DIRETORIA DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO...".

No Anexo II do Decreto nº 44.210, de 07 de fevereiro de 2023, publicado no DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2023, página 2, da Administração Regional de Águas Claras do Distrito Federal. ONDE SE LÊ: "...Coordenador, CNE-06, 01 - DIRETORIA DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO...", LEIA-SE: "...Coordenador, CNE-06, 01 - COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO, OBRAS E MANUTENÇÃO - DIRETORIA DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO...".

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS DIRETOS GERÊNCIA DE GESTÃO DO IPVA

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 10, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Isenção de IPVA - Deficiente Físico, Visual, Mental ou Autista.

O GERENTE DE GESTÃO DO IPVA, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS DIRETOS, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 193, inciso VIII, da Portaria nº 95, de 16/03/2022, assim como na Ordem de Serviço nº 06, de 19/05/2022, que dá poderes para decidir em primeira instância sobre pedidos de concessão de benefício fiscal de caráter não geral, e ainda com fundamento na Lei nº 6.466, de 27/12/2019, art. 2º, inciso V, e art. 16, que preveem e prorrogam, até 31/12/2023, o reconhecimento de isenção, para os casos que especificam, e com base no parecer que instrui o(s) respectivo(s) processo(s), decide INDEFERIR, conforme o(s) motivo(s) descrito(s) no despacho do relator constante dos autos, o pedido de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o(s) veículo(s) relacionado(s) na seguinte ordem: PROCESSO/WEB, INTERESSADO(A), CPF: 20221110-230220, Maria Aparecida Santos, ***166.991**; 20221114-232249, Marisa Helena Gomes, ***423.761**; SOL20230201-695, Jose Carlos de Amorim, ***156.091**; 20220216-39990, Luiz Alfredo Nonato Oliveira, ***801.111**; 20220217-40306, Hermanno Gonsalo Ribeiro, ***922.901**; 20220225-46988, Elza Nunes Gouveia, ***759.378**; 20220111-6951, Sandra Arlette Maia Rechsteiner, ***179.591**. O(s) interessado(s) tem(têm) o prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência, para recorrer da presente decisão, sem efeito suspensivo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, conforme o disposto no art. 98 do Decreto nº 33.269/2011.

EDSON MIRANDA SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 11, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Não Incidência para veículo sinistrado.

O GERENTE DE GESTÃO DO IPVA, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS DIRETOS, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 193, inciso VIII, da Portaria nº 95, de 16/03/2022, assim como na Ordem de Serviço nº 06, de 19/05/2022, que dá poderes para decidir em primeira instância sobre pedidos de concessão de benefício fiscal de caráter não geral, e ainda com fundamento na Lei nº 4.727, de 28/12/2011, na Lei nº 6.466, de 27/12/2019, assim como no art. 5º, inciso II e parágrafos 8º e 9º do Decreto nº 34.024, de 10/12/2012, que trata da não incidência e remissão, e, com base no parecer que instrui o(s) respectivo(s) processo(s), decide: INDEFERIR a NÃO INCIDÊNCIA do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o veículo objeto de sinistro relacionado na seguinte ordem: PROCESSO/WEB,

INTERESSADO, CPF: 20220927-200937, Marcia Balbino Milarindo, ***323.391**;
20220329-69852, Helia Silva Souza, ***917.431**;
20220401-72672, Caio Venacio de Souza Castro, ***005.773**.

O (s) interessado (s) tem (têm) o prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência, para recorrer da presente decisão, sem efeito suspensivo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, conforme disposto no art. 98 do Decreto nº 33.269/2011.

EDSON MIRANDA SANTOS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 02/2023

Embargante: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA – CEUB. Advogado: MARCO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA. OAB/DF Nº 9.303. Embargado: FAZENDA PÚBLICA DO DF. Origem da decisão: PLENO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA - CEUB, irredigida com a decisão do PLENO DO TARF, consubstanciada no Acórdão nº 189/2022 (doc. SEI 96996405), parte integrante do processo fiscal nº 0040-002282/2011, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso ao doc. SEI 56985651, fl. 01), Embargos de Declaração a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 02/12/2022 (doc. SEI 101064959). 1. RECEBO OS EMBARGOS, com suporte no artigo 10, inciso XIV do Regulamento Interno, baixado pelo Decreto nº 33.268/2011, observado o artigo 96, da Lei nº 4.567/2011 c/c o artigo 28, da Lei Complementar nº 968/2020 e, ainda, o Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTONIO DE REZENDE JUNIOR
Presidente

RECURSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 07/2023

Recorrente: INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE. Advogado: JULIANA FALCÃO MACÊDO MATOS e outros. OAB/DF Nº 40.573. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo: 04034-00000623/2022-60 - SEI/DF. Origem da decisão: NÚCLEO DE IMUNIDADES - NUDIM/GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEFAZ

A autoridade de primeira instância, ao não reconsiderar a decisão de indeferimento do pedido de RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL DE CARÁTER NÃO GERAL, encaminha, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF, esta decisão ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos do artigo 109 da Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, para apreciação em segunda instância, acompanhada das razões aduzidas pelo contribuinte (doc. 99542074). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 70 da Lei nº 4.567/2011 c/c o art. 28 da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTÔNIO DE REZENDE JÚNIOR
Presidente

RECURSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 08/2023

Recorrente: FERNANDA SOARES DA COSTA ARAUJO. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo: 04034-00001212/2022-91 - SEI/DF Origem da decisão: NÚCLEO DE BENEFÍCIOS FISCAIS/NUBEFI/ GEESP/COTRI

A autoridade de primeira instância, ao não reconsiderar a decisão de indeferimento do pedido de RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL DE CARÁTER NÃO GERAL, encaminha, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF, esta decisão ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos do artigo 109 da Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, para apreciação em segunda instância, acompanhada das razões aduzidas pelo contribuinte. 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 70 da Lei nº 4.567/2011 c/c o art. 28 da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTÔNIO DE REZENDE JÚNIOR
Presidente

RECURSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 09/2023

Recorrente: ZCB SERVICOS EIRELI ME. Advogado: LUIZ PHELIPE CHANG BANGOIM. OAB/DF Nº 26.251. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo: 00040-00037518/2022-73- SEI/DF. Origem da decisão: SUBSECRETARIA DA RECEITA

A autoridade de primeira instância, ao não reconsiderar a decisão de CASSAR o Ato Declaratório 128/2018 – GEESP/COTRI/SUREC/SEF, que suspendia a cobrança de ITBI na transmissão de imóvel, considerando que a atividade preponderante da pessoa jurídica adquirente advém da locação de bens imóveis, encaminha, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF, esta decisão ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos do artigo 109 da Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, para apreciação em segunda instância, acompanhada das razões aduzidas pelo contribuinte (doc. 97589331). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto

nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 70 da Lei nº 4.567/2011 c/c o art. 28 da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTÔNIO DE REZENDE JÚNIOR
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 09/2023

Recorrente: WELT COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (Matriz/DF) e WELT COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (Filial/GO). Advogado(a): CAROLINA KUNZLER DE OLIVEIRA MAIA e outros. OAB/DF Nº 34.034. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Origem da decisão: 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

WELT COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (Matriz/DF) e WELT COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (Filial/GO), irredigidas com a decisão da 2ª Câmara deste egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, no julgamento do Recurso Voluntário nº 364/2017 (Acórdão nº 60/2022), processo fiscal nº 0128-000088/2016, interpuseram, via procurador habilitado (mandato incluso doc. SEI 99999356 fl. 02), Recurso Extraordinário ao Pleno, em 16/11/2022 (doc. SEI 99992962). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 28, da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTONIO DE REZENDE JUNIOR
Presidente

RECURSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 10/2023

Recorrente: RAMUS E BRITO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo: 00040-00030743/2022-89 - SEI/DF. Origem da decisão: SUBSECRETARIA DA RECEITA

A autoridade de primeira instância, ao não reconsiderar a decisão de excluir o contribuinte da sistemática de apuração prevista na Lei 5.005/2012, encaminha, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF, esta decisão ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos do artigo 109 da Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, para apreciação em segunda instância, acompanhada das razões aduzidas pela recorrente (doc. 97414180), com fulcro no artigo 74 da referida Lei. 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no art. 28 da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e, ainda, no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, em seu efeito suspensivo, com amparo no artigo 74, parágrafo único, da Lei nº 4.567, de 2011, por ser a decisão suscetível de causar ao contribuinte lesão grave e de difícil reparação. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTÔNIO DE REZENDE JÚNIOR
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 10/2023

Recorrente: OUROPPEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. Advogado(a): ROBERTO PEREIRA GONÇALVES. OAB/SP Nº 105.077. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Origem da decisão: 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

OUROPPEL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, irredigida com a decisão da 2ª Câmara deste egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, no julgamento do Recurso Voluntário nº 91/2019 (Acórdão nº 63/2022), processo fiscal nº 0128-001789/2015, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso doc. SEI 99995122, fl. 01), Recurso Extraordinário ao Pleno, em 16/11/2022 (doc. SEI99994691). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 28, da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTONIO DE REZENDE JUNIOR
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 13/2023

Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO. Advogado(a): GUILHERME PEREIRA DAS NEVES e outro. OAB/DF Nº 28.280. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Origem da decisão: 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, irredigida com a decisão da 2ª Câmara deste egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, no julgamento do Recurso Voluntário nº 503/2018 (Acórdão nº 62/2022), processo fiscal nº 0040-002421/2017, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso doc. SEI 99990922, fl. 05), Recurso Extraordinário ao Pleno, em 16/11/2022 (doc. SEI 99990869). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 28, da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2023

FERNANDO ANTONIO DE REZENDE JUNIOR
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA A SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DA SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 124 da Instrução Normativa Nº 06 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aprovar os cadastros dos estabelecimentos DROGARIA LIDER VIDA LTDA., Licença Sanitária FAR 00211-15, Autorização nº 1349/2023, CNPJ 33.163.616/0001-32, Endereço QUADRA C 03 LOTE 18 LOJAS 02/03 TAGUATINGA NORTE / BRASILIA DF; Para aquisição e dispensação de medicamentos de uso sistêmico à base de substância retinóica constante da lista "C2" da Port. 344/98 – SVS/MS.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ GODOY RAMOS

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 23, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, da Portaria nº 708, de 03 de julho de 2018, publicado no DODF nº 125, de 04 de julho de 2018 e republicada no DODF nº 149, de 07 de agosto de 2018:

Considerando a ORDEM DE SERVIÇO Nº 180 DE 27 DE SETEMBRO DE 2022, ato que instituiu o Grupo de Trabalho de elaboração do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para Tratamento da Obesidade, publicada no DODF nº 183, em 28 de setembro de 2022, página 39, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 03 (três) meses o prazo de funcionamento do referido GT, para a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EDDI SOFIA SERICIA M. MEDREI

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 32, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do artigo 61, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 268 da Resolução nº 2/2020-CEDF, e, ainda, o contido no Processo 00080-00212951/2022-55, resolve:

Art. 1º Autorizar, a título provisório e em caráter excepcional, o funcionamento da Creche Cantinho da Paz Unidade IV, localizada na QSF 1, Área Especial 6/7/8, Bloco C, Setor F, Taguatinga, Brasília - Distrito Federal, CNPJ nº 02.561.587/0003-03, mantida pela Casa Transitória de Brasília, com sede na QSD 27, Lote 24, Taguatinga, Brasília - Distrito Federal, CNPJ nº 02.561.587/0001-33, para oferta de educação infantil, pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos de idade, pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º Informar que a instituição educacional fica obrigada a cumprir a legislação vigente, em especial a que regulamenta o processo acima referido.

Art. 3º A autorização concedida pode ter seu efeito cessado, caso se verifique irregularidade.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO MORONARI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 33, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do artigo 61, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 268 da Resolução nº 2/2020-CEDF, e, ainda, o contido no Processo 00080-00090906/2022-33, resolve:

Art. 1º Autorizar, a título provisório e em caráter excepcional, o funcionamento do Saad Júnior Espaço Pedagógico, localizado no Setor Habitacional Amiqueira, Conjunto 5, Chácara 131, Lote 21, Amiqueira, Brasília - Distrito Federal, mantido por Saad Júnior Espaço Pedagógico Ltda., CNPJ nº 44.206.097/0001-69, com sede no mesmo endereço, para oferta das etapas de educação infantil, creche, para crianças de 1 a 3 anos de idade, e de educação infantil, pré-escola, para estudantes de 4 e 5 anos de idade, pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 2º Informar que a instituição educacional fica obrigada a cumprir a legislação vigente, em especial a que regulamenta o processo acima referido.

Art. 3º A autorização concedida pode ter seu efeito cessado, caso se verifique irregularidade.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO MORONARI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 34, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso XIX, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 48, de 10 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a relação dos concluintes de Ensino Médio e de Curso Técnico de Nível Médio da Educação Profissional e Tecnológica e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificações.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO MORONARI

Relação de concluintes, nome da instituição, ato de credenciamento: nome do curso, nº do Livro de Registros, nome do concluinte, nº do registro do aluno e nº da folha e, ao final, nomes do Diretor e Secretário Escolar da instituição educacional.

CENTRO BRASILEIRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO - CBIE, reconhecido pela Portaria nº 169, de 16 de maio de 2019 - SEEDF, e conforme Ordem de Serviço nº 96/2022 - SUPLAV/SEEDF: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 13, Jennifer Beje Ribeiro, 7699, 67; Juliano Vargas Sosa, 7700, 67; Rafael Guesso, 7701, 67; Claudemir João Faria, 7702, 68; Rosimere França Miglioli, 7703, 68; Paulo Jose dos Santos, 7704, 68; Monalisa Espinosa de Paula, 7705, 69; Domingos Lemes, 7706, 69; Mayara Ribeiro Leal, 7707, 69; Marcio de Oliveira Moura, 7708, 70; Geizi Kelli Luiz Berardi dos Santos, 7709, 70; Letícia Pizzaia Setim, 7710, 70; Roseli Ferreira de Camargo, 7711, 71; Jhonatan Fernando de Souza, 7712, 71; Andreia Nunes da Silva, 7713, 71; Nayara Farias Gonçalves, 7714, 72; Thiago Correia Guerra, 7715, 72; Luciana Pedrosa dos Santos, 7716, 72; Eduardo Henrique Marques Guimarães, 7717, 73; Milena Karolina Ramos da Silva, 7718, 73; Daniela Fernanda da Silva, 7719, 73; Nicole Pires dos Santos, 7720, 74; Neriane dos Santos Veloso, 7721, 74; Felipe Guilherme, 7722, 74; Clovis Pereira dos Santos, 7723, 75; Marielda Rocha Lourenço, 7724, 75; Guilherme Ferrugem Vieira Domingues Barros, 7725, 75; Ana Carolina Vitor Campos de Lima, 7726, 76; Luis Caio de Sousa Santos, 7727, 76; Yasmin Vitória Cavalcante Oliveira Gomes, 7728, 76; Elaine Cristina Feitosa Zanchim, 7729, 77; Michael Rodrigues Gomes, 7730, 77; Jose Olando Machado, 7731, 77; Cassio Henrique Freitas Silva, 7732, 78; Pedro Lucas Ferreira Nascimento, 7733, 78; Edileusa de Jesus Costa, 7734, 78; Jeane da Silva Moraes, 7735, 79; Jéssica Cristina Mendonça, 7736, 79; Kauan Vargas, 7737, 79; Luiz Fernando Bauermann, 7738, 80; Bernardo Pezzini, 7739, 80; Maria Luiza Alves Lopes, 7740, 80; Camila Carla da Silva, 7741, 81; Antonia Palhares Rosa Alves, 7742, 81; Juliane Vivian Ozorio Sondey, 7743, 81; Nicoli Marques Brito, 7744, 82; Glenda Rosa de Jesus, 7745, 82; Divino Santiago Ferreira, 7746, 82; Lorrane Ribeiro da Silva, 7747, 83; Thamires Chagas Keffer, 7748, 83; Diego Torres de Jesus, 7749, 83; Robson Almeida da Silva, 7750, 84; Fernanda de Oliveira de Aguiar, 7751, 84; Joao Vitor Pereira dos Santos, 7752, 84; Igor Teixeira da Silva, 7753, 85; Noraldino Pereira dos Santos, 7754, 85; Joelma Pereira da Conceicao, 7755, 85; Maria Lucia Fernandes de Sena, 7756, 86; Lucas Italo Lima Freire, 7757, 86; Rafael Antônio de Barros, 7758, 86; Raquel Alves Rodrigues, 7759, 87; Claudia de Nazaré de Souza Cunha, 7760, 87; Luiz Roberto Bento de Medeiros, 7761, 87; Brenda Rezende Fernandes, 7762, 88; Leopoldo Pantaliano de Araujo Filho, 7763, 88; Aline de Araújo Lima, 7764, 88; Hugo Silva da Costa, 7765, 89; Deividi Felipe dos Santos Alves, 7766, 89; Rafael Fluminhan Carbonelli, 7767, 89; Thais Fernanda dos Santos Camargo, 7768, 90; Renata Vieira Leandro, 7769, 90; Beatriz Cristina dos Santos, 7770, 90; Adriana Pinto Ribeiro Gheller, 7771, 91; João Luiz do Nascimento, 7772, 91; Nair Pereira dos Santos, 7773, 91; Markes da Silva Jeronimo Rodrigues, 7774, 92; David Samuel de Andrade Barbosa, 7775, 92; Vinícius Santos Oliveira, 7776, 92; Misael dos Anjos, 7777, 93; Adriana Kappler Hiat, 7778, 93; Matheus Victor Brasil de Moura, 7779, 93; Moisés Soares Gomes, 7780, 94; Mariana Diniz Costa, 7781, 94; Denilson Almeida Ferreira, 7782, 94; Ailton Macena Meireles, 7783, 95; Alex Nascimento Ferreira, 7784, 95; Nadir Nogueira Dias, 7785, 95; Celso Mendes Weloso, 7786, 96; Fernandes Gomes Otoni, 7787, 96; Gisele Cristina Campana, 7788, 96; Leandro Cesar Amorim, 7789, 97; Daniele da Silva Ferreira, 7790, 97; Adelson Lemos Pinheiro, 7791, 97; Gabriele Venancia de Jesus, 7792, 98; Sergio André Vieira, 7793, 98; Elizabeth Vitória Torres Moreira, 7794, 98; Gislayne Araujo da Silva, 7795, 99; Kethilin Makelli Almeida Camargo Souza, 7796, 99; Patricio Nunes Ferreira, 7797, 99; Caroline Gonçalves de Souza, 7798, 100; Romário da Silva, 7799, 100; Wesley Luiz dos Santos, 7800, 100; Diretora Priscilla Lindoso da Silva Dutra, Reg. nº 1422 - FAIARA; Secretária Escolar Sara Deyse de Souza, Reg. nº 2802 - CIP - Colégio Integrado Polivalente (Sede I). CENTRO DE ENSINO MÉDIO 02 DE CEILÂNDIA, credenciado pela Portaria nº 03, de 12/01/2004 - SEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 26, Mônica Cardoso Silva, 13332, 160; Diretor Eliel de Aquino, DODF nº 01, de 02/01/2020; Chefe de Secretaria Gizele de Almeida Pereira, Reg. nº 2195 - CIP - Colégio Integrado Polivalente (Sede I). CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA, reconhecido pela Portaria nº 495, de 28/12/2020 - SEEDF, e conforme Portaria nº 04/2023 - SEEDF: ENSINO MÉDIO - EAD, Livro 19, Julio de Oliveira Pighi, 4133, 28; Alice Nema Areco, 4134, 28; Amina Fraga Muhammad, 4135, 28; Diogo Pagy Bonilha, 4136, 29; Eulina Vitória Meira Borges de Souza, 4137, 29; Fabrício Baiôcco Borges de Carvalho, 4138, 29; Guilherme Franco de Oliveira Araújo, 4139, 30; Gustavo Góngora, 4140, 30; Gustavo Lóssio Pereira, 4141, 30; Isadora Cardoso Cazarin, 4142, 31; João de Andrade Rezende, 4143, 31; Luca Salvatore Gruginiski Spadola, 4144, 31; Matheus Gonçalves Ventura Rodrigues, 4145, 32; Thais Nema Areco, 4146, 32; Diretora Danielle Junges Bazzo, Reg. nº 1317/14 - União

Educacional de Brasília; Secretária Escolar Bruna Thaís Junges Bazzo, Reg. nº 29261 - Escola CETEB de Jovens e Adultos, por serem concluintes de 2022.

CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA, reconhecido pela Portaria nº 495, de 28/12/2020 - SEEDF: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 19, Cremilda Marília de Camargos Abrunheiro, 4147, 32; Daiane Ebert Perondi, 4148, 33; Fernando Krakowiak, 4149, 33; Giulia Piacosi Renault de Castro, 4150, 33; Heitor Velez da Silva, 4151, 34; Helena Vieira dos Santos, 4152, 34; Lara da Silva Vieira, 4153, 34; Marina Weisheimer, 4154, 35; Mateus Dias Pereira Sanção, 4155, 35; Renato dos Santos Lopes, 4156, 35; Sabrina Lemos Alves, 4157, 36; Sibebe Rodrigues Miyasaka, 4158, 36; Vitor Chagas Póvoa, 4159, 36; Walmeron Maciel Rodrigues, 4160, 37; CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR - EAD, David Dornelles da Mata, 4161, 37; Ivonete Kusther Preisigke Furtado, 4162, 37; CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS - EAD, Aline Rodrigues Camargo, 4163, 38; Ana Beatriz Araujo Belmonte de Barros, 4164, 38; Antonia Caboclo da Silva, 4165, 38; Fernanda Conde Napolitano Lott, 4166, 39; Fernanda Costa de Jesus, 4167, 39; Fernanda Ledesma da Silva Bertrand, 4168, 39; Gabriela Brant de Oliveira Sa, 4169, 40; George Guilherme da Silva, 4170, 40; Guilherme Peres de Freire, 4171, 40; Gustavo Santos Monteiro de Castro Filho, 4172, 41; Leni Florencio de Souza Santos, 4173, 41; Marcelo de Carvalho Bonetti, 4174, 41; Marcos André Silva Santos, 4175, 42; Patrícia Petrizzi Queiroz de Souza, 4176, 42; Pedro Paulo Armond Serrão, 4177, 42; Sara Guedes Monteiro Sallenave, 4178, 43; Tayllon Henrique Campos Alves, 4179, 43; Valmir Vieira Barbosa, 4180, 43; Vânia dos Santos Silva Prado, 4181, 44; CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - EAD, Rosilene Silva Duarte, 4182, 44; Diretora Danielle Junges Bazzo, Reg. nº 1317/14 - União Educacional de Brasília; Secretária Escolar Bruna Thaís Junges Bazzo, Reg. nº 29261 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA, reconhecido pela Portaria nº 495, de 28/12/2020 - SEEDF, e conforme Portaria nº 486/2021 - SEEDF: CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM SECRETARIADO - EAD, Livro 19, Maxilely Junio de Sena Abreu, 4183, 44; Diretora Danielle Junges Bazzo, Reg. nº 1317/14 - União Educacional de Brasília; Secretária Escolar Bruna Thaís Junges Bazzo, Reg. nº 29261 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA, reconhecido pela Portaria nº 495, de 28/12/2020 - SEEDF: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 19, Giovanna Alves Lourenço Silva, 4184, 45; Pedro Carneiro de Lima, 4185, 45; Benjamim Lima Neto, 4186, 45; Txai Staerke Rezende Scarponi Cruz, 4187, 46; Diretora Danielle Junges Bazzo, Reg. nº 1317/14 - União Educacional de Brasília; Secretária Escolar Bruna Thaís Junges Bazzo, Reg. nº 29261 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

COLÉGIO ADVENTISTA DE PLANALTIMA, reconhecido pela Portaria nº 297, de 02/10/2018 - SEEDF, e conforme Ordem de Serviço nº 121/2022 - SUPLAV/SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 03, Acsa Lorena Santos Ferreira, 835, 78; Adrielly Luísa da Silva de Sousa, 836, 78; Alanna Alves Gralha, 837, 78; Ana Cecília Almeida de Souza Cruz, 838, 79; Anastasis Mariana Araújo de Sousa, 839, 79; Arthur Olinto Gonçalves Nogueira, 840, 79; Bianca Menezes Mota, 841, 80; Breno Gomes Parente, 842, 80; Brunna Mariano Alves, 843, 80; Bryan Takeo Kakishita da Silva, 844, 81; Caio César de Albuquerque Costa, 845, 81; Carlos Eduardo Mafra de Moraes, 846, 81; Daniel Ribeiro Ruiz, 847, 82; Daniela Martins dos Reis, 848, 82; Davi Alves Bernardo, 849, 82; Davi Nere da Silva, 850, 83; Douglas Firme dos Santos França, 851, 83; Emelly Hadyjha Nossabein dos Santos, 852, 83; Erlan Luiz Ferreira de Souza, 853, 84; Estela de Oliveira Lima, 854, 84; Felipe Adam Silva Hermann, 855, 84; Felipe Melo Cardozo, 856, 85; Felipe Rodrigues Queiroz, 857, 85; Gabriela Souza Cedraz, 858, 85; Gabriella Lopes Rodrigues Silva, 859, 86; Geovana Lopes de Oliveira, 860, 86; Géssica Victória Rufino Marques, 861, 86; Giovana Gomes dos Reis Almeida, 862, 87; Giovana Raquel Silveira de Souza, 863, 87; Giovanna Rodrigues Faustino da Silva, 864, 87; Giovanni Matheus Marques, 865, 88; Guilherme Henrique de Jesus Sousa, 866, 88; Henrique de Jesus dos Santos, 867, 88; Iago de Lima Santos, 868, 89; Isabela Cristine Martins Brito, 869, 89; Isabela Sobrinho dos Santos, 870, 89; Isabella Duarte Meneses, 871, 90; Izabelly Pereira da Conceição, 872, 90; Izadora Neves Barreto, 873, 90; Joana Beatriz Amorim Machado de Souza, 874, 91; João Marcos Batista Lima da Silva, 875, 91; João Marcos Costa do Nascimento Ledes, 876, 91; João Pedro Oliveira da Costa, 877, 92; Jonas Majela de Araújo de Paula, 878, 92; Josué de Oliveira Correia, 879, 92; Karine Cassiano de Oliveira Rio Branco, 880, 93; Kathleen Victoria Amorim da Silva, 881, 93; Katriel Yeshwa de Oliveira Gonçalves, 882, 93; Ketlen Giovanna Costa Gontijo, 883, 94; Kevin Douglas Alves Ferreira, 884, 94; Laura Marques Davi Gomes, 885, 94; Lenny Carmem Barbosa Braga, 886, 95; Letícia Soares Almeida, 887, 95; Liandra Miranda Ribeiro, 888, 95; Lucas Félix Parente, 889, 96; Lucas Inácio Radel, 890, 96; Maria Alice Vieira Matos, 891, 96; Maria Eduarda de Castro Eça, 892, 97; Maria Gabriela Bocayuva Mundim Guimarães, 893, 97; Maria Luiza Cunha Nunes, 894, 97; Maria Rhuayra Maximino Damacena, 895, 98; Micaella Oliveira dos Santos Teles, 896, 98; Nídia Thyamis Batista Soares, 897, 98; Pedro Guilherme Souza Rocha, 898, 99; Pedro Octávio Firmino Souza de Lima, 899, 99; Priscila Ferreira dos Santos, 900, 99; Rafaella Kiyozuka Gonçalves, 901, 100; Rebeca Silva Tolentino, 902, 100; Samuel Ribeiro Ramos, 903, 100; Sara Cristina Gomes da Ponte, 904, 101; Sarah Alves Andrade, 905, 101; Sthefani Afonso de Oliveira, 906, 101; Sthefany Ayumi Saido, 907, 102; Sthephanny Souza de Andrade, 908, 102; Thiago Vitorino Fontes, 909, 102; Victor de Sousa Ramos, 910, 103; Víctor Hugo Ferreira Matos, 911, 103; Victor Hugo Reis Manzoli, 912, 103; Vitor Kauã Venancio dos Santos, 913, 104; Yana Marcela Campos

Fafá, 914, 104; Yasmim Michelli Lustosa Moura, 915, 104; Diretor Jean Carlo Nunes, Reg. nº 75573 - UNISA; Secretária Escolar Terezinha Ramos Lima Andrade, Reg. nº 730 - DIE/SEDF.

COLÉGIO BIÂNGULO IV, credenciado pela Portaria nº 18, de 04/01/2023 - SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 01, Airan Miranda da Silva Sobrinho, 48, 16; Aisha Félix Carvalho, 49, 17; Ana Clara Vieira Maciel, 50, 17; Ana Gabrielly Silva Assolinsque Faria, 51, 17; Ana Júlia Rego Rodrigues Simões, 52, 18; Ana Luísa Oliveira Soares Nascimento, 53, 18; Ana Luíza Veloso Macêdo, 54, 18; Andrey Chaves de Assunção Barros Muniz, 55, 19; Antonio Paulino Costa Neto, 56, 19; Arthur Barsi Silva Dias Alencar, 57, 19; Arthur Schaffer Guerra Cardozo, 58, 20; Athos Lira Araújo, 59, 20; Brenno Carvalho de Jesus, 60, 20; Daniely Cristina Fleuri Lohmann, 61, 21; Filipe K'yan Moreira Matos, 62, 21; Gabriel Araújo Pio de Oliveira, 63, 21; Gabriella Pilotti Verissimo, 64, 22; Geovana Rodrigues Bittencourt, 65, 22; Guilherme Moreira Rodrigues, 66, 22; Gustavo Bauer de Oliveira Moura, 67, 23; Henrique Gonçalves Cunha, 68, 23; Ian Felipe Souza Alves, 69, 23; Iasmin Alves Tavares, 70, 24; Ícaro Canellas de Vasconcelos Barbosa, 71, 24; Igor Pereira dos Santos, 72, 24; Isadora Almeida Dias, 73, 25; João Gabriel Gati de Almeida, 74, 25; João Victor Campos Costa, 75, 25; Júlia Araújo Uhlmann de Andrade, 76, 26; Júlia Vitória de Almeida Santos, 77, 26; Kayo Vinícius da Silva Rodrigues, 78, 26; Leonardo Dias dos Passos Brito, 79, 27; Maria Clara de Lima Rodrigues, 80, 27; Maria Clara Gomes Borges, 81, 27; Maria Eduarda Ferreira Fonseca, 82, 28; Maria Eduarda Marto Rios dos Reis de França, 83, 28; Maria Eduarda Souza Messias Cordeiro, 84, 28; Mateus Parreiras Gomes Castro de Holanda, 85, 29; Matheus Marques Gonzalez, 86, 29; Matheus Sousa Goulart, 87, 29; Patrick Emanuel Mendes Nogueira, 88, 30; Paulo Eduardo Banholi Caldas Gallotti Beserra, 89, 30; Pedro Henrique Pimentel Tabosa, 90, 30; Raul Carneiro Torres Menezes, 91, 31; Robens Silva Nogueira Filho, 92, 31; Sofia Borba Siqueira Marinho, 93, 31; Ulisses Alexandre Jadhani Filho, 94, 32; Victor Rodrigo Castro Silva, 95, 32; Diretora Adriana Coelho Rodrigues de Oliveira, Reg. nº 1981 - FEMATEC; Secretária Escolar Maria Lúcia Rodrigues Lacerda, Reg. nº 31927 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

COLÉGIO OBJETIVO DF - UNIDADE III, credenciado pela Portaria nº 410, de 18/12/2018 - SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 02, Ana Paula de Azevedo Figueiredo, 405, 35; Gustavo Cavalcante Oliveira, 406, 36; Luan Gabriel Dias Angelo, 407, 36; Maria Eduarda de Almeida França, 408, 36; Nicolai Lopes Mesquita, 409, 37; Diretor Janete Latorraca Tapajos da Silva, Reg. nº 1749 - FAIARA; Secretária Escolar Gislleny Moura Carneiro de Almeida Martins, Reg. nº 7560 - Instituto Monte Horebe. COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, credenciado pela Portaria nº 267, de 12/09/2018 - SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 04, Alexandre Slater Queiroz Valadares, 932, 62; Andrey Gustavo Sardinha Oliveira, 933, 62; Beatriz Cristina de Araújo Viana, 934, 62; Caio Anderson Ribeiro Alves, 935, 63; Caio Soares Rodrigues, 936, 63; Danilo Gomes Bernardino, 937, 63; Eduardo da Cunha Conti, 938, 64; Eduardo Launé Bertoldo, 939, 64; Gabriel Cunha Melchhiades de Lima, 940, 64; Gabrielle Queiroz Bragaglia, 941, 65; Giovanna Fernandes Teixeira, 942, 65; Isabela Moreira, 943, 65; Juliano Teles Abrahão, 944, 66; Leonardo Vergutz, 945, 66; Maria Clara Cardoso Navarro, 946, 66; Maria Clara Tamashiro Bego, 947, 67; Maria Cristina Abreu Telles de Norões, 948, 67; Odivan Inácio dos Santos Andrade, 949, 67; Rayssa Alves de Sousa Coura, 950, 68; Sofia Baldez Pereira, 951, 68; Sofia Barbosa Pires, 952, 68; Tiago Silveira Barradas, 953, 69; Diretora Maria Cristina Caetano, Reg. nº 0400/10 - SENAC; Secretária Escolar Franciele Sancandi Herpich, Reg. nº 26587 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

COLÉGIO SANTA DOROTÉIA, reconhecido pela Portaria nº 74, de 25/05/2015 - SEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 03, Alicia Oliveira Santos, 501, 23; Bianca Ribeiro Gasperazzo, 502, 23; Eduarda Mendes Carvalho Neves, 503, 23; Eduardo Fleming Diniz, 504, 24; Guilherme Aragão Goulart, 505, 24; Guilherme Lopes Nascimento, 506, 24; Helen Cristina Barboza Goulart, 507, 25; João Pedro de Oliveira Cavalcante, 508, 25; Juliano Franco Lara, 509, 25; Kamilly Nassoum Massouh Barreira, 510, 26; Letícia Yamamoto Rodrigues, 511, 26; Lorrayne Cristine Silva de Sousa, 512, 26; Michael Gouveia Galvão Batista, 513, 27; Paulo Victor Pontelo Philippi, 514, 27; Raquel Neres Ribeiro, 515, 27; Rodrigo Damasceno Dantas, 516, 28; Stella Abdala, 517, 28; Teresa Bresslau Borges, 518, 28; Victor Elias Alves de Oliveira, 519, 29; Vitor Vasconcelos Szervinsk, 520, 29; Diretora Solange Ferro de Moraes, Reg. nº 1019 - USP; Secretária Escolar Maria da Conceição Moreira, Reg. nº 631/91 - DIE/SEDF.

ESCOLA CENED, credenciado pela Portaria nº 54, de 05/03/2018 - SEEDF: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 01, Lucas Gonçalves Rodrigues, 329, 114; Alexandre César Borges da Nóbrega, 330, 114; Diretora Christiane Ramalho dos Santos, Reg. nº 1434 - União Educacional de Brasília/UNEB; Secretária Escolar Bruna Lorena da Silva de Castro, Reg. nº 002 - Escola CENED.

INSTITUTO MARECHAL MALLET, credenciado pela Portaria nº 301, de 12/07/2017 - SEDF, e conforme Ordem de Serviço nº 28/2018 - SUPLAV/SEEDF e Ordem de Serviço nº 94/2020 - SUPLAV/SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 01, Juan Pablo Mota Neri, 138, 47; Júlia Barbara Carvalho Pereira, 139, 47; Maria Klara Malaquias de Moraes, 140, 48; Murilo Henrique Nascimento da Silva, 141, 48; Patrick Monteiro de Farias, 142, 48; Pedro Emanuel Araujo Pinheiro, 143, 49; Diretora Isa de Fátima Siqueira Guedes, Reg. nº 047 - UniDF; Secretária Escolar Elaine Campos de Araujo, Reg. nº 2347 - Instituto Monte Horebe Asa Sul.

INSTITUTO MONTE HOREBE PLANALTIMA, reconhecido pela Portaria nº 88, de 22/03/2019 - SEEDF: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 06, Andrea Soares Fialho de Matos, 2069, 191; Ângelo

da Silva Ferreira dos Santos, 2070, 192; Aline Joana de Santana, 2071, 192; Callebe Brendon dos Santos Rodrigues, 2072, 192; Cassimiro Henrique Magalhães de Souza, 2073, 193; Gabriel José Barbosa Santos, 2074, 193; Marlene Florentino Ferreira, 2075, 193; Maya da Silva Bastos, 2076, 194; Yohane Penha Costa, 2077, 194; Diretora Márcia Mouro de Souza, Reg. nº 4307 - MEC; Secretária Escolar Lucinete Alves dos Santos, Reg. nº 6307 - Instituto Monte Horebe Asa Sul.

INSTITUTO MONTE HOREBE PLANALTIMA, recredenciado pela Portaria nº 754, de 30/12/2021 - SEEDF, e conforme Portaria nº 732/2021 - SEEDF: CURSO TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - EAD, Livro 01, Luciana da Paixão, 03, 01; Noêmia Rodrigues Brito, 04, 02; Ana Bárbara Sousa de Oliveira, 05, 02; Diretora Márcia Mouro de Souza, Reg. nº 4307 - MEC; Secretária Escolar Lucinete Alves dos Santos, Reg. nº 6307 - Instituto Monte Horebe Asa Sul.

INSTITUTO SÃO JOSÉ, recredenciado, pela Portaria nº 93, de 22/03/2019 - SEEDF: ENSINO MÉDIO, Livro 04, Afonso Fontenele de Abreu, 1062, 15; Alice Maria de Assis Freitas Oliveira, 1063, 15; Alley Morrissey Oliveira, 1064, 15; Ana Carolina Rodrigues Rosa, 1065, 16; Ana Clara de Freitas Santos Oliveira, 1066, 16; Ana Eliza da Costa Pio, 1067, 16; Ana Luiza Ferreira de Sousa Nunes, 1068, 16; Anna Beatriz Domingas da Silva, 1069, 17; Arthur Fernandes Vargas, 1070, 17; Arthur Hermano da Silva Ferreira, 1071, 17; Beatriz Lima de Brito, 1072, 17; Bernardo Reis de Mattos, 1073, 18; Bruna Soares de Faria, 1074, 18; Eduardo Galvão de Aquino Cavalheiro, 1075, 18; Enzo Bruno Dias Feijó de Oliveira, 1076, 18; Érick José Carvalho de Brito Fonseca, 1077, 19; Fábio Luiz Reis Cavalcanti, 1078, 19; Felipe Vieira Franco, 1079, 19; Fernanda Franco Lucas, 1080, 19; Fernando Carreira Ribeiro, 1081, 20; Fernando Gabriel Vieira Nogueira, 1082, 20; Flávia Vitória Leite Pereira, 1083, 20; Francisco Soares Aquila, 1084, 20; Gabriel Rodrigues Marques, 1085, 21; Gabriela Araujo Dantas, 1086, 21; Giovana Garcia Euzébio Dallastra, 1087, 21; Giovanna Araújo Lopes, 1088, 21; Giovanna Veloso Alves, 1089, 22; Heitor Ferreira Valadão, 1090, 22; Henrique Bento Pagel, 1091, 22; Iago de Souza Gomes, 1092, 22; Igor Carvalho Sarmento, 1093, 23; Isabela Carvalho Almeida, 1094, 23; Isabella Agra Araújo Oliveira, 1095, 23; Jhenyfer Galvão Lucena, 1096, 23; João Luiz Dias Grilo Carvalho Formiga, 1097, 24; João Pedro Aquino da Silva, 1098, 24; João Pedro Furtado Ximenes da Rocha, 1099, 24; João Pedro Pereira da Silva, 1100, 24; Juan Pablo de Castro Macharuto, 1101, 25; Julia de Sousa Vale, 1102, 25; Júlia Fachinnetto Fontana, 1103, 25; Juliana Evelyn Amorim Rocha, 1104, 25; Kianny Risieri Santos, 1105, 26; Lara Sales Ramos, 1106, 26; Larissa Silva de Assis, 1107, 26; Laura Mota da Silva, 1108, 26; Letícia Jácome Rodrigues, 1109, 27; Lucas Antônio Guimarães Petry, 1110, 27; Lucas Siqueira dos Santos Delvico, 1111, 27; Luis Felipe Rodovalho Vaz, 1112, 27; Luiz Gustavo Mendes Nascimento, 1113, 28; Luke Krieger Cardoso, 1114, 28; Manuela de Assis Melo, 1115, 28; Marconi Alves Chagas Cipriano, 1116, 28; Maria Antonia Delgado Fregonesi, 1117, 29; Maria Clara Ferreira Assis, 1118, 29; Maria Eduarda Amaro Lira Lima, 1119, 29; Maria Eduarda Duarte Batista, 1120, 29; Maria Luiza Alves Ribeiro, 1121, 30; Maria Luiza Esteves Oliveira, 1122, 30; Mariana Santos Dias Magalhães, 1123, 30; Nicolle Freitas Campos, 1124, 30; Pedro Arthur Cares Silva, 1125, 31; Pedro Arthur Jardim Pinheiro Rodrigues, 1126, 31; Pedro Correia Vieira, 1127, 31; Pedro de Paula Campos, 1128, 31; Pedro Henrique da Silva Pires, 1129, 32; Pedro Henrique Mendes dos Santos, 1130, 32; Pedro Lucas Lee Lima Nascimento, 1131, 32; Rita de Cássia de Souza Vieira, 1132, 32; Sarah Ismail Hamed Karaja, 1133, 33; Thamyres Cristyna Barbosa Silva, 1134, 33; Vitória Carolina Marques Nogueira, 1135, 33; Diretora Maria Ribamar Silva Mendonça, Reg. nº 9164/D-08POS-38/41070 - Universidade Candido Mendes; Secretária Escolar Eliene de Oliveira Santos, Reg. nº 2157 - SUBIP/SEEDF.

INSTITUTO TÉCNICO EDUCACIONAL MADRE TERESA, recredenciado pela Portaria nº 749, de 30/12/2021 - SEEDF: CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Livro 34, Patrícia de Souza Guedes Correa Andrade, 9955, 18; Alda Maria Rabelo dos Santos, 9956, 18; Neylon José Lobo de Moura, 9957, 18; Elaine Maria da Fonseca, 9958, 19; Kathleen Lorraine Oliveira Lima, 9959, 19; Maísa Ariane Rabelo da Cruz, 9960, 19; Míriam Laíssa Carvalho Vieira, 9961, 20; Diretora Aline Santana de Lima, Reg. nº 3257/09 - MEC; Secretária Escolar Silmara Carla Machado da Silva, Reg. nº 36571 - Escola CETEB de Jovens e Adultos.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Gizelle Vilela Batista de Paula, 1933, 06; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00203116/2022-24 e Parecer nº 06/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Hellen Cristina Brito Passos, 1934, 06; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00248495/2022-81 e Parecer nº 07/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Mayara Cristina Guerra, 1935, 07; Subsecretário de Planejamento,

Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00233228/2022-18 e Parecer nº 08/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Rubem Lisboa Teixeira, 1936, 07; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00214652/2022-55 e Parecer nº 09/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Dyones da Silva Caiano, 1937, 07; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00226097/2022-12 e Parecer nº 10/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Elizabeth Cardoso da Silva, 1938, 08; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00225793/2022-01 e Parecer nº 11/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Genivalda Almeida dos Santos Onorato, 1939, 08; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00223175/2022-19 e Parecer nº 12/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Ianny Ferreira Xavier, 1940, 08; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00203317/2022-21 e Parecer nº 13/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Mayara Farias Bernardo, 1941, 09; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00233313/2022-78 e Parecer nº 14/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Tamara Dias de Souza, 1942, 09; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00217162/2022-19 e Parecer nº 15/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Taynara Cristina dos Reis, 1943, 09; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00214534/2022-47 e Parecer nº 16/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Thalisson dos Santos Aguiar, 1944, 10; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00217139/2022-16 e Parecer nº 17/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Wemerson Santos Silva, 1945, 10; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00224283/2022-17 e Parecer nº 18/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: ENSINO MÉDIO - MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA/EAD, Livro 05, Wesley Ramos Barbosa, 1946, 10; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processo SEI nº 00080-00233025/2022-13 e Parecer nº 19/2023 - CEDF.

UNI - UNIÃO NACIONAL DE INSTRUÇÃO, credenciada pela Portaria nº 30, de 06/03/2015 - SEDF, extinta pela Ordem de Serviço nº 307, de 16/12/2021 - SUPLAV: CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO DE TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS, Livro 05, Alison Rodrigo Pohl, 1947, 11; Subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, JULIO CESAR DE SOUZA MORONARI, publicado conforme Processos SEI nº 00080-00001473/2023-31 e Parecer nº 20/2023 - CEDF.

RETIFICAÇÃO

Na Relação dos Concluintes de Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos, do CENTRO EDUCACIONAL BRASÍLIA, publicada no DODF nº 73, de 15/04/2011, página 08, ONDE SE LÊ: "...Anderso Lucas Damasceno...", LEIA-SE: "...Anderson Luccas Damasceno...".

CORREGEDORIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 58, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DA CORREGEDORIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo inciso I, do artigo 1º da Portaria nº 413, de 06 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 229, de 7 de dezembro de 2016, p. 35, c/c com o Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão Processante instituída por meio da Ordem de Serviço nº 232, de 12 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 153, de 15 de agosto de 2022, p. 34, para prosseguir na apuração das irregularidades constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 00080.00173194/2022-97, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA RIBEIRO DA SILVA PRADO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 59, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DA CORREGEDORIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo inciso I, do artigo 1º da Portaria nº 413, de 06 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 229, de 7 de dezembro de 2016, p. 35, c/c com o Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão Processante instituída por meio da Ordem de Serviço nº 239, de 12 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 153, de 15 de agosto de 2022, p. 35, para prosseguir na apuração das irregularidades constantes do Processo Administrativo Disciplinares nº 00080.00172578/2022-92, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA RIBEIRO DA SILVA PRADO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 60, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DA CORREGEDORIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo inciso I, do artigo 1º da Portaria nº 413, de 06 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 229, de 7 de dezembro de 2016, p. 35, c/c com o Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão Processante instituída por meio da Ordem de Serviço nº 242, de 12 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 153, de 15 de agosto de 2022, p. 36, para prosseguir na apuração das irregularidades constantes do Processo Administrativo Disciplinares nº 00080.00172636/2022-88, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA RIBEIRO DA SILVA PRADO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 61, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DA CORREGEDORIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo inciso I, do artigo 1º da Portaria nº 413, de 06 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 229, de 7 de dezembro de 2016, p. 35, c/c com o Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Reconduzir a Comissão Processante instituída por meio da Ordem de Serviço nº 255, de 12 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 153, de 15 de agosto de 2022, p. 37, para prosseguir na apuração das irregularidades constantes do Processo Administrativo Disciplinares nº 00080.00168642/2022-31, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA RIBEIRO DA SILVA PRADO

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

DESPACHO DECISÓRIO

Processo SEI nº 00054-00047962/2021-76

Assunto: Processo administrativo no qual se apura descumprimento de cláusula contratual decorrente de mau atendimento e erro médico a usuária do sistema de saúde da PMDF. Referência: Portaria DSAP/PMDF nº 64, de 18 de Maio de 2021 (62156813).

Concordo, per relationem, com o pronunciamento do Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica do DSAP (doc SEI nº.103693467) e do Núcleo de Procedimentos Apuratórios/ATJ (doc SEI nº. 103693314).

TORNA PÚBLICA a decisão no Processo Administrativo nº 00054-00047962/2021-76. ACOLHER a interposição de recurso e realizar a reconsideração de ato. Passo a entender que houve a quebra de cláusula contratual por parte da empresa credenciada HOSPITAL MARIA AUXILIADORA, CNPJ Nº 38.000.485/0001-96, pela falta de assinatura Termo de Consentimento para uso de Metotrexato, conforme ficou apurado no processo administrativo por infringir os itens 14.1.166660447);

RECONSIDERO a Decisão n.º 004/2022, 17 de outubro de 2022, e passo APLICAR a sanção de ADVERTÊNCIA nos termos da lei (art. 87, I, da Lei nº 8.666/93 e art. 2º, inc. I do DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006) a empresa credenciada Hospital Maria Auxiliadora - S/A, inscrita no CPNJ sob o nº38.000.485/0001-96 por deixar de atender disposições que regem os serviços de saúde.

Ao Diretor da DPGC/DSAP para:

Adotar as providências com relação a gestão do contrato, realizar o controle e fiscalização junto ao executor do contrato.

Notificar o preposto da empresa credenciada da presente decisão, para facultar a interposição de recurso nos termos do art. 9º do DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Após, encaminhar a notificação do preposto da empresa credenciada para ATJ/DSAP.

Ao Chefe ATJ/DSAP para:

Publicar em DODF.

Acompanhar e controlar o prazo de interposição recursal.

Precluído o prazo recursal adotar providências cabíveis para minuta de extrato decisório.

JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA

Chefe

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 23, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 211 e 217 da Lei Complementar 840/2011, c/c os incisos VIII e XL, do art. 100 do Decreto 27.784/2007, e diante do exposto no Doc. SEI/GDF 105598616 pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 00055-00085502/2021-18, Portaria n.º 02 de 21/01/2022, publicada no DODF nº 18, de 26/01/2022, resolve:

Art. 1º Reconduzir, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, os trabalhos da Comissão Processante nº 00055-00085502/2021-18, prorrogada pela Portaria nº 251, de 16/11/2022, publicada no DODF nº 214 de 17/11/2022, nos termos do §1º, do art. 217 da Lei Complementar nº 840/2011;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

PORTARIA Nº 24, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 211 e 217 da Lei Complementar 840/2011, c/c os incisos VIII e XL, do art. 100 do Decreto 27.784/2007, e diante do exposto no Doc. SEI/GDF 105600323 do Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 00055-00022908/2022-71, Portaria nº 48, de 22/03/2022, publicada no DODF nº 57, de 24/03/2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante de acordo com o §1º, do art. 217 da Lei Complementar nº 840/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 211 e 217 da Lei Complementar 840/2011, c/c os incisos VIII e XL, do art. 100 do Decreto 27.784/2007, e diante do exposto no Doc. SEI/GDF 105678849 pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 00055-00134513/2018-33, Portaria nº 127, de 03 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Reconduzir, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, os trabalhos da Comissão Processante, prorrogada pela Portaria nº 261, de 02 de dezembro de 2022, nos termos do §1º, do art. 217 da Lei Complementar nº 840/2011;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

INSTRUÇÃO Nº 93, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – Detran/DF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XLI, do regimento aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007 e conforme Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, Resolução do Contran nº 611, de 24 de maio de 2016, Lei associado ao Processo: 00055-00075571/2019-07, resolve:

Art. 1º Regular o credenciamento de sociedade empresária ou empresário individual que exercem atividade de fabricação e fornecimento de etiquetas de segurança a serem utilizadas na marcação e controle das partes e peças usadas oriundas da desmontagem de veículos automotores terrestres, junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A sociedade empresária ou empresário individual credenciada deverá disponibilizar as etiquetas de segurança às empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres credenciadas junto ao Detran/DF.

Art. 3º A credenciada deverá atender a todos os requisitos técnicos previstos, possuir parque gráfico próprio para fabricação das etiquetas, bem como estabelecer filial/agência em Brasília/DF, caso seja sediada em outro Estado.

Art. 4º O credenciamento será intransferível e condicionado ao interesse público tutelado, e não poderá acarretar qualquer ônus à Administração Pública, sendo vedada a subcontratação da atividade.

Art. 5º O primeiro credenciamento terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser renovado anualmente, por solicitação prévia no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias anteriores à data do vencimento.

Art. 6º A credenciada que exercer a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, quanto aos itens de segurança previstos no art. 4º da Resolução Contran nº 611/2016, deverão solicitar as etiquetas exclusivamente de empresa credenciada no Detran/DF para a fabricação e fornecimento do produto.

Art. 7º A credenciada só poderá exercer suas atividades, definidas no artigo 1º desta instrução, após publicação do Termo de Credenciamento no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

CAPÍTULO II
DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º A atividade de fabricação e fornecimento de etiquetas de segurança a serem utilizadas na marcação e controle das partes e peças usadas oriundas da desmontagem de veículos automotores terrestres somente poderá ser realizada por empresa credenciada junto ao Detran/DF, por meio de processo de credenciamento regulamentado nesta instrução.

§1º O processo de credenciamento será realizado mediante procedimento administrativo informatizado, a fim de se verificar a idoneidade e as condições operacionais do requerente.

§2º O credenciamento será solicitado pelo interessado, por meio de requerimento direcionado ao Diretor-geral do Detran/DF.

§3º Informações adicionais poderão ser obtidas no Núcleo de Credenciamento de Veículos - NUCREV, pelo e-mail: cretiquetadora@detran.df.gov.br, presencialmente ou pela plataforma *online*.

§4º As publicações decorrentes desta instrução serão disponibilizadas na aba transparência, no site www.detran.df.gov.br.

§5º Para análise quantitativa e qualitativa, a documentação referente ao credenciamento será mantida em arquivo digital no sistema disponibilizado pelo Detran/DF.

Art. 9º Na operação do sistema informatizado a empresa interessada deverá preencher o Requerimento de Credenciamento que será destinado ao Diretor-geral do Detran/DF, bem como apresentar a documentação que comprove habilitação jurídica e fiscal necessária para o credenciamento, por meio de sistema *online* disponibilizado no sítio do Departamento.

§1º A documentação relativa à habilitação jurídica consiste em:

I - requerimento de credenciamento, apresentado pelo representante legal da empresa ou por seu procurador legalmente constituído, dirigido ao Diretor-Geral do Detran/DF, declarando que aceita o credenciamento nas condições estabelecidas nesta instrução;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da sua última alteração e certidão simplificada da Junta Comercial, com objeto social condizente com os fins do credenciamento;

III - Cópia da carteira de identidade ou CNH, CPF do proprietário(s) e/ou sócio(s) da pessoa jurídica ou de seu(s) representante(s) legal(is);

IV - comprovante de endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da Federação e CEP), número de telefone e e-mail;

V - atestado de antecedentes criminais e certidões de distribuição criminais, das Justiças distrital e federal, emitidas na jurisdição de domicílio dos sócios e dos administradores.

§2º A documentação relativa à regularidade fiscal consiste em:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Distrito Federal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com os fins pretendidos para o credenciamento;

III - prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Distrital da sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - certidão conjunta de negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União;

VI - certidão negativa de débitos trabalhistas, ou positiva com efeito de negativa;

VII - certidão judicial negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor;

VIII - certidão da Justiça Federal de ações criminais, execuções fiscais e ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações, referente à empresa, sócios e responsáveis técnicos;

IX - declaração de abster-se em envolvimento comerciais e outros que possam comprometer sua isenção na execução do serviço credenciado;

X - declaração que não possui em seus quadros, funcionários terceirizados ou estagiários, nem servidor ocupante de cargo efetivo, cargo ou função em comissão do Governo do Distrito Federal, bem como os respectivos cônjuges/companheiros ou parentes até o terceiro grau.

XI - declaração que não possui vínculo com despachantes e empresas credenciadas pelo DETRAN/DF, bem como os respectivos cônjuges/companheiros ou parentes até o terceiro grau.

XII - comprovação na forma da lei, de regularidade da entrega da declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ao Ministério do Trabalho e Previdência Social *online*;

XIII - declaração de que não possui de empregado menor de 18 anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos 16 anos de idade; e

XIV - comprovante de pagamento dos preços públicos relativos à análise de credenciamento, registro de credenciada, reanálise de credenciamento, e renovação de registro de credenciamento.

XV - atestado fornecido por pelo menos uma entidade pública ou privada comprovando a capacidade técnica de prestação de serviços de fabricação e fornecimento de etiquetas de segurança ou similares com as devidas características do produto especificado nesta instrução, quando couber;

XVI - certificação na Norma Brasileira NBR 15540/2013, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

XVII - comprovação dos aspectos de segurança das instalações industriais adequadas quanto ao controle de acesso de empregados e visitantes, integrado ao sistema de alarme através de:

a) bloqueios eletrônicos;

b) supervisão eletrônica 24 horas, com gravação de imagens por um período contínuo mínimo de 30 (trinta) dias, em todas as áreas de acesso ao ambiente fabril, setores produtivos no chão de fábrica, estoques e expedição, permitindo o correto rastreamento;

c) sistema de alarme no perímetro físico das instalações integrado à detecção de invasão/intrusão;

d) proteção ou blindagem especiais nas portas e janelas de acesso ao interior do ambiente fabril e áreas de estocagem;

e) sistema alternativo de energia - sistema "nobreak" ou gerador para alimentação do sistema de controle de acesso; e

f) supervisão e iluminação das áreas críticas.

XVIII - laudo técnico pericial, emitido por um perito, contendo:

a) dez cartelas de cada modelo, com dez etiquetas cada;

b) a palavra "AMOSTRA";

c) código de barras, no final da cartela, para controle de estoque fabril, atestando a conformidade das amostras.

Parágrafo único. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões, serão aceitas como válidas as apresentadas com até 90 (noventa) dias úteis, contados da data de sua expedição.

Art. 10. Os requerimentos de credenciamento serão analisados pela Coordenação de Gestão de Credenciamento de Entidades e Profissionais - Cocrep, que emitirá relatório técnico pelo deferimento ou não do pedido e submeterá à autoridade competente para decisão.

§1º A Coordenação, ao sugerir pelo indeferimento do pedido de credenciamento, deverá indicar de maneira expressa e fundamentada qual o dispositivo foi descumprido e justificar os motivos da rejeição do pedido.

§2º Durante a análise do requerimento, a Coordenação poderá solicitar esclarecimentos ou complementações aos interessados, que deverão manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de indeferimento e arquivamento do pedido de credenciamento.

§3º Da decisão de indeferimento do pedido de credenciamento na Fase Documental, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da ciência da decisão notificada via correio eletrônico, a ser julgado pela Direção-Geral do Detran-DF.

Art. 11. Do Termo de Credenciamento constará:

I - indicação e qualificação completa da empresa com o respectivo CNPJ;

II - prazo de validade do credenciamento;

Art. 12. A credenciada deverá aguardar a autorização concedida pelo Detran/DF, via sistema, para expedição das etiquetas de rastreabilidade e segurança, controle e procedência.

CAPÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

Art. 13. As empresas de desmontagem, devidamente credenciadas no sistema do Detran/DF, deverão acessar funcionalidade para registrar pedido de fornecimento de etiquetas para cada conjunto de partes de peças oriundas da atividade de desmontagem.

Art. 14. Após validação do pedido de fornecimento de etiquetas pelo Detran/DF, este será remetido, via sistema, à fornecedora de etiquetas (Gráfica), indicada/selecionada pela empresa de desmonte, com a numeração de controle gerada de forma sequencial pelo sistema.

Art. 15 A empresa fornecedora de etiquetas terá o prazo de até 10 (dez) dias para produção, podendo ser prorrogado por igual período, desde que autorizado pelo Detran/DF.

Parágrafo Único. O pedido de fornecimento das etiquetas poderá ser devolvido ao DETRAN/DF, caso seja constatada alguma inconsistência de informações, desde que devidamente justificado em campo próprio constante no sistema informatizado.

Art. 16. Concluída a impressão, a fornecedora de etiquetas informará, via sistema, ao Detran/DF sobre a conclusão e entrega das cartelas de etiquetas, a empresa de desmonte solicitante.

CAPÍTULO IV

DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 17. A renovação da credenciada dependerá da observância das seguintes exigências:

I - apresentação do pedido de renovação com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de vencimento do credenciamento;

II - não ter sido reincidente em infração sujeita à aplicação da penalidade de suspensão por período superior a 30 (trinta) dias;

III - não haver sofrido a penalidade de impedimento de credenciamento;

§ 1º O pedido de renovação deverá ser formalizado com a apresentação dos documentos exigidos no §2º do art. 9º, incisos: I a XVII.

§ 2º A falta de apresentação do pedido de renovação, no prazo 60 (sessenta), será considerada como renúncia tácita ao credenciamento.

§ 3º Não acontecendo a renovação do credenciamento, e havendo interesse da empresa de se credenciar novamente, serão seguidas as regras do primeiro credenciamento.

§ 4º No caso de descumprimento, a empresa deverá disponibilizar toda a base de dados ao Detran/DF.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. 18. São direitos do credenciado:

I - exercer com liberdade suas prerrogativas, respeitados os dispositivos constitucionais, legais, normativos e regulamentares;

II - representar, perante as autoridades competentes, na defesa do exercício de suas prerrogativas.

Art. 19. São obrigações do credenciado:

I - executar suas atividades de forma adequada aos fins previstos nesta instrução, entendidas como aquelas que satisfaçam as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia;

II - manter a qualidade dos materiais utilizados na fabricação das etiquetas de rastreabilidade e segurança;

III - fornecer aos clientes nota fiscal dos serviços prestados;

IV - manter toda a documentação da empresa atualizada e disponível, sujeita à fiscalização pelo Detran/DF;

V - prestar contas de suas atividades, sempre que solicitado pelo Detran/DF;

VI - cumprir as disposições desta instrução e demais legislação e normas relativas à fabricação e fornecimento das etiquetas de rastreabilidade e segurança;

VII - manter o cadastro da empresa e de seus profissionais atualizado no sistema informatizado do Detran/DF;

VIII - manter as instalações, aparelhagem e os equipamentos técnicos em boas condições de uso;

IX - desempenhar suas atividades, segundo as exigências técnicas, burocráticas e em consonância com os preceitos éticos de correção profissional e moralidade administrativa;

X - submeter-se às fiscalizações administrativas promovidas pelo Detran/DF;

XI - prestar esclarecimentos e informações, sempre que solicitado pelo Detran/DF, acerca dos atendimentos realizados;

XII - iniciar suas atividades após a obtenção do credenciamento;

XIII - comunicar previamente ao Detran/DF qualquer alteração, modificação ou introdução técnica, operacional ou administrativa capaz de interferir na prestação dos serviços pela credenciada;

IXV - comunicar o extravio das etiquetas de rastreabilidade e segurança no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da ocorrência e, encontradas as etiquetas desaparecidas, as mesmas deverão ser entregues ao Detran/DF para inutilização, sem prejuízo de eventuais cancelamentos de informações no sistema informatizado;

XV - manter em estoque as etiquetas de segurança devidamente personalizadas e prontas para expedição, após aprovação do Detran/DF, em quantidade mínima para atender a 60 (sessenta) dias de consumo pelos empresários individuais ou sociedades pessoa jurídicas;

Parágrafo único. As etiquetas de rastreabilidade e segurança devem ser fabricadas e distribuídas com características e especificações regulamentadas no anexo IV da Resolução do Contran nº 611, de 24 de maio de 2016.

CAPÍTULO VI

DAS VEDAÇÕES

Art. 20. É vedado ao credenciado:

I - delegar, subcontratar ou terceirizar de qualquer forma atribuições relativas ao credenciamento que lhe forem conferidas, nos termos desta instrução;

II - exercer as atividades inerentes ao credenciamento, estando este suspenso, vencido ou cancelado, salvo autorização expressa e fundamentada do Diretor-geral do Detran/DF;

III - realizar suas atividades em desconformidade com os preceitos estabelecidos nessa instrução e demais legislações pertinentes;

IV - contratar servidores públicos em atividade no Detran/DF ou na pessoa jurídica credenciada para a atividade de desmontagem, comercialização de partes e peças usadas e recuperadas, provenientes de desmontagem de veículos automotores terrestres.

V - compor quadro societário de pessoa jurídica já credenciada junto ao Detran/DF para qualquer atividade.

Art. 21. Não será admitida a paralisação das atividades das empresas credenciadas, salvo quando necessária à realização de reformas essenciais que comprometam o normal funcionamento do local em que são exercidas as atividades de credenciamento, ou ainda, por motivos de força maior, sendo imprescindível a comunicação ao Detran/DF, sob pena de imediato impedimento para o exercício das atividades, sem prejuízo da aplicação de penalidade administrativa, inclusive de descumprimento.

Art. 22. O prazo de paralisação não poderá exceder 60 (sessenta) dias, ressalvada motivação relevante, previamente comunicada e aprovada pelo Detran/DF.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 23. A qualquer momento, sem prévio aviso, poderão ser desencadeadas ações de fiscalização administrativa na credenciada, onde os servidores da Carreira atividades de Trânsito, terão livre acesso aos dados relativos à administração, equipamentos, recursos técnicos e registro dos empregados, para fins de análise de documentos, procedimentos ou apuração de quaisquer irregularidades ou denúncias.

Art. 24. Os servidores do Detran-DF no exercício de suas atividades, verificando irregularidades, poderão adotar, preventivamente, as seguintes medidas administrativas:

I - solicitação a COCREP de bloqueio imediato do acesso ao sistema do Detran-DF pela credenciada e/ou pelo operador;

II - recolhimento de documentos e materiais físicos e digitais, mediante termo de recolhimento, para averiguação.

Parágrafo único. Em caso de constatação de irregularidades, será aberto processo para apuração do fato e a credenciada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 10 dias.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 25. O processo administrativo será iniciado pelo Detran/DF, de ofício ou mediante representação, visando à apuração das irregularidades praticadas pela credenciada, observados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

§ 1º Após a instauração do processo, da tipificação das irregularidades e da identificação do responsável, a entidade ou o profissional credenciado será citado para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Durante a instrução processual, será realizada ampla persecução probatória com análise documental, dados digitais, inspeções e diligências in loco, para o esclarecimento dos fatos investigados.

§ 3º Advindo documentos ou fatos processuais posteriores à apresentação da defesa, a entidade credenciada ou o profissional serão intimados para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º Finalizada a instrução processual, os autos serão enviados à Coordenação de Gestão de Credenciamento de Entidades e Profissionais - COCREP, para decisão em primeira instância.

§ 5º A entidade credenciada ou o profissional credenciados serão intimados da decisão de primeiro grau proferida pela COCREP por meio eletrônico ou por meio de ofício.

§ 6º Da decisão da COCREP, caberá recurso ao Diretor-geral do Detran/DF no prazo de 10 (dez) dias.

§ 7º A decisão de segunda instância será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, com a intimação da credenciada por meio eletrônico ou por meio de ofício.

§ 8º Somente após o trânsito em julgado da decisão administrativa, o Detran/DF tomará as providências para a efetivação da penalidade prevista.

§ 9º Os recursos previstos neste artigo e nesta Instrução não possuem efeito suspensivo, salvo se do ato impugnado decorrer prejuízo aos usuários, ao Detran-DF e à Administração Pública que não possa ser reparado após decisão final.

§ 10. No caso de risco iminente aos usuários do serviço, contratantes ou para a Administração Pública, o Detran-DF poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação da credenciada.

§ 11. A contagem dos prazos será realizada com a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do vencimento, inclusive os prazos para o cumprimento das penalidades

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 26. Da decisão da Cocrep caberá recurso ao Diretor-geral no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 27. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não tenha legitimação;

IV - depois de esaurida a esfera administrativa.

Parágrafo único. O não conhecimento do recurso não impede que a Administração reveja, de ofício, o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 28. A credenciada, responsável pela infração da qual decorrer o impedimento, poderá requerer reabilitação, decorrido o prazo de 2 (dois) anos do ato, sujeitando-se às mesmas regras previstas, para o credenciamento inicial.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 29. A credenciada estará sujeita às seguintes penalidades, independentemente das previstas na legislação de trânsito e Resoluções do Contran, e da responsabilidade civil e criminal que decorrer de atos por ela praticados:

I - advertência;

II - suspensão de até 90 (noventa) dias;

III - cassação de credenciamento pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Quando a infração praticada for passível de aplicação das penalidades de suspensão ou de cassação de credenciamento, a Gerfad poderá sugerir a COCREP, a suspensão preventiva das atividades do credenciado até a conclusão do processo.

Art. 30. Será aplicada a penalidade de advertência, quando a credenciada deixar de:

I - atender ao pedido de informação formulado pelo Detran/DF, no qual esteja previsto prazo para atendimento;

II - cumprir qualquer determinação emanada pelo Detran/DF ou setores responsáveis pela fiscalização administrativa, desde que não se caracterize como irregularidade, sujeita à aplicação da penalidade de suspensão ou cassação de credenciamento;

Art. 31. A advertência será escrita, formalmente encaminhada ao infrator e publicada no DODF, ficando registrada no histórico da credenciada para fins de antecedentes;

Art. 32. Será aplicada a penalidade de suspensão quando a credenciada:

I - for reincidente em infração a que se comine a penalidade de advertência independentemente do dispositivo violado, nos últimos doze meses;

II - deixar, injustificadamente, de fornecer as etiquetas à pessoa jurídica credenciada para a atividade de desmontagem, comercialização de partes e peças usadas e recuperadas, provenientes de desmontagem de veículos automotores terrestres, no prazo requisitado;

III - deixar de atender os chamados do Detran/DF e das pessoas jurídicas credenciadas para as atividades de desmontagem de veículos automotores terrestres, com o saneamento do problema, nos prazos estabelecidos no anexo único desta instrução.

Parágrafo único: Na aplicação da penalidade de suspensão serão levados em consideração os antecedentes, a gravidade dos fatos e a reparação do dano.

Art. 33. Será aplicada a penalidade de cassação de credenciamento quando:

I - houver inadequação grave dos serviços prestados, sob qualquer aspecto, pela pessoa jurídica credenciada ou do profissional envolvido no fato, sob aspecto técnico, moral, ético ou legal;

II - a pessoa jurídica credenciada for reincidente na prática de infração sujeita à aplicação da penalidade de suspensão, nos últimos doze meses;

III - fornecer etiquetas que não atendam aos requisitos de qualidade;

IV - ocorrer a prática de infração penal ou conduta moralmente reprovável atribuíveis aos seus proprietários ou diretores que, de alguma forma, haja incompatibilidade para o exercício da atividade, ora disciplinada, conforme apurado em processo administrativo.

Art. 34. A aplicação das penalidades ao credenciado, em primeira instância, é de competência da COCREP, após o regular processo administrativo.

Art. 35. A aplicação das penalidades previstas nesta instrução será precedida de apuração em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à credenciada e aos servidores envolvidos.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. As notificações tratadas nesta Instrução poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo, inclusive por meios eletrônicos e pelo sistema disponibilizado pelo Detran/DF, e serão destinadas aos representantes das pessoas jurídicas credenciadas.

§ 1º Havendo impossibilidade de se utilizar os meios descritos no Caput deste artigo, a notificação será realizada por Edital.

§ 2º O representante da empresa credenciada será obrigado a manter atualizados os dados cadastrais para fins de cumprimento das notificações tratadas no Caput deste artigo.

Art. 37. Fica vedado o uso dos símbolos e identidade visual (logomarca, brasões e congêneres) exclusivos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, bem como o registro e utilização do nome comercial ou fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca Detran/DF.

Art. 38. Os casos omissos e não previstos nesta instrução serão decididos pelo Diretor-Geral do Detran/DF, fundamentando o motivo da decisão.

Art. 39. Aplicam-se, subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº 9784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834, de 7 de dezembro de 2011.

Art. 40. Aplicam-se de imediato as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito-Contran, que promoveram alterações nas normas que fundamentam a presente Instrução.

Art. 41. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

INSTRUÇÃO Nº 109, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 2º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, c/c o artigo 100, inciso XLI do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007 e com base no parágrafo único do artigo 124-A da Lei Orgânica do Distrito Federal, introduzido pela Emenda à Lei Orgânica nº 64, de 25 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar no Anexo I da Instrução nº 798, de 21 de dezembro de 2022:

I - A nomenclatura dos códigos "04053, 04066, 04097 e 04098" para "Código 04053 Moto frete (SMF) - Substituição de Veículo", "Código 04066 Veículo de Som - Análise de Requerimento de Autorização ou Renovação Anual", "Código 04097 Transporte de Escolar (STCE) - Análise de Requerimento de Autorização para Execução de Serviço" e "Código 04098 Transporte de Escolar (STCE) - Reanálise de Requerimento de Autorização para Execução de Serviço", respectivamente;

II - A nomenclatura e valor dos códigos "04029, 04030, 04031, 04049, 04052, 04055, 04056, 04057, 04058 e 04060" para "Código 04029 Moto frete (SMF) - Autorização semestral, valor R\$190,00", "Código 04030 Moto frete (SMF) - Inclusão de Veículo, valor R\$190,00", "Código 04031 Moto frete (SMF) - Análise de Requerimento de Autorização, valor R\$225,00", "Código 04049 Transporte de Escolar (STCE) - Inclusão de Veículo, valor R\$53,00", "Código 04052 Transporte de Escolar (STCE) - Autorização de Tráfego por Veículo (Semestral), valor R\$53,00", "Código 04055 Transporte de Escolar (STCE) - Registro de Condutor (Anual), valor R\$53,00", "Código 04056 Transporte de Escolar (STCE) - Renovação da Autorização para Execução de Serviço (36 meses), valor R\$ 384,00", "Código 04057 Transporte de Escolar (STCE) - Substituição de Veículo, valor R\$53,00", "Código 04058 Transporte de Escolar (STCE) - Renovação de Autorização de Tráfego por Veículo (Semestral), valor R\$53,00" e "Código 04060 Transporte de Escolar (STCE) - Renovação de Registro de Condutor (Anual), valor R\$53,00", respectivamente.

III - Excluir os códigos 04061, 04068, 04071 e 04072.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

INSTRUÇÃO Nº 110, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 100, inciso XLI do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 27.784 de 16 de março de 2007, publicado no DODF nº 54 de 19/03/2007, Processo 00055-00012087/2023-45, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 84/2020, de 25 de março de 2020, publicada no DODF nº 40B, de 27/03/2020, pág. 03, alteradas pelas Portarias nº 206/2020, de 08 de Julho de 2020, publicada no DODF nº 131, de 14/07/2020, pág. 46 e nº 135/2022, de 13 de junho de 2022, publicada no DODF nº 117, de 13/06/2022, pág. 72.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 43, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V da Portaria SEMOB nº 23 de 11/01/2023, publicada na Edição nº 11, de 16/01/2023, do Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, resolve:

Art. 1º Prorrogar os trabalhos apuratórios desenvolvidos pela comissão tomadora do procedimento de TCE instaurada pela Portaria SEMOB nº 85, de 19/07/2022, reinaugurada por intermédio da Portaria nº 32, de 26 de setembro de 2022, e da Portaria nº 175, de 11 de dezembro de 2022.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) para o término da instrução e emissão do relatório conclusivo e circunstanciado do procedimento de Tomada de Contas Especial - TCE citado no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRO PINHO CARREIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E DE IGUALDADE RACIAL CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (CODIPR)

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, foi realizada, de forma presencial, no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), a Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial (CODIPR). Participaram da reunião: O Sr. Diego Moreno de Assis e Santos, Presidente do Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; a Sra. Anaildes Gomes da Hora (Mãe Ana), vice-presidente do Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial (CODIPR), representante da Ilé Asé Omi Lâyô; a Sra. Conselheira Edcleide Martins Honório, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; a Sra. Conselheira Mariana Mota da Silva, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; a Sra. Conselheira Nelzimar Maria Batista da Costa Ribeiro, representante da Associação Maria de Nazaré; a Sra. Conselheira Thânisia Marcela Alves Cruz, representante do Coletivo Yaa Asantewaa; o Sr. Conselheiro Mauro Ribeiro Barbosa, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação; e o Sr. Conselheiro Wilson Barbosa da Silva, representante da Aliança de

Negras e Negros Evangélicos do Brasil; a Sra. Raab Simões, secretária executiva do CODIPIR; A Sra. Maria Verônica Monteiro Pereira, assessora técnica do CODIPIR. ABERTURA: Verificado o quórum regimental, iniciou-se a reunião. O Sr. Diego Moreno de Assis e Santos, Presidente do CODIPIR, recebeu o Colegiado, deu boas-vindas a todos, justificou a sua ausência na reunião passada (8ª Reunião do Colegiado) e agradeceu a vice-presidente do CODIPIR, Anaildes da Hora (Mãe Ana) por tê-la conduzido. Item 1) Da aprovação da Ata da reunião do mês de novembro de 2022: O Sr. Presidente Diego Moreno de Assis e Santos, junto ao colegiado presente, confirmou a aprovação da Ata da 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Item 2) Da V Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial (CONDIPIR) realizada nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2022: O Sr. Presidente Diego Moreno de Assis e Santos agradeceu aos servidores participantes da CONDIPIR, destacando a atuação e empenho dos servidores da SEJUS mediante as dificuldades encontradas na referida conferência, dando ênfase ao sucesso do formato virtual e abertura oficial do evento transmitida via Youtube, sendo este elogiado por outros Conselhos, inclusive o de Rio Grande do Sul, que solicitou orientação quanto a usar a metodologia da conferência distrital, sobretudo o programa usado nas eleições dos delegados. Presidente Diego ainda acrescentou que foi a primeira conferência distrital ON LINE e que foi inusitada para todos. Também disse que a abertura oficial do evento teve um grande quórum e que as propostas foram executáveis tanto para o GDF, quanto para a Nacional. A Sra. Vice-presidente Mãe Ana reafirma as dificuldades enfrentadas no dia da Conferência e reforça a necessidade dos agradecimentos aos servidores da Sejus. A Sra. Mãe Ana traz a necessidade de treinamento para os delegados que participarão da V CONAPIR e acrescenta que fica triste com o esvaziamento das reuniões do colegiado e que falta compromisso dos conselheiros. O Sr. Diego Moreno concorda com a necessidade de reunião prévia com os delegados no sentido de orientá-los para que o DF tenha um nível ótimo para a V CONAPIR. Também o presidente Diego Moreno traz a proposta de calendário para os encontros. Decide, portanto, trazer tal proposta como pauta para a próxima reunião, apresentando e aprovando o calendário para o encontro com os delegados. Mãe Ana afirma que tal calendário deve ser aprovado no mês de fevereiro com encontros marcados para os meses de março e abril de 2023, independentes das reuniões ordinárias. A Sra. Raab Simões propõe calendário 2022 para os eventos do CODIPIR relacionados com os temas do Conselho. O Sr. Pastor Wilson sugere observar as datas do Regimento para a aprovação do calendário de eventos do CODIPIR. A Sra. Edcleide Honório traz a sugestão de entrar em contato com a Diretoria de Ensino para verificação de datas comemorativas. A vice-presidente do CODIPIR, Mãe Ana, relembra sugestão de roda de conversa desmistificando a religião de matriz africana – Candomblé, na qual seriam atendidos questionamentos pertinentes e passíveis de serem respondidos a não adeptos, de forma a não comprometer a liturgia da religião. A sra. Conselheira Mariana Mota propõe trazer como pauta para a próxima reunião sugestões acerca da reorganização das Comissões, tendo em vista que muitos não participam. O sr. Conselheiro Pastor Wilson reforça a necessidade de compromisso por parte dos Conselheiros assim como reitera seu sentimento de orgulho de pertencer ao Órgão que organizou a Conferência Distrital, como também parabeniza a direção do evento. O Sr. Diego Moreno reitera seus agradecimentos aos servidores da SEJUS, tanto efetivos como comissionados. A sra. Conselheira Edcleide Honório confirma os elogios aos servidores. Item 3) Informes gerais: A sra. Raab agradece e parabeniza Virginia Viana pelos serviços prestados com excelência ao CODIPIR, durante o tempo que ficou assessorando aquele Conselho. O presidente Diego apresenta aos conselheiros presentes a nova servidora do CODIPIR, Assessora técnica, Maria Verônica Monteiro. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 17h, sendo que eu, Raab Simões, Secretária Executiva do Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial (CODIPIR), lavrei a presente ata.

DIEGO MORENO DE ASSIS E SANTOS
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 30, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e IV, do art. 2º da Portaria nº 62 - DF LEGAL, de 16 de setembro de 2020, c/c o Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamentou os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e considerando o que consta do Processo: 04017-00003278/2023-97, resolve:

Art. 1º Aprovar e tornar público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística – DF LEGAL, ciclo 2023-2024, aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC/DF-LEGAL, em conformidade com o disposto nos Decretos nº 37.574, de 26 de agosto de 2016, e 40.015, de 14 de agosto de 2019. Art. 2º O inteiro teor do PDTIC encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico <www.dflegal.df.gov.br>.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AIRTON LIRA

UNIDADE DE INSTRUÇÃO E ANÁLISE DE RECURSOS JUNTA DE ANÁLISE RECURSOS

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA JUNTA DE ANÁLISE DE RECURSOS, DA UNIDADE COLEGIADA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DE ORDEM URBANISTA DO DISTRITO FEDERAL – DF LEGAL, com a atribuição de julgar, em segunda e última instância. Os processos administrativos fiscais e de exigência de créditos tributários oriundos do exercício do poder de polícia. Conforme Artigo 10 da Lei nº 6.302 de 16 maio de 2019 e no uso das atribuições previstas no Artigo 91, inciso XIV da Portaria nº 30, de 1º de abril de 2020, publicada no DODF nº 79, de 28 de abril de 2020, página 17, resolve:

Art. 1º Torna público acórdão e ementas referentes aos processos administrativos fiscais, julgados pela junta de Análise de Recursos – JAR, nos meses de janeiro, agosto, setembro e dezembro de 2022 e 2023, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas:

Art.2º Intimar, no caso de improviso ou recurso não conhecido dos Autos de Infração, os respectivos sujeitos passivos abaixo, a pagar a multa, por meio de documento de Arrecadação – DAR, que poderá ser obtido nos núcleos de Atendimento ao Cidadão nas Regiões Administrativas. Coordenação de Núcleos de Atendimento ao Cidadão - Atendimento ao Cidadão, localizado no. SIA Trecho 03. lotes: 1545/155 – SIA/DF, sob pena de inscrição de débito em Dívida Ativa. Caso a multa já tiver sido paga. Desconsiderar essa intimação:

Art. 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA.
Presidente, Substituto

ACÓRDÃO Nº 36/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo nº 0361006428/2016. Recorrente: DILLAS ACADEMIA LTDA – ME. Relator: GERVÁSIO NUNES DE OLIVEIRA ALVES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A lei 5547/2015 veda o exercício de atividade econômica sem licença de funcionamento ou em desacordo o licenciamento emitido. 2. A legislação, retro mencionada, é bastante clara e contundente quando estabelece que somente após a obtenção do licenciamento o estabelecimento pode iniciar o funcionamento de suas atividades. 3. De acordo com autos é possível concluir que a multa procede e está de acordo com as normas. Contudo deverá ser reduzida para R\$ 4.128,09, de acordo com o memorial de cálculo. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de agosto de 2022.

ACÓRDÃO Nº 37/2023

Órgão: 1ª Câmara. Classe: Recurso de Ofício. Processo: 04017-00002256/2019-23 Recorrente: UTJ. Relator: GERVÁSIO NUNES DE OLIVEIRA ALVES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA SEM LICENCIAMENTO - ANULAÇÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1.A Lei 2.105/98 diz que toda obra pública ou privada só podem ser iniciadas após o licenciamento e determina multa por descumprimento ao Código de Obras. 2. A obra se encontra sem licenciamento em decorrência da anulação do Alvará de Construção e dos Projetos Aprovados emitidos anteriormente. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 30 de setembro de 2020.

ACÓRDÃO Nº 38/2023

Órgão: 2ª CÂMARA. Classe: RECURSO VOLUNTÁRIO. Processo: 04017-00018430/2020-93. Interessado: FLAMINGO COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S/A. Relator: NIRASIO DE SOUZA ARAUJO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº E 007457-FAU. VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO ART. 1º, II DA LEI 972/1995 C/C. ART. 3º, II, § 2º DO DECRETO 17.156/1996. RECURSO IMPROVIDO. 1. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 3. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, DESCONHECER DO RECURSO e, no mérito, considerar a INTEMPESTIVIDADE. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 28 de janeiro de 2022.

ACÓRDÃO Nº 39/2023

Órgão: 2ª CÂMARA. Classe: Recurso Voluntário. Processo nº: 04017-00006514/2019-41. Recorrente: RAIMUNDA RIBEIRO OLIVEIRA. Relatora: Ana Ilsa Dias de Lucena. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Água servida lançada em área pública, contrariando a Lei nº 972/1995. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE de 31 de agosto de 2021.

ACÓRDÃO Nº 40/2023

Órgão: 1ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. PROCESSO: 04017-00009173/2020-07. INTERESSADO: ADELSON SOARES DE OLIVEIRA. Recorrido: DF LEGAL. Relatora: Conselheira CRISTIANE NINA ANTUNES. EMENTA: AUTO DE INTERDIÇÃO. PANDEMIA MUNDIAL. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. 1. pandemia, impossibilidade de adquirir licença. 2. Incorreta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos do DF-Legal CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 14 de dezembro de 2021.

ACÓRDÃO Nº 41/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00025138/2020-27. Interessado: WAGNER DE LIMA RODRIGUES JUNIOR. Assunto: AUTO DE INFRAÇÃO Nº D 879700-OEU, de 06/10/2020. Relator: NIRASIO DE SOUZA ARAUJO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº D 879700-OEU, DE 06/10/2020. VIOLAÇÃO AOS TERMOS DO (S) ARTIGOS 15, INCISO III E VI; 22; 50 E 123, § 4º, II DA LEI Nº 6.138/2018, EM EXECUTAR EDIFICAÇÃO NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO EM ÁREA PÚBLICA FORA DOS LIMITES DA PROPRIEDADE PARTICULAR EM PREJUÍZO DA ACESSIBILIDADE DOS TRANSEUNTES. RECURSO IMPROVIDO. 1. Art. 22. Toda obra só pode ser iniciada após a obtenção da licença de obras, exceto nos casos de dispensa expressos nesta Lei; 2. § 5º as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade; 4. Correta a aplicação da penalidade nos termos da legislação vigente. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 26 de agosto de 2022.

ACÓRDÃO Nº 42/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCESSO: 04017-00015115/2021-95. RECORRENTE: VILA CLUB BOATE LTDA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL COM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS NO ESTABELECIMENTO. EM DESCONFORMIDADE COM AS MEDIDAS DE PROTOCOLOS DE SEGURANÇA RECOMENDADOS PELAS AUTORIDADES SANITÁRIAS. 1. Inobservância com penalidade prevista no(s) Artigo(s) 13, § 2º, do Decreto 41.913/2021. Art. 13. Os órgãos que compõem a Força Tarefa ficam autorizados a promover, total ou parcialmente, a interdição imediata de atividades econômicas e estabelecimentos que descumpram as restrições impostas neste Decreto, pelo prazo de até sessenta dias, na hipótese de constatar, concretamente, em auto de infração motivado, a aglomeração de pessoas nas dependências do estabelecimento fiscalizado ou descumprimento grave das medidas de proteção contra a disseminação do Novo Coronavírus. § 2º O descumprimento das medidas indicadas no caput autoriza a imposição cumulativa de multa de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com a gravidade da situação constatada pela fiscalização. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME e por MAIORIA, quanto ao valor aplicado na multa, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 43/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00001762/2020-39. RECORRENTE: CITROS PONTES DISTRIBUIDORA DE LARANJA EIRELI. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Resíduos sólidos lançados em área pública, contrariando a Lei nº 972/1995. Lei 972/95: Art. 1º. Constituem-se atos lesivos à limpeza urbana: II – depositar, lançar ou atirar, em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificados ou não, resíduos sólidos de qualquer natureza. Decreto 17.156/96. Art. 3º. Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, as infrações às normas indicadas no art. 1º serão punidas com as seguintes penalidades: II – multa. § 2º - A multa deve ser expedida, imediatamente, através da lavratura do auto de infração, exceto em autuações a unidades residenciais individuais, por deposição de lixo fora do horário ou por acondicionamento inadequado, casos em que a notificação preliminar é obrigatória. (Texto com a redação dada pelo Decreto 18.369, de 26/06/1997, publicada no DODF de 27/06/1997 p. 4699). 2. Correta a aplicação da penalidade prevista na legislação em vigor. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 44/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00005288/2021-03. RECORRENTE: PIVOT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA. AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO OBSERVAÇÃO AS NORMAS DE CUMPRIMENTO AO PGRS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei 5.610/2016: Art. 6º. Sem prejuízo das demais responsabilidades, o grande gerador deve: II - elaborar e disponibilizar ao Poder Público, sempre que solicitado, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, do Decreto federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e das demais normas pertinentes; V - promover a segregação na origem dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais e do seu plano de gerenciamento. e, Código 1.2 do Anexo Único do Decreto 39.981/2019, “Deixar de observar as normas pertinentes para acondicionamento, segregação, apresentação para coleta...”. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista na legislação em vigor. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de Brasília/DF, 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 45/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012121/2021-91. RECORRENTE: RICARDO SILVA DE LIMA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. O AUTUADO FOI FLAGRADO EM ESPAÇO SEM A MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL DE USO OBRIGATÓRIO, EM DESACORDO COM ESTABELECIDO NO DECRETO Nº 40.648/2020. RECURSO IMPROVIDO. 1. Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade da utilização de máscaras de proteção facial, conforme orientações da Secretaria de Estado do Distrito Federal, em todos os espaços públicos, vias públicas, equipamentos de transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços e nas áreas de uso comum dos condomínios residenciais e comerciais, no âmbito do Distrito Federal, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias. (Artigo alterado(a) pelo(a) Decreto 40831 de 26/05/2020)” Art. 3º A inobservância do disposto na Lei 6.559, de 23 de abril de 2020 e neste Decreto sujeita o infrator à penalidade de multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), se pessoa física, e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), se pessoa jurídica, sem prejuízo da responsabilidade criminal apurada pela autoridade policial competente. (Artigo alterado(a) pelo(a) Decreto 40777 de 16/05/2020). 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária. 3. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 46/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00027884/2021-36. Recorrente: Leandro Cardoso Cruz. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 47/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00012788/2021-93. Recorrente: Obra Hortifrutti Comércio e Importação de Frutas Ltda. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. FECHAMENTO DA GALERIA DE CIRCULAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 48/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00016706/2020-07. Recorrente: Josien dos Santos Ramos. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 49/2023

Órgão: 2ª Câmara.. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00025079/2020-97.. Recorrente: Phoenix Tower Participações S.A. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. FALTA DE COMPETÊNCIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/DF LEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 50/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00025383/2020-34. Recorrente: Ramon Claudino Dias. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM EXECUÇÃO EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DETÉM PODER DE POLÍCIA E DISCRICIONÁRIO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 51/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00006951/2021-89. RECORRENTE: RAFAEL LEITE DE OLIVEIRA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL EXERCENDO ATIVIDADE DE BAR COM AGLOMERAÇÃO NO LOCAL NÃO OBSERVADO OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 6.559/2020 dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimento públicos, indústrias, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades públicas e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências; e Decreto nº 40.648/2020 determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID 19 causada pelo novo coronavírus. 3. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 52/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00025468/2020-12. RECORRENTE: KAROLYNE DE C. VALENÇA -MERCEARIA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL PERMITINDO O ACESSO E/OU A PESSOAS MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL, DE USO OBRIGATÓRIO, EM SUAS DEPENDÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei 6.559, de 23 de abril de 2020, dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, indústrias, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades públicas e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências; Decreto nº 40.648/2020, de 23 de abril de 2020, determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 53/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015616/2020-91. RECORRENTE: EDUARDO CARNEIRO VEIGA JARDIM. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA:

AUTO DE INFRAÇÃO. O AUTUADO FOI FLAGRADO EM ESPAÇO PÚBLICO SEM A MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL DE USO OBRIGATÓRIO, EM DESACORDO COM ESTABELECIDO NO DECRETO Nº 40.648/2020. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 40.648, de 23 de abril de 2020 - Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária. 3. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 54/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013302/2020-53. RECORRENTE: G.P. DA SILVA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE EM DESACORDO COM O HORÁRIO ESTABELECIDO NO DECRETO 40.817/2020. ATIVIDADE VENDA DE COLCHÕES. RECURSO PROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015 dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências; e Decreto nº 40.817/2020 – dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Os atos administrativos gozam da presunção de legalidade ou legitimidade. Em que pese se tratar de presunção relativa, o ônus da prova de irregularidade incumbe a parte interessada ou quem alega o vício. 4. O art. 53 da Lei nº 9784/1999 preceitua que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. 5. O Auto de infração nº D 104713-AEU, de 21/07/2020, foi lavrado com fundamentação em normas não vigente (Decreto nº 40.817/2020 foi revogado no dia 02/07/2020) o que tornou o auto passível de nulidade pela falta de fundamentação legal vigente. 6. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 55/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00001368/2020-09. RECORRENTE: PAULO HENRIQUE AZEVEDO DOS SANTOS. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE ECONÔMICA DE BAR E DISTRIBUIDORA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO DESCUMPRINDO A NOTIFICAÇÃO Nº D 106756-AEU, 27/07/2019. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015 – dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 56/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00008629/2021-94. RECORRENTE: GUSTAVO CARVALHO DE VASCONCELOS. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. O AUTUADO FOI FLAGRADO EM LOCAL PÚBLICO OU DESLOCAMENTO NÃO PERMITIDO, EM DESCUMPRIMENTO O TOQUE DE RECOLHER DETERMINADO PELO DECRETO 41.913/2021. RECURSO IMPROVIDO. 1. Violação aos termos do artigo 18, § 3º, do Decreto 41.913/2021: Art. 18. Todos os estabelecimentos privados deverão encerrar as suas atividades às 22h. § 3º O deslocamento urbano realizado, por qualquer meio, em desconformidade com as regras do presente Decreto autorizará o encaminhamento imediato do autor do fato à autoridade policial competente para as providências cabíveis, sem prejuízo da imposição de multa individual no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser cominada pela Força Tarefa, mediante registro motivado, no auto de infração, do horário do deslocamento, da identidade do infrator e do local em que for abordado. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária. 3. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 57/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00014938/2021-01. RECORRENTE: MARIA GONÇALVES DA CRUZ 49453602191. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA:

AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE COMERCIAL.VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS FORA DO HÓRARIO ESTABELECIDO PELO DECRETO Nº 41.913/2021.RECURSO IMPROVIDO. 1. Artigo 8º, do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista no Artigo 14, inciso III, do Decreto 41.913/2021. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração 3. Correta a aplicação da penalidade prevista no Decreto nº 41.913/2021. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 58/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012009/2021-50. RECORRENTE: ANTENOR FERREIRA DE ANDRADE ME. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. O AUTUADO FOI FLAGRADO EXERCENDO ATIVIDADE COMERCIAL, EM DESCUMPRIMENTO O TOQUE DE RECOLHER DETERMINADO PELO DECRETO 41.913/2021.RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância no(s) Artigos 16 e 18, do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista no Artigo 14, do Decreto 41.913/2021. 2. Correta a aplicação da penalidade pecuniária. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 59/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00002423/2021-51. RECORRENTE: DAHER COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS ALINHAMENTO DE VEÍCULOS EIRELI RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MEIO DE PROPAGANDA (FAIXAS) AFIXADAS EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 46, inciso III da Lei 3.036/2002. 2. Faixa afixada em desacordo com a legislação vigente. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 60/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00003706/2018-80. Recorrente: Silco Engenharia Ltda. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA QUE SOFREU ANULAÇÃO DO LICENCIAMENTO E CARTA DE HABITE-SE. ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE ANULOU O LICENCIAMENTO E CARTA DE HABITE-SE. RECURSO PROVIDO. 1. Anulação de Ato Administrativo devido à ocorrência de Decadência. 2. Perda de objeto do Auto de Notificação devido a ausência de irregularidade. 2. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. NÃO UNÂNIME, ficou pela maioria, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 61/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00030151/2021-89. Recorrente: Lourinaldo de Oliveira. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: RELATÓRIO DE VISTORIA DE HABITE-SE. NOTA TÉCNICA GARANTE QUE FORAM ATENDIDOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS SOB EXIGÊNCIA DA DF LEGAL. RECURSO PROVIDO. 1. Art. 63 da Lei 6.138/2018, define os requisitos para obtenção da Carta de Habite-se. 2. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 62/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00008758/2021-82. Recorrente: Aldemo Serafim Garcia Júnior. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores

Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 63/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00014555/2021-25. Recorrente: Nadra Neves de Andrade. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Constitui infração gravíssima à Lei 6.138/2018 o descumprimento de auto de embargo. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 64/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00020185/2021-65. Recorrente: Patrícia Alves da Costa Musskopf. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir intimação demolitória. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 65/2023

ÓRGÃO:2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00014140/2020-71. RECORRENTE: ALYSON PEREIRA DE ARAUJO. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE OFICINA DE MOTOS SEM A LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.MULTA APLICADA PELO DESCUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO PREVIA.RECURSO IMPROVIDO. 1. LEI Nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 66/2023

ÓRGÃO:2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00005782/2020-89. RECORRENTE: SALUTE LOUNGE BAR LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO.EXERCENDO ATIVIDADE DE BAR COM ENTRETENIMENTO, CNAE 5611-2/05 FORA DO HORÁRIO FIXADO NA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.RECURSO IMPROVIDO. 1. LEI Nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 67/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00003476/2020-16. RECORRENTE: THIAGO DE F. OLIVEIRA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECEMENTO EXERCENDO ATIVIDADE DE BARES E OUTROS ESTABELECEMENTO ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS FORA DO HORÁRIO PERMITIDO NA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO/RL. RECURSO IMPROVIDO. 1. LEI Nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a

lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 68/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00006959/2021-45. RECORRENTE: R. F. SILVA BEBIDAS. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS. AUTUADO POR NÃO OBSERVÂNCIA DOS PROTOCOLOS, HORÁRIOS OU MEDIDAS PREVISTAS NO DECRETO 40.939/2020: NÃO AFERIR A TEMPERATURA; NÃO MANTER O DISTANCIAMENTO ENTRE AS PESSOAS; SEM USO DE MÁSCARA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 40.939/2020, o qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências; e Lei nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 69/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00020647/2021-44. Recorrente: JB Mecânica Montagem e Pintura Ltda. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO E NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 70/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00003163/2021-31. Recorrente: Maria do Carmo de Sousa. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Constitui infração leve à Lei 6.138/2018 a execução de obra, passível de regularização, sem o devido licenciamento. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 71/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00015367/2020-33. Recorrente: Condomínio do Complexo Ilhas do Lago. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 72/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00020079/2020-09. Processo: 04017-00020079/2020-09. Recorrente: Maria Célia Petruccio Cabral. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº73/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00012562/2021-92. Recorrente: Sérgio Rodrigues Freire. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA PÚBLICA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 74/2023

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: Nº0401700016935202102. RECORRENTE: CONDOMÍNIO ILE SAINT LOUIS RESIDENTIAL. Relator: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente, visto que não houve prova de licenciamento prévio da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 75/2023

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO: Nº0401700016190202254. RECORRENTE: MARCIO CARDOSO DA ROCHA. Relator: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente, visto que não houve prova de licenciamento prévio da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 76/2023

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTARIO. PROCESSO: Nº04017-00028085/2022-68. RECORRENTE: JOÃO BATISTA DE SOUSA. Relator: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente, visto que não houve prova de licenciamento prévio da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 77/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700018148202197. Conselheiro Saulo Malcher Ávila. INTERESSADO: CAROLINA VILLELA PERCHE CARNEIRO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 15 INCISO III, 22 E 50 INCISOS I E II, 122 E 124 INCISO I DA LEI 6.138/2018. REALIZAÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DO PRAZO FIXADO NA EXIGÊNCIA. I – O Código de Obas do Distrito Federal, Lei n. 6.138/2018 exige a obtenção de licenciamento antes do início de obras. II – Os elementos nos autos são aptos a concluir que a Parte atuada descumpriu de forma injustificada a exigência no Auto de Notificação. III – Correta a atuação fiscal. IV – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 78/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700000447202094. Conselheiro Saulo Malcher Ávila INTERESSADO: FERNANDA DA SILVA MONTEIRO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. FUNDAMENTO LEGAL NO AUTO INDICA O ART. 22 DA LEI 6.138/2018.

INFILTRAÇÃO EM IMÓVEL VIZINHO. ATUAÇÃO FISCAL TEVE SEU FIM PRIMEIRO ATINGIDO. PRELIMINAR DE OFÍCIO. I – Auto de Notificação indicou o art. 22 da Lei n. 6.138/2018 como dispositivo legal violado. II – Constatada a ausência de identidade entre o dispositivo apontado e o fato objeto da fiscalização, resta configurada violação ao artigo 164 do Decreto n. 39.272/2018. III – Aplicação da Súmula 473/STF, uma vez que cabe à Administração Pública rever/anular seus autos, de ofício, quando evitados de nulidade. IV – Atuação fiscal atingiu seu fim primeiro, havendo elementos nos autos que indicam não mais existir infiltrações em imóveis vizinhos ao objeto da ação fiscal, restando possibilitado a terceiros prejudicados que acionem a ouvidoria deste Ente. IV – Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 79/2023

PROCESSO: 04017-00023828/2021-22. INTERESSADO: DALLA'S PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELI. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL COM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS EM SUAS DEPENDÊNCIAS. RECURSO PROVIDO. 1. Decreto nº 41.913/2021 - dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID 19 (Sars Cov 2), e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. O Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública do DF havia julgado "PROCEDENTE o pedido para declarar nulo o auto de interdição n. D-0579-16319949-AEU e do auto de infração D-0367-163019976-AEU, com a autorização para a reabertura do estabelecimento da parte autora. 4. Em Ofício nº 003616/2013 – GEBIN/DIOPE/SUOP/SEGER/PGDF, 23 de janeiro de 2023, comunicou está Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, DF LEGAL, para adoção de providência cabíveis, a extinção do processo judicial em epígrafe, em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença que julgou o pedido inicial para anular os autos de interdição e de infração objeto da lide. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DA PROVIMENTO, mantendo a nulidade do Auto de Infração por determinação judicial. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 80/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00020085/2020-58. Conselheiro Saulo Malcher Ávila INTERESSADO: FLÁVIO ROGÉRIO BERNARDES AMORIM. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ART. 15, 22, 54, IV DA LEI 6.138/2018. ÁREA PÚBLICA UTILIZADA COMO CANTEIRO DE OBRAS SEM LICENCIAMENTO. I – Elementos nos autos demonstram que a área pública continuou a ser utilizada como canteiro de obras, após o exaurimento do prazo fixado no Auto de Notificação. II – Configurada violação aos art. 15, 22, 54, IV da Lei 6.138/2018. III – Atuação fiscal indene de vícios. IV – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 81/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700022472202118. Conselheiro Saulo Malcher Ávila. INTERESSADO: CONDOMÍNIO DO BLOCO K DA SQS 206. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ART. 15 INCISO III, 22 E 50 INCISOS I E II, 122 E 124 INCISO I DA LEI 6.138/2018. FECHAMENTO DE ÁREA COMUM SEM LICENCIAMENTO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL É A EM VIGOR NO MOMENTO DA AÇÃO FISCAL. I – Sucessivas prorrogações de prazo concedidas pela Administração, sem que o particular atendessem a exigência no Auto de Notificação. II – A Lei 6.138/2018 é aplicável ao caso, uma vez que era a vigente no momento da ação fiscal. Precedente do e. TJDF. III – A cessão de direito de uso realizada pelo Condomínio não o isenta de obter o devido licenciamento. IV – Atuação fiscal indene de vícios. V – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 82/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013385/2020-81. Conselheiro Saulo Malcher Ávila. INTERESSADO: SERV-CAR DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA (POSTO ITIQUIRA). EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 22 DA LEI 6.138/2018. REALIZAÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO. I – A Lei 6.138/2018 exige que a obtenção de licenciamento antes do início da execução de obras. II – Fiscalização constatou que a edificação existente no local possui área muito superior à licenciada. IV – Atuação fiscal indene de vícios. V – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de

Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 83/2023

PROCESSO: 04017-00020679/2022-21. INTERESSADO: RENATO BORGES. Relator: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA COM DISPENSA DE LICENCIAMENTO PRÉVIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, no inc. I, do art. 23, prevê que a execução de cercamento de área, dentro dos limites da propriedade ou posse permitida, dispensa o processo de licença pela administração pública. 2. A obra enquadra-se na legislação vigente, visto que não há exigência de licenciamento prévio para realização da obra. 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 84/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 0401700004627202045. Recorrente: MARTINS E COELHO LTDA – EPP. Relator: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO PRÉVIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente, visto que não houve prova de licenciamento prévio da obra. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 85/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004296/2021-24. Conselheiro Saulo Malcher Ávila: INTERESSADO: SUELLEN ALVES DA COSTA RIVEIRA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ART. 15, 22 E 50 DA LEI 6.138/2018. OBRA SEM LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DO PRAZO FIXADO PARA CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA. CUMPRIMENTO INTEMPESTIVO. I – Ação fiscal constatou a execução de obras sem o prévio licenciamento, como determina Lei n. 6.138/2018. II – Descumprimento injustificado do prazo fixado no Auto de Notificação para cumprimento da exigência. III – Atuação fiscal indene de vícios. IV – Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por CONHECER o Recurso e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 86/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00000683/2021-91. RECORRENTE: EDMO CRISTIANO ROSA VINHAL EIRELI. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MEIO DE PROPAGANDA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. MULTA DIRETA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do artigo 59, inciso IV da Lei 3.035/2002 regulamentada pelo Decreto nº 28.134, de 12 de julho de 2007. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 87/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015047/2021-64. RECORRENTE: WALESON RODRIGUES COSTA GUIMARÃES. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL. PERMITINDO ACESSO DE PESSOAS SEM MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL, EM SUAS DEPENDÊNCIAS. EM DESCUMPRIMENTO AO DECRETO 40.648/2020. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do(s) Artigo(s) 1º, da Lei nº 6.559/2020 e Artigos 1º § 2º, do Decreto 40.648/2020, com penalidade prevista no(s) Artigo(s) 3º, da Lei 6.559/2020 e Artigo 3º § 3º, do Decreto 40.648/2020. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 88/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015047/2021-64. RECORRENTE: WALESON RODRIGUES COSTA GUIMARÃES. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL.PERMITINDO ACESSO DE PESSOAS SEM MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL, EM SUAS DEPENDÊNCIAS.EM DESCUMPRIMENTO AO DECRETO 40.648/2020. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do(s) Artigo(s) 1º, da Lei nº 6.559/2020 e Artigos 1º § 2º, do Decreto 40.648/2020, com penalidade prevista no(s) Artigo(s) 3º, da Lei 6.559/2020 e Artigo 3º § 3º, do Decreto 40.648/2020. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 89/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00005702/2021-76. RECORRENTE: ALEONDES CAETANO SOBRINHO. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS /DESCARTADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos dos artigos 1º, inciso II da Lei 972/1995 - Resíduos sólidos lançados/descartados em área pública. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 90/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00021076/2020-84. Recorrente: Galeno Edgar Fortaleza Brandes e Outros. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 91/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00020193/2021-10. Recorrente: Edimar Lucas da Silva. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir intimação demolitória. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 92/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00021687/2021-11. Recorrente: Noble House Empreendimentos Imobiliários. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 93/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012633/2021-57. RECORRENTE: A M DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO.VENDA DE BEBIDAS FORA DO HÓRARIO ESTABELECIDO PELO

DECRETO Nº 41.913/2021.ATIVIDADE EXERCIDA: BAR/DISTRIBUIDORA.RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 41.913/2021 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID 19 (Sars Cov 2), e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista no Decreto nº 41.913/2021. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 94/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015266/2020-62. RECORRENTE: CJ TERTULIANO DA SILVA – BAR E MERCEARIA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE BAR FORA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO FIXO NA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 95/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00019698/2021-23. RECORRENTE: MUSTAFA HOOKAH LOUNGE BAR E EVENTOS LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO.ESTABELECIMENTO “HOOKAH” COM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS EM SUAS DEPENDÊNCIAS. HOOKAH LOUNGE BAR.RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 41.913/2021, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID 19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 25 de janeiro de 2022.

ACÓRDÃO Nº 96/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011723/2021-21. RECORRENTE: K.M COMERCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO.ESTABELECIMENTO DESCUMPRINDO TOQUE DE RECOLHER ESTABELECIDO PELO DECRETO Nº 41.913/2021.RECURSO PROVIDO. 1. Decreto nº 41.913/2021, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID 19 (Sars-Cov-2), e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. O art. 53 da Lei nº 9784/1999 preceitua que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. 4. Divergência em uma situação fática encontrada na ação fiscalizatória e o enquadramento legal. 5. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 97/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00020583/2020-09. RECORRENTE: ALEX NUNES PINTO LANCHONETE. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EMPRESA DESCUMPRINDO NOTIFICAÇÃO PREVIA.RECURSO IMPROVIDO. 1. LEI Nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2022.

ACÓRDÃO Nº 98/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011715/2021-84. RECORRENTE: LANCHONETE E RESTAURANTE DO VALDIR EIRELI ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS EM SUAS DEPENDÊNCIAS. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 41.913/2021, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID 19 (Sars Cov 2), e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Desde a decretação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, essa DF LEGAL tem intensificando as suas ações, orientando a população de um modo geral, empresas e indivíduos, na importância da atenção as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do Distrito Federal. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 99/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO: 04017-00006112/2021-61. RECORRENTE: PARK SUL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, LANCHONETE E MINIMERCADO LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO CONTINUA OCUPANDO ÁREA PÚBLICA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO. AUTUADO POR DESCUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO Nº D 060865-AEU EMITIDA EM 31/08/2019. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 17.079/1995, dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de área pública do Distrito Federal e dá outras providências. 2. Não tendo providenciado a regularização da ocupação no prazo de 30 dias contados da notificação, o ocupante sujeita-se à imediata desocupação da área utilizada e ao pagamento de multa de 50% sobre o preço correspondente à utilização. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista no Decreto. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2022.

ACÓRDÃO Nº 100/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012795/2020-69. RECORRENTE: ILDENILSON DELMIRO DE SOUZA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESENVOLVENDO ATIVIDADE DE ALIMENTAÇÃO TIPO CHURRASCO E MARMITA EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO, EM ATIVIDADE DE AMBULANTES. RECURSO IMPROVIDO. 1. LEI Nº 5.547/2015 - dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências; Decreto nº 39.769/2019 dispõe sobre a regulamentação da atividade de comércio ou prestação de serviços ambulantes em vias, ônibus, metrô, estacionamentos e logradouros públicos do Distrito Federal. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 101/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00021417/2020-11. RECORRENTE: LUCAS LÉLIO SOUSA ANDRADE 04606969121. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS, MERCEARIA E TABACARIA FORA DO HORÁRIO FIXADO NA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015 dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 102/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024227/2020-56. RECORRENTE: CENTER PARQUE – PARQUE DE DIVERSÕES NICOLÂNDIA LTDA ME. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DOS PROTOCOLOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA PREVISTAS NO DECRETO Nº 40.939/2020. AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS NA ENTRADA DO PARQUE SEM OBSERVÂNCIA DO DISTANCIAMENTO ENTRE AS PESSOAS. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 40.939/2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências; e Lei nº 5.547/2015 – dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 103/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO: 04017-00004021/2021-18. RECORRENTE: G-VENDAS HOME CENTER EIRELICPF/CNPJ: 23.171.155/0002-77. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO A ATIVIDADE DE VENDA E DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SEM A DEVIDA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DESCUMPRINDO INTERDIÇÃO PREVIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015 – dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 104/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00005497/2021-49. RECORRENTE: TEXXAS COMÉRCIO DE BEBIDAS EIRELI RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE CASA NOTURNA COM COBRANÇA DE INGRESSO. AUTUADO POR NÃO OBSERVÂNCIA DOS PROTOCOLOS, HORÁRIOS OU MEDIDAS DE SEGURANÇA SANITÁRIAS PREVISTAS NO DECRETO Nº 40.939/2020. RECURSO IMPROVIDO. 1. Lei nº 5.547/2015, dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências; e o Decreto nº 40.939/2020 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 105/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-000013011/2021-46. RECORRENTE: KELLEANE OLIVEIRA DA SILVA 01038288185. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE EM DESACORDO COM O DECRETO Nº 41.849/2021, MULTA APLICADA POR DESCUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS EM ESPECIAL, DEIXAR DE MEDIR TEMPERATURA DOS CONSUMIDORES FALTA DE PLANILHA OBRIGATÓRIA, ENTRE OUTRAS COISAS. OBS: DOCUMENTO ENTREGUE AO RESPONSÁVEL ASSIM MESMO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 41.849/2021 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID 19(Sar Cov 2), e dá outras providências; e Lei 5.547/2015 dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2022.

ACÓRDÃO Nº 106/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00017513/2021-46. RECORRENTE: MIRANDA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E CONVENIÊNCIA LTDA. RELATOR: GENIVAL HERMANO DA SILVA FRANÇA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE BAR E DISTRIBUIDORA DE BEBIDA, PERMITINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS SEM MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL DE USO OBRIGATÓRIO EM SUAS DEPENDÊNCIAS. RECURSO IMPROVIDO. 1. Decreto nº 40.648/2020 determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID 19, causada pelo novo coronavírus; e Lei 6.559/2020 dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, indústrias, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências. 3. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 4. Correta a aplicação da penalidade prevista em lei. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 107/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00021129/2020-67. Recorrente: Construtora Castelo Ltda. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir auto de embargo. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 108/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00014902/2021-10. Recorrente: Sérgio Fernandes Noce Lamas. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir intimação demolitória. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 109/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00020180/2021-32. Recorrente: Cinthia Rodrigues dos Santos. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 2º, inciso I, Constitui infração média manter edificação passível de regularização, localizada em área privada, em desacordo com o projeto habilitado. 4. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 110/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00004025/2021-79. Recorrente: M.J. Construções e Incorporações S/A. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR CANTEIRO DE OBRAS SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 3º, inciso I, Constitui infração grave a ocupação de área pública sem o devido licenciamento ou em desacordo com o projeto habilitado. 3. Recurso conhecido e não provido. Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da

Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023. ACÓRDÃO 111/2023. Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00005960/2021-52. Recorrente: Wesley Bittencourt Leite. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA EM ÁREA PÚBLICA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir intimação demolitória. 3. Recurso conhecido e não provido. EMENTA: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 111/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004930/2021-29. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: QUINTAL DA TIA SANDRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Não observância dos protocolos sanitários previstos no Dec. 40939/2020, Art. 5º Inc. I, VIII Anexo Único, item E 4 Dec. 40939/2020. Obs.: Local com aglomeração de pessoas e sem o distanciamento de mesas"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 112/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00002125/2021-61. Recorrente: Disk Contabil Ltda. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. EXECUÇÃO DE OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir auto de embargo. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 113/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00009325/2021-44. Recorrente: Geraldo Jair Vieira Segatto. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE NOTIFICAÇÃO. CANTEIRO DE OBRAS EXECUTADO EM ÁREA PÚBLICA SEM LICENCIAMENTO. CONCEDIDA DILAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO DENTRO DO PRAZO CONCEDIDO PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018 prevê prazo para cumprimento de auto de notificação. 2. A penalidade pecuniária só pode ser aplicada depois do vencimento do prazo concedido para sanar a irregularidade. 3. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, DAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 114/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00018353/2020-71. Recorrente: Amauri Souza Brandão. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. OBRA EM EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir Auto de Embargo. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 115/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00003180/2021-78. Recorrente: Lago Sul Comercial de Alimentos S/A. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE EMBARGO. OBRA SENDO EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO, NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO DE OFÍCIO. AUTO DE INFRAÇÃO CALCULADO DE ACORDO COM O VALOR BÁSICO DO ATO DECLARATÓRIO PARA INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir Auto de Embargo. 3. Lei 6.138/2018, Art. 123, Art. 124, Art. 126, Art. 127 inciso II e Decreto nº 43.056/2022º Art. 174 estabelecem a forma de cálculo da penalidade pecuniária. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 116/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00022700/2020-61. Recorrente: Tiago Costa Andrade. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. OBRA EM FASE DE EXECUÇÃO SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. CAUSAR EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 2º, inciso II, Constitui infração média causar impedimento ou embaraço à atividade de fiscalização. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 117/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00011491/2021-19. Recorrente: Luiz Paulo Marques. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA EM ÁREA DE PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. Lei 6.138/2018, Art. 123, § 4º, inciso IV, Constitui infração gravíssima descumprir intimação demolitória. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 118/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00006974/2021-93. RECORRENTE: DAVID RODRIGUES BENTO. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. ESTABELECIMENTO COMERCIAL.PERMITINDO ACESSO E/OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS SEM MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL, EM SUAS DEPENDÊNCIAS. DESCUMPRIMENTO AO DECRETO 40.648/2020. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do(s) Artigo(s) 1º, da Lei nº 6.559/2020 e Artigos 1º § 2º, do Decreto 40.648/2020, com penalidade prevista no(s) Artigo(s) 3º, da Lei 6.559/2020 e Artigo 3º § 3º, do Decreto 40.648/2020. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 119/2023

Órgão: 2ª Câmara. Classe: Recurso Voluntário. Processo: 04017-00010980/2021-45. Recorrente: Lucivando Lourenço de Aniceto. Relator: AGNUS MODESTO DE SOUSA. EMENTA: AUTO DE INTIMAÇÃO DEMOLITÓRIA. OBRA EXECUTADA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO. OBRA NÃO PASSÍVEL DE REGULARIZAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Lei 6.138/2018, prevê que constitui responsabilidade do proprietário iniciar as obras somente após a emissão da licença de obras. 2. A obra não se enquadra na legislação vigente. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 120/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00020505/2021-87. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 24, § 1º, inciso III da Lei 4.704/2011. 2. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 121/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00026691/2021-68. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI – EPP. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 24, § 1º, inciso III da Lei 4.704/2011. 2. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 122/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00017136/2021-45. RECORRENTE: BASIC LOUNGE BAR LTDA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE COMERCIAL EM DESACORDO COM OS PROTOCOLOS SANITÁRIOS. ATIVIDADE PRINCIPAL BAR. EM DESCUMPRIMENTO AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. 1. Inobservância aos termos do Artigo 7º, Anexo único - Item E 4, do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista no Artigo 14, inciso II, do Decreto 41.913/2021. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 123/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00028866/2021-71. RECORRENTE: PIVOT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MEIO DE PROPAGANDA (FAIXAS) AFIXADAS EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 46, inciso III da Lei 3.036/2002. 2. Faixa afixada em desacordo com a legislação vigente. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de Infração. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 124/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00007230/2021-96. RECORRENTE: FARIA COMÉRCIO DE BEBIDAS, CONVENIÊNCIA, EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA – ME. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE DE DISTRIBUIDORA.FORA DO HÓRARIO ESTABELECIDO PELO DECRETO Nº 41.849/2021.RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância ao cumprimento das exigências do(s) Artigo 6º do Decreto nº 41.849/2021, com penalidade prevista nos termos do artigo 33, artigo 35,II, artigo 39,III "c" e Artigo 45 I da Lei 5.547/2015 c/c artigo 9º e 10; I do Decreto nº 41.849/2021. 2. O não cumprimento das determinações legais, torna o infrator passível de sofrer sanções administrativas, dentre as quais, a sanção pecuniária, cuja pretensão estatal se inicia com a lavratura do auto de infração. 3. Correta a aplicação da penalidade prevista no Decreto nº 41.849/2021. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda

Câmara da Junta de Análise de Recursos da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 125/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCESSO: 04017.00019802/2021-80. RECORRENTE: SERV CAR DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MEIO DE PROPAGANDA (FAIXAS) AFIXADAS EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 46, incisos III, V e IX da Lei 3.036/2002. 2. Faixa afixada em desacordo com a legislação vigente. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 126/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCESSO: 04017.00002234/2021-88. RECORRENTE: CENTRO-OESTE PRESTADORA DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO LTDA – ME. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos do art. 24, § 1º, inciso III da Lei 4.704/2011. 2. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 127/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012028/2021-86. RECORRENTE: FRANCISCO VIRGOLINO. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS APÓS O HORÁRIO PERMITIDO. EM DESACORDO COM AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. 1. Inobservância ao cumprimento das exigências do(s) Artigo 8º, do Decreto nº 41.913/2021, com penalidade prevista nos termos do artigo 14, incisos III, do Decreto nº 41.913/2021. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 128/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012028/2021-86. RECORRENTE: FRANCISCO VIRGOLINO. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS APÓS O HORÁRIO PERMITIDO. EM DESACORDO COM AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. 1. Inobservância ao cumprimento das exigências do(s) Artigo 8º, do Decreto nº 41.913/2021, com penalidade prevista nos termos do artigo 14, incisos III, do Decreto nº 41.913/2021. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 129/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00010220/2020-57. RECORRENTE: JOSÉ MARCIO PINTO. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos dos artigos 1º, inciso II da Lei 972/1995 - Resíduos sólidos descartados em área pública. 2. Não foi verificado vício ou violação à lei por enquadramento da multa ou descumprimento ao princípio da legalidade, razoabilidade ou desproporcionalidade nesse tipo de penalidade. 3. Correta a aplicação da penalidade pecuniária prevista em lei. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os

senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 130/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00009943/2021 -94. RECORRENTE: RAMPAGE COMERCIO DE BEBIDAS E TABACARIA EIRELI. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. EXERCENDO ATIVIDADE COMERCIAL. EM DESACORDO COM O TOQUE DE RECOLHER. VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS FORA DO HORÁRIO ESTABELECIDO PELO DECRETO 41.913/2021. EM DESACORDO COM AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. 1. Inobservância ao cumprimento das exigências do(s) Artigo 8º, 16, 18, do Decreto nº 41.913/2021, com penalidade prevista nos termos do artigo 14, incisos I e III, do Decreto nº 41.913/2021. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 131/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00005335/2020-20. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. MEIO DE PROPAGANDA (FAIXAS) AFIXADAS EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Inobservância aos termos dos arts. 43, inciso I, 46, inciso IX da Lei 3.036/2002. 2. Faixa afixada em desacordo com a legislação vigente. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 132/2023

ÓRGÃO: 2ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00027600/2021-10. RECORRENTE: SUPERMERCADO MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATORA: VALDENICE RODRIGUES DE OLIVEIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FAIXA AFIXADA EM BEM PÚBLICO, SEM AUTORIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Violação aos termos do art. 59, inciso III da Lei 3.035/2002 regulamentada pelo Decreto nº 28.134, de 12 de julho de 2007. 2. Faixa afixada em desacordo com a legislação vigente. 3. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Segunda Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 133/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013082/2021-4. RECORRENTE: WPC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Artigos 16; 18, do Decreto 41.913/2021, e penalidade prevista no Artigo 14, incisos de I a III, do Decreto 41.913/2021), impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 3. Não encontrei vícios idôneos a infirmar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 134/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024111/2021-06. RECORRENTE: TATIANE LINHARES MOURÃO BANDEIRA LTDA RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Artigo 5º Incisos I e X, do Decreto 41.913/2021,

com penalidade prevista no Artigo 14, inciso II, do Decreto 41.913/2021). Não disponibilização de Planilha de aferimento de temperatura à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 3. Não encontrei vícios idôneos a infirmar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 135/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00001759/2020-15. RECORRENTE: DIGITAL SIGN. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Resíduos sólidos lançados em área pública, contrariando a Lei nº 972/1995. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 136/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00010429/2020-11. RECORRENTE: LOJA DE CONVENIÊNCIA CÉU 070 LTDA. RELATOR: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUE. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FAIXA AFIXADA EM ÁREA PÚBLICA PROIBIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Instalação de faixa de propagação em " as margens da BR 070 KM 15, em ambos sentidos sem a devida autorização." 2. Recurso Conhecido e Improvido. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Infração. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 137/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00018178/2021-01. RECORRENTE: JOSELENE BRITO DA SILVA ALVES ME. RELATOR: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID-19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Decreto 40.648/2020) impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 138/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00002026/2020-06. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: TIROL COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA ME. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELA OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO, A DESPEITO DE TER SIDO O RECORRENTE ADVERTIDO ANTERIORMENTE PELA FISCALIZAÇÃO SOBRE A IRREGULARIDADE, POR INTERMÉDIO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. O RECORRENTE NÃO JUNTOU AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAR ÁREA PÚBLICA E NÃO TEM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO VÁLIDA PARA EXERCER ATIVIDADE ECONÔMICA COM OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação (Decreto 17079/1995) exige que o administrado obtenha autorização prévia para ocupar área pública. O recorrente acusa que o auto de infração está eivado de vícios e reconhece ocupação de área pública sem autorização. Afirma possuir licença de funcionamento, mas, na verdade, da referida licença consta declaração expressa do recorrente que não ocupa área pública. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 139/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00018173/2021-71. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: JUCILENE DA SILVA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Dec. 40.648/2020) impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 140/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00014532/2021-11. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: CLAUDIO ARAÚJO FREITAS. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. LEI 5547/2015. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A LEI 5547/2015, que dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências, exige licenciamento para toda e qualquer atividade comercial em área pública, independentemente da sua natureza (atividade de baixo, médio ou alto risco). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de interdição em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de interdição. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 141/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00016663/2020-51. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: RESPOSTA BAR E RESTAURANTE COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA ALÉM DO HORÁRIO PERMITIDO NO LICENCIAMENTO (RLE). O RECORRENTE RECONHECE AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO COMBATIDO E ACUSA AUSÊNCIA DE ADVERTÊNCIA PRÉVIA, POR INTERMÉDIO DE NOTIFICAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A lei 5547/2015 exige que o administrado exerça suas atividades comerciais nos limites impostos pelo seu licenciamento (local, atividade e horário, dentre outros). 2. A atividade foi concomitantemente multada e interdita sumariamente, o que afasta a exigência legal de notificação prévia. E mais, o estabelecimento já havia sido multado uma hora antes por atividade irregular. 3. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 4. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 5. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, e na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME de 25 de janeiro de 2023.

]

ACÓRDÃO Nº 142/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00007819/2020-11. RECORRENTE: FLÁVIO RODRIGUES SANTOS. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. LOTE NÃO EDIFICADO SEM CERCAMENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Lei 613/1993 alterada pela Lei 3.233/2003, Art. 1º Os proprietários de imóveis não edificadas, localizados em área urbana do Distrito Federal, são obrigados a construírem calçadas entre os limites do terreno e os da rua, mantê-los cercados e limpos. 2. Correta a penalidade prevista em lei. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 143/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00024099/2021-21. RECORRENTE: PIVOT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FAIXA AFIXADA EM ÁREA PÚBLICA PROIBIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Instalação de propaganda descumprindo a Lei nº 3.036/2002: Art. 46. Fica proibido afixar o meio de propaganda:

"III – em canteiros centrais," localizadas em área pública.. 2. Recurso Conhecido e Improvido.. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 144/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00009301/2021-95. RECORRENTE: FASB COMÉRCIO DE CARNES NOBRES LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Artigo 7º, § único c/c Item "E", do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista nos Artigos 11; 14, inciso I, do Decreto 41.913/2021), impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 3. Não encontrei vícios idôneos a infirmar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 145/2023

Órgão: 1ª CÂMARA. Classe: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00007643/2021-71. RECORRENTE: JOSE CARLOS BARBOZA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Artigos 16; 18, do Decreto 41.913/2021, e penalidade prevista nos Artigo 16, do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista no Artigo 18, § 3º, do Decreto 41.913/2021. 2. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 3. Não encontrei vícios idôneos a infirmar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 146/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024566/2021-13. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: FRANCISCO LUIS DE SANTANA FILHO. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. O RECORRENTE RECONHECE AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Decreto 41.913/2021) impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização (EXERCENDO ATIVIDADE SUSPensa OU EM DESACORDO COM O DECRETO 41.913/21. PROTOCOLO DESCUMPRIDO: PERMANÊNCIA DE CLIENTES SEM MÁSCARA DENTRO DO ESTABELECIMENTO.). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 147/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00018180/2021-72. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: JUCILENE DA SILVA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (decreto 41.913/2021) impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Atividade de Bar em desacordo com o Decreto 41.913/2021. Multa aplicada por descumprir os protocolos de aferir a temperatura dos consumidores, falta da planilha obrigatória, falta do uso de máscaras no estabelecimento. Valor 4.000,00"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em

epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 148/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00002501/2021-17. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: PRAVOCÊ COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL COM OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO, A DESPEITO DE TER SIDO ADVERTIDO PELA FISCALIZAÇÃO SOBRE A IRREGULARIDADE, COM ANTECEDÊNCIA APROXIMADA DE UM ANO E UM MÊS, POR INTERMÉDIO DO AUTO DE NOTIFICAÇÃO D 105631 AEU, DE 10/12/2019. DECRETO 17.079/1995. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A LEI 5547/2015, que dispõe sobre as autorizações para localização e funcionamento de atividades econômicas e auxiliares e dá outras providências, exige licenciamento para toda e qualquer atividade comercial com ocupação de área pública, independentemente da sua natureza (atividade de baixo, médio ou alto risco). Exige também que do licenciamento conste declaração expressa do interessado que ocupa área pública, bem como autorização específica para a referida ocupação. O interessado não apresentou a necessária autorização para ocupar quase 500 (quinhentos) metros quadrados de área pública, por mais de um ano. Ademais, o interessado declarou no seu licenciamento (RLE) que não ocupa área pública, conforme cópia anexa (102907622). 2. Não restou demonstrado qualquer vício nos autos de notificação e de infração, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. 5. O meu voto para de ofício encaminhar este SEI ao Pleno desta Junta Administrativa de Recursos - JAR para reanálise do pedido do recorrente, na forma do artigo 36, inciso I, foi vencido por 03 (três) votos a 02 (dois). ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 149/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013431/2021-22. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: LANCHONETE E RESTAURANTE DO VALDIR EIRELI ME. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Decreto 41.913/2021) impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("ESTABELECIMENTO FUNCIONANDO COM VENDA DE BEBIDA ALCOOLICA FORA DO HORÁRIO ESTABELECIDO PELO DEC 41913/2021. ATIVIDADE DE BAR"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 150/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004110/2021-37. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: W.C.M. MENDES BAR E LANCHONETE. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. Os vídeos juntados pela defesa não afastam o constatado na ação fiscal, que, por intermédio da lavratura do auto de infração, afirma de forma expressa, clara e inequívoca que o estabelecimento estava "EXERCENDO ATIVIDADE DE BAR FORA DO HORÁRIO ESTABELECIDO PELO DECRETO 41.535/2020. DEVE RESPEITAR IMEDIATAMENTE O HORÁRIO ESTABELECIDO, SOB PENA DE OUTRAS SANÇÕES LEGAIS." 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. 5. Destaco também que o lançamento do auto de infração em comento no SISLANCA consta o status "PARCELADO. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 151/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 040170000899202076. INTERESSADO: CANTO DA SEREIA BAR E RESTAURANTE LTDA. RELATOR: EDUARDO DA SILVA VIEIRA. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 152/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700007907202013. INTERESSADO: RB CONSTRUÇÕES EIRELI. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 153/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011288/2020-53. INTERESSADO: LUCIANO CESAR AMORIM. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 154/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00019678/2020-71. INTERESSADO: PEDRO ALMEIDA DE SOUZA. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 155/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00017756/2020-01. INTERESSADO: MILTON SÉRGIO FLÁVIO. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de

Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 156/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700014201/2021-81. INTERESSADO: RAFAEL SILVEIRA. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 157/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 0401700004885202021. INTERESSADO: DELVANI ALVES FERREIRA. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 158/2023

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00033622/2021-19. INTERESSADO: GERALDO JAIR VIEIRA SEGATTO. RELATOR: Eduardo da Silva Vieira. EMENTA: AUTO DE NOTIFICAÇÃO. EDIFICAÇÃO NOTIFICADA POR NÃO APRESENTAR LICENCIAMENTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E/OU PROJETO APROVADO E/OU DEPOSITADO. DECISÃO DE 1º INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação, na Lei 6138/2018, veda qualquer execução de obra em área pública sem o devido licenciamento. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no Auto de Notificação em epígrafe ou violação à lei ou a ocorrência de qualquer exceção legal à obrigação de apresentar licenciamento para construção em área pública no DF. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 159/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004931/2021-73. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: ABENÇOADO BAR E RESTAURANTE EIRELI EPP. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 160/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00000003/2021-30. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: SOLANGE CAMPOS DE ALMEIDA. EMENTA: AUTO DE

INFRAÇÃO LAVRADO EM FACE DE ATIVIDADE COMERCIAL DE QUIOSQUE OCUPANDO ÁREA PÚBLICA A MAIOR DO AUTORIZADO NO TERMO DE USO DE ÁREA PÚBLICA, A DESPEITO DE TER SIDO ADVERTIDO PREVIAMENTE PELA FISCALIZAÇÃO SOBRE A IRREGULARIDADE, POR INTERMÉDIO DE NOTIFICAÇÃO D 104882 AEU, EM 18/08/2020. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A lei 4257/2008 exige autorizações prévias (Termo de Uso de Área Pública e Licenciamento (RLE)) para a ocupação de área pública e o exercício de atividade comercial em área pública com quiosque. As referidas ocupação e atividade devem se limitar aos parâmetros previstos nas aludidas autorizações, o que não ocorreu. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 161/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00004930/2021-29. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: QUINTAL DA TIA SANDRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Não observância dos protocolos sanitários previstos no Dec. 40939/2020, Art. 5º Inc. I, VIII Anexo Único, item E 4 Dec. 40939/2020. Obs.: Local com aglomeração de pessoas e sem o distanciamento de mesas"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 162/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015777/2021-65. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: PHC BAR E RESTAURANTE LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Estabelecimento comercial Mercadito, descumprindo o toque de recolher estabelecido pelo decreto 41913/2021"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 163/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015160/2020-69. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: HIT! ASSESSORIA ESPORTIVA RIOS LTDA ME. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELA OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO, A DESPEITO DE TER SIDO O RECORRENTE ADVERTIDO ANTERIORMENTE PELA FISCALIZAÇÃO SOBRE A IRREGULARIDADE, POR INTERMÉDIO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. O RECORRENTE NÃO JUNTOU AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAR ÁREA PÚBLICA E NÃO TEM LICENÇA DE FUNCIONAMENTO VÁLIDA PARA EXERCER ATIVIDADE ECONÔMICA COM OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação (Decreto 17079/1995) exige que o administrado obtenha autorização prévia para ocupar área pública. O recorrente, com a sua defesa, reconhece a ocupação irregular quando argumenta estar buscando a regularização da situação junto à Administração Pública. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 164/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00015330/2021-96. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: ANA PAULA DA SILVA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL DE AMBULANTE EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO. O RECORRENTE NÃO JUNTOU AUTORIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação exige que o administrado obtenha autorização prévia para ocupar área pública e exercer atividade comercial de ambulante. O recorrente, com a sua defesa, reconhece a ocupação irregular quando argumenta que ocupa aquela área e exerce suas atividades há 12 anos. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. n4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, na conformidade da ata dos julgamentos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 165/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00021513/2021-41. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: DRAFT COMERCIO DE BEBIDAS E EVENTOS LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. As FOTOS do local, tiradas no momento da vistoria, demonstram que o estabelecimento estava lotado, com pessoas em pé aglomeradas, durante realização de show, com música ao vivo, configurando gritante afronta à legislação de regência. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 166/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024281/2021-82. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: DALLAS PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELLEMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("exercendo atividade em desacordo com os protocolos de segurança sanitária: não uso de máscaras por Clientes em circulação. Evento com Dança no local"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 167/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-0000493/2021-74. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: SOLTAU DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA-ME. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Estabelecimento comercial permitindo permanência de pessoas aglomerando, sem uso de máscaras de proteção facial, de uso obrigatório, em suas dependências"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-los. as FOTOS não afastam as alegações da Fiscalização. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 168/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00021727/2021-17. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: MUHAMMAD ARFAN. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. O RECORRENTE RECONHECE AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("EXERCENDO ATIVIDADE SUSPensa OU EM DESACORDO COM O DECRETO 41.913/21. ATIVIDADE: LANCHONETE FUNCIONANDO FORA DO HORÁRIO PERMITIDO"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 169/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00017641/2021-90. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: B3 COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("Exercendo a atividade de BAR com venda de bebidas alcoólica fora do horário estabelecido pelo Decreto Nº 41.913/2021..."). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 170/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012517/2021-38. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: GUILHERME ALVES FERREIRA. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("EVENTO REALIZADO EM RESIDÊNCIA COM AGLOMERAÇÃO COM APROXIMADAMENTE 20 PESSOAS SEM CUMPRIMENTO AOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS, NÃO USO DE MÁSCARAS E CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 171/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00016954/2020-40. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. RECORRENTE: LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. A ATIVIDADE DE LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS SEQUER ESTÁ AUTORIZADA. O PEDIDO DE LICENCIAMENTO DO RECORRENTE FOI INDEFERIDO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA AQUELE ENDEREÇO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. O auto de infração combatido descreve "Não observância dos protocolos (ausência de aferidor de temperatura de clientes e medidas de segurança previstas no decreto 40.939/2020)". Por outro lado, os robustos e sérios argumentos do recorrente segundo os quais a obrigação de aferir temperatura de clientes de laboratório de análise clínicas seria contraproducente, desarrazoado e desproporcional não devem prosperar. Em primeiro lugar, porque o autuado teve seu pedido de licença de

funcionamento indeferido pela Vigilância Sanitária para a atividade de "Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética", conforme cópia do RLE 53900185311 em anexo (103598675). Portanto, pelo menos em relação a esta atividade específica, se o empreendimento não está sequer autorizado a funcionar, o que dizer da indigitada exceção à regra de aferir temperatura dos clientes? E em segundo lugar, mas não menos importante, com relação a atividade de laboratório, que se encontra devidamente autorizada, consoante já explicado pela SUFAE em réplica, a legislação não fez distinção entre atividades para dispensar a aferição de temperatura de clientes, conforme despacho da SUFAE (61139231) e decisão da UNIAR (62055370) em anexo. 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. 5. Do lançamento do auto de infração no SISLACA consta o status PAGO. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. POR MAIORIA (03 votos a 01, com 01 abstenção), de acordo com a ata de julgamento. O voto vencido foi embasado nos Princípios da razoabilidade e proporcionalidade, que norteiam o PAF; na busca do interesse público e na impossibilidade fática de atendimento do protocolo em comento, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 172/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00006978/2021-71. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: ARL COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização ("EXERCENDO ATIVIDADE COMERCIAL DE COMIDA JAPONESA FORA DO HORÁRIO ESTABELECIDO NO DECRETO 41535/21, ATÉ 23:00. DEVE RESPEITAR IMEDIATAMENTE SOB PENA DE OUTRAS SANÇÕES LEGAIS"). 2. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe e/ou na decisão de primeira instância, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 173/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00008235/2021-36. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: AAMIR KHAN. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. AUTUADO COMO SUA DEFESA RECONHECE AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO EM EÍGRAFE. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização: "EXERCENDO ATIVIDADE SUSPensa OU EM DESACORDO COMO DECRETO 41.849/2021. TREILER IRREGULAR COM VENDA DE LANCHES EM ÁREA PÚBLICA". 2. O recorrente reconheceu as circunstâncias fáticas que justificaram a lavratura do auto de infração combatido e não restou demonstrado qualquer vício nele e/ou na decisão de primeira instância. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 174/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00022969/2021-28. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. A FISCALIZAÇÃO APONTOU O RECORRENTE COMO RESPONSÁVEL PELO EVENTO E, PORTANTO, O AUTUOU. O AUTUADO, POR SUA VEZ, NEGA A RESPONSABILIDADE PELO EVENTO, MAS NÃO AFASTOU, COM AS SUAS DEFESAS, O CONSTATADO PELA FISCALIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Não restou demonstrado qualquer vício nele e/ou na decisão de primeira instância. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira

Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 175/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00023238/2021-08. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. A FISCALIZAÇÃO APOUNTOU O RECORRENTE COMO RESPONSÁVEL PELO EVENTO E, PORTANTO, O AUTUOU. O AUTUADO, POR SUA VEZ, NEGA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO COMBATIDO, MAS NÃO AFASTOU, COM A SUA DEFESA, O CONSTATADO PELA FISCALIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização: "Estabelecimento com aglomeração de pessoas em suas dependências. Festa realizada em Chácara locada para Eventos. Obs: Evento com Som Automotivo..." e "... Constatou-se que, no local, estava sendo realizada FESTA/EVENTO com aproximadamente 187 pessoas e com a utilização de 7 veículos equipados com sonorização automotiva de alta potência que estavam executando SOM AUTOMOTIVO simultaneamente, descumprindo as medidas sanitárias para enfrentamento à COVID-19 e realizando atividade comercial suspensa conforme estabelecido pelo Decreto 41.913/2021...". 2. Não restou demonstrado qualquer vício nele e/ou na decisão de primeira instância. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 176/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00028685/2021-45. RELATOR: GILSON DE OLIVEIRA DURÃO GIL. INTERESSADO: Paulo Roberto dos Santos Tavares. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. O AUTUADO, POR SUA VEZ, NEGA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE JUSTIFICARAM A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO COMBATIDO, MAS NÃO AFASTOU, COM A SUA DEFESA, O CONSTATADO PELA FISCALIZAÇÃO. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização: "Estabelecimento com atividade de bar com entretenimento (música ao vivo com realização de evento)descumprindo os protocolos sanitários...". 2. Não restou demonstrado qualquer vício nele e/ou na decisão de primeira instância. 3. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 177/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00008336/2021-15. RECORRENTE: GRUPO FARTURA DE HORTIFRUTI S/A. RELATOR: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. CAVALETE EM ÁREA PÚBLICA PROIBIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Instalação de propaganda "cavelete" Lei nº 3.035/2002: Art. 59. "Fica proibido afixar o meio de propaganda: III – em canteiros centrais" em área pública. 2. Recurso conhecido e improvido. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de infração. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 178/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00012099/2021-89. RECORRENTE: FROZZA IMPLEMENTOS E LOCAÇÕES LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O (CTR) RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da

Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento DE 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 179/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012125/2021-79. RECORRENTE: REGIS ALMEIDA DA SILVA 38175908149. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A legislação de combate à pandemia (Artigo 8º, do Decreto 41.913/2021, com penalidade prevista no Artigo 14, inciso III, do Decreto 41.913/2021.), impunha limites ao exercício da atividade comercial à época da sua vigência, que não foram observados pelo recorrente quando da vistoria realizada pela Fiscalização. 2. Correta a aplicação da legislação ao lavrar o auto de infração. 3. Não encontrei vícios idôneos a infirmar o auto de infração. 4. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 180/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00012026/2021-97. RECORRENTE: FRANCISCA ALZIRA FERREIRA SILVA 44422946315. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO EM FACE DA DESCONFORMIDADE COM AS MEDIDAS DE PROTOCOLOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDAS PELAS AUTORIDADES SANITÁRIAS. PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Inobservância com penalidade prevista no Artigo 8º, e Artigo 14, inciso III, do Decreto 41.913/2021, "Venda de bebidas alcoólicas fora do horário estabelecido pelo Decreto 41.913/2021. Encerrar imediatamente as atividades, sob pena de outras sanções legais- Atividade bar." 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 181/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00026430/2021-48. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 25 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 182/2023

ÓRGÃO: 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00024021/2021-15. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 183/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00026433/2021-81. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O

RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 184/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00033979/2021-99. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 185/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00024338/2021-43. RECORRENTE: PHC BAR E RESTAURANTE LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO EM FACE DA DESCONFORMIDADE COM AS MEDIDAS DE PROTOCOLOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDAS PELAS AUTORIDADES SANITÁRIAS. PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. (DISTANCIAMENTO E AGLOMERAÇÃO)." 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Inobservância com penalidade prevista no Artigo Artigo 5º Incisos I, Alínea "E", item 4 e 5 do anexo do Decreto 41.913/2021, penalidade prevista no Artigo 14, inciso II, do Decreto 41.913/2021. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 186/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00026426/2021-80. RECORRENTE: MV HIDROJET SANEAMENTO EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 187/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00005447/2022-42. RECORRENTE: TOP 10 UTILIDADES DOMESTICAS HOME CENTER EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FAIXA AFIXADA EM ÁREA PÚBLICA. LOCAL PROIBIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Instalação de propaganda em "canteiros centrais" localizadas em área pública. 2. Recurso Conhecido e Improvido. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de Infração. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de Janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 188/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00002995/2022-11. RECORRENTE: REDENÇÃO ALIMENTOS EIRELI. RELATOR: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. FAIXA AFIXADA EM ÁREA PÚBLICA. LOCAL PROIBIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Instalação de faixa de propaganda em "árvores ou arbustos" localizadas em área pública. 2. Recurso Conhecido e Improvido. 3. Correta a aplicação da lei ao lavrar o auto de Infração. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria

de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 189/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00001162/2021-51. RECORRENTE: MÁRIO VIEIRA DE SOUZA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Resíduos sólidos lançados em área pública, contrariando a Lei nº 972/1995. 2. Manutenção do Auto de Infração. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 190/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00031082/2021-21. RECORRENTE: ROSSI REMOÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIRA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. REALIZAR O DESLOCAMENTO DE CAÇAMBA SEM O RESPECTIVO CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS (CTR). DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É proibido o deslocamento de resíduos sem o respectivo CTR quando realizado com caçambas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores. 2. Não foi constatado a existência de qualquer vício capaz de anular o ato administrativo praticado pelo Agente Fiscal. 3. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 191/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011687/2021-03. RECORRENTE: GELEIA ÁGUAS CLARAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO PELO NÃO ATENDIMENTO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA COVID-19. ESTABELECIMENTO DESCUMPRINDO O TOQUE DE RECOLHER." 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Inobservância com penalidade prevista no Artigos 16; 18, do Decreto 41.913/2021. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 192/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00011861/2021-18. RECORRENTE: KATARINA ARAUJO DE SOUSA - 04618107430. AUTUADO: LUCAS ARAÚJO DE ALMEIDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Não restou demonstrado qualquer vício no auto de infração em epígrafe, bem como não foram trazidos quaisquer provas ou indícios idôneos a infirmá-lo. 2. Correta a aplicação da penalidade prevista na legislação em vigor. 3. Inobservância a legislação vigente dos Artigos 16; 18, do Decreto 41.913/2021. 4. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 193/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017.00002111/2021-47. RECORRENTE: T & M PRODUTOS ÓPTICOS LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. RESÍDUOS SÓLIDOS LANÇADOS EM ÁREA PÚBLICA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Resíduos sólidos lançados em área pública", contrariando art. 1º, inciso I da Lei 972. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 194/2023

ÓRGÃO: 1ª Câmara. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00020409/2021-39. RECORRENTE: VITRINE DA CARNE COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDO. ATENDIMENTO

DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS CONSTANTES DA NOTIFICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Correta a aplicação da lei ao lavrar o Auto de Notificação. 2. Proponho a revogação do presente Auto de Notificação. 3. Recurso Conhecido e provido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos, da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO para revogar a notificação, UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

ACÓRDÃO Nº 195/2023

ÓRGÃO; 1ª CÂMARA. CLASSE: RECURSO VOLUNTÁRIO. PROCESSO: 04017-00013849/2021-30. INTERESSADO: ACADEMIA TAGUATINGA LTDA. RELATORA: MARIZA LIBANO DE ALMEIDA RODRIGUES. EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO DESCUMPRIMENTO À LEGISLAÇÃO DE COMBATE À PANDEMIA CONHECIDA COMO COVID 19, EM VIGOR À ÉPOCA DA AÇÃO FISCAL. LEGALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Manutenção do Auto de Infração. 2. Inobservância com penalidade prevista no do Anexo Único – Item “D” nº 02, do Decreto 41.913-2021, com penalidade prevista nos Artigos 11; 14, inciso I, do Decreto 41.913/2021. 3. Recurso Conhecido e Improvido. ACÓRDÃO: Acordam os senhores Conselheiros da Primeira Câmara da Junta de Análise de Recursos – JAR, da Secretaria de Estado da Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO, por UNANIMIDADE, de acordo com a ata de julgamento de 27 de janeiro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 29, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, pgs. 31/32, republicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, pg. 13, resolve:

AUTORIZAR, de acordo com o disposto no art. 7º, da Lei nº 4.584, de 08 de julho de 2011, e o disposto do Decreto nº 39.573, de 26 de dezembro de 2018, a concessão de diárias de viagem no período de 01.03.2023 a 07.03.2023 e passagem aérea para o trecho Belém/PA - Brasília/DF - Belém/PA à colaboradora eventual CIBELLE JEMIMA ALMEIDA DONZA, CPF nº 79*.***.62-91, Maestra, com o objetivo de participar como convidada nos ensaios e no Concerto a ser realizado no dia 07 de março de 2023, no Eixo Cultural Ibero-americano, Sala Plínio Marcos, dentro da Programação Regular de Concertos da Temporada Oficial de 2023, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro - OSTNCS, conforme processo SEI nº 00150-00000366/2023-51.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Aprova o Projeto de Requalificação da Quadra 2, situada na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 105, parágrafo único, incisos III e V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinadas com o Decreto nº 29.576, de 7 de outubro de 2008, com o Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, com o art. 5º do Decreto nº 38.247, de 1º de junho de 2017, com o Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo SEI-GDF nº 00144-00000513/2021-55, resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Requalificação da Quadra 2, situada na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV, consubstanciado no Projeto de Sistema Viário – SIV 179/2022 e Memorial Descritivo – MDE 179/2022.

Art. 2º Autorizar a inclusão de Nota nos projetos URB 114/2009 e SIV 168/2018, com a seguinte redação:

“Nota: Este projeto foi complementado pelo Projeto de Sistema Viário - SIV/MDE 179/2022, no que diz respeito ao detalhamento de sistema viário, acessibilidade e paisagismo da Quadra 02”.

Art. 3º Os documentos urbanísticos referentes à aprovação devem estar disponíveis no endereço eletrônico <http://www.sisdudc.seduh.df.gov.br/>, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, conforme determinação da Portaria nº 95, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos para divulgação de documentos urbanísticos e sua disponibilização no Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica – SISDUC, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ATO DA DIRETORIA COLEGIADA

SESSÃO: 3679ª; Realizada em: 09/02/2023; Relator: LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA - Processo: 0160-003437/1999; Interessado: ZEMA COMÉRCIO LTDA - Decisão nº: 090/2023. A Diretoria Colegiada, acolhendo o voto do relator, decide: a) autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 381/2001, tendo por objeto o imóvel nº490788-4, denominado Lote 16, Conjunto 01, Quadra 15, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - Guará/DF, conforme Resolução nº 140 – COPEP/DF, de 15/09/2022, que aprovou a transferência do incentivo econômico concedido à empresa Oswaldo Veículos Comércio e Acessórios Ltda., CNPJ nº 01.020.924/0001-12 para a empresa Zema Comercio Ltda., CNPJ nº 42.640.788/0001-40, a qual assumirá os direitos e as obrigações decorrentes do referido Contrato; b) autorizar que, logo após a celebração do Termo Aditivo de que trata a alínea 'a' desta decisão, seja formalizada a Escritura Pública Definitiva de Compra e Venda entre a Terracap e a nova empresa concessionária Zema Comercio Ltda., no âmbito do PRÓ/DF, com 80% (oitenta por cento) de desconto sobre o valor de aquisição, conforme determinado no Atestado de Implantação Definitivo nº 254/2004, de 18/01/2005, expedido pela então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal;

LEONARDO MUNDIM

Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico

ATO DA DIRETORIA COLEGIADA

SESSÃO: 3679ª; Realizada em: 09/02/2023; Relator: LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA - Processo: 0370-000457/2012; Interessado: FORT GAS LTDA - Decisão nº: 089/2023. A Diretoria Colegiada, acolhendo o voto do relator, decide: a) autorizar a celebração de Escritura Pública de Compra e Venda (Definitiva) entre a Terracap e a empresa concessionária Fort Gas Ltda, CNPJ nº 13.008.566/0001-01, referente ao imóvel nº 472595-6, denominado Lote 02, Conjunto 01, Quadra 402, Área de Desenvolvimento Econômico - Recanto das Emas/DF, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico PRÓ/DF II, com desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor de aquisição, conforme determinado no Atestado de Implantação Definitivo PRÓ/DF II nº 041/2022, expedido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; b) a assinatura da escritura pública fica condicionada à apresentação da documentação a ser solicitada pela COREG, no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação, observado o art. 83, §17, inciso II, do Decreto Distrital nº 41.015/2020, inclusive a Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

LEONARDO MUNDIM

Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico

ATO DA DIRETORIA COLEGIADA

SESSÃO: 3679ª; Realizada em: 09/02/2023; Relator: LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA - Processo: 0370-000944/2009; Interessado: WGS DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA - Decisão nº: 091/2023. A Diretoria Colegiada, acolhendo o voto do relator, decide: a) autorizar a celebração de Escritura Pública de Compra e Venda (Definitiva) entre a Terracap e a empresa concessionária WGS Distribuidora de Auto Peças Ltda., CNPJ nº 04.994.734/0001-94, referente aos imóveis nºs 524893-0 e 524894-9, denominados Lotes 10 e 11, Conjunto 14, Área de Desenvolvimento Econômico Sul - Samambaia/DF, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico PRÓ/DF II, com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor de aquisição, conforme determinado no Atestado de Implantação Definitivo PRÓ/DF II nº 033/2022, expedido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal;

LEONARDO MUNDIM

Diretor de Regularização Social e Desenvolvimento Econômico

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 61, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 828/2010 em sua nova redação dada pela Lei Complementar nº 908/2016 c/c a Lei Complementar nº 80/1994, resolve:

Art. 1º Prorrogar, a contar do dia subsequente ao vencimento, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial, instaurada no Processo nº 00401-00011202/2022-97 por intermédio da Portaria nº 407, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 190, de 07 de outubro de 2022, página 40.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELESTINO CHUPEL

SEÇÃO II

PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A VICE-GOVERNADORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 92, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR, a pedido, GILDA NOGUEIRA PAES CAMBRAIA do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-02, SIGRH 05002775, de Chefe, da Assessoria Jurídico-Legislativa, do Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, PATRICIA HELENA TAVARES DOMINGOS DOS SANTOS do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-04, SIGRH 05002282, de Chefe, da Unidade de Articulação Institucional, da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, da Casa Civil do Distrito Federal.

NOMEAR PATRICIA HELENA TAVARES DOMINGOS DOS SANTOS para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-02, SIGRH 05002775, de Chefe, da Assessoria Jurídico-Legislativa, do Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, ALINE ELAINE DE LIMA FAGUNDES do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGRH 01300982, de Assessor Especial, da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, da Casa Civil do Distrito Federal.

NOMEAR ALINE ELAINE DE LIMA FAGUNDES para exercer Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-04, SIGRH 05002282, de Chefe, da Unidade de Articulação Institucional, da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, da Casa Civil do Distrito Federal.

NOMEAR JULIANA DATO FERREIRA LEAL para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGRH 01300982, de Assessor Especial, da Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais, da Casa Civil do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, SARAH PEREIRA COSTA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 05500644, de Assessor Técnico, da Assessoria Jurídico-Legislativa, da Casa Civil do Distrito Federal, a contar de 12 de dezembro de 2022.

NOMEAR JOANA D'ARC DA SILVA BRANDÃO PASSOS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 05500644, de Assessor Técnico, da Assessoria Jurídico-Legislativa, da Casa Civil do Distrito Federal.

EXONERAR VANUZIA PEREIRA DOS SANTOS do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 05002803, de Assessor, do Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal

NOMEAR FERNANDO BRAGA GOMES para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 05002803, de Assessor, do Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal.

NOMEAR MATHEWS BARBOSA DE SOUZA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Assessor Especial, do Gabinete, da Casa Civil do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, ANNA PAULA PESSO SALES SILVA FONSECA do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 73000184, de Diretora da Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso, da Coordenação de Arquivo Permanente, do Arquivo Público do Distrito Federal.

NOMEAR BRUNO RAMOS DE LUCA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 73000184, de Diretor da Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso, da Coordenação de Arquivo Permanente, do Arquivo Público do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro, BRUNO RAMOS DE LUCA do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 73000158, de Assessor Especial, do Gabinete, do Arquivo Público do Distrito Federal.

NOMEAR ANNA PAULA PESSO SALES SILVA FONSECA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 73000158, de Assessora Especial, do Gabinete, do Arquivo Público do Distrito Federal.

NOMEAR CLÁUDIA BARBOSA VIANA, matrícula 43.023-4, para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-07, SIGRH 80000026, de Ouvidor, da Ouvidoria, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

EXONERAR BRUNO VIEIRA FREITAS, matrícula 154.264-8, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 00702402, de Assessor Técnico, da Diretoria de Consignações e Benefícios, da Unidade de Administração da Folha de Pagamento, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

NOMEAR VANESSA GONÇALVES FERREIRA COELHO DA SILVA, matrícula 174.518-2, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 00702402, de Assessor Técnico, da Diretoria de Consignações e Benefícios, da Unidade de Administração da Folha de Pagamento, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO no Decreto de 1º de dezembro de 2022, publicado no DODF nº 223, de 02 de dezembro de 2022, página 39, o ato que nomeou MARCIA DANIELA ALVES DE CARVALHO COSTA para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 00702393, de Assessor, da Diretoria de Consignações e Benefícios, da Unidade de Administração da Folha de Pagamento, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

NOMEAR TATIANE SERRADOURADA SANTOS, matrícula 1661643-X, Técnico de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 00702393, de Assessor, da Diretoria de Consignações e Benefícios, da Unidade de Administração da Folha de Pagamento, da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ALEXANDRE TEIXEIRA GRIPP, Médico - Medicina do Trabalho, matrícula 271.300-4, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-02, SIGRH 00702442, de Assessor Técnico, da Diretoria de Perícias Médicas, da Coordenação de Perícias Médicas, da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, a contar de 23 de janeiro de 2023.

NOMEAR RONALDO CAMPOS GRANJEIRO, Gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Medicina, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-02, SIGRH 00702442, de Assessor Técnico, da Diretoria de Perícias Médicas, da Coordenação de Perícias Médicas, da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

NOMEAR ROGERIO ISAIAS ROCHA, matrícula 279.877-8, ocupante do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-04, SIGRH 01400779, de Chefe, da Unidade de Inovação e Sistemas de TIC, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria Executiva de Contratos e Tecnologia da Informação, para responder interinamente, sem acumular vencimentos e sem prejuízo de suas atribuições, pelo Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-04, SIGRH 00703045, de Chefe, da Unidade de Plataformas, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria Executiva de Contratos e Tecnologia da Informação, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal.

EXONERAR HUGO CÉSAR ALVES DA SILVA, matrícula 3210009-4, do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 00000123, de Assessor Especial, da Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas, da Presidência, do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan, a contar de 03 de fevereiro de 2023.

NOMEAR GUILHERME CARVALHO RODRIGUES para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 00000123, de Assessor Especial, da Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas, da Presidência, do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan.

EXONERAR EDSON TOMAZ MOITA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 02803588, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo do Conselho Tutelar do Recanto das Emas, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

NOMEAR MOISÉS DOS SANTOS BATISTA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 02803588, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo do Conselho Tutelar do Recanto das Emas, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, MARCOS MARTINS COSTA JUNIOR do Cargo Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 01000719, de Assessor Especial, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, a contar de 14 de outubro de 2022.

EXONERAR, a pedido, THÁIS REGAL ARAÚJO do Cargo Público Natureza Especial, Símbolo CPE-07, SIGRH 01000721, de Diretor, da Diretoria de Administração de Terminais e Mobiliário Urbano, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, a contar de 14 de outubro de 2022.

NOMEAR ÂNGELA SOLANO DA SILVA para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-07, de Assessor Especial, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR MAX RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS para exercer o Cargo Natureza Especial, Símbolo CNE-07, de Diretor de Administração de Terminais e Mobiliário Urbano, da Subsecretaria de Terminais da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, BRUNO CORREA TERRA AMARAL do Cargo Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGRH 01000799, de Coordenador, da Coordenação de Infraestrutura de Mobilidade Ativa, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, a contar de 12 de dezembro de 2022.

NOMEAR MAÍSA MENDES DIOGO Cargo Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGRH 01000799, de Coordenador, da Coordenação de Infraestrutura de Mobilidade Ativa, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, MAÍSA MENDES DIOGO do Cargo Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 01000801, de Diretor, da Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade a Pé, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR MARIZE LIMA DE SOUZA do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 01000701, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR JAIME ALVES DOS SANTOS para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 01000701, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, DHENISE DE ALMEIDA GALVÃO, matrícula 1709786X, do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 55004914, de Assessor, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção do cargo, TAÍSA SOARES DE ALENCAR, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 16947908, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 55005954, de Assessor, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, PEDRO PAULO BRANDÃO DUTRA CURADO FLEURY, matrícula 16953150, do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGRH 55005510, de Pregoeiro, da Central de Compras, da Diretoria de Aquisições, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a contar de 12 de janeiro de 2023.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, POSSÍDIO SALES DE OLIVEIRA JÚNIOR, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 16948335, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 55005878, de Gerente, da Gerência de Pesquisa de Preços, da Diretoria de Instrução para Aquisição, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR POSSÍDIO SALES DE OLIVEIRA JÚNIOR, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 16948335, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, de Assessor, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR CAMILA GABRIELLE ROCHA DANTAS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, de Assessor Técnico, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR IGOR ANTUNES DOS REIS, Administrador, matrícula 17070279, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-01, de Assessor Técnico, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR VIVIANE SANTOS MAGALHÃES SANTANA, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 14314908, para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-07, de Pregoeiro, da Central de Compras, da Diretoria de Aquisições, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR DHENISE DE ALMEIDA GALVÃO, matrícula 1709786X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, de Gerente, da Gerência de Pesquisa de Preços, da Diretoria de Instrução para Aquisição, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR IVANEIDE SARMENTO BASÍLIO DA SILVA, Contadora, matrícula 17096278, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 55005825, de Apoio Técnico, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR MARCUS PAULO SANTOS GOMES, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 16870174, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 55005825, de Apoio Técnico, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR REJANE MARIA MOREIRA DOS SANTOS, matrícula 17073162, do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 55005496, de Gerente, da Gerência de Prestação de Contas de Convênio, da Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR REBECA FACUNDES MUNIZ para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 55005496, de Gerente, da Gerência de Prestação de Contas de Convênio, da Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, JOSÉ ANDRADE JUNIOR, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 1378627, do Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-07, SIGRH 55005515, de Diretor, da Diretoria de Patrimônio, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a contar de 23 de janeiro de 2023.

NOMEAR FLÁVIO COSTA RABELO NETO, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 1339427, para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-07, SIGRH 55005515, de Diretor, da Diretoria de Patrimônio, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO no Decreto de 18 de janeiro de 2023, publicado no DODF nº 14, de 19 de janeiro de 2023, página 37, o ato que nomeou JADHER PERCIO, Enfermeiro-Família e Comunidade, matrícula 17070392, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 55002963, de Assessor Técnico, da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR VANESSA ALVES DE MELO, Analista em GAPS, matrícula 147653X, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 55002963, de Assessor Técnico, da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR PATRICIA MILHOMEM SA, Nutricionista, matrícula 16600215, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-01, SIGRH 55004204, de Chefe, do Núcleo de Banco de Leite Humano, da Gerência de Assistência Multidisciplinar e Apoio Diagnóstico, da Diretoria do Hospital Regional de Samambaia, da Superintendência da Região de Saúde Sudoeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR EDLAINE SOUZA PEREIRA, Fonoaudióloga, matrícula 17094097, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-01, SIGRH 55004204, de Chefe, do Núcleo de Banco de Leite Humano, da Gerência de Assistência Multidisciplinar e Apoio Diagnóstico, da Diretoria do Hospital Regional de Samambaia, da Superintendência da Região de Saúde Sudoeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, JOHN VINICIUS FRANCK MENDES GONELI, matrícula 16953991, do Cargo em Comissão, Símbolo CC-01, SIGRH 55004354, de Chefe, do Núcleo de Tecnologia da Informação, da Gerência de Apoio Operacional das Unidades de Atenção Especializada em Planaltina, da Diretoria Administrativa, da Superintendência da Região de Saúde Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a contar de 03 de fevereiro de 2023.

EXONERAR, a pedido, ALESSANDRA FERNANDES DE CASTRO, Cirurgiã-Dentista, matrícula 14345226, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 00000751, de Gerente, da Gerência de Serviços de Odontologia, da Diretoria de Atenção Secundária e Integração de Serviços, da Coordenação de Atenção Secundária e Integração de Serviços, da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR FRANCIELLE GONCALVES CARVALHO, Cirurgiã-Dentista, matrícula 14345382, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 00000751, de Gerente, da Gerência de Serviços de Odontologia, da Diretoria de Atenção Secundária e Integração de Serviços, da Coordenação de Atenção Secundária e Integração de Serviços, da Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção do cargo, JOANA DARC FREITAS DA SILVA, Enfermeira, matrícula 179695X, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 55005642, de Assessor Técnico, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção do cargo, DIEGO NUNES MORAES, Técnico em Enfermagem, matrícula 14339471, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-04, SIGRH 55005644, de Assessor Técnico, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, HILDA VIEIRA DO NASCIMENTO, matrícula 1694075X, do Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 55005646, de Assessor Técnico, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção do cargo, VANESSA TALITA SANTOS FERREIRA DE MORAIS, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 1983946, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 55005959, de Assessor, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR CRISTIANI CECILIA DELGADO PEREIRA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, de Assessor, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR HILDA VIEIRA DO NASCIMENTO, matrícula 1694075X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-05, de Assessor, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR BRUNO DA SILVA SOARES, matrícula 17101204, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, de Assessor Técnico, da Superintendência da Região de Saúde Sul, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, BRUNO DA SILVA SOARES, matrícula 17101204, do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 55005968, de Assessor, do Gabinete, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

NOMEAR ANA JÚLIA DA SILVA ALVES QUARTIERI para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 55005968, de Assessor, do Gabinete, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA, Orientador Pedagógico, matrícula 0276277-3, do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 55500066, de Chefe, do Núcleo de Orientação Educacional, da Gerência Pedagógica, da Escola Técnica de Saúde de Brasília, da Diretoria Executiva, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, a contar de 1º de fevereiro de 2023.

NOMEAR ANNA CRISTINA MOREIRA DE MELO, Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, matrícula 1677829-4, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 55500066, de Chefe, do Núcleo de Orientação Educacional, da Gerência Pedagógica, da Escola Técnica de Saúde de Brasília, da Diretoria Executiva, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, GUILHERMINO SILVEIRA ROCHA do Cargo em Comissão, CC-08, SIGRH 02900612, de Gerente, da Gerência de Geoinformação, da Unidade de Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, JEIZA RODRIGUES JERONIMO, Técnico de Atividades do Meio Ambiente, matrícula 263.884-3, do Cargo Público em Comissão, CPC-06, SIGRH 02900638, de Assessor, da Assessoria Técnica de Licenciamento, da Superintendência de Licenciamento Ambiental, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, ANDRE LUIZ CORDEIRO DE MENDONÇA, Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 158.321-2, do Cargo Público de Natureza Especial, CPE-07, SIGRH 00001967, de Assessor Especial, da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, LUIZ FELIPE RODRIGUES CARVALHO do Cargo em Comissão, CC-04, SIGRH 02900766, de Assessor Técnico, da Gerência de Regulação Fundiária, da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

NOMEAR GUILHERMINO SILVEIRA ROCHA para exercer o Cargo de Natureza Especial, CNE-07, de Diretor, da Diretoria de Geoinformação, da Unidade de Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

NOMEAR JEIZA RODRIGUES JERONIMO, Técnico de Atividades do Meio Ambiente, matrícula 263.884-3, para exercer o Cargo Público em Comissão, CPC-06, de Chefe, do Núcleo de Consulta Prévia, da Assessoria Técnica de Licenciamento, da Superintendência de Licenciamento Ambiental, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

NOMEAR ANA PAULA SILVA CAMELO, Técnico de Planejamento Urbano e Infraestrutura, matrícula 198.304-0, para exercer o Cargo Público em Comissão, CPC-05, de Assessor, da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

NOMEAR LUIZ FELIPE RODRIGUES CARVALHO para exercer o Cargo em Comissão, CC-05, de Assessor, da Gerência de Regulação Fundiária, da Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

EXONERAR GABRIELA ALBUQUERQUE MARMO DE OLIVEIRA, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura, matrícula 195.358-3, do Cargo Público de Natureza Especial, CPE-07, SIGRH 02900732, de Chefe, da Assessoria Técnica de Gestão de Unidades de Conservação, da Superintendência de Gestão de Unidades de Conservação, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

NOMEAR ANDRE LUIZ CORDEIRO DE MENDONCA, Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 158.321-2, para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, CPE-07, SIGRH 02900732, de Chefe, da Assessoria Técnica de Gestão de Unidades de Conservação, da Superintendência de Gestão de Unidades de Conservação, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

EXONERAR, a pedido, PATRICIA DUARTE CUNHA DOS SANTOS, Técnico de Atividades do Meio Ambiente, matrícula 263.924-6, do Cargo Público de Natureza Especial, CPE-05, SIGRH 2900744, de Chefe, da Unidade de Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, a contar de 24 de janeiro de 2023.

NOMEAR TATIANE EUGÊNIA REZENDE CORREIA, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura, matrícula 264.101-1, para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, CPE-05, SIGRH 2900744, de Chefe, da Unidade de Tecnologia e Gestão de Informações Ambientais, da Presidência, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

TORNAR SEM EFEITO no Decreto de 12 de janeiro de 2023, publicado no DODF nº 10, de 13 de janeiro de 2023, página 09, o ato que nomeou FABIO PEREIRA DE SOUSA para exercer o Cargo Público de Natureza Especial, Símbolo CPE-05, SIGRH 08800125, de Chefe de Gabinete, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção de cargo, LUCIANO SOARES DE MEDEIROS do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800120, de Assessor, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção de cargo, WALISSON RIBEIRO MATIAS do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800124, de Assessor, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção de cargo, MARGARIDA LEITE DA COSTA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800075, de Assessor, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção de cargo, FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 08800081, de Assessor Técnico, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por extinção de cargo, JEFERSON ROCHA DA COSTA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 08800110, de Assessor Técnico, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR HÉRCULES FREITAS para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-05, de Chefe de Gabinete, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR ANAGELICA DA SILVA RODRIGUES CORREA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Assessor Especial, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-03, de Assessor Técnico, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR NATALINA PEREIRA NASCIMENTO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, de Assessor Técnico, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR JEFERSON ROCHA DA COSTA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-03, de Assessor Técnico, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO no Decreto de 12 de janeiro de 2023, publicado no DODF nº 10, de 13 de janeiro de 2023, página 10, o ato que nomeou ADELMO BRANDÃO LANDIM para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800073, de Chefe, da Junta do Serviço Militar, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR WALISSON RIBEIRO MATIAS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800073, de Chefe, da Junta do Serviço Militar, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO no Decreto de 12 de janeiro de 2023, publicado no DODF nº 10, de 13 de janeiro de 2023, página 10, o ato que nomeou OSVALDO BATISTA ROCH para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800100, de Gerente, da Gerência de Manutenção e Conservação, da Diretoria de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR BERNARDO PEREIRA DA SILVA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800100, de Gerente, da Gerência de Manutenção e Conservação, da Diretoria de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, ELOILDE DE AQUINO FALCÃO do Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 08800121, de Assessor Técnico, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR PRISCILA RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 08800121, de Assessor Técnico, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, PRISCILA RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 08800119, de Assessor Técnico, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR CARLOS MAGNO DOS SANTOS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGRH 08800119, de Assessor Técnico, do Gabinete, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, BERNARDO PEREIRA DA SILVA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800117, de Gerente, da Gerência de Apoio à Área Rural, da Diretoria de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR LUCIANO SOARES DE MEDEIROS para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800117, de Gerente, da Gerência de Apoio à Área Rural, da Diretoria de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, RICARDO COSTA BATISTA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 08800076, de Assessor, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR ELOILDE DE AQUINO FALCÃO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGRH 08800076, de Assessor, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR GRACIELE BRANDAO DA SILVA TRINDADE do Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800112, de Gerente, da Gerência de Políticas Sociais, da Diretoria de Articulação, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR RICARDO COSTA BATISTA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-08, SIGRH 08800112, de Gerente, da Gerência de Políticas Sociais, da Diretoria de Articulação, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR RITA DE CASSIA RODRIGUES ANTUNES SATIRO do Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 08800094, de Assessor Técnico, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR MARCIO REGES DE SOUZA CARNAUBA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGRH 08800094, de Assessor Técnico, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR RODRIGO ALVES BAHIA do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 08800084, de Chefe, do Núcleo de Material e Patrimônio, da Gerência de Administração, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal, a contar de 25 de janeiro de 2023.

NOMEAR DEZILMA GOMES MARQUES, Técnica de Políticas Públicas, matrícula 25.113-5, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-06, SIGRH 08800084, de Chefe, do Núcleo de Material e Patrimônio, da Gerência de Administração, da Coordenação de Administração Geral, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR OSMAR LIBORIO DE FREITAS do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 08800122, de Gerente, da Gerência de Gestão do Território e Desenvolvimento Econômico, da Diretoria de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR CIRACY PEREIRA ALVES SANTANA, Agente de Vigilância Ambiental, matrícula 156.779-9, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGRH 08800122, de Gerente, da Gerência de Gestão do Território e Desenvolvimento Econômico, da Diretoria de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, da Coordenação de Desenvolvimento, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR ISABELA LEVERGGER PICCIRILLI do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGHR 08800101, de Diretor, da Diretoria de Aprovação e Licenciamento, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

NOMEAR MARIANA LÚCIA DAYRELL DE MOURA para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-07, SIGHR 08800101, de Diretor, da Diretoria de Aprovação e Licenciamento, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal.

EXONERAR WAGNER MERSES GOMES SILVA do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, SIGHR 08800088, de Coordenador, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, da Administração Regional do Riacho Fundo I do Distrito Federal, a contar de 27 de janeiro de 2023.

EXONERAR EUGÊNIO DE MENEZES FARIAS da Função de Diretor-Presidente, do Serviço Social Autônomo Parque Granja do Torto.

NOMEAR VILMAR ÂNGELO RODRIGUES para exercer a Função de Diretor-Presidente, do Serviço Social Autônomo Parque Granja do Torto.

CESSAR OS EFEITOS no Decreto de 10 de janeiro de 2023, publicado na Edição Extra nº 4-A, de 10 de janeiro de 2023, página 07, o ato que nomeou o CEL QOPM KLEPTER ROSA GONÇALVES para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política, Símbolo CNP-03, SIGHR 21102000, de Comandante Geral, da Polícia Militar do Distrito Federal.

NOMEAR CEL QOPM KLEPTER ROSA GONÇALVES para exercer o Cargo de Natureza Política, Símbolo CNP-03, SIGHR 21102000, de Comandante Geral, da Polícia Militar do Distrito Federal.

EXONERAR MANOEL RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000714, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR DIEGO MARTINS DE SOUZA ERGANG para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000714, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000713, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR RICHARD HIROSHI KIYOSHI TELES para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000713, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR CLEITON CORDEIRO DE SOUZA do Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000716, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR MARIA FRANCISCA DOS SANTOS E SILVA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-06, SIGHR 01000716, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR IGOR AZEVEDO COSTA do Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGHR 01000705, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

NOMEAR FREDERICO CASTRO MARTINS, matrícula 183.731-1, para exercer o Cargo Público em Comissão, Símbolo CPC-08, SIGHR 01000705, de Assessor, da Subsecretaria de Terminais, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, IAN VINICIUS ARAUJO DOS SANTOS do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGHR 02803607, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar de Águas Claras, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, a contar de 10 de fevereiro de 2023.

NOMEAR MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGHR 02803607, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar de Águas Claras, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

EXONERAR FERNANDO BRAGA GOMES do Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGHR 02803597, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar de Riacho Fundo I, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

NOMEAR MANOEL DOMINGOS DA SILVA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-02, SIGHR 02803597, de Assessor Técnico, da Unidade de Apoio Administrativo ao Conselho Tutelar de Riacho Fundo I, da Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares, da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, TAYANNE ROCHA RODRIGUES FIEDLER do Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGHR 02900402, de Assessor Técnico, do Núcleo de Atendimento do Taguatinga, da Gerência de Núcleos Regionais, da Diretoria de Atendimento ao Consumidor, do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON/DF.

NOMEAR EDNA CARLA DA SILVA ALVES para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-04, SIGHR 02900402, de Assessor Técnico, do Núcleo de Atendimento do Taguatinga, da Gerência de Núcleos Regionais, da Diretoria de Atendimento ao Consumidor, do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal - PROCON/DF.

CELINA LEÃO

Governadora em exercício

DESPACHO DA GOVERNADORA

Em 14 de fevereiro de 2023

Processo: 00054-00141384/2022-44. Interessado: RAMIRO FRANKLIN PEREIRA DA SILVA. Assunto: RECURSO DISCIPLINAR.

I - ACOLHO, como razão de decidir, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei Federal nº 9.784/1999 c/c a Lei Distrital nº 2.834/2001, a Nota Jurídica nº 4/2023-GAG/CJ, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, por seus próprios e jurídicos fundamentos, para conhecer do recurso hierárquico interposto por CB QPPMC RAMIRO FRANKLIN PEREIRA DA SILVA, matrícula 731.569/4, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão impugnada.

II - Remetam-se os autos à Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, para ciência e adoção das providências cabíveis.

CELINA LEÃO

Governadora em exercício

DESPACHO DA GOVERNADORA

Em 14 de fevereiro de 2023

Processo: 04036-0000061/2023-89. Interessada: SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO.

I - AUTORIZO, nos termos previstos no Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008, e com fundamento no Decreto nº 39.573, de 26 de dezembro de 2018, o afastamento do Secretário de Estado da Família e Juventude do Distrito Federal, RODRIGO GERMANO DELMASSO MARTINS, a fim de participar de reuniões de trabalho, na sede da Confederação Brasileira de Voleibol - CBV, no período entre 27/02/2023 e 02/03/2023, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com ônus total para o Distrito Federal, conforme consta dos autos do processo em epígrafe.

II - Após publicado, encaminhe-se à Secretaria de Estado da Família e Juventude do Distrito Federal, para ciência e adoção das providências cabíveis.

CELINA LEÃO

Governadora em exercício

VICE GOVERNADORIA

CHEFIA DE GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DE GABINETE, DA VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a delegação conferida no Art. 1º, inciso III da Portaria nº 18, de 29 de julho de 2015 e em vista do Art. 3º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamentou os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

DESIGNAR MATHEUS ROGERIO LIBERATO, matrícula 17125448, Assessor Especial, Símbolo CNE-04, da Subsecretaria de Administração Geral, da Vice Governadoria do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o titular do cargo de Chefe, Símbolo CPE-02, da Assessoria Jurídico-Legislativa, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, em seus afastamentos, impedimentos legais e vacância do cargo, conforme processo SEI 00014-00000248/2023-25.

JULIANA RIBEIRO BONFANTE

CASA CIVIL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 30, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a delegação conferida pelo inciso I, alínea k, do artigo 3º, da Portaria nº 31, de 17 de dezembro de 2020 e ainda tendo em vista o Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamentou os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

DESIGNAR ERLINGTON SANTOS JÚNIOR, matrícula 1.200.275-5, Assessor, símbolo CPC-07, da Gerência de Cessões e Requisições, da Diretoria de Registros Financeiros, da Unidade de Avaliação e Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Administração Geral, da Casa Civil do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, GERVÁSIO FIRMIANO DE SOUSA, matrícula 31.142-1, Diretor, símbolo CPE-07, da Diretoria de Pessoal Ativo, da Unidade de Avaliação e Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Administração Geral, da Casa Civil do Distrito Federal, no período de 13 a 17 de fevereiro de 2023, por motivo de afastamento regulamentar do titular.

JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**PORTARIA Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023**

Altera a Portaria nº 25, de 03 de março de 2022 que instituiu Comissão Permanente de Licitação no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal em obediência à Lei nº 6.956, de 29 de setembro de 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências previstas no artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamentou os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Dispensar JAILTON LACERDA DE SOUSA NASCIMENTO, matrícula 1.690.555-5, da Comissão Permanente de Licitação de Mobiliário Urbano Feiras, instituída pela Portaria nº 25, de 03 de março de 2022, publicada no DODF nº 43, de 04 março de 2022, página 42;

Art. 2º Designar BERNADETE MEYRE SARAIVA BARBOSA COSTA, matrícula 1.744.011, para compor e presidir a referida Comissão, em substituição ao servidor JAILTON LACERDA DE SOUSA NASCIMENTO, matrícula 1.690.555-5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera a Portaria nº 29, de 10 de março de 2022 que instituiu Comissão Permanente de Licitação de Mobiliários tipo Quiosques no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal em obediência à Lei nº 4.257, de 02 de dezembro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas competências previstas no artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamentou os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Dispensar os servidores JAILTON LACERDA DE SOUSA NASCIMENTO, matrícula 1.690.555-5, e RODSON RAYNAL DOS SANTOS, matrícula nº 33.011-6, da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 29, de 10 de março de 2022, publicada no DODF nº 49, de 14 março de 2022.

Art. 2º Designar TIAGO BEZERRA MONTE MOR, matrícula 01743872, para compor e presidir a referida Comissão, no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal;

Art. 3º Designar BERNADETE MEYRE SARAIVA BARBOSA COSTA, matrícula 1.744.011, para compor a referida Comissão Permanente de Licitação, no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO

**SECRETARIA EXECUTIVA DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA****ORDEM DE SERVIÇO Nº 14, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023**

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o Art. 42, inciso XI, do Decreto nº 38.094, resolve:

Art. 1º Designar como Executor dos serviços ISRAEL DA SILVA PINHEIRO, Assessor, matrícula: 1.711.315-6 e Executor Substituto JOSIMAR PEREIRA DE SOUSA, Chefe da Assessoria de Comunicação, matrícula: 1.690.073-1, do Processo nº 00133-00000275/2023-13 referente a contratação de empresa JAKELINE DA SILVA MACHADO DUTRA 689*****72 Objetivando custeio de despesas com a contratação de serviços gráficos, para a divulgar as ações públicas promovido pela Administração Regional de Brazlândia, para Região Administrativa de Brazlândia/DF, NE nº 2023NE00051.

Art. 2º Caberá ao Executor dos serviços supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, bem como apresentar relatórios circunstanciados quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante, conforme dispõe os §§1º e 2º, do Artigo 67, da Lei nº 8.666/1993 bem como o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.958/2010.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO GONÇALVES DA CUNHA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 09 FEVEREIRO DE 2023

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o Art. 42, inciso XI, do Decreto 38.094, de 28 de março de 2017, e tendo em vista o disposto nos Artigos 163 e 166 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

AVERBAR o tempo de serviço prestado pelo (a) servidor (a) SEBASTIÃO MORAES DE MOURA, matrícula 438219, ocupante do cargo de Analista Técnico-Assistente em PPGG, lotado na Administração Regional de Brazlândia, Processo nº 00133-0000058/2023-15: AVERBA: 269 (duzentos e sessenta e nove) dias, conforme certidão expedida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, referente ao período de 05 de fevereiro de 1990 a 31 de outubro de 1990, contados para efeito de aposentadoria.

MARCELO GONÇALVES DA CUNHA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA**ORDEM DE SERVIÇO Nº 09, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023**

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, aprovado pelo inciso XXVIII, Artigo 42 do Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, resolve:

DESIGNAR BELMIRA FLORES MACHADO, matrícula 174.515-8, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, lotada na Ouvidoria, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízos de suas atribuições, a servidora SÍDELE DE JESUS SILVEIRA, matrícula 1.693.445-8, Chefe, da Ouvidoria, do Gabinete, Símbolo CPE-08, da Administração Regional de Planaltina, no período de 02 de fevereiro de 2023 a 08 de fevereiro de 2023, por motivo de Licença - Médica da titular. Processo nº 00135-00000400/2023-21.

WESLEY FONSECA FRAGA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE**ORDEM DE SERVIÇO Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023**

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 42, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, e, tendo em vista o disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e, no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Designar ERIKA VAZ NAKAHARA, Diretora, da Diretoria de Aprovação e Licenciamento, Símbolo CNE-07, matrícula 1.690.424-9, para substituir, sem acumular vencimento e sem prejuízo de suas atribuições, o Coordenador, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, Símbolo CPE-06, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, em todos os seus afastamentos, impedimentos legais, e recessos de final de ano, nos moldes do processo SEI 00136-00000182/2023-04.

Art. 2º Cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 02, de 12 de janeiro de 2021, publicada no DODF nº 15, de 22 de janeiro de 2021, página 17.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MÁRCIO DE OLIVEIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ**ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023**

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 42, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 12, de 10 de fevereiro de 2022, publicada no DODF nº 36, de 21 de fevereiro de 2022, página 23.

Art. 2º Designar a servidora RAQUEL ORBE DE ASSIS, matrícula 1.694.119-5, Diretora, Símbolo CNE-07, da Diretoria de Aprovação e Licenciamento, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, da Administração Regional do Guará, para substituir, sem prejuízo de suas atribuições, o titular do cargo de Coordenador, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, Símbolo CNE-06, da Administração Regional do Guará, em todos os seus afastamentos e impedimentos legais.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR DA CUNHA NOGUEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 42, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 67, de 25 de maio de 2022, publicada no DODF nº 99, de 27 de maio de 2022, página 48.

Art. 2º Designar a servidora CARMEM LÚCIA MUNIZ DOS SANTOS, matrícula 1.705.402-8, Assessor Técnico, Símbolo CC-04, da Gerência de Execução de Obras, da Diretoria de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, da Administração Regional do Guará, para substituir, sem prejuízo de suas atribuições, a titular do cargo de Gerente, da Gerência de Manutenção e Conservação, da Diretoria de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obra e Manutenção, Símbolo CC-08, da Administração Regional do Guará, em todos os seus afastamentos e impedimentos legais.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR DA CUNHA NOGUEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 42, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como no Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Designar a servidora VANIA CRISTINA BARBOSA SANTANA, matrícula 154.274-5, Gestora em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para substituir, sem prejuízo de suas atribuições, a titular do cargo de Chefe, da Ouvidoria, Símbolo CPE-08, da Administração Regional do Guará, em todos os seus afastamentos e impedimentos legais, bem como em caso de vacância do cargo.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ARTUR DA CUNHA NOGUEIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 22, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 42, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto de nº 38.094, de 28 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar sem Efeito a Ordem de Serviços nº 13, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal DODF nº 22, terça-feira, 31 de janeiro de 2023.

Art. 2º Designar MANASSES PEREIRA RAMOS, matrícula 00306681, Analista-Técnico PPGG, para substituir sem vencimentos e sem prejuízo de suas atribuições, IVANETE LOUZEIRO RODRIGUES MACIEL, matrícula 17015405, Símbolo CNE-07, Diretora, da Diretoria de Articulação, da Coordenação de Desenvolvimento da Administração Regional de Samambaia, no período de 01/02/2023 a 02/03/2023, por motivo de férias regulamentares da titular.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS LEITE DE ARAÚJO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II

ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO RIACHO FUNDO II DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017 e no Art. 3º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e o que consta, conforme Requerimento - Substituição de Cargo (105467972), constante no PROCESSO nº 00301-00001367/2021-16, resolve:

DESIGNAR, SHEILA DE SOUZA MARINHO MIGUEL, matrícula 174.641-3, ANALISTA EM PPGG E GERENTE DA GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, para substituir o servidor LAURO PEREIRA RODRIGUES, matrícula 174.616-2, CHEFE DA OUVIDORIA, símbolo CPE-08, da Administração Regional do Riacho Fundo II, no período de 08 de fevereiro de 2023 a 17 de fevereiro de 2023, em virtude de FÉRIAS e em todos os afastamentos do titular.

ANA MARIA DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 22, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO RIACHO FUNDO II DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28/03/2017 e no art. 3º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e o que consta, conforme Requerimento de Substituição de Cargo (105438749), constante no Processo nº 00301-00000144/2022-12, resolve:

DESIGNAR, JOÃO SIMÕES DOS SANTOS, matrícula 16918320, Gerente de Políticas Sociais da Administração Regional do Riacho Fundo II - CC-08, para substituir o servidor IVAN SILVA DE CARVALHO JUNIOR, matrícula 1.689.940-7, Coordenador de Desenvolvimento da Administração Regional do Riacho Fundo II, no período de 06 a 15 de fevereiro de 2023, em virtude férias do titular.

ANA MARIA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais previstas no Artigo 42, do Regimento Interno desta Administração Regional, aprovado pelo Decreto nº 38.094, de 28 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Designar, JOAQUIM NUNES DE BRITO NETO, matrícula 1.700.894-8, Coordenador, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, como Executor Titular e MÁRCIO MACEDO LEÃO, matrícula 1.711.520-5, Gerente de Execução de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, como Executor Suplente, em substituição aos servidores ALISSON KELSON FRANÇA DE DEUS, matrícula 1.703.791-3, Diretor, da Diretoria de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, e MARCOS VINÍCIOS NAZARIO COUTO, matrícula 1.693.288-9, Gerente de Execução de Obras, da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção,

dos serviços contratados através do Contrato nº 003/2021, celebrado entre a ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO e a FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP/DF, objeto do Processo nº 00307-00001480/2020-51.

Art. 2º Compete ao Executor e ao Suplente as seguintes atribuições: a) acompanhar a execução do contrato em todas as fases, conforme art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993, combinado com o artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores e da Portaria nº 29, de 26 de fevereiro de 2014; b) atestar as notas fiscais/ faturas referentes à prestação de serviços; c) exercer o controle e a observância do prazo para execução do serviço; d) apresentar relatório ao término dos serviços ou sempre que solicitado.

Art. 3º A Coordenação de Administração Geral deverá disponibilizar aos servidores cópia do respectivo contrato, bem como, de toda legislação pertinente que se fizer necessária ao desempenho das funções como executor e suplente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ADERIVALDO MARTINS CARDOSO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CHEFIA DE GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DE GABINETE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pelo inciso VIII do art. 1º, da Portaria nº 05, de 10 de janeiro de 2023, com base no art. 105, parágrafo único, incisos I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal; em observância ao art. 3º, do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011; e diante do contido no Processo nº 00040-00045267/2021-10, resolve:

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 309, de 09 de julho de 2021, publicada no DODF nº 130, de 13 de julho de 2021 - pág. 31, o Ato que designou a servidora ANA LÚCIA CARNEIRO DE VASCONCELOS, matrícula nº 109.094-1, para substituir o (a) Gerente, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR JOSIANE SILVA DE OLIVEIRA ARAÚJO, matrícula nº 280.839-0, para substituir o (a) Gerente, Símbolo CPC-08, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 309, de 09 de julho de 2021, publicada no DODF nº 130, de 13 de julho de 2021 - pág. 31, o Ato que designou a servidora MARIA DAS DORES MIRANDA VIEIRA, matrícula nº 32.310-1, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Fiscalização Itinerante I, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR RODRIGO MANFROI LOPES, matrícula nº 280.386-0, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Fiscalização Itinerante I, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 309, de 09 de julho de 2021, publicada no DODF nº 130, de 13 de julho de 2021 - pág. 31, o Ato que designou o servidor JOÃO ALBERTO FERNANDES SENA, matrícula nº 36.764-8, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Fiscalização do Aeroporto, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR NATÁLIA FRANCO DA SILVA, matrícula nº 280.535-9, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Fiscalização do Aeroporto, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva da Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 309, de 09 de julho de 2021, publicada no DODF nº 130, de 13 de julho de 2021 - pág. 32, o Ato que designou o servidor LÚCIO VARGAS PEREIRA, matrícula nº 92.330-3, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR ANDRÉ LUIZ CARVALHO GOIS, matrícula nº 280.393-3, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito, da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, da Coordenação de Fiscalização Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 309, de 09 de julho de 2021, publicada no DODF nº 130, de 13 de julho de 2021 - pág. 31, o ato que designou ARISVALDO MARINHO CUNHA, matrícula nº 46.201- 2, para substituir o (a) Coordenador(a), Símbolo CPE-06, da Coordenação de Tributação, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR MATEUS TORRES CAMPOS, matrícula nº 280.446-8, para substituir o (a) Coordenador(a), Símbolo CPE-06, da Coordenação de Tributação, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 18, de 25 de janeiro de 2023 - pág. 35, o ato que designou a servidora CRISTIANE DA SILVA SOUZA, matrícula 280.467-0, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Liquidações Especiais, da Gerência de Cobrança Tributária, da Coordenação de Cobrança Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR JOSÉ WESLEY ROCHA FERNANDES, matrícula nº 280.340-2, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Liquidações Especiais, da Gerência de Cobrança Tributária, da Coordenação de Cobrança Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 178, de 24 de maio de 2022, publicada no DODF nº 97, de 25 de maio de 2022, página 26, o Ato que designou o servidor HENRIQUE GOMES MONFARDINI, matrícula 280.574-X, para substituir o (a) Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Controle da Arrecadação, da Gerência de Controle da Arrecadação e Cadastro da Dívida Ativa, da Coordenação de Cobrança Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR WILLIAN LOPES MACHADO, matrícula nº 280.619-3, para substituir o Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Controle da Arrecadação, da Gerência de Controle da Arrecadação e Cadastro da Dívida Ativa, da Coordenação de Cobrança Tributária, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

CESSAR OS EFEITOS na Ordem de Serviço nº 211, de 14 de junho de 2022, publicada no DODF nº 113, de 20 de junho de 2022 - pág. 31, o ato que designou o servidor JOAQUIM LOPES RORIZ, matrícula 139.932-2, para substituir o (a) Coordenador, Símbolo CPE-06, da Coordenação de Atendimento ao Contribuinte, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

DESIGNAR MICHAELA DE OLIVEIRA PERDIZES, matrícula nº 280.606-1, para substituir o (a) Coordenador, Símbolo CPE-06, da Coordenação de Atendimento ao Contribuinte, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria Executiva de Fazenda, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em seus impedimentos e afastamentos legais.

JANINE FARIAS SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO: 04029-0000029/2023-56. INTERESSADO: LEANDRO SANTANA ASSUNÇÃO. ASSUNTO: CESSÃO DE SERVIDOR.

AUTORIZO, em caráter excepcional, com alicerce no art. 2º, da Portaria nº 51, de 21/12/2022, c/c o art. 20, do Decreto nº 39.009, de 26/04/2018, a cessão do servidor LEANDRO SANTANA ASSUNÇÃO, matrícula nº 187.369-5, Auditor de Controle Interno, desta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, para ter exercício no emprego em comissão de Coordenador do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central. I - ÔNUS FINANCEIRO: órgão cedente. II - INÍCIO DO AFASTAMENTO: a contar do ofício de apresentação ao cessionário. III - VIGÊNCIA: até a exoneração do emprego comissionado ou revogação deste ato. IV - FUNDAMENTO LEGAL: art. 16 da Lei nº 4.448, de 21/12/2009; arts. 152, I, "b", 153, I e II, da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011; Cláusula 47 do Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, ratificado pela Lei Distrital nº 5.553, de 06/11/2015; e arts. 2º, 5º, 7º, 18, 20, §§ 1º e 2º e 21, § 4º do Decreto nº 39.009, de 2018. V - Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Administração Geral desta Pasta, para as providências pertinentes.

NEY FERRAZ JÚNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

A SECRETARIA-EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada pela alínea "a", inciso II, do Art. 2º, da Portaria nº 235, de 30 de agosto de 2021, com base no Art. 3º, do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e diante do contido no Processo nº 00040-00024311/2022-39, resolve:

DESIGNAR ANTONIA TAVARES PEREIRA, matrícula nº 269.398-4, para substituir SUELY SALES DOS SANTOS, matrícula nº 31.779-9, Diretora, Símbolo CPE-07, da Diretoria Financeira, da Coordenação de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria de Administração de Geral, da Secretaria Executiva da Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, no período de 08 de fevereiro de 2023 a 17 de fevereiro de 2023, por motivo de férias regulamentares da titular.

ANA PAULA CARDOSO DA SILVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO: 04018-00000752/2021-39. INTERESSADO: JOÃO MARCELO FERREIRA DE SOUZA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE DISPOSIÇÃO.

AUTORIZO, para fins de regularização funcional, com alicerce no art. 2º, inciso XI, da Portaria nº 235, de 30/08/2021, c/c o art. 20, do Decreto nº 39.009, de 26/04/2018, a prorrogação de disposição do servidor JOÃO MARCELO FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 1.406.593-2, Técnico de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI/DF), à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. I - ÔNUS FINANCEIRO: órgão cedente. II - PRAZO CERTO: 17/07/2022 a 04/01/2023. III - FIM DETERMINADO: atuar na Secretaria Executiva das Cidades, em atividades compatíveis com as do cargo efetivo. IV - FUNDAMENTO LEGAL: art. 157, inciso I, e § 1º, inciso II e § 2º, da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, c/c os arts. 3º, 4º, 7º, e § 4º, 10 e 21, § 4º, do Decreto nº 39.009/2018. V - A disposição termina com a expiração do prazo ou revogação pela autoridade competente. VI - Publique-se e encaminhe-se à SSEAGRI/DF, para as providências pertinentes.

ANA PAULA CARDOSO DA SILVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO: 00400-00009187/2023-26. INTERESSADA: CÉLIA LOPES TEIXEIRA MARINHO ALVES. ASSUNTO: CESSÃO DE SERVIDORA.

AUTORIZO, com alicerce no art. 2º, inciso XI, da Portaria nº 235, de 30/08/2021, c/c os arts. 20 e 26 do Decreto nº 39.009, de 26/04/2018, a cessão da empregada pública CÉLIA LOPES TEIXEIRA MARINHO ALVES, matrícula nº 2.170-9, Teledigfonista, do quadro de emprego permanente em extinção do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. I - ÔNUS FINANCEIRO: órgão cedente. II - INÍCIO DO AFASTAMENTO: a contar do ofício de apresentação ao cessionário. III - PRAZO CERTO: até 31/12/2023. IV - FIM DETERMINADO: atuar na Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, no exercício de atribuições funcionais compatíveis com as do emprego permanente ocupado. V - FUNDAMENTO LEGAL: arts. 1º, 2º, e inciso II, da Lei nº 1.370, de 06/01/1997; c/c o art. 6º da Lei nº 2.469, de 21/10/1999; e com os arts. 3º, § 2º, 10, 20 e 26 do Decreto nº 39.009, de 2018 e o Parecer Jurídico nº 555/2022 - PGDF/PGCONS. VI - A cessão termina com a expiração do prazo fixado neste ato ou revogação pela autoridade competente. VII - Publique-se e encaminhe-se ao IPEDF Codeplan, para as providências pertinentes.

ANA PAULA CARDOSO DA SILVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 25, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Portaria SEEC nº 235, de 30 de agosto 2021, e o contido no Processo nº 04033-00003527/2023-82; resolve:

CONVERTER EM PECÚNIA 08 (oito) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade do servidor aposentado JULIMAR HENRIQUE AZEVEDO, matrícula nº 80085-6, no cargo de Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Classe Especial, Padrão V, do quadro de pessoal do Distrito Federal, conforme o artigo 2º da lei complementar nº 952, de 16 de julho de 2019.

DANIEL IZAIAS DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 26, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Portaria SEEC nº 235, de 30 de agosto 2021, e o contido no Processo nº 04033-00003452/2023-30; resolve:

CONVERTER EM PECÚNIA 09 (nove) meses de Licença-Prêmio por Assiduidade do servidor aposentado GERALDO BARROS LOPES, matrícula nº 127368-X, no cargo de Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Classe Especial, Padrão V, do quadro de pessoal do Distrito Federal, conforme o artigo 2º da lei complementar nº 952, de 16 de julho de 2019.

DANIEL IZAIAS DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 27, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º, inciso II, da Portaria nº 235, de 30 de agosto de 2021, publicada no DODF nº 165, de 31 de agosto de 2021, resolve:

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora ANA PAULA LIMA APOLINÁRIO, matrícula nº 31.970-8, Agente de Gestão Fazendária, Classe Única, Padrão X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com base no artigo 114, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e na Decisão nº 20/2012 - TCDF, a contar de 11 de fevereiro de 2023. Processo SEI-GDF nº 04033-00003884/2023-41.

DANIEL IZAIAS DE CARVALHO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 22, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 16, do Decreto nº 42.462, de 30 de agosto de 2021, c/c com o § único do art. 4º, da Portaria nº 92, de 11 de março de 2022, resolve:

TORNAR PÚBLICA a autorização para realizar o teletrabalho na Unidade relacionada a seguir:

Lotação	Nome	Matrícula	Modalidade de Teletrabalho	Data do Início	Processo Sei Pessoal
SEPLAD/GAB	BRUNA MARTINS COSTA DE SIQUEIRA	281.984-8	Integral	01/01/2023	04033-00004380/2022-67 *Retorno ao trabalho presencial em 01/02/2023, conforme Despacho SEPLAD/GAB (104829648).
SEPLAD/GAB	PHILIP LUCAS SCHLOICKA	1.703.381-0	Parcial	01/02/2023	04033-00001598/2023-41
SEFAZ/SEF/Assessoria Especial	STEPHANIE SILVA MATOS	273.498-2	Integral	06/02/2023	0004-00013264/2022-06

ANA MARIA BORBA SAMICO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 21, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023
O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º do Decreto nº 38.649, de 27 de novembro de 2017, e pela Portaria nº 33, de 25 de fevereiro de 2019, resolve:

CONCEDER, nos termos do artigo 30-A, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, com a redação dada pelo artigo 291 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, combinado com o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, com o artigo 3º, Parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e com os artigos 29, inciso I, 30-B da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, pensão vitalícia a BENEDITA NOGUEIRA PEREIRA DE MORAIS, cônjuge do ex-servidor MANOEL DIVINO GOMES DE MORAIS, matrícula nº

78.789-2, Analista Técnico-Assistencial em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 2ª Classe, Padrão X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 07/02/2023. Processo SEI nº 00413-00000564/2023-40.

CONCEDER, nos termos do artigo 30-A, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, com a redação dada pelo artigo 291 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, combinado com o artigo 40, §§ 7º, inciso I e 8º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, com os artigos 29, inciso I, 30-B e 51 da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, pensão vitalícia a PAULO CESAR VITOR, cônjuge da ex-servidora ELIZABETH RODRIGUES VITOR, matrícula nº 122.560-X, Técnico em Enfermagem, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a contar de 02/02/2023. Processo SEI nº 00413-00000559/2023-37.

RETIFICAR, na Ordem de Serviço Coletiva, nº 16, de 03/02/2022, publicada no DODF nº 25, de 04/02/2022, o ato que concedeu pensão vitalícia a ANGELA MARIA BESERRA DE FRANÇA SANTANA, cônjuge do ex-servidor OSVALDO SANTANA, matrícula nº 1.400.713-4, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Classe Especial, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "...Classe Especial, Padrão IV...", LEIA-SE: "...Classe Especial, Padrão V...", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo SEI nº 00413-00000310/2022-41.

RETIFICAR, na Ordem de Serviço Coletiva nº 110, de 05/08/2021, publicada no DODF nº 148, de 06/08/2021, RETIFICADA pela Ordem de Serviço Coletiva nº 150, de 15/12/2022, publicada no DODF nº 232, de 16/12/2022 o ato que concedeu pensão temporária a LUCAS HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMALHO, filho da ex-servidora VERA MARLENE DE OLIVEIRA, matrícula nº 131.924-8, Técnico em Saúde, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para incluir nos termos do artigo 30-A, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, com a redação dada pelo artigo 291 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, como beneficiário de pensão temporária, PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMALHO, na condição de filho inválido da ex-servidora, de acordo como artigo 29, § 6º e 32, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008, a contar de 02/02/2021, conforme Decisão Judicial Processo nº 0708891-11.2021.8.07.0018. Processo SEI nº 00060-00367361/2021-52.

PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar CARLA MARIA JATOBÁ, matrícula 281.280-0, para substituir MARÍLIA LUSTOSA FERREIRA, matrícula 281.829-9, Diretora de Administração, da Diretoria de Administração, da Presidência, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal, excepcionalmente, no período de 13/02 a 17/02/2023, por motivo de atestado médico, conforme Processo nº 04001-00000257/2023-16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 108, de 08 de novembro de 2022, publicada no DODF nº 210, de 09 de novembro de 2022.

BRUNO ALVIM MOURA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00438067/2021-32. INTERESSADO: ALESSANDRA PATRICIA BISPO LOPES. ASSUNTO: READAPTAÇÃO.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no artigo 1º, inciso III, alínea "d", do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, resolve: READAPTAR o(a) servidor(a) ALESSANDRA PATRICIA BISPO LOPES, matrícula nº 01392018, cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por motivo de Readaptação Funcional Permanente com Restrição Laborativa Definitiva, no mesmo cargo, conforme conclusão constante no Laudo Médico de Readaptação Funcional nº 104851137/2023 - SEEC/SUBSAUDE/DIPEM/GERF, de 30/01/2023, emitido pela Gerência de Readaptação Funcional - SEEC/SUBSAUDE, nos termos do Processo nº 00060-00438067/2021-32.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00348396/2021-92. INTERESSADO: LISSANDRA MARTINS SOUZA. ASSUNTO: READAPTAÇÃO.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no artigo 1º, inciso III, alínea "d", do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º,

§2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, resolve: READAPTAR o(a) servidor(a) LISSANDRA MARTINS SOUZA, matrícula nº 01365142, cargo ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por motivo de Readaptação Funcional Permanente com Restrição Laborativa Definitiva, no mesmo cargo, conforme conclusão constante no Laudo Médico de Readaptação Funcional nº 097/2023 - SEEC/SUBSAUDE/DIPEM/GERF, de 01/02/2023, emitido pela Gerência de Readaptação Funcional - SEEC/SUBSAUDE, nos termos do Processo nº 00060-00348396/2021-92.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00559332/2022-04 INTERESSADO: VANESSA DAS GRAÇAS DE ASSIS BASTOS. ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA.

1. DECLARO VACÂNCIA, com fulcro no artigo 50, inciso V, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c artigo 1º, inciso VII, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, bem como o artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, da carreira de ESPECIALISTA EM SAUDE, cargo de FISIOTERAPEUTA, 2º Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ocupado por VANESSA DAS GRAÇAS DE ASSIS BASTOS, matrícula nº: 16580591, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE - NUCLEO DE SAUDE FUNCIONAL, a contar de 09 de novembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00577762/2022-08. INTERESSADO: ANA KARINY BEZERRA DA SILVA. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, ANA KARINY BEZERRA DA SILVA, da carreira de MEDICO, cargo de MEDICO - NEUROLOGIA, 3º Classe, Padrão I, matrícula nº 17006228, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUDOESTE - UNIDADE DE MEDICINA INTERNA, a contar de 23 de novembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00440110/2022-19. INTERESSADO: GILMARA FERNANDA PEREIRA MOURA. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, GILMARA FERNANDA PEREIRA MOURA, da carreira de GESTÃO E ASSISTÊNCIA PÚBLICA A SAUDE, cargo de TECNICO EM GESTÃO E ASSISTÊNCIA PÚBLICA A SAUDE - AOSD - PATOLOGIA CLINICA, ÚNICA Classe, Padrão X, matrícula nº 14417723, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRO-SUL - NUCLEO DE PATOLOGIA CLINICA, a contar de 19 de setembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00573254/2022-42 INTERESSADO: DANIEL CAETANO BENTO. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, DANIEL CAETANO BENTO, da carreira de ESPECIALISTA, cargo de ADMINISTRADOR, 3º Classe, Padrão I, matrícula nº 17043638, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, a contar de 15 de DEZEMBRO de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00576350/2022-42 INTERESSADO: LEONARDO JOSE DA COSTA SANTOS. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, LEONARDO JOSE DA COSTA SANTOS, da carreira de MEDICO, cargo de MEDICO - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, 2º Classe, Padrão II, matrícula nº 1673324X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUDOESTE - GERENCIA DE EMERGENCIA, a contar de 17 de dezembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00576572/2022-65. INTERESSADO: RONE BORBA ALVARES. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, RONE BORBA ALVARES, da carreira de ENFERMEIRO, cargo de ENFERMEIRO, 2º Classe, Padrão V, matrícula nº: 14401398, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULA - NUCLEO DE ENFERMAGEM, a contar de 19 de dezembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 04016-00102090/2022-78. INTERESSADO: MARCELA SARAIVA DUARTE LOPES. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, MARCELA SARAIVA DUARTE LOPES, da carreira de GESTÃO E ASSISTÊNCIA PÚBLICA A SAUDE, cargo de Assistente em Gestão e Assistência Pública a Saúde - Técnico em Higiene Dental, 3º Classe, Padrão V, matrícula nº 16869133, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUL - UNIDADE DE ODONTOLOGIA E CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL, a contar de 28 de outubro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00580601/2022-93. INTERESSADO: MADSON RODRIGO DE SOUZA PAULA. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO.

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, MADSON RODRIGO DE SOUZA PAULA, da carreira de MEDICO, cargo de MEDICO-MEDICINA EMERGENCIA, 3º Classe, Padrão IV, matrícula nº 16891139, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE - UNIDADE DE MEDICINA INTERNA, a contar de 20 de dezembro de 2022.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-00497091/2022-94. INTERESSADO: MAURICIO PESSOA DE MORAIS FILHO. ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO

1. EXONERAR, a pedido, com fulcro no artigo 50, inciso I, e artigo 51, caput, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2022, c/c artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, MAURICIO PESSOA DE MORAIS FILHO, da carreira de MEDICO, cargo de MEDICO - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, 3º Classe, Padrão I, matrícula nº 16970217, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE

SAÚDE OESTE - UNIDADE DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEdia , a contar de 28 de outubro de 2022. 2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2022

PROCESSO Nº: 00060-00038377/2023-12 INTERESSADO: FRANCISCO BARROS DE ARAUJO. ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA.

1. DECLARO VACÂNCIA, com fulcro no artigo 50, inciso V, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c artigo 1º, inciso VII, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, bem como o artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, da carreira de GESTAO E ASSISTENCIA PUBLICA A SAUDE, cargo de ANALISTA GEST ASS PUB SAUDE, 2º Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ocupado por FRANCISCO BARROS DE ARAUJO, matrícula nº 14383845, lotado(a) no(a) COMPLEXO REGULADOR EM SAUDE DO DISTRITO FEDERAL, a contar de 15 de JANEIRO de 2023.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

DESPACHO DA SECRETÁRIA

Em 13 de fevereiro de 2023

PROCESSO Nº: 00060-0017589/2023-66. INTERESSADO: MOISES DOS SANTOS. ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA.

1. DECLARO VACÂNCIA, com fulcro no artigo 50, inciso V, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c artigo 1º, inciso VII, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, bem como o artigo 8º, §2º, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, da carreira de ANALISTA GEST ASS PUB SAUDE, cargo de ANALISTA GEST ASS PUB SAUDE, 2º Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ocupado por MOISES DOS SANTOS, matrícula nº: 14433702, lotado(a) no(a) SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUDOESTE, a contar de 03 de JANEIRO de 2023.

2. Publique-se e encaminha-se à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para providências pertinentes.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 72, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora CAMILA SODRÉ CASTRO, matrícula nº 2824752, em substituição ao servidor CARLOS ALBERTO FERREIRA NETTO, matrícula 279.082-3 e FLÁVIA FERRAZ BARBOSA, matrícula 2823837, em substituição à servidora CLAUDIA REGINA TRINDADE COELHO, matrícula 02786796, para atuarem como executora titular e suplente, respectivamente, do Contrato de Prestação de Serviço nº 40/2022, firmado com a empresa ÉTICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA - ME, que tem por objeto o serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais, para atender às necessidades do Programa Compete Brasília gerido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, SEL-DF, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (88827573), consoante específica o Edital de Pregão Eletrônico Nº 01/2022 - COLIC/SUAG/SEL/DF (80266174), do Termo de Homologação e Adjudicação PE 01/2022 (89000421), da Ata de Registro de Preços 002/2022 (86316367), integrantes do processo principal nº 00220-00005432/2021-82, da Justificativa (89180976), do Termo de Referência (89191439), da área demandante, da Aprovação de Solicitação de Saldo de Ata nº 015/2022 (93048185), da Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/02, objeto do processo nº 00220-00005292/2022-23.

Art. 2º O executor titular e, na sua ausência formal, o executor suplente, conforme designação do art. 1º, deverão fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 73, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo

Decreto nº. 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora CAMILA SODRÉ CASTRO, matrícula nº 2824752, em substituição ao servidor CARLOS ALBERTO FERREIRA NETTO, matrícula 279.082-3 e FLÁVIA FERRAZ BARBOSA, matrícula 2823837, em substituição à servidora CLAUDIA REGINA TRINDADE COELHO, matrícula 02786796, para atuarem como executora titular e suplente, respectivamente, do Contrato de Prestação de Serviço nº 07/2020, firmado com a empresa MONEY TURISMO EIRELI EPP, que tem por objeto o agenciamento de viagens internacionais a fim de atender as necessidades do Programa Compete Brasília, gerido por esta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, objeto do processo nº 00220-00000473/2020-00.

Art. 2º O executor titular e, na sua ausência formal, o executor suplente, conforme designação do art. 1º, deverão fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 74, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora EDNÚBIA COSTA BRAGA, matrícula 0282486-8, em substituição à servidora GABRIELLE CRISTINE ROCHA, matrícula 0277511-5, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico do Setor "O", dos contratos CCER e CUSD 168/2019, firmado com a CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. (NEOENERGIA), que têm por objeto o fornecimento de energia elétrica de alta tensão para os próprios desta Secretaria, bem como a regulação dos direitos e obrigações das partes referentes ao uso da rede elétrica de propriedade da distribuidora, objeto do processo 00220-00002411/2019-91.

Art. 2º O executor suplente deverá, nas ausências formais do executor titular, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 75, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº. 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora EDNÚBIA COSTA BRAGA, matrícula 0277511-5, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico do Setor "O", referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 29/2019, firmado com a COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, cujo objeto é a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências do CONSUMIDOR nas Unidades dos Centros Olímpicos e Paralímpicos do Distrito Federal, bem como Estádio de Sobradinho e de Samambaia, sob a responsabilidade deste Órgão, objeto do processo 220-00002196/2019-28.

Art. 2º O executor suplente deverá, nas ausências formais do executor titular, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 76, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº. 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora EDNÚBIA COSTA BRAGA, matrícula 0282486-8, em substituição à servidora GABRIELLE CRISTINE ROCHA, matrícula 0277511-5, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico do

Sector "O", do Contrato de Prestação de Serviços nº 61/2022, firmado com a empresa B2 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 33.852.688/0001-97, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção de casa de máquinas as quais compõe as piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos do Distrito Federal, incluindo mão de obra, assistência técnica, fornecimento de peças e equipamentos e todos insumos necessários ao correto funcionamento dos equipamentos, com vistas a atender às necessidades da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, de acordo com as especificações e condições descritas no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2022 (94923201), em especial o Termo de Referência (94741006), que são partes integrantes do instrumento contratual, objeto do processo nº 00220-00005591/2022-68.

Art. 2º Designar a servidora ANA CRISTINA SANTOS, matrícula 0282432-9, em substituição ao servidor GRAKO AUGUSTO BENTO, matrícula 277.524-7, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião.

Art. 3º Designar o servidor LUIS CARLOS AFONSO FERREIRA, matrícula 282237-7, em substituição ao servidor ANDRE SIQUEIRA MARANHÃO, matrícula 277.492-5, para atuar como executor local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina.

Art. 4º O executor suplente deverá, nas ausências formais do executor titular, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 77, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora EDNÚBIA COSTA BRAGA, matrícula 0282486-8, em substituição à servidora GABRIELLE CRISTINE ROCHA, matrícula 0277511-5, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico do Setor "O", referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2019, firmado com a JD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, sob demanda, referente aos imóveis sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, objeto do processo nº 00220-00000862/2019-93.

Art. 2º Designar a servidora ANA CRISTINA SANTOS, matrícula 0282432-9, em substituição ao servidor GRAKO AUGUSTO BENTO, matrícula 277.524-7, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião.

Art. 3º O executor suplente deverá, nas ausências formais do executor titular, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 78, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no "caput" do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora DAMIANA FREITAS DE AMURIM, matrícula 0280123X, em substituição ao servidor PEDRO VIRIATO LOPES, matrícula 274.865-7, e o servidor MARCOS ANTONIO DE JESUS FONSECA, matrícula 02777592, em substituição à servidora PATRÍCIA TEÓFILO GONÇALVES, matrícula 282211-3, para atuar, respectivamente como executor titular e suplente do Contrato de Prestação de Serviço nº 19/2021, firmado com BANCO DE BRASÍLIA S.A (BRB), que tem por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes a operacionalização do pagamento do ressarcimento à título de alimentação e transporte aos voluntários participantes do projeto Educador Esportivo Voluntário - EEV, gerido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, objeto do processo nº 00220-00001481/2021-46.

Art. 2º O executor suplente, na ausência formal do titular, conforme designação do art. 1º, deverá fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir

relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EDIMAR SOUZA LIMA

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 46, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do artigo 210 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 39.546/2018, e das que lhe foram delegadas por meio do artigo 8º, inciso I, alínea "g", da Portaria nº 396/2022, resolve:

CESSAR OS EFEITOS da Ordem de Serviço nº 531, publicada no DODF nº 209, de 08 de novembro de 2022, página 66, MARINA SILVA CAÇÃO, matrícula 14399806, ocupante de Analista em Gestão e Assistência Pública a Saúde, para substituir o Chefe, símbolo CPE-07, da Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle, da Controladoria Setorial da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, em seus afastamentos e impedimentos legais. Processo SEI nº 00060-00431341/2020-61.

DESIGNAR a servidora LIANE LOURDES SILVA DE MENEZES, matrícula 1802178, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, para substituir o Chefe, símbolo CPE-07, da Assessoria de Acompanhamento de Diligências de Órgãos de Controle, da Controladoria Setorial da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde, em seus afastamentos e impedimentos legais. Processo SEI nº 00060-00431341/2020-61.

EVILLASIO SOUSA RAMOS

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 149, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, inciso VII, da Portaria nº 396/2022, resolve:

AUTORIZAR o afastamento, com ônus limitado, do (a) servidor (a) DAVI DE PODESTA HAJE, matrícula nº 0150556-4, MEDICO-ORT. E TRAUMATOLOGIA, lotado (a) no Serviço de Traumatologia e Ortopedia - IGESDF/DIAE/SUPHB/GESEC/SETRO, para participar do 52º TEOT - Exame para Obtenção do Título de Especialista em Ortopedia e Traumatologia - SBOT, no período de 02 a 05 de março de 2023 em Campinas /SP, com base no Decreto nº 29.290/2008. Processo nº 04016-00000342/2023-14.

JONAS DA SILVA OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 153, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no Art. 10, da Portaria nº 380, de 26 de maio de 2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, aos servidores abaixo relacionados, nos termos da Lei complementar 840, de 23/11/2011, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração, deduzido os meses por ventura usufruídos: Nome: MARCOS ROBERTO VOLPI, Matrícula nº 01311131, Quinquênios: 5º) 24/01/2016 a 24/01/2021. Processo: 00060-00063893/2023-85. Nome: RICARDO CAMARGO, Matrícula nº 14329980, Quinquênios: 2º) 09/04/2016 a 07/04/2021. Processo: 04024-00007095/2020-45.

JONAS DA SILVA OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 154, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 39.546/2018, e das que lhe foram delegadas por meio do artigo 10, inciso VIII, da Portaria nº 708/2018, resolve:

RETIFICAR nas Ordens de Serviço de 20 de novembro de 2018, publicado no DODF nº 224, de 28 de novembro de 2018, pag. 22, o ato de concessão do Abono de Permanência Especial à servidora ANALUCIA D'ALBUQUERQUE GAUDENCIO, matrícula 01314289. ONDE SE LÊ: "...a contar de 27/04/2018...". LEIA-SE: "...a contar de 30/01/2016...". Retificada a fim de corrigir a data de concessão, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 00060-00517755/2018-62.

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 15 de setembro de 2018, publicado no DODF nº 184, de 26 de setembro de 2018, pag. 24, o ato de concessão do Abono de Permanência Especial à servidora GERALDO MAGELO FEITOZA, matrícula 01290584. ONDE SE LÊ: "...a contar de 26/04/2017...". LEIA-SE: "...a contar de 01/04/2016...". Retificada a fim de corrigir a data de concessão, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 00060-00244596/2017-91.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA, conforme art. 114 da Lei Complementar nº 840/2011, à servidora OZENIR ALVES DO NASCIMENTO, matrícula 01300288, no cargo de TÉCNICO EM GESTÃO E ASSISTÊNCIA PÚBLICA À SAÚDE, Classe AS, Padrão 20, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por ter completado os requisitos para aposentadoria voluntária e optado por permanecer em atividade, com fundamento no art. 3º, incisos I, II, III, § único da EC nº 47/2005, combinado com o art. 44 da LC nº 769/08, de 30/06/2008, a contar de 04/02/2022, conforme processo 04016-00128255/2021-51.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA ESPECIAL, conforme art. 114 da Lei Complementar nº 840/2011, o (a) PAULO CESAR SANTANA TRINDADE, matrícula 0130576X, no cargo de TÉCNICO ENFERMAGEM, Classe/Padrão TM - 05, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por ter completado os requisitos para aposentadoria voluntária e optado por permanecer em atividade, com fundamento no art. 40, §§ 3º, 4º, inciso III, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação da EC nº 41/2003 e EC nº 47/2005, a contar de 15/03/2017, conforme processo 04016-00090695/2021-28.

JONAS DA SILVA OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 155, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria nº 396/2022, resolve:

CONCEDER Auxílio Natalidade nos termos do Artigo 96 da Lei Complementar nº 840, de 23 de Dezembro de 2011, a (os) servidor(es): FABIO VIEIRA FERREIRA KOYAMA, matrícula 0196837-8, dependente LISSA FERREIRA KOYAMA, nascida em 26/01/2023, processo nº 04016-00010564/2023-37.

JONAS DA SILVA OLIVEIRA

DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL, DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais disposta no artigo 11, item II da Portaria nº 708, de 03 de julho de 2018, publicada no DODF nº 125, de 04 de julho de 2018, resolve:

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) SUELY DE JESUS EUFRASIO, matrícula: 0199341-0, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Segunda Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00549146/2021-78.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) CRISTINA LUCIA ROCHA CUBAS ROLIM, matrícula: 01314815, na Carreira Médica, no cargo de Médico - Pediatria, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00067909/2022-48.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) ROSALY RULLI COSTA GODANO, matrícula: 01616978, na Carreira Médica, no cargo de Médico Ginecologia e Obstetrícia, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00249428/2022-59.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) CARMOZINA ROCHA LACERDA, matrícula: 01409239, na carreira Gestão e Assistência Pública à Saúde no cargo de Técnico em Gestão e Assistência Pública à Saúde, Classe Única, Padrão XX, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-003395180/2021-16.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) MARIA DAS DORES BARBOSA DA SILVA, matrícula: 01361279, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00210876/2022-62.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) IVANDA MARTINS DE SOUZA SILVA, matrícula: 01980653, na Carreira

de Especialista em Saúde no Cargo de Assistente Social, Segunda Classe Padrão V, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00301357/2021-21.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) ADRIANA SILVA MORAES, matrícula: 14339072, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Segunda Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00066439/2022-03.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) DILMA ALVES MOREIRA, matrícula: 01991191, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Segunda Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00063399/2022-30.

CONVERTER EM PECÚNIA 02 (dois) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA AMARAL, matrícula: 01985396, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Segunda Classe, Padrão IV do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00311364/2021-31.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) SANDRA REGINA MARQUES DA SILVA, matrícula: 185.589-1, na Carreira de Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Primeira Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00213023/2021-00.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) MARIA ROZA DOS SANTOS, matrícula: 151.825-9, na Carreira de Assistência Pública à Saúde no cargo de Técnico em Saúde - Auxiliar de Enfermagem, Segunda Classe, Padrão VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00118608/2021-17.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) ZENILDE RODRIGUES FERNANDES ARCELINO, matrícula: 01513583, na Carreira Técnica em Enfermagem no cargo de Técnico em Enfermagem, Segunda Classe, Padrão VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00396435/2021-68.

CONVERTER EM PECÚNIA 03 (três) meses de Licença-Prêmio por assiduidade do (a) servidor (a) LUCIMAR MOURAO DE ARAUJO PARENTE, matrícula: 150.763-X, na Carreira de Assistência Pública à Saúde do cargo de Técnico em Saúde -Técnico em Enfermagem, Primeira Classe Padrão III, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente ao período concluído na vigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 e alcançado pela Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2022, nos termos do artigo 142, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Processo nº 00060-00306879/2021-10.

FELLIPE DIENER FONSECA

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 22, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, da Portaria nº 708, de 03 de julho de 2018, publicado no DODF nº 125, de 04 de julho de 2018 e republicada no DODF nº 149, de 07 de agosto de 2018;

Considerando a Portaria nº 1.032, de 17 de setembro de 2018, publicada no DODF nº 203, de 24 de outubro de 2018, que institui a Referência Técnica Distrital (RTD) para colaborar no desenvolvimento de processos ligados à gestão da clínica; Considerando a Portaria nº 1.272, de 22 de novembro de 2018, que altera o Anexo I da Portaria nº 1.032, de 17 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Designar servidora LIZETE CONCEIÇÃO DE SOUZA SILVEIRA, matrícula 142165-4, para exercer a função de Referência Técnica Distrital em Pediatria - Colaboradora, com carga horária de 05 horas semanais durante 180 dias.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EDDI SOFIA SERICIA M. MEDREI

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 31, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022 art. 13, inciso I, publicada no DODF nº 114, de 21 de junho de 2022 e Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar a servidora ROSA RODRIGUES DE SIQUEIRA, matrícula 171533-X, ocupante do cargo de Enfermeira, para substituir a Gerente, da Gerência de Enfermagem, do Hospital Regional da Asa Norte, da Superintendência de Saúde Central da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação e cessa efeitos de disposições contrárias.

PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 32, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições Regimentais, conforme Decreto nº 38.017, de 21 de fevereiro de 2017, republicado no DODF nº 38, de 22 de fevereiro de 2017, e o Art. 13 da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, publicada no DODF nº 114, de 21 de junho de 2022, resolve:

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO E/OU CONTRIBUIÇÃO, prestado pela servidora abaixo indicada, ao órgão e entidade a seguir mencionada (nome, matrícula, cargo, lotação): ANA CRISTINA GONTIJO CAIXETA, 1.704.915-6, Fonoaudióloga, Secretaria de Estado de Saúde do DF, 4.601 dias, ou seja, 12 anos, 7 meses e 11 dias, conforme certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1º de março de 1999 a 31 de março de 1999, 1º de maio de 1999 a 30 de setembro de 1999, 1º de março de 2000 a 31 de dezembro de 2000, 1º de março de 2002 a 31 de março de 2002, 1º de outubro de 2003 a 31 de dezembro de 2004, 01 de março de 2005 a 31 de maio de 2005, 1º setembro de 2005 a 31 de dezembro de 2006, 1º de novembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, 1º de agosto de 2010 a 31 de agosto de 2010, 1º de novembro de 2010 a 30 de novembro de 2010, 1º de fevereiro de 2011 a 28 de fevereiro de 2011, 1º de abril de 2011 a 31 de maio de 2011, 1º de setembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, 1º de janeiro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, 1º de maio de 2013 a 31 de agosto de 2013, 1º de outubro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, 1º de abril de 2014 a 31 de agosto de 2014, 1º de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015, 1º de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015, 1º de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016, 1º de janeiro de 2017 a 27 de setembro de 2017, 1º de fevereiro de 2018 a 31 de março de 2018, 1º de maio de 2018 a 31 de março de 2020, 1º de maio de 2020 a 31 de julho de 2020, 1º de outubro de 2020 a 31 de outubro de 2020, 1º de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, 1º de janeiro de 2021 a 31 de março de 2021, 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, 1º de agosto de 2021 a 31 de agosto de 2021 e 1º de outubro de 2021 a 4 de outubro de 2021, contados somente para fins de aposentadoria, conforme processo nº 00060-00258212/2022-84.

PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 33, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, Inciso IX, da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, publicada no DODF nº 114, de 21 de junho de 2022, resolve:

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 21 de novembro de 2016, publicada no DODF nº 233, de 13 de dezembro de 2016, o ato que concedeu LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a APARECIDA GOMES DA SILVA, matrícula 130.850-5, ONDE SE LÊ: "...4º quinquênio: 24.01.2007 a 23.01.2012...", LEIA-SE: "...4º quinquênio: 24/01/2007 a 22/03/2012...".

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 07 de março de 2017, publicada no DODF nº 53, de 17 de março de 2017, o ato que concedeu LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a APARECIDA GOMES DA SILVA, matrícula 130.850-5, ONDE SE LÊ: "...5º quinquênio: 24.01.2012 a 23.02.2017...", LEIA-SE: "...5º quinquênio: 23/03/2012 a 20/05/2017...".

RETIFICAR na Ordem de Serviço nº 275, de 31 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 166, de 01 de setembro de 2022, o ato que concedeu LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a APARECIDA GOMES DA SILVA, matrícula 1308505, ONDE SE LÊ: "...6º quinquênio: 24/02/2017 a 23/04/2022...", LEIA-SE: "...6º quinquênio: 21/05/2017 a 18/07/2022...".

PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRO-SUL

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRO-SUL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 235, de 21 de setembro de 2015, artigo 8º, resolve:

CONCEDER Abono de Permanência, conforme art. 114 da Lei Complementar nº 840/2011, a servidora STAEEL MOREIRA LEMOS, Matrícula 113.078-1, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, Classe/Padrão TM - 05, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotada na SES/SRSCS/DIRASE/GSAS2 - POLICLÍNICA GUARÁ, por ter completado os requisitos para aposentadoria voluntária e optado por permanecer em atividade, com fundamento no Art. 3, incisos I, II, III, § único da EC nº 47/2005, combinado com o Art. 44 da LC nº 769/08, de 30/06/2008, a contar de 29/10/2021, conforme disposto em Processo SEI Nº 00060-00013071/2021-91.

CONCEDER Abono de Permanência, conforme art. 114 da Lei Complementar nº 840/2011, a servidora MARLENE PEREIRA DE CASTRO, Matrícula 107.712-0, no cargo de ANALISTA EM GESTÃO E ASSISTÊNCIA PÚBLICA A SAÚDE, Classe/Padrão TS - 05, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, lotada na SES/SRSCS/DIRAPS/GSAPI CANDANGOLÂNDIA, por ter completado os requisitos para aposentadoria voluntária e optado por permanecer em atividade, com fundamento no Art. 3, incisos I, II, III, § único da EC nº 47/2005, combinado com o Art. 44 da LC nº 769/08, de 30/06/2008, a contar de 10/01/2020, conforme disposto em Processo SEI Nº 00060-00460962/2022-14.

MICHELLE NUNES DO AMARAL LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 36, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso X, do Artigo 512, do Regimento Interno da SES/DF, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018 e delegação de competência prevista no Art. 13, inciso II, alínea "j" da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, e conforme Processo SEI nº 00060-00073248/2023-71, resolve:

DISPENSAR NATHANI CRISTINE DO CARMO RAMOS, matrícula 17093473, ocupante do cargo de FONOAUDIOLOGO, como substituta legal do(a) Gerente, da Gerência de Serviços de Atenção Primária nº 02 de Planaltina, da Diretoria Regional de Atenção Primária, da Superintendência da Região de Saúde Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR ANA LUCIA DE SOUZA MONTIJO, matrícula 01834967, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, para substituir o Gerente, da Gerência de Serviços de Atenção Primária nº 02 de Planaltina, da Diretoria Regional de Atenção Primária, da Superintendência da Região de Saúde Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

IVAN PAULO REGO DE SOUZA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 37, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso X, do Artigo 512, do Regimento Interno da SES/DF, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018 e delegação de competência prevista no Art. 13, inciso II, alínea "j" da Portaria nº 396, de 20 de junho de 2022, resolve:

CONCEDER Licença Prêmio aos servidores abaixo relacionados, nos termos do art. 139, da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, condicionado o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos a STEPHANIE TACIANE DIAS SANTOS Matrícula: 16715241 processo 00060-00541324/2022-01, 1º - 24/07/2015 a 21/07/2020; DORISLAN CAROCA DA SILVA Matrícula: 01652230 processo 279.001.082/2012, 3º - 01/11/2017 a 28/01/2023; MOEMA SANTANA DE MENDONÇA SANTOS - Matrícula: 14408953 processo 00060-00061298/2018-48, 2º - 03/02/2018 a 05/02/2023; MARCOS VINICIUS FERNANDES PEREIRA Matrícula: 14408805 processo 00060-00012634/2018-29, 2º - 05/12/2017 a 03/12/2022; JOSE BATISTA NETOMatrícula: 01325485 processo , 6º - 07/01/2018 a 04/02/2023; ANA CARLA HOLANDA VILLELA DE ANDRADE Matrícula: 1682881X processo 00060-00040796/2023-14, 1º - 19/01/2018 a 19/01/2023; LARISSA DE ASSIS GASPARG Matrícula: 16828305 processo 00060-00045594/2023-69, 1º - 22/01/2018 a 20/01/2023; ALDADI MACHADO DOS SANTOS Matrícula: 16820444 processo 00060-00046769/2023-55, 1º - 28/11/2017 a 26/11/2022; ANDREA FERREIRA DE SOUZA Matrícula: 16818741 processo 00060-00047651/2023-44, 1º - 22/11/2017 16/01/2023; MARINA LESSA GOMES Matrícula: 14409259 processo 00060-00046452/2018-51, 2º - 05/12/2017 09/12/2022; DANIELA BARROS OLIVEIRA Matrícula: 14408511 processo 00060-00257435/2017-67, 2º - 04/01/2018 a 02/01/2023; CASSIO MURILLO DOS SANTOS Matrícula: 14416352 processo 00060-00313996/2018-34, 2º - 17/01/2018 a 15/01/2023; MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, 7º - 14/04/2011 a 12/05/2016, 8º - 13/05/2016 a 11/05/2021; CARLOS JOSE AMANCIO DE OLIVEIRA Matrícula: 01269402, processo 061.036.247/1993, 8º - 06/01/2018 a 04/01/2023; ADRIANA MAYON NEIVA FLORES Matrícula: 14413000, processo 00060-00321727/2018-41, 2º - 15/01/2018 a 19/01/2023; MICHELLE DENISE GOMES MARTINS Matrícula: 14414228, processo 00060-00296919/2018-11, 2º - 15/01/2018 a 13/01/2023; HIGOR MICHELL DE MELO FALCAO Matrícula: 1441547X, processo 00060-00030711/2018-22, 2º - 17/01/2018 16/01/2023; FRANCYNE BRITTO FUNAYAMA PAPA Matrícula: 14415968, processo 00060-00037015/2018-47, 2º - 17/01/2018 a 15/01/2023; CARLOS EDUARDO MUNIZ DE

ANDRADE Matrícula: 14416522, processo 00060-00020200/2020-17, 2º - 20/01/2018 a 31/01/2023; FERNANDA AFONSO MIRANDA Matrícula: 14415348, processo 00060-00212010/2018-18, 2º - 21/01/2018 a 25/01/2023; GERALDO MAGELA FERNANDES Matrícula: 14415577, processo 00060-00568279/2018-48, 2º - 21/01/2018 a 19/01/2023; ISABEL CRISTINA LEAL FIRMINO Matrícula: 14415690, processo 00060-00304227/2018-45, 2º - 21/01/2018 a 24/01/2023; BRENDA CARLA LIMA SILVA Matrícula: 14416263, processo 00060-00324862/2019-20, 2º - 22/01/2018 a 20/01/2023; TAILINE LIMA VILALVA Matrícula: 16803426 processo 00060-00064896/2023-36, 1º - 05/06/2017 a 03/06/2022; DEUSANITA PEREIRA DA SILVA Matrícula: 1441774X processo 00060-00052897/2018-71, 2º - 08/02/2018 a 07/02/2023; NUBIA IOLANDA BATISTA DA SILVA Matrícula: 0144655X processo 279.000.829/2008, 4º - 09/02/2018 a 07/02/2023; JANIO LEANDRO DA SILVA SPINELLI Matrícula: 14408627 processo 00060-00060836/2018-87, 2º - 05/12/2017 a 05/12/2022.

TORNAR SEM EFEITO na Ordem de Serviço nº 16, de 28 de janeiro de 2021, publicada no DODF nº 20, de 29 de janeiro de 2021, página 74, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, 8º-07/09/2015 a 04/09/2020.

TORNAR SEM EFEITO na Ordem de Serviço nº 69, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DODF nº 04, de 05 de janeiro de 2017, página 21, o ato que concedeu licença prêmio MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, 4º - 14/04/2011 a 13/04/2016.

TORNAR SEM EFEITO na Ordem de Serviço nº 90, de 03 de maio de 2021, publicada no DODF nº 82, de 04 de maio de 2021, página 25, o ato que concedeu licença prêmio MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, 5º-14/04/2016 a 12/04/2021.

IVAN PAULO REGO DE SOUZA

RETIFICAÇÃO

Na Ordem de Serviço de 29 de maio de 1992, publicada no DODF nº 109, de 02 de junho de 1992, página 20, o ato que concedeu licença prêmio MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, ONDE SE LÊ: "...1º - 08/09/83 a 01/02/89...", LEIA-SE: "...1º - 08/09/1983 a 05/09/1988...".

Na Ordem de Serviço de 23 de novembro de 1994, publicada no DODF nº 232, de 05 de dezembro de 1994, página 32, o ato que concedeu licença prêmio MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, ONDE SE LÊ: "...2º - 02.02.89 a 01.02.94...", LEIA-SE: "...2º - 06/09/1988 a 04/09/1993...".

Na Ordem de Serviço de 18 de março de 1999, publicada no DODF nº 70, de 13 de abril de 1999, página 28, o ato que concedeu licença prêmio MARIA ADELAIDE DA SILVA Matrícula: 1218417, processo 061.036.085/1992, ONDE SE LÊ: "...3º - 02.02.94 a 01.02.99...", LEIA-SE: "...3º - 05/09/1993 a 03/09/1998...".

Na Ordem de Serviço de 14 de junho de 2004, publicada no DODF nº 113, de 16 de junho de 2004, página 60, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...5º-19/12/1997 a 18/12/2002...", LEIA-SE: "...5º - 20/07/2002 a 18/07/2007...".

Na Ordem de Serviço de 22 de junho de 2004, publicada no DODF nº 120, de 25 de junho de 2004, página 19, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...1º-10/01/1977 a 11/01/1982...", LEIA-SE: "...1º - 10/01/1977 a 10/01/1987...".

Na Ordem de Serviço de 22 de junho de 2004, publicada no DODF nº 120, de 25 de junho de 2004, página 19, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...2º-12/01/1982 a 13/01/1987...", LEIA-SE: "...2º - 11/01/1987 a 22/02/1992...".

Na Ordem de Serviço de 22 de junho de 2004, publicada no DODF nº 120, de 25 de junho de 2004, página 19, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...3º-14/01/1987 a 21/07/1992...", LEIA-SE: "...3º - 23/02/1992 a 20/07/1997...".

Na Ordem de Serviço de 22 de junho de 2004, publicada no DODF nº 120, de 25 de junho de 2004, página 19, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...4º-22/07/1992 a 18/12/1997...", LEIA-SE: "...4º - 21/07/1997 a 19/07/2002...".

Na Ordem de Serviço de 11 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 243, de 21 de dezembro de 2015, página 35, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...6º-19/12/2002 a 18/12/2007...", LEIA-SE: "...6º - 19/07/2007 a 01/06/2015...".

Na Ordem de Serviço de 11 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 243, de 21 de dezembro de 2015, página 35, o ato que concedeu licença prêmio WALTECI ARAUJO DOS SANTOS, matrícula 1110829, processo 279.000.412/2004, ONDE SE LÊ: "...7º-19/12/2007 a 06/09/2015...", LEIA-SE: "...7º - 02/06/2015 a 30/05/2020...".

Na Ordem de Serviço nº 123, de 08 de outubro de 2018, publicada no DODF nº 200, de 19 de outubro de 2018, página 32, o ato que concedeu licença prêmio ADRIANA KELY DA CRUZ NERI matrícula 14404540, processo 00060-00417678/2018-41, ONDE SE LÊ: "...1º - 02/10/2012 A 30/10/2017...", LEIA-SE: "...1º - 02/10/2012 A 22/12/2017...".

Na Ordem de Serviço nº 260, de 03 de dezembro de 2021, publicada no DODF nº 260, de 03 de dezembro de 2021, página 53, o ato que concedeu licença prêmio THATIELY LEITE ARARUNA, matrícula 14361612, ONDE SE LÊ: "...processo 281.000.399/2016...", LEIA-SE: "... processo 279.000.159/2017...".

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 200, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso da atribuição prevista na Portaria nº 708, de 02 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Designar a servidora APARECIDA MENDES MUHLBEIER, matrícula 1.704.850-8, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO-OBSTETRA, para substituir o (a), Chefia do Núcleo de Qualidade e Segurança do Hospital Regional de Ceilândia, da Superintendência da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais, conforme Processo nº 00060-00063722/2023-56.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO AIRES VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 201, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso da atribuição prevista na Portaria nº 708, de 02 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 107/2019, de 03 de setembro de 2019 sobre a designação para substituição do cargo de Gerente da Gerência de Regulação da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Designar a servidora LUANA ALVES AMARAL MARTINS, Matrícula 1435.301-6, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, para substituir o Gerente da Regulação da Região de Saúde, da Superintendência da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais, conforme Processo nº.00060-00585944/2022-44.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO AIRES VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 203, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso da atribuição prevista na Portaria nº 708, de 02 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Designar o servidor WESLLANNY SOUSA BRUNELLI, matrícula 1.704.716-1 ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO-OBSTETRA, para substituir o Gerente de Acesso e Qualidade em Atenção Primária à Saúde, da Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde, da Superintendência da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais, conforme Processo nº 00060-00055451/2023-65.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO AIRES VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 205, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso da atribuição prevista na Portaria nº 708, de 02 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos da Ordem de Serviço Nº 1.858, de 03 de novembro de 2022, que designou a servidora PAULA FABIANA DE OLIVEIRA, matrícula 1.707.018-x, como substituta da Gerente de Enfermagem do Hospital Regional de Ceilândia, da Superintendência da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Designar a servidora SHIRLEY RODRIGUES DE BRITO SOUSA, matrícula 1.685.011-4, ocupante do cargo efetivo ENFERMEIRO, para substituir o Gerente, da Gerência da Enfermagem, do Hospital Regional de Ceilândia, da Superintendência da Região de Saúde Oeste, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais, conforme Processo nº 00060-00096601/2021-29

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO AIRES VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 209, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhes foram conferidas por meio do Art. 267 do Decreto Nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018 c/c e art. 13º, inciso II, alínea "j" da Portaria Nº 396, de 20 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Designar a servidora abaixo relacionado, para compor a Comissão de Voluntariado da Superintendência da Região de Saúde Oeste, conforme processo nº 00060-00136221/2021-34, segue: REGINA DE SOUZA BARROS, matrícula 16737407, cargo: Enfermeira, da Diretoria do Hospital Regional de Ceilândia.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO AIRES VIEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 210, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 708, Artigo 13, Inciso XI, de 02 de julho de 2018, resolve:

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA, conforme art. 114 da Lei Complementar nº 840/2011, a servidora NILZA NUNES MONTEIRO, matrícula 0133978-8, no cargo de Técnico Enfermagem, Classe/Padrão TM-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por ter completado os requisitos para aposentadoria voluntária e optado por permanecer em atividade, com fundamento no com fundamento no "art. 40, §§ 3º, 4º, inciso III, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação da EC nº 41/2003 e EC nº 47/2005, art. 57 da Lei nº 8.213/1991 e Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal" a contar de 08/04/2020, conforme processo 00060-00522244/2019-43.

BRUNO AIRES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 131, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE SUL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 261 do Anexo Único do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018; a vista do contido no art. 13, inciso II, alínea "b", da Portaria/SES-DF nº 708/2018, conforme Processo SEI nº 00060-00069994/2023-60, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a servidora ISABELLA BORGES MOTA ALVES, matrícula nº 1.682.649-3, SES/SRSSU/CAPS AD - SANTA MARIA, Qq.:1º - 02/01/2018 a 28/01/2023, Processo; 00060-00006026/2023-42.

WILLY PEREIRA DA SILVA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 133, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE SUL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 261 do Anexo Único do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018; a vista do contido no art. 13, inciso II, alínea "b", da Portaria/SES-DF nº 708/2018, conforme Processo SEI nº 00060-00069706/2023-77, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE ao servidor RILDO TENORIO DA SILVA, matrícula nº 0.136.170-8, SES/SRSSU/POLICLINICA -GAMA, Qq.:2º - 22/06/2000 a 20/01/2011, Processo;00060-00414571/2020-66.

WILLY PEREIRA DA SILVA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 149, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE SUL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 261 do Anexo Único do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018; a vista do contido no art. 13, inciso II, alínea "b", da Portaria/SES-DF nº 708/2018, conforme Processo SEI nº 00060-00022562/2023-95, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE aos servidores: Nome: ANA CLAUDIA DE SOUSA SALES Mat.: 1.440943-7 Qq.: 2º - 04.12.17 a 06.01.23 Requerimento; Nome: ARIANA ALVES FERRAZ SOUZA Mat.: 1.440850-3 Qq.: 2º - 05.12.17 a 11.12.22 Requerimento; Nome: CRISTIANA LIMA SILVA GUIMARAES Mat.: 1.436213-9 Qq.: 2º - 28.11.16 a 26.11.21 Requerimento; Nome: DAISE REGINA CUNHA SANTOS Mat.: 127.545-3 Qq.: 7º - 29.11.17 a 27.11.22 Proc.: 061.033226/1993; Nome: DIOGO RANIER DE MACEDO SOUTO Mat.: 192.740-X Qq.: 2º - 29.08.15 a 25.09.20 Requerimento; Nome: IVANILCE MARIANO DE CASTRO Mat.: 1.682025-8 Qq.: 1º - 28.11.17 a 26.11.22 Requerimento; Nome: JOAO LUIZ VINHAL JUNIOR Mat.: 1.440871-6 Qq.: 2º - 05.12.17 a 08.12.22 Requerimento; Nome: JONAS ALVES RIBEIRO Mat.: 137.971-2 Qq.: 4º - 28.02.15 a 26.02.20 Proc.: 275.000809/2006; Nome: JOSE HENRIQUE MEZZETH FILIPPI Mat.: 1.440398-6 Qq.: 2º - 01.10.17 a 29.09.22 Requerimento; Nome: JOSELMA CARVALHO OLIVEIRA Mat.: 1.682061-4 Qq.: 1º - 20.11.17 a 18.11.22 Requerimento; Nome: LAURA FERNANDA PEREIRA SILVA Mat.: 1.438841-3 Qq.: 2º - 25.06.17 a 23.06.22 Requerimento; Nome: LUCIANA FERREIRA DE SOUSA Mat.: 1.682081-9 Qq.: 1º - 21.11.17 a 19.11.22 Requerimento; Nome: MARCOS MACHADO DE SOUZA Mat.: 1.682067-3 Qq.: 1º - 20.11.17 a 18.11.22 Requerimento; Nome: MARIA ELIANE PIMENTEL DOS SANTOS Mat.: 1.435855-7 Qq.: 2º - 07.09.16 a 08.09.21 Requerimento; Nome: MARIA JOSE DA SILVA Mat.: 144.413-1 Qq.: 4º - 19.10.17 a 17.10.22 Proc.: 284.000079/2008; Nome: MARINEZ MONICA Mat.: 146.928-2 Qq.: 2º - 22.11.08 a 18.02.14; Qq.: 3º - 19.02.14 a 04.10.19 Proc.: 275.000148/2009; Nome: NILVA APARECIDA GONCALVES PEREIRA Mat.: 1.682710-4 Qq.: 1º - 02.01.18 a 31.12.22 Requerimento; Nome: PAOLA FERNANDES PEREIRA Mat.: 1.682363-X Qq.: 1º - 28.11.17 a 26.12.22 Requerimento; Nome: RAQUEL LOPES DA SILVA NIETO Mat.: 1.440900-3 Qq.: 2º - 04.12.17 a 02.12.22 Requerimento; Nome: TALITA PEREIRA RIBEIRO Mat.: 154.167-6 Qq.: 3º - 19.03.16 a 27.03.21 Proc.: 282.000191/2011; Nome: THIAGO GUIMARAES FONSECA Mat.: 189.345-9 Qq.: 2º - 18.08.15 a 15.10.20 Requerimento; Nome: VANIA RODRIGUES Mat.: 140.306-0 Qq.: 4º - 29.09.16 a

28.06.22 Proc.: 281.000166/2011; Nome: VINICIUS SALES E SILVA Mat.: 1.682561-6 Qq.: 1º - 26.12.17 a 24.12.22 Requerimento; Nome: WASLEN DA SILVA RODRIGUES Mat.: 1.436772-6 Qq.: 1º - 28.11.11 a 28.11.16; Qq.: 2º - 29.11.16 a 27.11.21 Requerimento; Nome: WILLY PEREIRA DA SILVA FILHO Mat.: 1.680762-6 Qq.: 1º - 12.07.17 a 10.07.22 Requerimento.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do 5º quinquênio de licença-prêmio da servidora ELZA DA SILVA LIMA, matrícula: 129.404-0, publicado no DODF nº 1.101, de 04 de agosto de 2020, página 43.

TORNAR SEM EFEITO a publicação do 6º quinquênio de licença-prêmio da servidora ELZA DA SILVA LIMA, matrícula: 129.404-0, publicado no DODF nº 30, de 11 de fevereiro de 2022, página 64.

RETIFICAR na Ordem de Serviço nº 1.101, de 04 de agosto de 2020, publicada no DODF nº 151, de 11 de agosto de 2020, página 43, ONDE SE LÊ: "...Nome: ELZA DA SILVA LIMA, matrícula: 129.404-0, Qq.: 4º 03.06.05 a 01.06.11, Proc.: 061.044112/1995...", LEIA-SE: "...Qq.: 4º 03.06.05 a 30.06.18...", ratificando-se os demais dados.

TORNAR SEM EFEITO a publicação da retificação da licença-prêmio da servidora VANIA RODRIGUES, matrícula: 1.40306-0, publicado no DODF nº 98, de 26 de maio de 2021, página 40.

RETIFICAR na Ordem de Serviço nº 24, de 09 de agosto de 2011, publicada no DODF nº 160, de 17 de agosto de 2011, página 37, ONDE SE LÊ: "...Nome: VANIA RODRIGUES, matrícula: 1.40306-0, Qq.: 2º 05.03.06 a 04.03.11, Proc.: 281.000166/2011...", LEIA-SE: "...Qq.: 2º 06.03.06 a 04.03.11...", ratificando-se os demais dados.

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 05 de janeiro de 2017, publicada no DODF nº 14, de 19 de janeiro de 2017, página 16, ONDE SE LÊ: "...Nome: VANIA RODRIGUES, matrícula: 1.40306-0, Qq.: 3º 05.03.11 a 03.03.16, Proc.: 281.000166/2011...", LEIA-SE: "...Qq.: 3º 05.03.11 a 28.09.16...", ratificando-se os demais dados.

WILLY PEREIRA DA SILVA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 150, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DA REGIÃO DE SAÚDE SUL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 261 do Anexo Único do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018; a vista do contido no art. 13, inciso XI, da Portaria/SES-DF nº 708/2018, conforme Processos SEI nº 00060-00070455/2023-73, resolve:

CONCEDER, Abono Permanência Especial 25 Anos, a partir de 20/12/2016, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária ao servidor GLENIO HUMBERTO DE BARROS SILVA, matrícula nº 0129547-0, MEDICO - GINECO.E OBSTETRICIA, com lotação na SES/SRSSU/HRG/GACIR/UGO, por haver completado os requisitos para aposentadoria voluntária definida no Artigo 40 §§ 3º, 4º, inciso III, 8º e 17, da CRFB, na redação das Emendas Constitucionais nº 47/05, artigos 46 e 51 da Lei Complementar nº 769/08 e artigo 57 da Lei nº 8.213/91 e optado por permanecer em atividade, ressaltando que não foram utilizados períodos de licença prêmio por assiduidade na apuração do tempo de serviço para a concessão deste benefício, de acordo com o processo SEI nº 00060-00282736/2020-24.

WILLY PEREIRA DA SILVA FILHO

COMPLEXO REGULADOR EM SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 21, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO COMPLEXO REGULADOR EM SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI, artigo 13, da Portaria nº 396/2022, publicada no DODF nº 114, de 21/06/2022, resolve:

DISPENSAR o servidor JOSÉ CARLOS CASTELO BRANCO FILHO, Psicólogo, matrícula nº 151.237-4, da função de Gerente substituto da Central de Informações Toxicológicas e Atendimento Psicossocial, da Diretoria do SAMU 192, do Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cessando os efeitos da Ordem de Serviço nº 25, de 04 de fevereiro de 2022, publicada no DODF nº 28, de 09 de fevereiro de 2022.

MARCUS ANTÔNIO COSTA

HOSPITAL MATERNO INFANTIL DR ANTONIO LISBOA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 011, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 13º da Portaria nº 708, de 03 de julho de 2018, publicada no DODF nº 125, de 04 de julho de 2018, resolve:

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA ESPECIAL, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, conforme "Decisão nº 2941/2019, de 29/08/2019, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Pareceres nº 302/2017-PRCON/PGDF, de 12/05/2017, e nº 620/2017-PRCON/PGDF, de 27/09/2017, conforme entendimento do STF (ARE 954.408, Ministro Teori Zavasscki), com base no Artigo 40, §§ 3º e 4º, Inciso III, 8º e 17º da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação da EC nº 41/2003, e nº 47/2005, artigos 46 e 51, da Lei 769/2008, e artigo 57 da Lei nº 8.213/1991", a servidora VASTI ALVES DE SOUZA, matrícula SES nº 133.638-X, ocupante do cargo efetivo de

Técnico em Enfermagem, por haver completado os requisitos para aposentadoria especial e optado por permanecer em atividade, conforme instrução do processo eletrônico nº 00060-00181819/2021-88, com vigência a contar de 30/03/2020.

MARINA DA SILVEIRA ARAUJO

**FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA
EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
DIRETORIA EXECUTIVA**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA, DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 1º, inciso V, alínea "i", c/c art. 4º, da Instrução nº 02, de 08 de fevereiro de 2011, publicada no DODF nº 28, de 09 de fevereiro de 2011, e a Ordem de Serviço nº 87, de 08 de outubro de 2021, publicada no DODF nº 194, 15 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 1 (um) ano, o mandato dos membros do Comitê Executivo do Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas (PPCi) da FEPECS, a partir de 05 de janeiro de 2023.

Art. 2º Substituir FERNANDA SETTE SILVA MARTINS, matrícula 0277532-8 (membro), em razão de exoneração, por JANN MATEUS AMORIM DE FREITAS SILVA, matrícula 02772647 (membro).

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

INOCÊNCIA ROCHA DA CUNHA FERNANDES

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 55, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) CAMILAH AMORIM ABRÃO, matrícula 16975316, Técnica de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GLABE, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 27/02/2023 a 02/03/2023. Processo 00063-00001021/2023-49.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 57, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) ALEX RENNEN ALVES PINTO, matrícula 14021188, Técnico de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSN/DLAB, para participar do curso/evento ERAH II: Discutindo os Avanços da Hemofilia no Brasil, a ser realizado em São Paulo, pela Roche Farma Brasil, no período de 02/03/2023 a 04/03/2023. Processo 00063-00001029/2023-13.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 58, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve: HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) NESTOR COBINIANO DE MELO NETO, matrícula 14021293, Analista de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 06/03/2023 a 09/03/2023. Processo 00063-00001101/2023-02.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 59, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação

Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve: HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) GERALDO AFONSO BEZERRA MOTA, matrículas 14020300(FHB) e 1888374(SES), Técnico de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 27/02/2023 a 02/03/2023. Processo 00063-00001027/2023-16.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 60, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve: HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) CÁIQUE FERREIRA, matrícula 14018330, Técnico de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 27/02/2023 a 02/03/2023. Processo 00063-00000995/2023-13.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 61, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) HUGO MENDONÇA MUNDIM, matrículas 14022907(FHB) e 1375644 (SES), Analista de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 06/03/2023 a 09/03/2023. Processo 00063-00001080/2023-17.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 62, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) YSIS MARTINS AQUINO, matrícula 16818857, Analista de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 06/03/2023 a 09/03/2023. Processo 00063-00001085/2023-40.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 63, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

HOMOLOGAR o afastamento PARCIAL, nos termos do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008 e do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, mediante dispensa de ponto, com ônus parcial, do (a) servidor (a) THAINÁ DE MELO LESSA AMORIM, matrícula 14018691, Analista de Atividades do Hemocentro, lotado (a) na GSUT, para participar do curso/evento TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DAS LINHAS ONE LAMBDA, a ser realizado em Curitiba, pela Biometrix Diagnóstica, no período de 06/03/2023 a 09/03/2023. Processo 00063-00001081/2023-61.

OSNEI OKUMOTO

INSTRUÇÃO Nº 64, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 3º do Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Designar LAÍZA MAGALHÃES DE ARAÚJO, matrícula 1681992-6, como Fiscal Técnica do Contrato 06/2020 – NCC/CODAG/FHB em substituição à MARCOS ANTÔNIO DE AMORIM, Mat 1402213-3, objeto do processo nº 00063-00000937/2020-39.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

OSNEI OKUMOTO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso V, parágrafo único, do artigo 105 e nos incisos II, V e X, do artigo 182 do Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, resolve:

DISPENSAR FRANCISCO SERNEGIO DOS SANTOS, Professor de Educação Básica, matrícula 202.634-1, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52005773, de Supervisor, do Centro de Ensino Médio Setor Leste, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 06 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00005695/2023-22.

DESIGNAR SIMONE RAQUEL SOUSA DE MELO, Professor de Educação Básica, matrícula 226.532-X, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52005773, de Supervisor, do Centro de Ensino Médio Setor Leste, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00005695/2023-22.

DISPENSAR FRANCISCA PAULA DE SOUSA, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 28.872-1, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008794, de Supervisor, da Escola Classe 111 Sul, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00011854/2023-28.

DESIGNAR DANIA ALVES MACHADO, Professor de Educação Básica, matrícula 31.735-7, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008794, de Supervisor, da Escola Classe 111 Sul, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00011854/2023-28.

DISPENSAR ELISÂNGELA FERREIRA DO NASCIMENTO, Professor de Educação Básica, matrícula 33.409-X, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007685, de Supervisor, do Centro Educacional 02 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 5 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00012158/2023-39.

DESIGNAR PAULO HENRIQUE REIS SILVA, Professor de Educação Básica, matrícula 230.444-9, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007551, de Supervisor, da Escola Classe 16 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00011600/2023-18.

DESIGNAR NIVALCIANA PEREIRA GONÇALVES, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 30.856-0, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52009027, de Chefe de Secretaria, da Escola Classe 26 de Setembro, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00018433/2023-28.

DISPENSAR, a pedido, DAYSE DOS SANTOS BATISTA, Professor de Educação Básica, matrícula 228.896-6, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006286, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 6 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00010888/2023-03.

DESIGNAR DÉBORA RODRIGUES DE ALENCAR, Professor de Educação Básica, matrícula 226.467-6, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006286, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00010888/2023-03.

DISPENSAR SANDRO DIAS DE CARVALHO, Professor de Educação Básica, matrícula 36.562-9, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006677, de Supervisor, do Centro Educacional 06 do Gama, da Coordenação Regional de Ensino do Gama, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 02 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00016722/2023-92.

DISPENSAR JULIANA ALVES PAIVA, Professor de Educação Básica, matrícula 229.753-1, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007235, de Supervisor, do Centro Educacional Pompílio Marques de Souza, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 06 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00012372/2023-95.

DESIGNAR LUIS FERNANDO PEREIRA DE SOUSA, Professor de Educação Básica, matrícula 234.113-1, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007235, de Supervisor, do Centro Educacional Pompílio Marques de Souza, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00012372/2023-95.

DISPENSAR MARÍLIA GUIMARÃES DE PAIVA SOARES, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 249.926-6, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 6526059, de Supervisor, do Centro de Educação Infantil Pipiripau, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 1º de fevereiro de 2023. Processo 00080-00016040/2023-80.

DISPENSAR SAMARA FERREIRA DA SILVA GONCALVES, Professor de Educação Básica, matrícula 202.942-1, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52005732, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental CASEB, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00004682/2023-36.

DESIGNAR ANDREIA SILVA COSTA, Professor de Educação Básica, matrícula 200.392-9, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52005732, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental CASEB, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00004682/2023-36.

DISPENSAR, a pedido, MARIA ERISMAR DE CARVALHO, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 49.497-6, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52005934, de Chefe de Secretaria, da Escola Classe Almécegas, da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 31 de janeiro de 2023. Processo 00080-00015965/2023-11.

DESIGNAR ANDREIA CRISTINA DE JESUS CAVALCANTI VIANA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 248.225-8, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006035, de Chefe de Secretaria, do Centro Educacional 04 de Brazlândia, da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00016466/2023-33.

DISPENSAR CINTIA SERRA DA COSTA SOUSA, Professor de Educação Básica, matrícula 30.382-8, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008748, de Supervisor, do Centro de Educação Infantil 3 de Brazlândia, da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 6 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00013153/2023-23.

DESIGNAR LUANA EMANUELLE DA SILVA, Pedagogo - Orientador Educacional, matrícula 212.673-7, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008748, de Supervisor, do Centro de Educação Infantil 3 de Brazlândia, da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00013153/2023-23.

DISPENSAR, por ter sido designada para outra Função Gratificada Escolar, ANA CLÁUDIA GOMES, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 214.618-5, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006473, de Supervisor, do Centro Educacional 15 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 6 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00019626/2023-04.

DESIGNAR MARRUBSON MELO FREITAS, Professor de Educação Básica, matrícula 39.320-7, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52006352, de Supervisor, do Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00016215/2023-59.

DISPENSAR, a pedido, JAIREIS PEREIRA ARAGÃO, Professor de Educação Básica, matrícula 229.089-8, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006455, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 31 de janeiro de 2023. Processo 00080-00014904/2023-29.

DESIGNAR RODRIGO OLIVEIRA SANTOS, Professor de Educação Básica, matrícula 229.930-5, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006455, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00014904/2023-29.

DESIGNAR MARIA DE FÁTIMA BATISTA MONTEIRO, Professor de Educação Básica, matrícula 27.416-X, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006221, de Supervisor, do CAIC Bernardo Sayão, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00014430/2023-15.

DISPENSAR, a pedido, MARIA MÁRCIA CAMPELO MAGRI, Pedagogo - Orientador Educacional, matrícula 243.975-1, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006184, de Supervisor, da Escola Classe 50 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00014429/2023-91.

DESIGNAR LIRIAN MAELI ALVES SANTIAGO, Professor de Educação Básica, matrícula 222.341-4, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006184, de Supervisor, da Escola Classe 50 de Ceilândia, da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00014429/2023-91.

DISPENSAR, a pedido, ISLENE CONCEIÇÃO MENDES, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 209.162-3, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52006991, de Supervisor, do Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II, da Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 31 de janeiro de 2023. Processo 00080-00004240/2023-90.

DESIGNAR HUMBERTO BRAZ SIQUEIRA BRASIL, Professor de Educação Básica, matrícula 223.368-1, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52006991, de Supervisor, do Centro Educacional 01 do Riacho Fundo II, da Coordenação Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00004240/2023-90.

DESIGNAR CRISTIANO LUZ DA SILVA PINTO, Professor de Educação Básica, matrícula 32.594-5, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52006677, de Supervisor, do Centro Educacional 06 do Gama, da Coordenação Regional de Ensino do Gama, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00021029/2023-31.

DISPENSAR EDICLECIA ANTÔNIA DA SILVA, Professor de Educação Básica, matrícula 214.687-8, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52007130, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 04 de Planaltina, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00289707/2022-81.

DESIGNAR VERA MARTINS RODRIGUES, Professor de Educação Básica, matrícula 237.366-1, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52007130, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 04 de Planaltina, da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00289707/2022-81.

DISPENSAR JULIANA COSTA RIBEIRO DE REZENDE, Professor de Educação Básica, matrícula 204.604-0, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008092, de Supervisor, do Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá, da Coordenação Regional de Ensino do Paranoá, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00015049/2023-73.

DESIGNAR EDICARLOS ALVINO DA SILVA, Professor de Educação Básica, matrícula 229.315-3, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008092, de Supervisor, do Centro de Ensino Médio 01 do Paranoá, da Coordenação Regional de Ensino do Paranoá, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00015049/2023-73.

DISPENSAR CAIO GOMES DE LIMA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 243.283-8, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008518, de Supervisor, do Jardim de Infância 603 do Recanto das Emas, da Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00010037/2023-52.

DESIGNAR AMANDA DA SILVA PIRES, Professor de Educação Básica, matrícula 222.688-X, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008518, de Supervisor, do Jardim de Infância 603 do Recanto das Emas, da Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00010037/2023-52.

DISPENSAR, a pedido, VANESSA PEREIRA DA FONSECA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 223.980-9, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007983, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia, da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 13 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00010931/2023-22.

DESIGNAR BRUNO DE SOUSA MESQUITA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 248.536-2, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007983, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia, da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00010931/2023-22.

DISPENSAR, a pedido, VINICIUS BATISTA SILVA, Professor de Educação Básica, matrícula 213.353-9, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007424, de Supervisor, do Centro Educacional 02 de Sobradinho, da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 6 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00009919/2023-75.

DESIGNAR ALCIONE ROCCO, Professor de Educação Básica, matrícula 206.917-2, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007424, de Supervisor, do Centro Educacional 02 de Sobradinho, da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00009919/2023-75.

DISPENSAR, por motivo de aposentadoria, CRISTIANI OLIVEIRA DE CARVALHO CALZA, Professor de Educação Básica, matrícula 67.183-5, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007430, de Supervisor, do Centro Educacional 03 de Sobradinho, da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 31 de janeiro de 2023. Processo 00080-00014583/2023-62.

DESIGNAR SORAYA OLIVEIRA VIEGAS RODRIGUES, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 30.795-5, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007430, de Supervisor, do Centro Educacional 03 de Sobradinho, da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00014583/2023-62.

DISPENSAR, a pedido, ANA CLÁUDIA DE SOUZA RODRIGUES, Professor de Educação Básica, matrícula 213.369-5, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008286, de Supervisor, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 6 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00017959/2023-91.

DESIGNAR JESSE JAMES DOURADO SOUZA, Professor de Educação Básica, matrícula 181.210-6, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52008286, de Supervisor, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00017959/2023-91.

DISPENSAR FLÁVIO MIGUEL DA SILVA, Professor de Educação Básica, matrícula 206.208-9, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007663, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 15 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00019755/2023-94.

DESIGNAR ÁUREA GOMES DOS SANTOS, Professor de Educação Básica, matrícula 34.097-9, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007663, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 15 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00019755/2023-94.

DISPENSAR HÊNIA DA SILVA E SOUZA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 243.251-X, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007698, de Supervisor, do Centro Educacional 05 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00017671/2023-16.

DESIGNAR HERMESON SANTANA LESSA, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 210.324-9, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007698, de Supervisor, do Centro Educacional 05 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00017671/2023-16.

DISPENSAR, por motivo de aposentadoria, CRISTINA MELO CARDOSO SIMS, Professor de Educação Básica, matrícula 35.151-2, da Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007573, de Supervisor, da Escola Classe 29 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a contar de 14 de fevereiro de 2023. Processo 00080-00025178/2023-70.

DESIGNAR DANIELE BRAGA DO NASCIMENTO, Professor de Educação Básica, matrícula 222.412-7, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-02, SIGRH 52007573, de Supervisor, da Escola Classe 29 de Taguatinga, da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00025178/2023-70.

TORNAR SEM EFEITO, na Portaria de 17 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 13, de 18 de janeiro de 2023, página 26, o ato que DESIGNOU CELINA PEREIRA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Educacional, matrícula 245.410-6, para exercer a Função Gratificada Escolar, Símbolo FGE-01, SIGRH 52007399, de Supervisor, do Centro de Ensino Fundamental 07 de Sobradinho, da Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Processo 00080-00286691/2022-54.

HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

PORTARIA Nº 131, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera a Portaria nº 880, de 31 de agosto de 2022, que constituiu o Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com a finalidade de elaborar as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III, parágrafo único, do artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, nos termos do inciso II, do artigo 182 do Decreto nº 38.631, de 2017, alterado pelo Decreto nº 39.401, de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 880, de 31 de agosto de 2022, que constituiu o Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, com a finalidade de elaborar as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Unidades Escolares de Educação Infantil da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

"Art. 2º

I - Supervisão geral: BEATRIZ OLIVEIRA COSTA, matrícula 200.732-0; (NR)

(...)

III -

a)

b) KÊNIA MARIA SANTOS ALVES, matrícula 222.795-9;" (NR)

Art. 2º Incluir como membro do Grupo de Trabalho:

"Art. 2º

(...)

III -

(...)

c) REGINA LUCIA PEREIRA DELGADO, matrícula 48.214-5. (NR)

IV -

(...)

c) EVELINE DE OLIVEIRA SPAGNA, matrícula 222.677-4; (NR)

d) CARINE ALMEIDA SILVA NOLETO, matrícula 210.929-8. (NR)

V -

(...)

c) ANDRÉIA COSTA TAVARES, matrícula 33.532-1." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 123, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, com fundamento na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019; na Portaria nº 145, de 09 de julho de 2020, e na Portaria nº 294, de 18 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento remunerado para estudos do servidor da Carreira Magistério Público, PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO, matrícula 211.334-1, sem prejuízo de salário, no 1º semestre de 2023, para cursar Pós-Doutorado em Educação Física, na Universidade de Brasília, pelo período de 08 de fevereiro de 2023 a 06 de fevereiro de 2024, com liberação na carga horária de 40 (quarenta) horas (Processo 00080-00003231/2023-81).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 124, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, conforme o disposto na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, e por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de afastamento remunerado para estudos do servidor SAMIR ALMEIDA SANTOS, matrícula 203.795-5, para conclusão do Doutorado em Política Social, na Universidade de Brasília, pelo período de 1º de março a 31 de dezembro de 2023, considerando o Processo 00080-00234682/2019-82.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 125, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, conforme o disposto na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, e por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de afastamento remunerado para estudos da servidora LUCIANA SOARES GUEIROS DA MOTTA, matrícula 223.507-2, para conclusão do Doutorado em Ciências da Saúde, na Universidade de Brasília, pelo período de 3 de fevereiro a 30 de novembro de 2023, considerando o Processo 00020-00029704/2018-27.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 126, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, com fundamento na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, na Portaria nº 145, de 09 de julho de 2020, e na Portaria nº 294, de 18 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento remunerado para estudos da servidora da Carreira Magistério Público, MARCELA BRANDÃO DIAS, matrícula 229.940-2, sem prejuízo de salário, no 1º semestre de 2023, para cursar Mestrado em Educação Física, na Universidade Católica de Brasília, pelo período de 13/02/2023 a 13/02/2025, com liberação na carga horária de 40 (quarenta) horas (Processo 00080-00290087/2022-22).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 127, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, com fundamento na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, na Portaria nº 145, de 09 de julho de 2020, e na Portaria nº 294, de 18 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento remunerado para estudos do servidor da Carreira Magistério Público, ISNAR DANTAS LONGUINHO, matrícula 32.562-7, sem prejuízo de salário, no 1º semestre de 2023, para cursar Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia, na Universidade Federal do Piauí/Delta do Parnaíba, em Parnaíba, pelo período de 20/02/2023 a 20/02/2025, com liberação na carga horária de 40 (quarenta) horas (Processo 00080-00279417/2022-29).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 128, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, conforme o disposto na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, e por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de afastamento remunerado para estudos da servidora CRISTIANE ROBERTA DOS REIS RUEFFER, matrícula 235.091-2, para conclusão do Mestrado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC, em Goiânia, pelo período de 4 de março a 31 de agosto de 2023, considerando o Processo 00080-00228780/2020-14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

PORTARIA Nº 129, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, conforme o disposto na Portaria nº 210, de 19 de junho de 2019, e por delegação de competência conferida pela Portaria nº 367, de 21 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de afastamento remunerado para estudos da servidora MARIA ERCILIA LOUZADA, matrícula 230.626-3, para conclusão do Mestrado em Geografia, na Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, pelo período de 1º de maio a 30 de setembro de 2023, considerando o Processo 00080-00113939/2021-88.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISAIAS APARECIDO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 31, de 09 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 07, de 10 de janeiro de 2023, página 19, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no ato que autorizou a prorrogação do afastamento remunerado para estudos do servidor FÁBIO ANDRÉ GOMES SILVA CAVALCANTI, matrícula 212.407-6, para conclusão do Doutorado em Ecologia, na Universidade de Brasília, considerando o Processo 00080-00129661/2019-46, ONDE SE LÊ: "...pelo período de 1º de janeiro de 2023 a 18 de fevereiro de 2023...", LEIA-SE: "...pelo período de 1º de janeiro a 3 de julho de 2023..."

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 24, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no art. 105, parágrafo único, incisos I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 228, XXIV, do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 40.079, de 04 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Designar GABRIELLA ALVES DA CUNHA ROCHA, matrícula 1.698.500-1, ADRIANA MELO SANTIAGO, matrícula 1.691.472-4, KELLY DE SOUZA ALMEIDA DUTRA, matrícula 1.698.560-5, e LUCIANO BARBOSA RAMOS, matrícula 1.712.475-1, para exercerem a função de Pregoeiros e, alternadamente, comporem a Equipe de Apoio na consecução do Pregão em que não forem os condutores do certame.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogo a Portaria nº 146, de 19 de setembro de 2022.

SANDRO TORRES AVELAR

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO INTEGRADA

PORTARIA Nº 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO INTEGRADA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso III, da Portaria nº 09, de 19 de janeiro de 2021, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, publicada no DODF nº 16, de 25 de janeiro de 2021, e considerando as razões de necessidade do serviço extraordinária, fundamentada nos termos do Processo SEI nº 00050-00000486/2023-02, resolve:

SUSPENDER, a contar de 07 de fevereiro de 2023, por necessidade de serviço, as férias da servidora MARIA SOBERANA RODRIGUES DE CARVALHO, matrícula 1.686.056-X, Diretora, da Diretoria de Orçamento, Finanças e Fundos, referentes ao primeiro período do exercício de 2023, marcadas para o período de 06 a 15 de fevereiro de 2023, restando-lhe, deste primeiro período, 9 (nove) dias de férias, a serem usufruídas no período de 27 de fevereiro de 2023 a 07 de março de 2023.

CELSON WAGNER LIMA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 119, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977; no art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020, combinado com o art. 1º, inciso I, alíneas "b" e "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994; e, tendo em vista o teor do Processo SEI/GDF nº 00054-00022797/2023-10, resolve:

AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar da data da publicação no DODF, os policiais militares abaixo relacionados, de acordo com o art. 77, § 1º, inciso II, combinado com o art. 90, inciso I, e art. 91, todos da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por aguardarem transferência para a reserva remunerada por terem cumprido o tempo mínimo de serviço exigido por lei.

TRANSFERIR para a reserva remunerada, a contar da data da publicação no DODF, os policiais militares abaixo relacionados, no mesmo posto ou graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de seu posto ou graduação, nos termos do art. 87, inciso I, art. 90, inciso I, e do art. 91 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinados com o

disposto nos artigos 24-F e 24-G, inciso I, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969; consoante o teor do art. 3º, inciso XI, art. 19, art. 20, incisos I, II, III, IV, V e VI, e seus §§ 1º, inciso I, 4º, e do art. 21, inciso VI, todos da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002; dos arts. 1º e 1º-A, parágrafo único, da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005; e do art. 117, § 1º, da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, por requererem passagem para a reserva remunerada por terem cumprido o tempo mínimo de serviço exigido por lei: 1º SGT QPPMC RENATO CESAR SOUSA, Matrícula 19.251/1, Processo nº 00054-00018848/2023-09; 1º SGT QPPMC CLADINALDO DE SOUSA FERNANDES, Matrícula 19.913/3, Processo nº 00054-00014302/2023-71; 1º SGT QPPMC JOSE GUIMARAES RIBEIRO, Matrícula 20.948/1, Processo nº 00054-00013711/2023-50; 1º SGT QPPMC LAZARO ADAO RODRIGUES PEREIRA, Matrícula 21.245/8, Processo nº 00054-00016829/2023-30; 1º SGT QPPMC ZENILDO BRAZ DA SILVA, Matrícula 21.342/X, Processo nº 00054-00018090/2023-09.

KLEPTER ROSAGONÇALVES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 03, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do artigo 4º Portaria PMDF nº 1.164, de 10 de março de 2021, e, ainda nos termos do Art. 3º da Lei nº 6.574, de 13 de maio de 2020 e Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

DESIGNAR o MAJ QOPM PAULO DA CUNHA PASSOS, matrícula 77.197/X, lotado na Seção de Inteligência Estratégica do Estado-Maior, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM MICHEL RIBEIRO SÁ COSTA, matrícula 50.591/9, na função de Chefe da Seção de Inteligência Estratégica do Estado-Maior, símbolo CPC-08, SGRH 21102006, no período de 19 a 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00165897/2022-41)

DESIGNAR o MAJ QOPM LEONARDO ANTUNES LOBO, matrícula 77.187/2, lotado na Seção de Pessoal, Saúde e Legislação do Estado-Maior, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM MURIEL MENDONÇA DIAS SILVA, matrícula 50.637/0, na função de Chefe do Gabinete do Estado-Maior, símbolo CPC-08, SGRH 21102003, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, por motivo de férias e no período de 23 a 25 de novembro de 2022, por motivo de abono de ponto anual. (00054-00161390/2022-18)

DESIGNAR o TC QOPM JUANY ALESSANDRO DA SILVA LOPES, matrícula 50.592/7, Chefe da Seção de Investigação de Crimes Militares da Corregedoria-Adjunta, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM LEONARDO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 50.526/9, na função de Corregedor-Adjunto do Departamento de Controle e Correição, símbolo CPE-05, SGRH 21102474, no período de 21 de novembro a 03 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00161148/2022-44)

DESIGNAR o TC QOPM ELIOPÉREZ LIMA, matrícula 50.551/X, Chefe da Seção Administrativa do 2º CPR, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM WELLINGTON ALBERTO SILVA MENDES, matrícula 50.476/9, na função de Comandante do 2º CPR, símbolo CPE-05, SGRH 21102495, no período de 21 a 25 de novembro de 2022, por motivo de abono de ponto anual. (00054-00012270/2023-79)

DESIGNAR o TC QOPM LEONARDO DA SILVA FERNANDES, matrícula 50.616/8, subchefe do Centro de Comunicação Social (CCS), para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM DANILLO OLIVEIRA NUNES, matrícula 50.341/X, na função de chefe do Centro de Comunicação Social (CCS), símbolo CPE-05, SGRH 21102017, nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, por motivo de dispensa recompensa, e no período de 29 de novembro a 16 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00160355/2022-81)

DESIGNAR o TC QOPM FABIO SANTANA DA CONCEIÇÃO, matrícula 50.663/X, Chefe da Seção de Processos Disciplinares da Corregedoria-Adjunta, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM LEONARDO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 50.526/9, na função de Corregedor-Adjunto do Departamento de Controle e Correição, símbolo CPE-05, SGRH 21102474, no período de 04 a 20 de novembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00155557/2022-10)

DESIGNAR o MAJ QOPM DIOGGERBIS DE AGUIAR, matrícula 50.866/7, Chefe da SOI do 17º BPM, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM SÉRGIO CARRERA DE ALBUQUERQUE MELO NETO, matrícula 50.727/X, na função de Comandante do 17º BPM, símbolo CPC-08, SGRH 21102505, no período de 07 a 13 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00165434/2022-89)

DESIGNAR o TC QOPM ANDRÉ LUIZ CALDAS, matrícula 50.588/9, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM EDVÁ DE OLIVEIRA SOUSA, matrícula 50.328/2, na função de Comandante do Comando de Policiamento de Trânsito, CPTran, símbolo CPE-05, SGRH 21102538, no período de 11 a 21 de outubro de 2022, por motivo de LTSP, nos dias 16 e 17 de novembro de 2022, por motivo de abono de ponto anual e no período de 18 de novembro de 2022 a 03 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00155444/2022-14)

DESIGNAR o MAJ QOPM DYEGO CORMICK LIMA, matrícula 77.192/9, lotado na Seção de Orçamento e Finanças do Estado-Maior, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM MÁRCIO BARBOSA DA SILVA, matrícula 50.492/0, na função de o Chefe da Seção de Orçamento e Finanças do

Estado-Maior, símbolo CPC-08, SGRH 21102010, no período de 05 a 16 de dezembro de 2022, por motivo de férias, e no período de 27 a 31 de dezembro de 2022, por motivo de LTSP. (00054-000165840/2022-41)

DESIGNAR o MAJ QOPM MARCELO JESUS KATOAVILA, matrícula 77.208/9, Subcomandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM NAFÉZ IMAMY SINÍCIO ABUD CURY, matrícula 50.679/6, na função de Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, símbolo CPC-08, SGRH 21102490, no período de 23 a 30 de setembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00003947/2023-88)

DESIGNAR o MAJ QOPM MARCELO JESUS KATOAVILA, matrícula 77.208/9, Subcomandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM NAFÉZ IMAMY SINÍCIO ABUD CURY, matrícula 50.679/6, na função de Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, símbolo CPC-08, SGRH 21102490, no período de 1 a 25 de janeiro de 2022, por motivo de férias. (00054-00003921/2023-30)

DESIGNAR o MAJ QOPM CALEBETEIXEIRA DAS NEVES, matrícula 50.836/5, Subcomandante do 17º BPM, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM SÉRGIO CARRERA DE ALBUQUERQUE MELO NETO, matrícula 50.727/X, na função de Comandante do 17º BPM, símbolo CPC-08, SGRH 21102505, no período de 13 a 23 de setembro de 2022, por motivo de férias, no período de 09 a 18 de novembro de 2022, por motivo de férias, e no período de 22 a 25 de novembro de 2022, por motivo de dispensa recompensa. (00054-00164341/2022-37)

DESIGNAR o MAJ QOPM RAFAEL JASON DE SOUZA DA SILVA FERRO, matrícula 77.190/2, Subchefe da Seção de Doutrina Operacional do Estado-Maior, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM LUCIANO LOIOLA DA SILVA, matrícula 50.595/1, na função de Chefe da Seção de Doutrina Operacional do Estado-Maior, símbolo CPC-08, SGRH 21102007, no período de 19 a 23 de dezembro de 2022, por motivo de recesso natalino, e no período de 29 a 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00166576/2022-63)

DESIGNAR o MAJ QOPM ANDERSON PINHEIRO DA SILVA, matrícula 77.182/1, lotado da Seção de Logística do Estado-Maior, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM CLEBER XAVIER DE OLIVEIRA, matrícula 50.593/5, na função de Chefe da Seção de Logística do Estado-Maior, símbolo CPC-08, SGRH 21102008, no dia 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00166061/2022-63)

DESIGNAR o MAJ QOPM ZAIRO JUNIO GUIMARÃES DE SOUZA E SILVA, matrícula 50.865/9, Subcomandante do 1º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM RÔMULO FLÁVIO MENDONÇA PALHARES, matrícula 50.565/X, na função de Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, símbolo CPC-08, SGRH 21102489, no período de 06 a 11 de dezembro de 2022, por motivo de dispensa recompensa, e no período de 12 a 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00162054/2022-92)

DESIGNAR o TC QOPM RENATO BRAGARIBEIRO, matrícula 50.636/2, Chefe da Seção de Reserva e Reforma, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o CEL QOPM DIRLEI ANTÔNIO NEVES MIRANDA, matrícula 50.490/4, na função de Diretor da Diretoria de Veteranos Pensionistas e Civis, símbolo CPE-05, SGRH 21102027, no dia 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00020876/2023-88)

DESIGNAR o CAP QOPM EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA, matrícula 730.579/6, Chefe da Subseção Administrativa do DSAP, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM LUCIANO ANDRÉ DA SILVEIRA E SILVA, matrícula 50.699/0, na função de Chefe da Seção de Contra-Auditoria do DSAP, símbolo CPC-08, SGRH 21102455, no período de 26 a 31 de dezembro de 2022, por motivo de férias. (00054-00021896/2023-76)

DESIGNAR o CAP QOPM EUDE CASTILHO DA SILVA, matrícula 21.746/8, Chefe da Subseção Administrativa do 9º BPM, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM DOUGLAS CAMPOS MACHADO, matrícula 50.708/3, na função de Comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, símbolo CPC-08, SGRH 21102519, no período de 28 de novembro a 07 de dezembro de 2022, por motivo de dispensa recompensa. (00054-00017968/2023-81)

DESIGNAR o CAP QOPM EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA, matrícula 730.579/6, Chefe da Subseção Administrativa do DSAP, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM LUCIANO ANDRÉ DA SILVEIRA E SILVA, matrícula 50.699/0, na função de Chefe da Seção de Contra-Auditoria do DSAP, símbolo CPC-08, SGRH 21102455, no período de 03 a 10 de dezembro de 2022, por motivo de luto. (00054-00021734/2023-38)

ANA PAULA BARROS HABKA

PORTARIA Nº 05, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do artigo 4º Portaria PMDF nº 1.164, de 10 de março de 2021, e, ainda nos termos do Art. 3º da Lei nº 6.574, de 13 de maio de 2020 e Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

DESIGNAR o MAJ QOPM MARCELO JESUS KATOAVILA, matrícula 77.208/9, Subcomandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, para substituir, sem acumular vencimentos e sem prejuízo das suas atribuições, o TC QOPM NAFÉZ

IMAMY SINÍCIO ABUD CURY, matrícula 50.679/6, na função de Comandante do 3º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, símbolo CPC-08, SIGRH 21102490, no período de 27 a 31 de dezembro de 2021, por motivo de férias. (00054-00003921/2023-30)

ANA PAULA BARROS HABKA

DIRETORIA DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS

PORTARIA Nº 112, DE 09 DE FEVEREIRO 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, Incisos I e II, do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020, e considerando o que consta do processo nº 054.000.735/2008, resolve:

REFORMAR, ex officio, o SD PMRR JUCIMAR DA SILVA E SOUSA, matrícula nº 13.436/8, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de sua graduação, nos termos dos artigos, 87, inciso II, e 96, Inciso V, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinados com os artigos 20, §1º, inciso I e § 4º, da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, e isentá-la do imposto de renda, de acordo com os dispositivos legais: Art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, Art. 30, § 2º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, Art. 35, Inciso II, Alínea "b", do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 c/c o Art. 6º Caput, Inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e por ser portador de moléstia especificada em lei.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 113, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, Incisos I e II, do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020, e considerando o que consta do processo nº 054.000.278/2017, resolve:

REFORMAR, ex officio, o 1º SGT PMRR JOSÉ ANDRADE NETO, matrícula nº 12.021/9, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de sua graduação, nos termos dos artigos, 87, inciso II, e 96, Inciso V, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinados com os artigos 20, §1º, inciso I e § 4º, 26, Inciso II, da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, e isentá-la do imposto de renda, de acordo com os dispositivos legais: Art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, Art. 30, § 2º, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, Art. 35, Inciso II, Alínea "b", do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 c/c o Art. 6º Caput, Inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e por ser portador de moléstia especificada em lei.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 116, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 20, Inciso I, do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.957/2009, resolve:

REFORMAR, ex officio, a contar de 14 de janeiro de 2022, o 3º SGT PM RR JOÃO PEDRO DE BRITO, matrícula 6.697/4, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de sua graduação, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso I, alínea "b", da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, na redação do artigo 64, da Lei nº 12.086/2009; combinado com o artigo 20, §1º, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; por haver atingido a idade limite de permanência na reserva remunerada.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 554, DE 19 DE JANEIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo SEI-GDF nº 00054-00008156/2023-44, resolve:

CONCEDER na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003); artigo 36, § 3º inciso II, artigo 37, inciso I; artigo 39, § 1º; e artigo 53 da Lei nº 10.486/2002, o benefício da Pensão Militar legado pelo 3º SGT PM ANTONIO PAULO ALVES DA SILVA, matrícula nº 5.678-2, estava na reserva remunerada quando faleceu em 03 de janeiro de 2023, no percentual de 50% (cinquenta por cento), per si, para ADELITE VIEIRA NOVO DA SILVA e DENIS NOVO DA SILVA, respectivamente esposa e filho menor de 21 anos do instituidor a contar de 3 de janeiro de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 579, DE 24 DE JANEIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo SEI-GDF nº 00054-00008247/2023-80, resolve:

CONCEDER na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003); artigo 36 § 3º inciso I, artigo 37, inciso I; artigo 39, § 1º; e artigo 53 da Lei nº 10.486/2002, o benefício da Pensão Militar legado pelo 1º TEN QOPME JOSE ROOSEVELT DIAS SOARES, matrícula nº 00.892-3, estava reformado quando faleceu em 27 de dezembro de 2022, integralmente para MARIA DE JESUS PAZ SOARES, cônjuge do instituidor a contar de 1º de janeiro de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 605, DE 30 DE JANEIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 054.001.983/2013, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor DOUGLAS HENRIQUE CARDOSO DA SILVA, matrícula nº 05763771., tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 3º SGT PM BENEDITO LUIZ DA SILVA, MAT 06.813/6, MAT SIAPE 1384830, da reserva remunerada, falecido em 15 de setembro de 2013, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 610, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 054-000.088/2014, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor HALISSON DE MORAIS VIEIRA, matrícula nº 05790018, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 1º SGT PM MANOEL CARDOSO VIERA MAT SIGRH nº 09.676/9, MAT SIAPE 1385885, na reserva remunerada, falecido em 11 de outubro de 2013, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 612, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 0054-001889/2011, resolve:

EXCLUIR da condição de Pensionista a senhora LIZETE CARDOSO DA SILVA, matrícula nº 05017084, falecida em 30 de outubro de 2022, conforme Certidão de Óbito, matrícula 0932600155 2022 4 00361 129 0144512 17, do RCPN 2ª CIRCUNSCRIÇÃO DO 1º DISTRITO DE NOVA IGUAÇU - RJ, em observância ao artigo 50 da Lei nº 10.486/2002; II – Revogar a Portaria DIPC nº 359 de 03 de maio de 2012, publicado no DODF nº 70, de 10 de abril de 2012, para transferir, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 36, § 3º, inciso I (Redação dada pela Lei nº 10.556/2002); artigo 37, caput e inciso I; artigo 39, § 1º; e artigos 50 e 53 da Lei nº 10.486/2002, o benefício da Pensão Militar legado pelo 3º SGT PM Ref. EZEQUIEL MIRANDA CARDOSO, matrícula SIGRH nº 01.452/4 e SIAPE nº 1381963, reformado, falecido em 29 de outubro de 2007, na proporção de 1/2 (um e meio), para cada pensionista: EDNA CARDOSO JUNIOR, matrícula 05017076 e ENY CARDOSO RIBEIRO, matrícula 05017092, e filhas maiores de 24 anos, a contar de 30 de outubro de 2022.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 613, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054.001620/2014, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor RENIO VINICIUS SANTOS BONIFÁCIO RODRIGUES, matrícula nº 05867070, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 3º SGT PM RENZO BONIFÁCIO RODRIGUES MAT SIGRH nº 18.346-6, MAT SIAPE 1391235, falecido na ativa em 09 de agosto de 2014, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 615, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 0054.001.157/1999; resolve:

EXCLUIR da condição de pensionista militar a senhora MATHEUS WISLEY PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 04283490, a contar de 1º de janeiro de 2022, data em que deixou de comprovar ser estudante universitário, e foi excluído do rateio do benefício, em observância ao previsto no artigo 37, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; II – Revogar a Portaria DIPC nº 1259 de 20 de dezembro de 2021, para conceder, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I; artigo 39, §§ 1º e 3º; e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, o benefício da Pensão Militar legado pelo Ex- Soldado PM EDSON PEREIRA DE SOUZA, Mat.

11.428/6, excluído da corporação através da Portaria PMDF de 24 de junho e 1999, excluído da corporação através da Portaria PMDF de 24 de junho e 1999, na proporção de 1/6(um sexto) para: KARLA PATRYCIA MOREIRA DE SOUSA, MATEUS PEREIRA DE SOUZA, GABRIELA FEITOSA PEREIRA, LUMARA NUNES DE SOUSA, KELRY ALONE PEREIRA FERNANDES e DANYELLY ELERY LIMA DE SOUSA, filhos do instituidor.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 616, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo SEI/GDF nº 00054-00009249/2023-96, resolve:

RESTABELECER na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003); artigo 37, inciso I; artigo 38 Parágrafo Único, artigo 39, § 1º; e artigo 53 da Lei nº 10.486/2002, consubstanciado pelo teor da sentença prolatada nos autos do Processo nº 0700575-72.2022.8.07.0018, da 4ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, o benefício da Pensão Militar legado pelo SD PM, excluído por meio da Portaria PMDF de 07 de dezembro de 1998, publicada no DODF nº 01, de 04 de janeiro de 1999, integralmente para NILA XAVIER DE MIRANDA SANTOS, matrícula 04247191, cônjuge do instituidor, proporcionalmente a 11/30 (onze trinta avos), a contar de 02 de novembro de 2021, data do óbito do instituidor.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 619, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054.000265/2000, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor IGOR FERREIRA FERNANDES, matrícula nº 04225597, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 3º SGT PM ARISON FERNANDES DA SILVA MAT SGRH nº 23.071/5, MAT SIAPE 1416974, falecido na ativa em 13 de novembro de 1999, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 620, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 17 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo SEI/GDF nº 054.000.016/2016, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar, o senhor ROBERT DO SANTOS ROCHA, matrícula nº 06006833, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 3º SGT PM ROBERVAL RUBEM ROCHA, MAT SIAPE nº 1390968, falecido na ativa em 26 de agosto de 2015, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 621, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054.002017/2010, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar a senhora MARYLIA GOMES SILVEIRA, matrícula nº 05369282, tendo em vista sua condição de estudante universitária, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiária do CB PM ALAN CARDEQUE ALEXANDRE DA SILVEIRA MAT SGRH nº 013.371-X, MAT SIAPE 1388001, falecido na Reserva Remunerada em 20 de julho de 2010, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 622, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054-00085554/2021-12, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor JOÃO PAULO SOUSA SANTIAGO CARDOSO, matrícula nº 06641661, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 2º SGT PM LINDOMAR CARVALHO CARDOSO, MAT SGRH nº 13.529/1, MAT SIAPE 1388115, falecido na Reserva Remunerada em 19 de junho de 2021, a contar de 09 de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 623, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054.001121/2013, resolve:

Excluir da condição de pensionista militar o senhor GUILHERME MARTINS BERSAN, matrícula nº 05706823, a contar de 25 de janeiro de 2023, data em que deixou de comprovar a situação de estudante universitário e foi excluído em observância ao previsto no artigo 37, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; II – Revogar a Portaria DVPC nº 510 de 04 de janeiro de 2023, para conceder, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I; artigo 39, §§ 1º e 3º; e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, o benefício da pensão militar legado pela 1ª SGT PM LUCIMEIRE MARTINS DE SOUZA BERSAN, MAT SGRH nº 17.371/1 Mat. SIAPE nº 1397431, Reformada com proventos integrais, falecida em 25 de maio de 2013, integralmente para: CLAUDINEI DE SOUZA BERSAN, viúvo da instituidora a contar de 25 de janeiro de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 626, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054-00084364/2020-05, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar a senhora EDUARDA LEAL DE ARAÚJO, matrícula nº 06709915, tendo em vista sua condição de estudante universitária, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiária do 2º Sargento PM RANULFO ROBERTO BATISTA DE ARAUJO, MAT SGRH nº 20.041/7, MAT SIAPE 1392586, falecido na ativa em 18 de julho de 2020, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 18 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 629, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo nº 054-000.411/1998, resolve:

EXCLUIR da condição de pensionista militar a senhora ARLETE GONZALEZ MARTINEZ DOS SANTOS, matrícula nº 04238389, falecida em 31 de dezembro de 2022, conforme Certidão de Óbito, matrícula 021253 01 55 2023 4 00323 19800119386 73, do 2º Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília, datado em 01 de janeiro de 2023, em observância ao previsto no artigo 24, caput, da Lei nº 3.765 de 04 de maio de 1960; II – Revogar a Portaria DIP de 04 de junho de 2003, publicado no DODF nº 155 de 16 de agosto de 2005 para reverter, na forma do artigos 40, § 5º e 42, § 10, da Constituição Federal, de acordo com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, publicado em 16 de dezembro de 1998, c/c artigo 7º, inciso II; artigo 9º, § 1º e artigo 24, Caput e art. 29, letra "b" da Lei nº 3.765/1960 (este último regulamentado pelo artigo 48, alínea "b", do Decreto nº 49.096/1960); artigo 71, alínea "b" da Lei nº 6.023/1974; artigo 141 da Lei nº 7.289/1984 e Portaria Interministerial nº 2.826/1994, o benefício da Pensão Militar legado pelo CEL PM JAIR DOS SANTOS, Mat. SGRH nº 00.021/3 e Mat. SIAPE nº 1416274, reformado, falecido em 17 de março de 1998, na proporção de 1/3(um terço), per si, para senhoras LEILA MARTINEZ DOS SANTOS, JANE MARTINEZ DOS SANTOS e ARLETE MARTINEZ DOS SANTOS, filhas maiores de 24 anos do instituidor, a contar de 31 de dezembro de 2022, data do óbito da extinta pensionista militar.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 631, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054-00021107/2022-16, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor BRUNO VICTOR LIMA DA SILVA, matrícula nº 06707203, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º, artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 2º SGT PM ADELSON CARLOS DA SILVA, MAT SGRH nº 19.113/2, MAT SIAPE 1391853, falecido na ativa em 04 de fevereiro de 2022, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 31 de março de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 633, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054-00014938/2021-51, resolve:

MANTER na condição de pensionista militar o senhor PEDRO VINICIUS PENHA MARTINS BOMFIM LEAL, matrícula nº 06565875, tendo em vista sua condição de estudante universitário, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 37, inciso I, artigo 39, § 1º,

artigo 52 e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, beneficiário do 3º Sargento PM VINICIUS BOMFIM LEAL, MAT SIGHR nº 72.788/1, MAT SIAPE 1398352, falecido na ativa em 25 de janeiro de 2021, a contar de 1º de janeiro de 2023 até 30 de junho de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 636, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no processo nº 00054.001.468/2006; resolve:

EXCLUIR da condição de pensionista militar o senhor KELSEN KLEVERTON ALVES LOPES matrícula nº 04861345, a contar de 25 de janeiro de 2023, data em que completou 24 anos de idade, em observância ao previsto no artigo 37º, inciso I, da Lei nº 10.486/2002; II- Revogar a Portaria DVPC nº 540 de 10 de janeiro de 2023, para conceder, na forma do artigo 42, § 2º, da Constituição Federal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), c/c os artigos 36, § 3º, inciso I (Redação dada pela Lei nº 10.556/2002); artigo 37, inciso I; artigo 39, § 1º e artigo 53, da Lei nº 10.486/2002, o benefício da Pensão Militar legado pelo ST PM ORLANDO BRITO LOPES MAT SIGHR nº 05.386-4 Mat. SIAPE nº 1384435, da ativa falecido em 05 de setembro de 2006, na proporção de 1/2 (um meio) para: JOLDECI DOS SANTOS LOPES e LUZIMAR ALVES DO NASCIMENTO, respectivamente viúva e companheira do instituidor a contar de 25 de janeiro de 2023.

WALDECI RAMALHO

PORTARIA Nº 639, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE VETERANOS, PENSIONISTAS E CIVIS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência prevista no artigo 20 do Decreto nº 10.443, de 28 de julho de 2020 e considerando o contido no Processo SEI-GDF nº 00054-00117490/2022-15, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 1.071, de 11 de outubro de 2022, publicada no DODF nº 202, página nº 38, de 26 de outubro de 2022. ONDE SE LÊ: "...o benefício da Pensão Militar legado pelo 3º SGT QPPMC ROSA GUEDES DA SILVA, Mat. nº 73.977/4, da ativa, falecido em 02 de abril de 2021, integralmente para ROSA GUEDES DA SILVA, genitora do instituidor, a contar da data do óbito...", LEIA-SE: "...o benefício da Pensão Militar legado pelo 3º SGT QPPMC ROBSON MÁRCIO DA SILVA, Mat. nº 73.977/4, da ativa, falecido em 02 de abril de 2021, integralmente para ROSA GUEDES DA SILVA, genitora do instituidor, a contar da data do óbito...".

WALDECI CARVALHO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

PORTARIA DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação constante do art. 1º, I, "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, resolve:

REVERTER ao respectivo Quadro de Oficiais Bombeiro Militar, a contar de 06 de janeiro de 2023, o Maj. QOBM/Compl. VITOR HENRIQUE DA CUNHA MARIANO, matr. 1753162, de acordo com o art. 81, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, por ter cessado o motivo determinante de sua agregação. O militar foi exonerado e apresentado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme Ofício nº 25/2023-DRH, de 05 de janeiro de 2023 e demais informações constantes no Processo SEI 00001-00000826/2023-45.

MÔNICA DE MESQUITA MIRANDA

PORTARIA DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação constante do art. 1º, I, "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, resolve:

REVERTER ao respectivo Quadro de Oficiais Bombeiro Militar, a contar de 18 de janeiro de 2023, o Maj. QOBM/Compl. INÁCIO EMILIANO MELO MOURÃO PINTO, matr. 1760159, de acordo com o art. 81, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, por ter cessado o motivo determinante de sua agregação. O militar apresentou-se de retorno de Licença para Tratar de Interesse Particular - LTIP, conforme publicado no item XV, Anexo 5 do BG nº 021, de 30 de janeiro de 2022, e Processo SEI 00053-00002298/2021-64.

MÔNICA DE MESQUITA MIRANDA

PORTARIA DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação constante do art. 1º, I, "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, resolve:

REVERTER ao respectivo Quadro de Oficiais Bombeiro Militar/QOBM, a contar de 13 de janeiro de 2023, o Cel. QOBM/Comb. ROMULO QUINHONES PIRES, matr. 1400035, de acordo com os art. 81, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, por ter cessado o motivo determinante de sua agregação. O militar foi exonerado a pedido e apresentado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme Ofício nº 280/2023 - SSP/GAB, de 24 de janeiro de 2023 e demais informações constantes no Processo SEI 00050-00000589/2023-64.

MÔNICA DE MESQUITA MIRANDA

PORTARIA DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

A COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação constante do artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e, observando o que consta do PA nº 0053-000865/2004-CBMDF, resolve:

REFORMAR o Cabo BM RRm. MOISÉS LUCAS DE ARAÚJO, matrícula nº 1400935, a contar de 1º de novembro de 2015, com proventos integrais, calculados com base na remuneração correspondente ao cargo efetivo em que se deu o ato de transferência para a inatividade, nos termos do artigo 88, inciso II; 95, inciso I, alínea "b", do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, na redação do artigo 110, da Lei nº 12.086/2009, combinados com o artigo 20, §§ 1º, inciso I, e 4º, da Lei nº 10.486/2002.

MÔNICA DE MESQUITA MIRANDA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 22, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 211 e 217 da Lei Complementar 840/2011, c/c os incisos VIII e XL, do art. 100 do Decreto 27.784/2007, e diante do exposto no Doc. SEI/GDF 104855823 do Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 00055-00038504/2020-37, Portaria nº 110, de 30 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Reconduzir, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, os trabalhos da Comissão Processante nº 00055-00038504/2020-37, prorrogada pela Portaria n. 283 de 14/12/2022, nos termos do §1º, do art. 217 da Lei Complementar nº 840/2011;

Art. 2º Dispensar o servidor VICTOR DE MORAIS CURADO, Agente de Trânsito, mat. 2508990 da função de membro do referido processo e designar em seu lugar a servidora MARIA EMÍLIA AKEGAWA PIERRE JANUÁRIO, Agente de Trânsito, mat. 663387;

Art. 3º Dispensar o servidor THIAGO DA SILVA MACEDO, Agente de Trânsito, mat. 2508931 da função de presidente do referido processo e designar em seu lugar o servidor FILIPE FRANÇA CRUZ, Agente de Trânsito, mat. 2509067;

Art. 4º Designar a servidora ALINE GAZOLA ORTIZ, Analista em Atividades de Trânsito, mat. 2504391, como suplente do referido processo;

Art. 5º A Comissão Processante dedicará tempo integral aos seus trabalhos, nos termos do art. 233, da Lei Complementar 840/2011;

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

INSTRUÇÃO Nº 97, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 100, inciso XLI do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, publicado no DODF nº 54, de 19/03/2007, Processo 00055-00008290/2023-17, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 18, de 02 de fevereiro de 2023, publicada no DODF nº 27, de 07/02/2023, pág. 68, que designou os servidores MARCIA DOS SANTOS ROZENWALD, Especialista em Atividades de Trânsito, matrícula 184276-5, ANDREA DA SILVA AGUIAR, Analista em Atividades de Trânsito, matrícula 13757; FRANCISCO DERICK SOUSA CARVALHO, Analista em Atividades de Trânsito, matrícula 2504413, RENATA ANDREA DE PADUA BOATO, Técnica em Atividades de Trânsito, matrícula 1823515, com a finalidade de constituir o Grupo de Trabalho para a implantação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da Carreira Atividades de Trânsito.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES

DIREÇÃO GERAL ADJUNTA

INSTRUÇÃO Nº 111, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, e com base na Instrução nº 587, de 22/09/2022, resolve:

Art. 1º Designar os servidores EMMANUEL LOPES MOREIRA, matrícula 66.145-7, para atuar como Gestor, HÉRCULES DE OLIVEIRA DUTRA MAMEDE, matrícula 193.055-9, para atuar como Fiscal Técnico, GABRIEL AUGUSTO DE FARIA JULIÃO, matrícula 67.804-X, para atuar como Fiscal Administrativo, e HENRIQUE BARBOSA SODRÉ, matrícula nº 125.237-2, para atuar como Fiscal Requisitante do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2023, que trata da contratação de Solução de Application Performance Monitoring – (APM), objeto do processo administrativo nº 00055-00002816/2022-74.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOAQUIM ARAÚJO SARAIVA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

INSTRUÇÃO Nº 128, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023 (*)

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Instrução nº 587, de 22 de setembro de 2022, que delega competência, na forma dos incisos XLI e XLII do Artigo

100, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, nos termos do Artigo nº 130, Inciso V e Artigo nº 139, da Lei Complementar nº 840/2011, a(o) seguinte servidor(a): RACHEL MODESTO ROSA DE MIRANDA, matrícula 250.434-0, no período de 05/02/2018 a 08/02/2023.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.
ANDERSON MOURA E SOUSA

(*) Republicada por ter sido encaminhada com incorreção no original, publicada no DODF nº 31, de 13 de fevereiro de 2023, página 67.

INSTRUÇÃO Nº 133, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Instrução nº 587, de 22 de setembro de 2022, que delega competência, na forma dos incisos XLI e XLII do Artigo 100, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente para Apuração de Acidentes em Serviço/CPAAS, com vistas a apurar os possíveis acidentes de trabalho ocorridos com os servidores do Detran/DF, em cumprimento ao Decreto nº 34.023, de 10 de dezembro de 2012, instituída pela Instrução nº 119, de 18 de março de 2013, publicada em DODF nº 57, de 20 de março de 2013, p. 26.

Art. 2º Dispensar da referida Comissão a servidora: MARIA CRISTINA GARCIA AMORIM DE ALENCAR, matrícula 067.119-3.

Art. 3º Designar a servidora: NARLA GALENO DE AGUIAR ARNAUD, matrícula 182.272-1, para compor a Comissão de que trata o Art. 1º, na condição de Presidente titular.

Art. 4º Dispensar da referida Comissão o servidor: JOSE MARIA DE OLIVEIRA, matrícula 250.923-7, da condição de Presidente titular.

Art. 5º Ratificar a participação dos servidores: RICARDO MENDES SUTARELLI, matrícula 195.201-3, JOSE MARIA DE OLIVEIRA, matrícula 250.923-7 e LEILA VIEIRA GOMES, matrícula 1147-9, na Comissão de que trata o Art. 1º, na condição de membros.

Art. 6º Determinar que a Comissão seja vinculada tecnicamente ao Núcleo de Atenção ao Servidor - NUASE, bem como supervisionada administrativamente pelo referido Núcleo.

Art. 7º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.
ANDERSON MOURA E SOUSA

INSTRUÇÃO Nº 134, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Instrução nº 587, de 22 de setembro de 2022, que delega competência, na forma dos incisos XLI e XLII do Artigo 100, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve:

DESIGNAR ELAINE SANTOS HARO SEIXAS, Analista em Atividades de Trânsito, matrícula 251.053-7, para substituir CRISTIANE DOS ANJOS SILVA, Analista em Política Públicas e Gestão Governamental, matrícula 1.430.857-6, Chefe, Símbolo CPC-06, do Núcleo de Registro Funcional - NUREF, da Gerência de Gestão de Pessoas - GERPE, da Diretoria de Administração Geral - DIRAG, do DETRAN/DF, no período de 22/02 a 03/03/2023, por motivo de férias da titular, nos termos do processo SEI: 00055-00015036/2023-75.

ANDERSON MOURA E SOUSA

INSTRUÇÃO Nº 135, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Instrução nº 587, de 22 de setembro de 2022, que delega competência, na forma dos incisos XLI e XLII do Artigo 100, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve:

CONCEDER Gratificação de Titulação - GTIT, nos termos do artigo 37 da Lei nº 3.824, de 22 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei 4.426, de 18 de novembro de 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 31.452, de 22 de março de 2010, observando-se a seguinte ordem: nome do servidor, matrícula, cargo, título, percentual, data de concessão, processo. ROSÂNGELA DE FREITAS VASCONCELOS, 9423, Analista em Atividades de Trânsito, Pós-Graduação, 15%, 04/03/2013, 0055-034770/2010.

ANDERSON MOURA E SOUSA

INSTRUÇÃO Nº 136, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Instrução nº 587, de 22 de setembro de 2022, que delega competência, na forma dos incisos XLI e XLII do Artigo 100, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, resolve:

DESIGNAR DJALMA MENDONÇA MOTA JÚNIOR, Agente de Trânsito, matrícula 251.231-9, para substituir ARTHUR LIMA FARIA, Agente de Trânsito, matrícula 251.041-3, Chefe, Símbolo CPC-04, do Serviço de Policiamento e Fiscalização de Trânsito Metropolitana - SERPOL METROPOLITANA, da Coordenação Regional de Policiamento e Fiscalização de Trânsito Metropolitana - COPOL METROPOLITANA, da Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito - DIRPOL, do DETRAN/DF, no

período de 13 a 22/02/2023, por motivo de férias do titular, nos termos do processo SEI: 00055-00009516/2023-05.

ANDERSON MOURA E SOUSA

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 42, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas que lhe conferem o artigo 1º, inciso IX, do Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, resolve: DECLARAR VACÂNCIA do cargo efetivo de Policial Penal, 3ª Classe, Padrão IV, ocupado por WILDSTON DUARTE CARVALHO LOPES, Policial Penal, matrícula nº 1.692.988-8, a contar de 27/01/2023, em virtude de posse em outro cargo incompatível, conforme Processo Sei nº 04026-00003179/2023-04.

WENDERSON SOUZA E TELES

PORTARIA Nº 43, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no cumprimento de suas funções legais e regulamentares, e tendo em vista o apurado na Sindicância nº 220200014/2020-SEAPE, resolve:

Art. 1º Trata-se de Pedido de Reconsideração impetrado pela Defesa dos servidores Policiais Penais, JOÃO CAMILO GUIMARÃES AGUIAR, matrícula nº 181.815-5 e GIBSON LEANDRO CARMO DOS SANTOS, matrícula nº 1.656.904-4, onde, inconformados com a sanção disciplinar de 13 (treze) dias de SUSPENSÃO que lhes fora aplicada nos autos da Sindicância nº 220200014/2020 - SEAPE, conforme decisão (87548175), pleiteou pela redução dos dias de suspensão, e, considerando a conclusão da manutenção da pena de suspensão, a conversão da penalidade de suspensão pela multa, nos termos do art. 200, § 3º, da LC nº 840/2011, em razão dos fatos apurados nos autos do Processo SEI nº 04026-00024869/2021-27.

Art. 2º Deferir o pleito dos servidores Policiais Penais, JOÃO CAMILO GUIMARÃES AGUIAR, matrícula nº 181.815-5 e GIBSON LEANDRO CARMO DOS SANTOS, matrícula nº 1.656.904-4, para atenuar a Sanção Disciplinar de 13 (TREZE) DIAS DE SUSPENSÃO, anteriormente definida - vide publicação (90766270), anexada ao processo SEI-GDF 00050-00006975/2020-17 em 07 (SETE) DIAS DE SUSPENSÃO.

Art. 3º Observando-se a necessidade e conveniência do serviço, e com fulcro no artigo 200, §3º, inciso I e II, converto a sanção em multa, em obediência ao Art. 200, §3º, incisos I e II da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, nos termos da Decisão (97481044).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WENDERSON SOUZA E TELES

PORTARIA Nº 44, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições, previstas no art. 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, c/c artigo 128, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e considerando as razões de necessidade extraordinária de serviço, fundamentadas nos termos do Processo SEI nº 04026-00001641/2023-21 e resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 13, de 18 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 20, de 27 de janeiro de 2023, página 50, a Suspensão de férias do servidor RAFAEL SILVA PIRES, matrícula 194.659-5, Policial Penal, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, para fazer constar, ONDE SE LÊ: "...a serem usufruídos em 13/09/2023 a 21/09/2023...", LEIA-SE: "...a serem usufruídos em 29/03/2023 a 06/04/2023...".

WENDERSON SOUZA E TELES

PORTARIA Nº 45, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando as razões de necessidade do serviço extraordinária fundamentada nos termos do Processo SEI nº 04026-00004783/2023-40, resolve:

SUSPENDER, a contar de 07 de fevereiro de 2023, por necessidade do serviço, as férias da servidora BRUNA MARNET DOS SANTOS, matrícula 180.266-6, Policial Penal, lotada no Núcleo de Inteligência, da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, referente ao primeiro período do exercício de 2023, marcadas para 06/02/2023 a 15/02/2023, restando-lhe, deste primeiro período, 09 (nove) dias a serem usufruídos em 08/05/2023 a 16/05/2023.

WENDERSON SOUZA E TELES

PORTARIA Nº 46, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando as razões de necessidade do serviço extraordinária fundamentada nos termos do Processo SEI nº 04026-00004166/2023-44, resolve:

SUSPENDER, a contar de 08 de fevereiro de 2023, por necessidade do serviço, as férias do servidor FRANCISCO MARCO CAMARA DE SANTANA, matrícula 187.887-5,

Policia Penal, lotado no Núcleo de Vigilância, do Centro de Progressão Penitenciária, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, referente ao primeiro período do exercício de 2023, marcadas para 07/02/2023 a 16/02/2023, restando-lhe, deste primeiro período, 09 (nove) dias a serem usufruídos em 12/04/2023 a 20/04/2023.

WENDERSON SOUZA E TELES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 07 de fevereiro de 2023

Processo SEI: 04026-00001992/2023-31. Interessados: LEANDRO FLORES SAMPAIO; GUSTAVO ALBERTONI MORETTO; MARLON D'ANGELO FERREIRA DE OLIVEIRA; JOSÉ HENRIQUE DE ALECRIM OLIVEIRA; ROSIVAN BARRETO DOS SANTOS e DANIELA MOREIRA ALMEIDA. Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO DA SEDE.

AUTORIZO, para fins de recambiamento de custodiados, o deslocamento dos servidores LEANDRO FLORES SAMPAIO, matrícula 1686222-8; GUSTAVO ALBERTONI MORETTO, matrícula 1682499-7; MARLON D'ANGELO FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 193652-2; JOSÉ HENRIQUE DE ALECRIM OLIVEIRA, matrícula 175878-0; ROSIVAN BARRETO DOS SANTOS, matrícula 197086-0 e DANIELA MOREIRA ALMEIDA, matrícula 1.692.954-3, para sede diversa do Distrito Federal. Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Administração Geral desta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

WENDERSON SOUZA E TELES

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 106, inciso XXIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 37.949/2017, de 12/01/2017, resolve: AVERBAR o tempo de serviço prestado pelo servidor JORGE LUIS ROSA, MAT. 93.898-X, Agente Rodoviário de Gestão e Fiscalização Rodoviária, 443 (quatrocentos e quarenta e três) dias, correspondentes a 01 ano, 02 meses e 18 dias, conforme a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro social, relativa aos períodos 18/07/1983 A 18/12/1983 e 01/08/1991 A 18/10/1992, contados somente para aposentadoria. 64 (sessenta e quatro) dias, correspondentes a 00 ano, 02 meses e 64 dias. Dos 154 (cento e cinquenta e quatro) dias de tempo bruto, foram abatidas 90 (noventa) dias, restando para averbação o total de 64 (sessenta e quatro) dias de tempo líquido, conforme a Certidão de Tempo de Serviço Militar expedida pelo Ministério da Defesa, relativa ao período de 18/07/1983 a 18/12/1983, contados para aposentadoria e tempo de serviço público conforme o SEI Nº 113-00002765/2023-11.

FAUZI NACFUR JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 79, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 01, de 16 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial nº 74, de 18 de abril de 2018 e em conformidade com os termos dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

DESIGNAR o(a) servidor(a) RODRIGO NUNES CAVALCANTE, matrícula nº 2241625, para substituir o(a) servidor(a) ALLISSON RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 2243083, no cargo de CHEFE DE NÚCLEO DE PROGRAMAÇÃO E DEMANDAS do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, Símbolo CPC-06, no período de 27/02/2023 A 17/03/2023, por motivo de férias regulamentares do(a) titular do cargo.

ANA HILDA DO CARMO SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 80, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, usando das atribuições que lhe confere o Art. 89 do Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, combinado com a Instrução nº 01, de 18 de abril de 2018, resolve:

CONCEDER Gratificação por Habilitação em Gestão e Fiscalização Rodoviária - GHGFR, nos termos da Lei nº 7.102/2022, ao servidor FABIANO NERI RIBEIRO, Analista de Gestão e Fiscalização Rodoviária, 185728-2, observando-se a seguinte ordem: título, percentual, data de concessão, processo SEI-GDF. Os efeitos financeiros são a partir do mês subsequente ao requerimento apresentado pelo servidor. Pós-Graduação, 25%, 01/02/2023, 0113-002124/2010.

ANA HILDA DO CARMO SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 81, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 01, de 16 de abril de 2018, publicada no Diário

Oficial nº 74, de 18 de abril de 2018 e em conformidade com os termos dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

DESIGNAR o servidor JESUS MAURO VIERA DE OLIVEIRA, matrícula nº 01976001, para substituir o servidor PAULO HONORIO GUIMARAES, matrícula nº 0221556-X, no cargo de GERENTE DE GEOINFORMAÇÃO do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, Símbolo CPC-08, nos dias 16/02/2023, 17/02/2023, 23/02/2023 e 24/02/2023, por motivo de abono de ponto do titular do cargo.

ANA HILDA DO CARMO SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 82, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 01, de 16 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial nº 74, de 18 de abril de 2018 e em conformidade com os termos dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, resolve:

DESIGNAR o(a) servidor(a) SILVIA MARIA VIEIRA PALA ALVES, matrícula nº 221.471-7, para substituir o(a) servidor(a) ANA HILDA DO CARMO SILVA, matrícula nº 94.068-2, no cargo de Diretora de Materiais e Serviços do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, Símbolo CPE-07, no período de 01/03/2023 a 10/03/2023, por motivo de férias regulamentares do(a) titular do cargo.

ANA HILDA DO CARMO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUPERINTENDENTE DE OBRAS, DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo Artigo 52 do Decreto Nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, combinado com a Instrução nº 26, de 09 de março de 2017 – DG, e de acordo com as disposições contidas no Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa HUMBERTO SANTANA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA - EPP (HPT ENGENHARIA LTDA-EPP), inscrita no CNPJ nº 07.262.587/0001-56, a dar início aos serviços referentes ao Contrato Nº 003/2023 (SEI 102786932), cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para execução de ensaios e estudos visando apoiar a execução e aferir os parâmetros de pistas de alta precisão, conforme padrões da Federação Internacional de Automobilismo (FIA).

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO ALVES CAVALCANTE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 152, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 114, do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, publicado no DODF nº 87, de 29 de abril de 2013, pag. 2, e, delegadas pelo art. 1º, incisos XVI, XVII, XVIII e XXII, da Portaria nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019, pag. 12, bem como o contido no artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar MATILDE DOS SANTOS ANDRADE, Especialista Socioeducativo, matrícula 194.716-08, DÉBORA ISAURA DE MACEDO, Agente Socioeducativo, matrícula nº 240.179-7 e LEONARDO JOSÉ DA SILVA, Especialista Socioeducativo, matrícula nº 217.972-5, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão Processante, a fim de apurarem os fatos constantes dos autos do processo 00400-00073079/2022-26.

Art. 2º Designar DULAMARE PAZ LANDIM BEZERRA, Especialista Socioeducativo, matrícula 198.148-X, para exercer a função de substituto eventual nos termos do artigo 229, § 7º da LC nº 840/2011.

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para o encerramento dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo, prorrogável por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME SANTANA DE SOUSA

PORTARIA Nº 153, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 114, do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, publicado no DODF nº 87, de 29 de abril de 2013 e, delegadas pelo art. 1º da Portaria nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019, bem como o contido no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Acolher totalmente o Relatório SEI-GDF nº 5/2022 - SEJUS/CCIAD/DIPADF/CPAD472-20, constante dos autos do Processo Disciplinar nº 00400-00039986/2019-41.

Art. 2º Aplicar a sanção disciplinar de 06 (seis) dias de suspensão ao servidor CLAUDIVAN RAMOS DA MOTA, Agente Socioeducativo, matrícula 0104467-2, em função do descumprimento no disposto no art. 191, inciso III, c/c 195, II, c/c 200, da Lei Complementar nº 840/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JAIME SANTANA DE SOUSA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições da delegação de competência que trata o artigo 2º, inciso VI, da Portaria nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019 resolve:

TORNAR SEM EFEITO o ato que averbou o tempo de serviço referente à servidora ROSELI PEREIRA DE ALMEIDA BASTOS, matrícula 08727-0, constante na Ordem de Serviço de 22 de dezembro de 1998, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, publicada no DODF nº 06, de 08 de janeiro de 1999, página 22.

ALINNE CARVALHO PORTO

RETIFICAÇÃO

Na Ordem de Serviço nº 49, de 26 de fevereiro de 2016, da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, publicada no DODF nº 40, de 1º de março de 2016, página 49, o ato que averbou o tempo de serviço da servidora ROSELI PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 104.478-8, ONDE SE LÊ: "...no total de 243 (duzentos e quarenta e três) dias, no período de 1º/12/1986 a 31/07/1987...", LEIA-SE: "...no total de 2.130 (dois mil cento e trinta) dias, no período de 1º/12/1986 a 31/07/1987, prestado ao CLUBE PRIMAVERA e de 16/08/1993 a 20/10/1998, prestado a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS...".

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 04, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA, DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso IV, da Portaria nº 161, de 23 de outubro de 2019 e artigo 6º, do Decreto 23.460, de 16 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Designar ANTONIO VIANA DE SOUZA, matrícula nº 276.578-0, para atuar como pregoeiro nas conduções dos trabalhos pertinentes às licitações na modalidade Pregão, Cotação Eletrônica e demais procedimentos, no âmbito da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF.

Art. 2º Fica criada a equipe de apoio ao pregoeiro integrado pelos servidores LUCIANO BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR, matrícula nº 281.127-8, e CARLOS ALBERTO DAS NEVES BARBOSA, matrícula nº 276.060-6.

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.
DEUSELITA PEREIRA MARTINS

INSTRUÇÃO Nº 05, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA, DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso III, da Portaria nº 161, de 23 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente de Licitação, da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF.

Art. 2º Designar ANTONIO VIANA DE SOUZA, matrícula nº 276.578-0, LUCIANO BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR, matrícula nº 281.127-8, e CARLOS ALBERTO DAS NEVES BARBOSA, matrícula nº 276.060-6, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Art. 3º Em seus impedimentos legais, o presidente da Comissão será substituído pela servidora MARIA DE FÁTIMA SOARES, matrícula nº 274.619-0.

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Instrução nº 37, de 31 de agosto de 2022, publicada no DODF nº 167, de 02 de setembro de 2023.

DEUSELITA PEREIRA MARTINS

SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA - DF LEGAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 31, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das

atribuições previstas pelo Artigo 8º da Portaria nº 01, de 18 de junho de 2019, publicada no DODF nº 115, de 19 de junho de 2019, c/c com o inciso III do artigo 2º da Portaria nº 62, de 16 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 178, de 18 de setembro de 2020, e em observância a Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 229 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 0361-000200/2017, resolve:

Art. 1º Reconduzir SIDNEY JOSÉ DOS SANTOS, Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, matrícula 0091223-9, SILVIA MARIA DE ARRUDA, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043024-2, ZAILA BARBOSA MACHADOS BARROS, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043187-7, designar JACI DE OLIVEIRA VIVEIROS, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0042598-2 como suplente, para, sob a presidência do(a) primeiro(a), dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Sindicância, prorrogados por força da Portaria nº 16, de 18 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial Distrito Federal - DODF nº 15, de 20 de janeiro de 2023, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas, constantes do Processo nº 0361-000200/2017.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, convalidando os atos praticados, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AIRTON LIRA

PORTARIA Nº 32, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das atribuições previstas pelo Artigo 8º da Portaria nº 01, de 18 de junho de 2019, publicada no DODF nº 115, de 19 de junho de 2019, c/c com o inciso III do artigo 2º da Portaria nº 62, de 16 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 178, de 18 de setembro de 2020, e em observância a Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 229 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 00361-00027708/2018-64 resolve:

Art. 1º Reconduzir JANSLER PINHEIRO DE ARAGÃO, Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, matrícula 0040627-9, ZIZELE INALDA PEREIRA LEMES, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043277-6, ALEXANDRE SENOS MOREIRA, Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, matrícula 0091397-9, designar REGINA CÉLIA DE SOUSA, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043067-6 como suplente, para, sob a presidência do(a) primeiro(a), dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Sindicância, prorrogados por força da Portaria nº 17, de 18 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial Distrito Federal - DODF nº 15, de 20 de janeiro de 2023, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas, constantes do Processo nº 00361-00027708/2018-64.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, convalidando os atos praticados, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AIRTON LIRA

PORTARIA Nº 33, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das atribuições previstas pelo Artigo 8º da Portaria nº 01, de 18 de junho de 2019, publicada no DODF nº 115, de 19 de junho de 2019, c/c com o inciso III do artigo 2º da Portaria nº 62, de 16 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 178, de 18 de setembro de 2020, e em observância a Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 229 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 04017-00026754/2022-67 resolve:

Art. 1º Reconduzir CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Auditor Fiscal de Resíduos, matrícula 0042628-8, LILIA DA CONCEIÇÃO CUNHA GREGÓRIO, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0042639-3, VANESSA FABIANE MALTA FERRAZ, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043184-2, designar GIOVANA CHAVES DE SANTANA GOMES, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043316-0 como suplente, para, sob a presidência do(a) primeiro(a), dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Sindicância, prorrogados por força da Portaria nº 18, de 18 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial Distrito Federal - DODF nº 15, de 20 de janeiro de 2023, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas, constantes do Processo nº 04017-00026754/2022-67.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, convalidando os atos praticados, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AIRTON LIRA

PORTARIA Nº 34, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL, no uso das atribuições previstas pelo Artigo 8º da Portaria nº 01, de 18 de junho de 2019, publicada no DODF nº 115, de 19 de junho de 2019, c/c com o inciso III do artigo 2º da Portaria nº 62, de 16 de setembro de 2020, publicada no DODF nº 178, de 18 de setembro de 2020, e em observância a Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 229 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta do Processo nº 04017-00021560/2022-75 resolve:

Art. 1º Reconduzir MARCELO FONSECA CARLOS, Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, matrícula 0024606-9, SUELI BRANDÃO BORGES, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0043074-9, FABRÍCIA VIEIRA GENU, Auditora Fiscal de Atividades Urbanas, matrícula 0091470-3, designar VERA LÚCIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE, Auditora Fiscal de Resíduos, matrícula 0042563-X como suplente, para, sob a presidência do(a) primeiro(a), dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Sindicância, prorrogados por força da Portaria nº 14 de 17 janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial Distrito Federal - DODF nº 14, de 19 de janeiro de 2023, visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas, constantes do Processo nº 04017-00021560/2022-75.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, convalidando os atos praticados, para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 27, de 03 de fevereiro de 2023, publicada no DODF nº 26, de 06 de fevereiro de 2023, página 12.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AIRTON LIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

PORTARIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018, resolve:

DESIGNAR o servidor JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA, matrícula nº 279.186-2, Assessor Especial, para substituir a servidora CAROLINE LEVI GUEDES, matrícula 221.119-X, Chefe, Símbolo CPE-05, Unidade Especial de Elaboração De Orçamentos, da Subsecretaria de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras, da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura, no período de 22 de fevereiro de 2023 a 03 de março de 2023 por motivo de férias do titular.

LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO Nº 57, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DIRETOR-PRESIDENTE da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o Art. 25, do Estatuto Social vigente da Empresa, e, considerando a solicitação contida no Despacho - NOVACAP/DA/CEPZE-PREF (Doc. SEI/GDF 105904639), resolve:

Art. 1º Nomear o empregado público CLAUDIO ROBERTO FONSECA, matrícula nº 73.438-1, na qualidade de membro da COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE ZELADORIA – PREFEITURA DA NOVACAP, instituída pela Instrução nº 624/2021 - NOVACAP/PRES/ASESP (Doc. SEI/GDF 71019377) e alterada posteriormente pela Instrução nº 313/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP (Doc. SEI/GDF 93422906), que objetiva a manutenção e conservação do mobiliário, das instalações e das edificações em geral das áreas administrativas e operacionais da Empresa, SEDE e VIVEIROS, ficando a presente Comissão composta como a seguir:

I-WILSON RIBEIRO PEREIRA, matrícula nº 74.819-6, Coordenador;
II-RICARDO CARDOSO FLAUSINO, matrícula nº 73.394-6, membro e suplente do Coordenador;

III-MARIA RITA DE FÁTIMA SILVA, matrícula nº 75.177-4, membro e Secretária;

IV-LUCIANO FERREIRA DE LIMA, matrícula nº 74.206-6, membro;

V-FRANCISCO WELLINGTON PEREIRA, matrícula nº 73.879-4, membro;

VI-DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 73.623-6, membro;

VII-CIDNEY MACEDO RODRIGUES, matrícula nº 74.352-6, membro;

VIII-JOSÉ MORAIS BUENO, matrícula nº 73.643-0, membro;

IX-GERANY RODRIGUES RIBEIRO, matrícula nº 74.461-1, membro;

X-GENIVAL MANOEL DA SILVA, matrícula nº 74.910-9, membro; e,

XI-CLAUDIO ROBERTO FONSECA, matrícula nº 73.438-1, membro.

Art. 2º Mantém-se inalteradas as demais disposições das Instruções nº 624/2021 - NOVACAP/PRES/ASESP (Doc. SEI/GDF 71019377), processo SEI nº 00112-00023651/2021-71.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO

DISTRITO FEDERAL, no uso da competência conferida pelo art. 5º, inciso I, alínea "c" da Portaria nº 48, de 16 de junho de 2016, resolve:

CONCEDER o Adicional de Qualificação – AQ, instituído pelo art. 2º, Inciso II, do Decreto Nº 31.452 de 22 de março de 2010, a servidora MAÍRA DE CARVALHO PORTO BARBOSA, matrícula nº 186.166-2, cargo de Analista de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, (4%), a considerar de 31/01/2023, processo SEI nº 00070-00018774/2018-73.

EDSON ROHDEN

ORDEM DE SERVIÇO Nº 25, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 48, de 16 de junho de 2016, resolve:

AVERBAR, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço especial, convertido em comum, em face da exposição a condições especiais prejudiciais à saúde e integridade física, prestado à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pelo servidor IRENALDO CAVALCANTE DE SANTANA, matrícula nº 100.897-8, Auxiliar de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, no período de 29/04/1995 a 31/12/2009, totalizando 2.072 dias, com fundamento no Artigo 40, §§ 3º, 4º, inciso III, 8º e 17, da CRFB, na redação das Emendas Constitucionais nº 41/03 e nº 47/05, artigos 46 e 51 da Lei Complementar nº 769/08 e artigo 57 da Lei nº 8.213/91 e com base no Parecer Jurídico Nº 413/2021-PGCONS/PGDF, Decisão TCDF Nº 2331/2021, Decisão TCDF Nº 426/2022 e DESPACHO Nº 846/2021/SPREV/SEPRT-ME, Processo SEI nº 00070-00004538/2021-75.

EDSON ROHDEN

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 14 de fevereiro de 2023

Processo: 00400-00076500/2022-51: Assunto: CESSÃO DE EMPREGADO. O Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF, com fundamento no art. 29 de seu Estatuto, com base na Lei nº 2.469, de 21/10/1999 e Decreto nº 39.009/18, AUTORIZA, a cessão da empregada PATRICIA RODRIGUES SOUZA LEITE, Assistente Administrativo, matrícula nº 852-4, à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, com ônus para órgão de origem.

CLEISON MEDAS DUVAL

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 30, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, pgs. 31/32, republicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, pg. 13, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 26, de 08 de fevereiro de 2023, publicada no DODF nº 30, de 10 de fevereiro de 2023, pg. 48, que designa JÉSSICA CAPANEMA MOURA, matrícula nº 245.865-9, Assessora Especial, Símbolo CNE-08, da Assessoria Jurídico-Legislativa, para substituir LAIS ALVES VALENTE, matrícula nº 245.754-7, Chefe, Símbolo CNE-03, da Assessoria Jurídico-Legislativa, do Gabinete, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais, ONDE SE LE: "...matrícula 245.865-9...", LEIA-SE: "...matrícula nº 248.379-3...".

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JUNIOR

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 90, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, página 13, alterada pela Portaria nº 106, de 24 de abril de 2020, publicada no DODF Nº 78, de 27 de abril de 2020, página 08, e o Decreto nº 32.587, de 13 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso VIII do Decreto nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores FLORISVAL FERREIRA DE SOUSA - matrícula nº 242.681-1 - Gerente de Almoxarifado para atuar como executor no acompanhamento da aquisição de material de consumo: AR CONDICIONADO, para atender as necessidades desta Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e seus Próprios Culturais, e EDUARDO FILHUSI DE FREITAS - matrícula nº

038.951-X - Técnico de Atividades Culturais, na supervisão da instalação dos equipamentos, conforme processo SEI nº 00150-00000562/2023-25, competindo-lhes acompanhar e fiscalizar a presente aquisição em todas as fases, conforme parágrafos 1º e 2º do artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinando com artigo 41, parágrafo 5º, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento da Lei Distrital nº 5.163/2013, se for o caso.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO RODRIGO GONÇALVES

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 99, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso II, alínea c, da Portaria nº 02, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 19, de 26 de janeiro de 2023, e com base no Decreto nº 43.491, de 28 de junho de 2022, resolve:

CONCEDER o benefício Auxílio Creche e Pré-Escola, instituído pela Lei nº 792, de 10 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 43.491, de 28 de junho de 2022, à servidora: LUCIANA MACEDO LOPES, matrícula nº 1848488, dependente: Levi Lopes Ventura Vasconcellos, nascido em 15 de janeiro de 2020, Processo: 00431-00003148/2023-85.

EDWARD FONSECA DE LIMA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 59, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso II, alínea "c", da Portaria nº 02, de 25 de janeiro de 2023, publicada no DODF nº 19, de 26 de janeiro de 2023, e considerando o disposto no art. 105, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no Decreto nº 25.324, de 10 de novembro de 2004, resolve:

EXCLUIR do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a servidora MARIA DE FÁTIMA CORRÊA LISBOA, matrícula nº 1895982, Técnica em Assistência Social - Agente Social, conforme processo nº 00431-00003998/2023-83.

RAQUEL SANTOS DE GODOI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 61, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 16, do Decreto nº 42.462, de 30 de Agosto de 2021, c/c com o art. 14, da Portaria nº 55, de 21 de outubro de 2022, resolve:

TORNAR PÚBLICA a relação de servidores autorizados a realizar o teletrabalho na Unidade relacionada a seguir:

SERVIDORES AUTORIZADOS A REALIZAR O TELETRABALHO						
Nome	Matrícula	Lotação	Modalidade	Data de início	Prazo	Processo SEI
SANDRA MARGARETH PIRES	0179364-0	Unidade de Correição e Tomada de Contas Especiais	Parcial	01/03/2023	180 dias	00431-00003336/2023-11

RAQUEL SANTOS DE GODOI

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 15, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e III do parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o conteúdo do Processo SEI nº 00390-00009033/2022-74, resolve:

Art. 1º Designar JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA, matrícula nº 0273.383-4, ocupante do cargo de Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, para substituir MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, matrícula nº 0273.790-6, ocupante do cargo de Secretário Executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a delegação conferida pelo art. 1º, inciso VIII, da Portaria nº 113, de 31 de julho de 2019, publicada no DODF nº 148, de 07 de agosto de 2019, e considerando o conteúdo do Processo SEI Nº 00390-00003135/2019-81, resolve:

DESIGNAR SÍLVIA BORGES DE LÁZARI, matrícula nº 273.821-X, Assessora Especial, para substituir a Subsecretária, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR DANIELA ANTÔNIA SOARES DE CARVALHO, matrícula nº 1.430.734-0, Gestora em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para substituir o Coordenador, da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR BRENDA OLIVEIRA SOUSA, matrícula nº 281.574-5, Assessora, para substituir a Diretora, da Diretoria de Monitoramento e Estudos Territoriais, da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR DENISE MARA GUARIEIRO E CARVALHO, matrícula nº 271.099-4, Assessora, para substituir o Diretor, da Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR AMANDA ALVES SICCA LOPES, matrícula nº 281.587-8, Assessora, para substituir a Diretora, da Diretoria de Estudos em Regularização Fundiária, da Coordenação de Política Urbana, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

DESIGNAR RAQUEL DE ARAÚJO FREIRE, matrícula nº 281.853-1, Assessora, para substituir a Diretora, da Diretoria de Habitação, da Coordenação de Política Urbana, da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, da Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento do Território, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

ADRIANA ROSA SAVITE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 17, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso X, alínea h, da Portaria nº 113, de 31 de Julho de 2019 e nos termos da Lei nº 792, de 10/11/1994, regulamentada pelo Decreto nº 43.491, de 28 de Junho de 2022, resolve:

CONCEDER à servidora KENIA FELÍCIO TEIXEIRA, matrícula nº 137.210-6, o benefício de Auxílio-Creche, pela dependente Martina Felício Teixeira Santana, nascida em 18 de Setembro de 2019, a contar de 01 de Fevereiro de 2023. Processo SEI 00390-00001024/2023-16.

ADRIANA ROSA SAVITE

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 68 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea “d” da Portaria nº 12, de 08 de abril de 2019, publicada no DODF Nº 70, de 12 de abril de 2019, resolve:
CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade nos termos do artigo 139, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, a servidora: LUANDA ALVES DOS SANTOS, matrícula 91.342-1, referente ao 5º quinquênio, do período de 08/02/2018 a 06/02/2023.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 69, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no “caput” do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08 de abril de 2019, publicada no DODF nº 70, de 12 de abril de 2019, página 21, resolve:

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, que atuará em conformidade com as competências necessárias ao acompanhamento e apoio de todas as etapas da contratação, em observância ao art. 21, inciso III e art. 22 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, recepcionado pelo Decreto nº 38.934, de 15 de março de 2018.

Art. 2º O objeto consiste pretensa realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às necessidades do Programa Compete Brasília gerido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, SEL-DF, processo 00220-00000880/2023-51.

Art. 3º A referida Comissão será composta pelos servidores: ALEXANDRE FERREIRA DOS SANTOS DE OLIVA, matrícula nº 0282470-1, KLEBER AUGUSTO MONTEIRO MELO JUNIOR, matrícula nº 0282265-2 e ÉRICA DANAYLLA NOGUEIRA DE SOUSA, matrícula nº 0280049-7.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 70, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no “caput” do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora ANA ELIZABETH DE ANDRADE FARIAS SANTOS SALES, matrícula 028238563, em substituição ao servidor MOZAR RODRIGUES FERREIRA, matrícula: 0281796-9, para atuar como executora titular do Contrato de Prestação de Serviços nº 55/2022, firmado com a empresa REI DO LAR CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, CNPJ nº 33.609.440/0001-08, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em limpeza, tratamento, conservação e manutenção das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de Samambaia e do Riacho Fundo I, pelo período de até 45 dias, com objetivo de atender às necessidades desta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico (98073209) e seus Anexos, que são partes integrantes do contrato, objeto do processo 00220-00006898/2022-86.

Art. 2º O executor titular e, na sua ausência formal, o executor suplente, conforme designação do art. 1º, deverão fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

EDIMAR SOUZA LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 71, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições

que lhe confere o disposto no “caput” do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso II, do Artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, bem como de acordo com a delegação de competência prevista pela Portaria nº 12, item XII, de 08/04/2019, publicada no DODF nº 70, de 12/04/2019, pg. 21, resolve:

Art. 1º Designar a servidora EDNÚBIA COSTA BRAGA, matrícula 0282486-8, em substituição à servidora GABRIELLE CRISTINE ROCHA, matrícula 0277511-5, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico do Setor “O”, referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 63/2022, firmado com a empresa L.M.C ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 44.397.696/0001-07, que tem por objeto contratação de empresas especializadas em limpeza, tratamento, conservação e manutenção das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF, pelo período de 12 meses, com objetivo de atender às necessidades desta Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, consoante específica o Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 016/2022 (98548725), da Proposta (10226401), do Termo de Referência (98480652), objeto do processo nº 00220-00006337/2022-87.

Art. 2º Designar a servidora ANA CRISTINA SANTOS, matrícula 0282432-9, em substituição ao servidor GRAKO AUGUSTO BENTO, matrícula 277.524-7, para atuar como executora local suplente, no âmbito do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião.

Art. 3º O executor suplente deverá, nas ausências formais do executor titular, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, além de emitir relatórios e atestar as faturas, dentre outras atribuições, de acordo com os § 1º e 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93, artigo 41, do Decreto nº 32.598/2010, Portaria nº 29/2004/SGA e demais legislações vigentes.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

EDIMAR SOUZA LIMA

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

PORTARIA Nº 23, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, designado por meio da Portaria nº 15, de 03 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso I, da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, e o que consta do Processo SEI nº 00197-00000214/2021-50, resolve:

Art. 1º Designar o Diretor ROGÉRIO SHUMANN ROSSO, matrícula nº 282.094-3, para exercer a função de Diretor-Corregedor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 34, de 11 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÉLIX ANGELO PALAZZO

PORTARIA Nº 24, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023
O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, designado por meio da Portaria nº 15, de 03 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso I, da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, tendo em vista deliberação pela Diretoria Colegiada, e o que consta do Processo SEI nº 00197-00000214/2021-50, resolve:

Art. 1º Designar o Diretor VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES, matrícula nº 276.886-0, para substituir o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 35, de 11 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÉLIX ANGELO PALAZZO

SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023
O CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS, DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, com base nas atribuições que lhe confere o Art. 19, Inciso II, do Regimento Interno, e suas alterações, na Portaria Nº 116, de 11 de Agosto de 2021, e o que consta nos Processos SEI nº 0197-001494/2016; 0197-001503/2016, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO FUNCIONAL aos servidores da Carreira de Regulação de Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da ADASA, conforme a relação por ordem de matrícula, nome do servidor, cargo, classe anterior, padrão anterior, classe atual, padrão atual, data de início do efeito financeiro e número do Processo SEI, respectivamente: 264.520-3, MIGUEL DE FREITAS SARTORI, Regulador de Serviços Públicos, 2º, V, 1º, I, 06/02/2023, 0197-001494/2016 ; 264.643-9, CLÉSIO GOMES DE ARAÚJO, Regulador de Serviços Públicos, 2º, V, 1º, I, 14/02/2023, 0197-001503/2016.

CARLOS BIZZOTTO

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA
DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.289, de 22 de junho de 2017, e com base no artigo 3º do Decreto 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 840, de 23 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar HÉLIO PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 274.083-4, para substituir o Gerente de Apoio Operacional, símbolo CC-08, do Jardim Botânico de Brasília, no período de 06/02/2023 a 25/02/2023.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.289, de 22 de junho de 2017, combinado com o disposto no artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e observando o artigo 67 da Lei nº 8.666/93, resolve:

Art. 1º Designar DANIEL OLIVEIRA DA MATA, matrícula nº 281.665-2, para atuar na qualidade de executor local, no âmbito da Gerência de Laboratório, do Contrato de Prestação de Serviço nº 004/2022 - JBB, celebrado entre o Jardim Botânico de Brasília - JBB e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, cujo o objeto é a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de até 20 (vinte) sentenciados presos e egressos, conforme processo nº 00195-00000523/2022-67.

Art. 2º O Executor deverá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, conforme o que estabelece o inciso II do parágrafo 5º do artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010; os parágrafos 1º e 2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.289, de 22 de junho de 2017, e com base no artigo 3º do Decreto 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 840, de 23 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar ESTEVÃO DO NASCIMENTO FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 277.240-X, para substituir a Superintendente Técnico-Científica, símbolo CNE-02, do Jardim Botânico de Brasília, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 38.289, de 22 de junho de 2017, e com base no artigo 3º do Decreto 39.002, de 24 de abril de 2018, que regulamenta os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 840, de 23 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar MILLENA CASTRO RIBEIRO, matrícula nº 279.016-5, para substituir o Diretor de Gestão Integrada da Biodiversidade e Consientização Pública, símbolo CNE-07, do Jardim Botânico de Brasília, em seus afastamentos ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Institui a Comissão Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito do Jardim Botânico de Brasília.

A DIRETORA EXECUTIVA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 38.289, de 22 de junho de 2017, resolve:

Considerando a necessidade de apuração de supostas irregularidades apontadas conforme memorando 3 (105243113), oriundo do processo SEI 00195-00000149/2023-81;

Art. 1º Designar ANDERSON ALBUQUERQUE CABRAL - matrícula nº 278.227-8; MARCIO DOMINGUES PEREIRA - matrícula nº 1.200.288-7; e ROBSON DA SILVA JORGE - matrícula nº 07.069-6; para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no memorando 3 (105243113), oriundo do

processo SEI 00195-00000149/2023-81, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE DE PIERI

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, com base na delegação de competência instituída através da Portaria nº 53, de 29 de novembro de 2019, publicada no DODF nº 239, de 17 de dezembro de 2019, com base no artigo 101, Inciso IV, da Lei 840, de 23 de dezembro de 2011 e conforme o disposto no Decreto nº 43.491 de 28/06/2022, resolve:

DESIGNAR LETICIA DE MORAIS FURTADO, matrícula nº 02754193, Diretora, Símbolo CNE-07, da Diretoria de Compras e Logística, da Unidade de Compras e Logística, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, para substituir o(a) Chefe, Símbolo CNE-05, da Unidade de Compras e Logística, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, em caso de licenças, afastamentos, férias e demais ausências ou impedimentos legais ou regulamentares e/ou na vacância do cargo, a contar de 25/01/2023, conforme Processo nº 04009-00000203/2023-35.

ANALICE MARIA MARÇAL DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 21, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, com base na delegação de competência instituída através da Portaria nº 53, de 29 de novembro de 2019, publicada no DODF nº 239, de 17 de dezembro de 2019, tendo em vista o disposto no item 5 da Portaria nº 01-95-SEA, de 05 de janeiro de 1995, bem como o §2º, do art. 9º, do Decreto nº 37.770, de 14 de novembro de 2016, que regulamentou a promoção funcional dos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal de que tratam os artigos 22 a 31 e 56, da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito, instituída pela Ordem de Serviço nº 36, de 27 de Maio de 2022, publicada no DODF nº 102, 01/06/2022, pág. 175, nos termos da Portaria nº 01/SEA, de 05 de janeiro de 1995, com a finalidade de zelar pela condução e pelo cumprimento das normas de avaliação de desempenho e aferição de mérito dos servidores desta Secretaria.

Art. 2º Designar a servidora HAYLANNE MORATO ORNELAS, matrícula nº 281.448-X, ocupante do cargo de Gerente de Cadastro, Evolução Funcional e Capacitação, da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Administração Geral, em substituição à servidora FERNANDA TAVARES LINHARES ALVARENGA, matrícula nº 275.442-8.

Art. 3º Manter os demais servidores designados pela Ordem de Serviço nº 36, de 27 de maio de 2022, publicada no DODF nº 102, 01/06/2022, pág. 175.

Art. 4º A presidente da comissão será substituída em seus afastamentos legais pelo membro LUAN PHILIPPE MOREIRA NUNES, matrícula: 280.789-0.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ANALICE MARIA MARÇAL DE LIMA

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA**

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e considerando a edição do Decreto nº 44.100, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Designar os Executores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2021, celebrado entre o Distrito Federal, por meio desta SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL e o BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB, inscrito no CNPJ nº 00.000.208/0001-00, que tem por objeto a contratação, em caráter de inexigibilidade, do BRB para a prestação de serviços de operacionalização dos empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do FUNGER/DF, conforme especificações do Termo de Referência nº 08 (SEI – 69847612) e da Proposta de Preços (SEI – 67959138), segundo informações constantes do Processo SEI nº 04012-00002368/2021-30, a saber:

I – CARLOS MAGNO RABELO BALBINO, Matrícula: 278.869-1, lotado na Coordenação de Microcrédito, da Subsecretaria de Microcrédito e Economia Solidária, para atuar como EXECUTOR TITULAR;

II – WERQUISON MACEDO DOS SANTOS, Matrícula: 281.758-6, lotado na Coordenação de Microcrédito, da Subsecretaria de Microcrédito e Economia Solidária para atuar como EXECUTOR SUPLENTE.

Art. 2º Cabe aos Executores:

a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases, conforme art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, c/c o art. 41, II do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores;

b) atestar as notas fiscais/faturas referentes a prestação de serviços;

c) exercer o controle e a observância do prazo para execução do serviço;

d) exercer o controle de saldo contratual;

e) apresentar relatório ao término dos serviços ou sempre que solicitado, aplicando, naquilo que couber as diretrizes da Cartilha do Executor de Contrato (https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf).

Art. 3º Nos afastamentos legais, o Subsecretário da área deverá ser cientificado formalmente para fins de acompanhamento e, caso necessário, realizar a substituição nos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias.

Art. 4º Os executores em caso de não cumprimento de quaisquer das competências estabelecidas nessa Ordem de Serviço, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 5º A Diretoria de Contratos e Convênios desta SEDET deverá disponibilizar aos servidores, o respectivo processo, bem como toda a legislação pertinente que se fizer necessária ao desempenho de suas funções como executores.

Art. 6º Revoga-se a Ordem de Serviço nº 47, de 14 de outubro de 2021, publicada no DODF nº 195, de 18 de outubro de 2021, página nº 34.

Art. 7º Publique-se em DODF.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

HILDA MARIA NETO GONÇALVES DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 25, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e considerando a edição do Decreto nº 44.100, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Designar Comissão Executora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 41.049/2020, celebrado entre o Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BRASIL CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA, que tem por objeto a execução das obras de implantação da linha aérea de distribuição em 138 KV que ligará as Subestações Santa Maria e Mangueiral à Subestação Polo JK, consistindo de obras civis, da montagem eletromecânica, do fornecimento de materiais e equipamentos, do comissionamento e testes, das revisões de projeto e do projeto como construído, de acordo com as informações constantes do Processo SEI nº 00370-00003247/2019-14, a saber:

I – RODRIGO VILELA DE AVELAR RESENDE, matrícula 156.934-1, lotado na Subsecretaria de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico/SAAD, para atuar como Presidente;

II – ANGELINA REJANE DO VALE MENEZES, matrícula: 1.430.866-5, lotada no Gabinete, para atuar como Membro

III – JOSÉ AUGUSTO CARVALHO SILVA, matrícula 282.334-9, lotado Unidade de Atendimento Empresarial, da Subsecretaria de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, para atuar como Suplente

Art. 2º Cabe aos executores:

a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases, conforme art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, c/c o art. 41, II do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores;

b) atestar as notas fiscais/faturas referentes a prestação de serviços;

c) exercer o controle e a observância do prazo para execução do serviço;

d) exercer o controle de saldo contratual;

e) apresentar relatório ao término dos serviços ou sempre que solicitado, aplicando, naquilo que couber as diretrizes da Cartilha do Executor de Contrato (https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf).

Art. 3º Nos afastamentos legais, o Subsecretário da área deverá ser cientificado formalmente para fins de acompanhamento e, caso necessário, realizar a substituição nos afastamentos legais.

Art. 4º Os executores em caso de não cumprimento de quaisquer das competências estabelecidas nessa Ordem de Serviço, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 5º A Diretoria de Contratos, Convênios e Parcerias desta SEDET deverá disponibilizar aos servidores, o respectivo processo, bem como toda a legislação pertinente que se fizer necessária ao desempenho de suas funções como executores.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as contidas na Ordem de Serviço nº 16, de 30 de janeiro de 2023.

Art. 7º Publique-se em DODF.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

HILDA MARIA NETO GONÇALVES DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 27, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e considerando a edição do Decreto nº 44.100, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Designar Comissão Executora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2022, celebrado entre o Distrito Federal, por meio desta SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/SENAI – Departamento Regional do Distrito Federal, que tem por objeto a contratação de empresa/entidade especializada na prestação de serviços de qualificação social e profissional para a realização de cursos. Os serviços acontecerão de forma presencial e itinerante nas Regiões Administrativas (RA's), aqui denominadas, microterritórios e, a sua vez, dentro dos macroterritórios de atuação da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, como definido na Portaria nº 31, de 26 de Janeiro de 2021, a fim de atender o Programa RENOVADE, nos termos do Decreto nº 41.037, de 28 de julho de 2020, alterado pelo Decreto nº 42.701, de 09 de novembro de 2021, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico - SETRAB/SQP/COPEQ (85197367) e seus anexos, conforme informações constantes do Processo SEI 04012-00004422/2021-81, a saber:

I – DJANE DA SILVA BENTO, Matrícula 277.486-0, lotada na Diretoria de Planejamento de Programas de Qualificação, da Subsecretaria de Qualificação Profissional, para atuar como COORDENADORA.

II – VALÉRIA CESAR LEITE, Matrícula: 282.214-8, lotada na Gerência de Atendimento Socioassistencial ao Qualificando, da Subsecretaria de Qualificação Profissional, para atuar como Primeiro Membro.

III – IVANEIDE BARROS LEITE, Matrícula: 280.751-3, lotada no Gabinete, da Subsecretaria de Qualificação Profissional, para atuar como Segundo Membro.

Art. 2º Cabe aos Executores:

a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases, conforme art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, c/c o art. 41, II do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores;

b) atestar as notas fiscais/faturas referentes a prestação de serviços;

c) exercer o controle e a observância do prazo para execução do serviço;

d) exercer o controle de saldo contratual;

e) apresentar relatório ao término dos serviços ou sempre que solicitado, aplicando, naquilo que couber as diretrizes da Cartilha do Executor de Contrato (https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf).

Art. 3º Nos afastamentos legais, o Subsecretário da área deverá ser cientificado formalmente para fins de acompanhamento e, caso necessário, realizar a substituição nos afastamentos superiores a 30 (trinta) dias.

Art. 4º Os executores em caso de não cumprimento de quaisquer das competências estabelecidas nessa Ordem de Serviço, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 5º A Diretoria de Contratos e Convênios desta SEDET deverá disponibilizar aos servidores, o respectivo processo, bem como toda a legislação pertinente que se fizer necessária ao desempenho de suas funções como executores.

Art. 6º Revoga-se a Ordem de Serviço nº 56, de 24 de junho de 2022, publicada no DODF nº 120, de 29 de junho de 2022, página nº 39.

Art. 7º Publique-se em DODF.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

HILDA MARIA NETO GONÇALVES DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 26, DE 1º FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e considerando a edição do Decreto nº 44.100, de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Designar Comissão Executora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 40.885/2020, celebrado entre o Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL e a empresa VERY TECNOLOGIA LTDA, que tem por objeto Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gestão e Controle dos Programas PRÓ-DF II e IDEAS INDUSTRIAL, incluindo os Serviços de Capacitação e Manutenção, de acordo com as informações constantes do Processo SEI nº 0370-000064/2016, a saber:

I – AMAPOLA MONSERRAT DO ESPÍRITO SANTO GONZALEZ, matrícula: 275.043-0, para atuar como Membro Presidente;

II – MAGNA LOPES DA SILVA, matrícula 282.240-7, para atuar como Membro;

III – THAIS CRISTINA FARIAS CAVALCANTE, matrícula: 279.346-6, para atuar como Membro Suplente.

Art. 2º Cabe aos executores:

- a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases, conforme art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2004, c/c o art. 41, II do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores;
- b) atestar as notas fiscais/faturas referentes a prestação de serviços;
- c) exercer o controle e a observância do prazo para execução do serviço;
- d) exercer o controle de saldo contratual;
- e) apresentar relatório ao término dos serviços ou sempre que solicitado, aplicando, naquilo que couber as diretrizes da Cartilha do Executor de Contrato (https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf).

Art. 3º Nos afastamentos legais, o Subsecretário da área deverá ser cientificado formalmente para fins de acompanhamento e, caso necessário, realizar a substituição nos afastamentos legais.

Art. 4º Os executores em caso de não cumprimento de quaisquer das competências estabelecidas nessa Ordem de Serviço, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 5º A Diretoria de Contratos e Convênios desta SEDET deverá disponibilizar aos servidores, o respectivo processo, bem como toda a legislação pertinente que se fizer necessária ao desempenho de suas funções como executores.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as contidas na Ordem de Serviço nº 18, de 1º de fevereiro de 2023

Art. 7º Publique-se em DODF.

Art. 8º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

HILDA MARIA NETO GONÇALVES DA SILVA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, inciso IV, da Portaria nº 77, de 23 de março de 2021, publicada no DODF nº 77, de 27 de abril de 2021, e considerando a instrução do Processo SEI-GDF nº 04035-00000745/2023-17, resolve: TORNAR PÚBLICA a aquisição ao direito de Licença Prêmio por Assiduidade da servidora a seguir relacionada, conforme artigo 139, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011: MARIA NAZARÉ DE SOUSA MOREIRA, matrícula 43.775-1, referente ao 6º quinquênio, no período de 09 de fevereiro de 2018 a 07 de fevereiro de 2023.

CARLA TATIANA DA SILVA RODRIGUES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 77, de 23 de abril de 2021, considerando ainda o contido na Lei 5.190, de 25 de setembro de 2013, na Instrução Normativa nº 02, de 23 de julho de 2014, e na Portaria nº 86, de 23 de julho de 2014, resolve:

CONCEDER Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas ao servidor ENIVALDO ANTÔNIO LAGARES, matrícula 91.031-7, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, por ter concluído o curso de Especialização, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), com efeitos financeiros a contar de 01 de fevereiro de 2023, conforme Processo SEI nº 04012-00004936/2019-12.

CARLA TATIANA DA SILVA RODRIGUES

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 62, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, a Emenda à Lei Orgânica nº 61, de 2012, o artigo 44 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 c/c com o Decreto 39.002, de 24 de abril de 2018, e ainda, a Portaria nº 175, de 29 de maio de 2019, resolve: DESIGNAR MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 175.681-8, como

substituta eventual do(a) Diretor(a), Símbolo CNE-07, da Diretoria de Análise Processual, do Departamento de Controle Interno, da Defensoria Pública do Distrito Federal, nas licenças, afastamentos, férias e demais ausências ou impedimentos legais ou regulamentares do(a) titular.

CELESTINO CHUPEL

PORTARIA Nº 63, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 97-A, inciso III e VI, c/c artigo 100, ambos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, c/c artigo 21, incisos I e XIII da Lei Complementar Distrital nº 828/2010 em sua nova redação dada pela Lei Complementar Distrital nº 908/2016 e a Emenda à Lei Orgânica nº 61, de 2012, e ainda a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER nos termos do artigo 40, § 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 7º da mesma Emenda, e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 06 de julho de 2005, combinado com o artigo 52 da Lei Complementar nº 769, de 1º de julho de 2008 e com os artigos 29, inciso I, 30-A, inciso I, alínea "a", 30-B da mesma Lei, com a redação dada pelo artigo 291 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c o artigo 24, da EC 103/2019, Pensão Vitalícia a CARLOS ELIAS SANTANA, cônjuge da ex-servidora CATARINA MARIA CAMPOS SANTANA, matrícula 39.161-1, ocupante do cargo de Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, TA/S5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 19 de janeiro de 2023. Processo nº 00401-00001688/2023-36.

CELESTINO CHUPEL

PORTARIA Nº 96, DE 30 DE MARÇO DE 2020 (*)

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 97-A, inciso III e VI c/c artigo 100, ambos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, c/c artigo 21, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 828/2010 em sua nova redação dada pela Lei Complementar Distrital nº 908/2016 e a Emenda à Lei Orgânica nº 61, de 2012, e ainda a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária, com proventos integrais, sem paridade, à MARIA TEREZA DE OLIVEIRA RONDON, matrícula nº 174.704-5, no Cargo de Gestor em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Classe Primeira, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com fundamento legal nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e §§ 3º, 8º e 17º da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela E.C. nº 41/2003, e artigos 46 e 51 da Lei Complementar nº 769/08. Processo nº 00401-00026289/2019-00.

CELESTINO CHUPEL

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 63, de 02 de abril de 2020, página 51.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 08, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

A SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, Substituta, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência prevista na Portaria nº 313, de 04 de novembro de 2019, publicada no DODF nº 213, de 07 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Designar o DIRETOR(A) DE COMPRAS E MATERIAS DA UNIDADE DE LOGÍSTICA, e FLÁVIA AUGUSTA BRITO DE SOUSA, Matrícula 246905-7, para atuarem como Executor e Suplente respectivamente dos Contratos nºs 03/2023 e 04/2023, celebrado entre a Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e as empresas: ODIMILSON ALVES PEREIRA - EPP e DIGIFLEX GRAFICA E ETIQUETAS EIRELI, cujo objeto consiste na prestação de serviços gráficos, sob demanda – incluindo todo material e mão de obra necessários para executar a criação, impressão e acabamento de materiais gráficos, conforme consta do processo nº 00401-00002940/2023-24.

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior deverão observar o disposto nos artigos 67 e 116, da Lei nº 8.666/93, combinado com o Capítulo VII, do Decreto nº 32.598/2010 e alterações posteriores; Portaria nº 29-SGA, de 25 de fevereiro de 2004; Portaria nº 222-SEPLAG, de 30 de dezembro de 2010 e demais legislações correlatas.

Art. 3º A Diretoria de Contratos e Convênios desta DPDF disponibilizará o processo aos servidores, bem como toda a legislação pertinente que se fizer necessária ao bom desempenho da função de executor.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCINEIDE RODRIGUES RIBEIRO

SEÇÃO III

CASA CIVIL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2022

PROCESSO SEI-GDF Nº: 00010-00001758/2021-61. PARTES: Casa Civil do Distrito Federal e COPATT Comércio e Serviços Personalizados Ltda-ME. OBJETO: Prorrogar a vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993 e Cláusula Oitava do Contrato nº 01/2022, para o período compreendido de 23/02/2023 à 23/02/2024 e Reajuste do valor contratual em aproximadamente 5,7743%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, referente à Fevereiro de 2022 à Janeiro de 2023, passando o novo valor contratual para R\$ 87.684,86 (oitenta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). DATA DE ASSINATURA: 10/02/2023. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 09101, Programa de Trabalho: 04.122.8203.2578.0006, Natureza da Despesa: 3.3.90.39, Fonte de Recursos: 0100, com empenho de R\$8.802,55 (oito mil oitocentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00020, emitida em 12 de janeiro de 2023, sob o evento nº 400091, na modalidade 2 - Estimativo. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO, na qualidade de Subsecretário de Administração Geral. Pela COPATT Comércio e Serviços Personalizados Ltda-ME: RIANY MARY COPATT, na qualidade de Sócia Administradora.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

SECRETARIA EXECUTIVA DAS CIDADES

LISTA 01 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO E BARRACA, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO "REBANHÃO 2023", NA ÁREA PÚBLICA DO ESTACIONAMENTO DO PLANETÁRIO DE BRASÍLIA, PARA O EVENTO QUE SERÁ NO ARENA BRB NILSON NELSON

Nº	NOME/CAIXEIRO	CPF
01	RODRIGO OLIVEIRA COSTA	015.XXX.XXX-55
02	JÚLIA COSTA CARVALHO	070.XXX.XXX-73
Nº	NOME/BARRACA	CPF
01	DILMA LIRA DA SILVA	488.XXX.XXX-15
02	JOSÉ FRANCISCO CORREIA DA SILVA	930.XXX.XXX-91
03	VIVIAN DE CASTRO HENRIQUES	179.XXX.XXX-71
04	MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO NEVES	342.XXX.XXX-20
05	IRACI VIEIRA DE CARVALHO	386.XXX.XXX-49
06	MARIA AUXILIADORA FERNANDES	248.XXX.XXX-34
07	ROZELITA VILAR DE MEDEIROS	578.XXX.XXX-10
08	ANTÔNIA MADEIRO DE CARVALHO	552.XXX.XXX-15
09	LUIZA DA SILVA VIANA	635.XXX.XXX-87
10	EDNEIDE NERES DE ALMEIDA	015.XXX.XXX-39
11	JOÃO BATISTA BARBOSA PINHEIRO	018.XXX.XXX-81
12	MARIA MARIANA DOS SANTOS	716.XXX.XXX-91
13	DERVACY DIAS DE CARVALHO NEVES	334.XXX.XXX-87
14	CÉLIA MARIA DE FREITAS	410.XXX.XXX-72
15	CÉLIA FRANCISCA SANTOS	067.XXX.XXX-05
16	MARIA DAS DÓRES DA SILVA	029.XXX.XXX-76
17	DANIELA TEODORO BARBOSA	007.XXX.XXX-09
18	JOSÉ JULIANO BARBOSA	460.XXX.XXX-00
19	MARILENE DE JESUS CAMELO DOS SANTOS	539.XXX.XXX-87
20	DAVID LORENZZO SILVA DE MORAIS PRADO	072.XXX.XXX-84
21	KEILA SANTOS SILVA	135.XXX.XXX-08
22	GILVAN MOTA PINTO	572.XXX.XXX-68
23	FABRÍCIO CARDOSO DE ALMEIDA	097.XXX.XXX-04
24	DIEGO DE OLIVEIRA LUZ	012.XXX.XXX-44
25	TIAGO LUIZ FERREIRA	866.XXX.XXX-49
26	DENIS PITON NOGUEIRA	419.XXX.XXX-15
27	MATEUS LUCIANO SEBASTIÃO SEGUNDO	770.XXX.XXX-87
28	MARIA ERINEUDA DE FREITAS SILVA	297.XXX.XXX-72
29	MARIA VANDA PERES AZEREDO	473.XXX.XXX-00

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Secretário Executivo das Cidades

LISTA 01 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO "CARNAVAL 2023", NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
01	HUMBERTO SAMPAIO ALMEIDA	394.XXX.XXX-68
02	ALINE MATOS DE SOUZA	013.XXX.XXX-14
03	ANDREIA LEMOS SILVA	889.XXX.XXX-53
04	ROGERIO RIBEIRO GUIMARÃES	003.XXX.XXX-21
05	ANTONIO SOUSA OLIVEIRA	399.XXX.XXX-68
06	FRANCISCO OTACILIO FERREIRA DA ROCHA	259.XXX.XXX-68
07	JAIME FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	077.XXX.XXX-79
08	JEANE MARQUES DE SOUZA	580.XXX.XXX-72
09	DIRCE TOMAZ DE ALMEIDA	297.XXX.XXX-49
10	THIAGO HENRIQUE GOEMS DOMINGUES	076.XXX.XXX-81
11	IVANIDLE MARIA FRAGA DE MOURA	261.XXX.XXX-00
12	REGIVALDO MORAES	920.XXX.XXX-72
13	JOVALDIR CONCEIÇÃO DA SILVA	885.XXX.XXX-49
14	IVANE SILVA CRUZ	578.XXX.XXX-53
15	CLAUDIANE DE NAZARÉ SILVA	024.XXX.XXX-37
16	MARILEIDE DA SILVA SANTOS	755.XXX.XXX-34
17	VALDECY PEREIRA DO PRADO	887.XXX.XXX-59
18	PEDRO LUCAS PEREIRA GONZAGA BRAGA	057.XXX.XXX-42
19	VICENTTE MATHEUS PEREIRA GONZAGA BRAGA	057.XXX.XXX-78
20	FABRÍCIO STEFANO DA SILVA BATISTA	982.XXX.XXX-91
21	HUGO RAFAEL ALVES SILVA	055.XXX.XXX-23
22	ADELSON BEZERRA DA SILVA	967.XXX.XXX-72
23	MATHEUS WILLY CLADEIRA DE SOUZA	066.XXX.XXX-60
24	KEYLA TATIANE MOTA DA SILVA	058.XXX.XXX-92
25	WALISSON FEITOSA DOS SANTOS	081.XXX.XXX-78
26	MADILÂNIA DA SILVA DOS SANTOS COSTA	017.XXX.XXX-62
27	JOSE BERNANRDO DOS SANTOS	630.XXX.XXX-40
28	ROSENO SOUSA REIS	646.XXX.XXX-87
29	GESMAR GERALDO DOS SANTOS	308.XXX.XXX-34
30	SHEILA FARIAS DA SILVA CATARINO	077.XXX.XXX-05
31	MARCOS PERERIA PINTO	849.XXX.XXX-15
32	ZELIA LOPES DA SILVA	821.XXX.XXX-34
33	MELIENE TANARA PEREIRA DOS SANTOS	075.XXX.XXX-64
34	THIAGO FERNANDES SANTOS	027.XXX.XXX-94
35	GUSTAVO DE SOUSA RODRIGUES	058.XXX.XXX-30
36	CARLOS AUGUSTO BARBOSA SILVA	050.XXX.XXX-40
37	AMANDA DE MORAIS SILVA	069.XXX.XXX-64
38	TOMAZ PEREIRA DE CASTRO FILHO	296.XXX.XXX-53
39	JORGE FAUSTINO DA SILVA	715.XXX.XXX-20
40	SOLANGE LOPES DA COSTA	610.XXX.XXX-53
41	ALEX POLINARIO DO NASCIMENTO	068.XXX.XXX-14
42	MARIA DO ROSARIO COSTA SANTOS	700.XXX.XXX-15
43	JEFFERSON DE SOUZA FERREIRA	044.XXX.XXX-02
44	LUCIANO DE OLIVEIRA SOUSA	025.XXX.XXX-07
45	MARLUCIA DO CARMO SANTOS	400.XXX.XXX-04
46	VINICIUS SAMPAIO DE LIMA	045.XXX.XXX-45
47	REGINA FERRAZ DE SOUZA SANTOS	708.XXX.XXX-03
48	KARINA VANESSA DE OLIVEIRA	054.XXX.XXX-50
49	ANDERSON LISBOA DE ARAUJO	899.XXX.XXX-91
50	ERBSON MACIEL DA SILVA	028.XXX.XXX-63
51	DOMINGOS DE SOUSA SILVA	874.XXX.XXX-34
52	MARIA ARAUJO DOS SANTOS	728.XXX.XXX-00
53	GUYDO BRENO SANTOS MATOS	002.XXX.XXX-17
54	ADILSON DOS SANTOS PEREIRA	493.XXX.XXX-04
55	JOSE ORLANDO DE MACENA	877.XXX.XXX-04
56	FRANCISCA NUNES DOS REIS	336.XXX.XXX-04
57	MIGUEL BISPO DE MIRANDA FILHO	052.XXX.XXX-59
58	CAMILA FERREIRA DA SILVA	036.XXX.XXX-25
59	LINDOELTON ALVES ROCHA	029.XXX.XXX-50
60	JOSE PEREIRA DO PRADO	318.XXX.XXX-34
61	DOUGLAS DE SOUZA DOS SANTOS	179.XXX.XXX-33
62	SERGIO PEDRO OLIVEIRA SANTOS	077.XXX.XXX-37
63	MARCIAL ARMANDO PEREIRA DA SILVA	226.XXX.XXX-72
64	KARLA LIMA SILVA	073.XXX.XXX-23
65	CARMEM DE FATIMA BRAGA	442.XXX.XXX-53
66	MARIA DA LUZ ARAUJO SILVA	721.XXX.XXX-15
67	MARIA DO SOCORRO NUNES DOS REIS	336.XXX.XXX-72
68	MICAELE FERREIRA DE BRITO	039.XXX.XXX-69
69	SEVERIANO DE SOUSA CAVALCANTE	452.XXX.XXX-18

70	SUELEN CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	032.XXX.XXX-28
71	ROBERTO CARLOS CARVALHO DE ARAUJO	455.XXX.XXX-87
72	ANDREW VINICIUS CARVALHO DE ARAUJO	065.XXX.XXX-09
73	ERLANDSON PEREIRA DE ARAUJO	216.XXX.XXX-27
74	LORRANY INES ROCHA	031.XXX.XXX-96
75	UBIRAJARA NAVA DA SILVA	035.XXX.XXX-24
76	JOSE ROMÃO DA SILVA	089.XXX.XXX-81
77	GORGAS EZEQUIEL RODRIGUES PATRICIO DA SILVA	094.XXX.XXX-11
78	JOHNATAN MICAEL OLIVEIRA DE SOUSA	085.XXX.XXX-10
79	MARCIO JOSE DE JESUS OLIVEIRA	014.XXX.XXX-00
80	FABIANE CORREIA SILVA	711.XXX.XXX-95
81	EMILY DE SOUZA ALENCAR	058.XXX.XXX-03
82	JURACI JUSTINO DA ROCHA	537.XXX.XXX-25
83	LADISLAU GARCEZ DA SILVA	064.XXX.XXX-15
84	JOSE CLAUDIO DA ROCHA LIMA VELLOZO	552.XXX.XXX-91
85	SONIA PEREIRA PINTO	606.XXX.XXX-91
86	VANILSON FRANCISCO DE ALMEIDA	094.XXX.XXX-08
87	PABLO BEROCAN SILVA DE ARAUJO	033.XXX.XXX-90
88	WANIA MARIA SILVESTRE DE MELO	075.XXX.XXX-21
89	NATALINO MATIAS DE CARVALHO	587.XXX.XXX-91
90	WANIA MARIA DOS SANTOS MATOS	928.XXX.XXX-91
91	CARLOS EDUARDO FERREIRA LIMA	619.XXX.XXX-91
92	SILVA MARINA LEAL DA SILVA	239.XXX.XXX-00
93	EDUARDO ALVES DE JESUS	820.XXX.XXX-04
94	JOSE LUIZ SOUSA AMORIM	386.XXX.XXX-49
95	VALMISSOM CALDEIRA DE MOURA	399.XXX.XXX-00
96	GILBERTO FERREIRA ROCHA	462.XXX.XXX-00
97	DANYELLE CHRYSYAN NOGUEIRA MELO	045.XXX.XXX-69
98	ABRAÃO ESTEVÃO AGUIAR DA SILVA	030.XXX.XXX-11
99	MANASES HOFFET DA SILVA BARBOSA	572.XXX.XXX-34
100	FERNANDA ANTONIO TAVARES	516.XXX.XXX-34

LISTA 02 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO,
LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023",
NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
101	RENATO PEREIRA DE SOUSA	716.XXX.XXX-91
102	ANTONIO PINA VASCONCELOS	115.XXX.XXX-53
103	MIGUEL BISPO DE MIRANDA NETO	494.XXX.XXX-68
104	JHONATA RAFAEL DE SOUZA NASCIMENTO	056.XXX.XXX-71
105	MARCELO DE SOUZA MIRANDA	073.XXX.XXX-35
106	MARCOS FREIRES DA SILVA	606.XXX.XXX-72
107	MARTINHO DE SOUSA SANTOS NETO	699.XXX.XXX-68
108	GABRIEL DOS SANTOS PAIVA	026.XXX.XXX-10
109	ITALO JOVANE MARTINS GOMES SANTOS	074.XXX.XXX-07
110	VITOR FERNANDO DE OLIVEIRA	052.XXX.XXX-85
111	ALISSON DE JESUS	055.XXX.XXX-07
112	FABIO SANTANA SILVA	019.XXX.XXX-07
113	MARCOS WILSON FARIAS MARQUES	000.XXX.XXX-37
114	JOÃO FERREIRA DA SILVA	019.XXX.XXX-47
115	MARIA LUCIA RODRIGUES CORREA	265.XXX.XXX-87
116	JUSCELINO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	878.XXX.XXX-82
117	JOSE MILTON CARNEIRO PATU	606.XXX.XXX-00
118	JILDEMAR SIRINO DE SOUZA	639.XXX.XXX-53
119	NATANAEAL ALVES DE LIMA	040.XXX.XXX-45
120	SERGIO NONATO DE OLIVEIRA	602.XXX.XXX-34
121	RODRIGO DE ARRUDA MORAIS	047.XXX.XXX-92
122	AURIANE CASTRO DO NASCIMENTO	071.XXX.XXX-60
123	CILENE RODRIGUES DOS SANTOS	515.XXX.XXX-00
124	GERMANO DOS SANTOS RIBEIRO	607.XXX.XXX-04
125	MARCELO XAVIER LIMA	042.XXX.XXX-80
126	FRANCISCA MARIA PEREIRA	013.XXX.XXX-93
127	ANA LUCIA VICENTE PINHO DE MACENA	036.XXX.XXX-14
128	PATRICIA RODRIGUES DE MESQUITA	012.XXX.XXX-70
129	MERCIANE DIAS DA SILVA	031.XXX.XXX-56
130	ELISANGELA RIPARDO DOS SANTOS	789.XXX.XXX-34
131	HOMERO MENDES NASCIMENTO	303.XXX.XXX-20
132	JOÃO EVANGELISTA PAIXÃO DE SOUSA	034.XXX.XXX-48
133	EDILENE SOUZA DA CUNHA	811.XXX.XXX-72
134	CLAUDIO CARDOSO DE SOUSA	026.XXX.XXX-26
135	ILDO FRANCISCO DA SILVA	827.XXX.XXX-15
136	IRACILDA PORFIRIO DA SILVA	270.XXX.XXX-00
137	AUGUSTO DA SILVA FERREIRA	737.XXX.XXX-91

138	LEANDRO MACEDO DE JESUS	053.XXX.XXX-53
139	RAIMUNDO VERISSIMO DOS SANTOS	151.XXX.XXX-34
140	LUCIA EMANUELA AZEVEDO DE OLIVEIRA	016.XXX.XXX-20
141	LARYSSA EMILY DA SILVA MUNIZ	622.XXX.XXX-79
142	JOSE DA SILVA ARAUJO	342.XXX.XXX-91
143	MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA DINIZ	015.XXX.XXX-59
144	PAULO HENRIQUE BARREIRA CAVALCANTE	923.XXX.XXX-53
145	RAIMUNDO LUIZ DE CARVALHO	155.XXX.XXX-49
146	NAGEL RODRIGO NUNES DOS SANTOS	015.XXX.XXX-06
147	CRISTIAN SCOFIELD DE MORAIS PINTO	864.XXX.XXX-53
148	THAIS CRISTINA PAGLIARIN	286.XXX.XXX-80
149	FABIA CONCEIÇÃO CARDOZO	823.XXX.XXX-91
150	ANTONIO JOSE ARAUJO DA SILVA	006.XXX.XXX-77
151	JUSCELINO VALERIO DIAS JUNIOR	810.XXX.XXX-20
152	ANTONIO DE SOUSA OLIVEIRA	005.XXX.XXX-06
153	JOE EDSON RODRIGUES DOS SANTOS	056.XXX.XXX-63
154	GUILHERME CUSTODIO CAVALCANTE	025.XXX.XXX-09
155	ADRIANA CUSTODIO DA SILVA	014.XXX.XXX-99
156	MARIA DAS GRAÇAS SILVA DE SOUSA	023.XXX.XXX-83
157	EDSON BALBINO OLIVEIRA DA SILVA	578.XXX.XXX-72
158	ELIELSON EDUARDO DA SILVA RODRIGUES	043.XXX.XXX-13
159	JOSE BENEDITO DA SILVA	537.XXX.XXX-97
160	ANTONIO RAIMUNDO MAGALHÃES	539.XXX.XXX-87
161	NATANAEL CARDOZO DA SILVA	059.XXX.XXX-39
162	ALINE BATISTA ESTEVAM DE CARVALHO	053.XXX.XXX-08
163	CLEITON DO AMARAL BARBOSA	938.XXX.XXX-00
164	KESIA DE LIMA GUEDES	049.XXX.XXX-84
165	DOUGLAS INACIO FERREIRA	049.XXX.XXX-54
166	NEUSA CARLOS ANDRADE	453.XXX.XXX-00
167	MAURICIO BERNARDO RODRIGUES	014.XXX.XXX-30
168	ANGELINA ROSA DA SILVA	393.XXX.XXX-53
169	FRANCISCO RIBEIRO DE LIMA	334.XXX.XXX-00
170	ELIZABETE DE ALMEIDA PEREIRA	780.XXX.XXX-72
171	BEATRIZ DE SOUSA FERREIRA	049.XXX.XXX-80
172	TAINARA DE FRANÇA SILVA	070.XXX.XXX-74
173	JORGUAINÉ ESTEVAM DE CARVALHO	149.XXX.XXX-87
174	FRANCISCO JOSE GONÇALVES LIMA	553.XXX.XXX-34
175	DENIS MOREIRA NEIVA	697.XXX.XXX-68
176	JOÃO BATISTA SANTOS DA CONCEIÇÃO	182.XXX.XXX-49
177	ROSALIA MARIA DA SILVA	258.XXX.XXX-15
178	VALDIMEI GONÇALVES DO COUTO	080.XXX.XXX-96
179	DEBORA RABELO FERNANDES	034.XXX.XXX-13
180	ROBSON AUGUSTO SOARES	297.XXX.XXX-00
181	RAFAEL DE SOUZA	700.XXX.XXX-22
182	REGINA CELIA DOS SANTOS BATISTA	341.XXX.XXX-68
183	MARIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA	001.XXX.XXX-18
184	SANDRA RODRIGUES DA SILVA	925.XXX.XXX-06
185	SIBELE COELHO	461.XXX.XXX-15
186	GILBERTO RIBEIRO BORBA	385.XXX.XXX-20
187	RAPHAEL ARAUJO CARDOSO	027.XXX.XXX-64
188	LUCILENO PAES DIAS	461.XXX.XXX-68
189	ARNALDO LIMA PAES	527.XXX.XXX-34
190	PATRICIA FERREIRA ROCHA	822.XXX.XXX-68
191	FRANCISCA MACHADO DE PAIVA	783.XXX.XXX-49
192	AMANDA ROCHA CRUZ	076.XXX.XXX-09
193	CARLOS ANTONIO SANTOS SOUSA	788.XXX.XXX-20
194	MAICON SANTOS DA SILVA	048.XXX.XXX-55
195	JOEL GONÇALVES DA SILVA	730.XXX.XXX-34
196	MARIA JOSINALDA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	537.XXX.XXX-00
197	MARIA DE LOURDES RODRIGUES ASSIS	583.XXX.XXX-15
198	LUCIMARY BATISTA GOMES	645.XXX.XXX-49
199	RAEL DA SILVA LUSTOSA	054.XXX.XXX-60
200	WELLINGTON SANTOS DE SOUSA	068.XXX.XXX-86

LISTA 03 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO,
LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023",
NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
201	MARGARETTE VERONICA DA SILVA MOREIRA	847.XXX.XXX-91
202	EDIMAR RODRIGUES DE ASSIS	102.XXX.XXX-15
203	CARLOS HENRIQUE MESQUITA SOUZA	048.XXX.XXX-55
204	FELIPE FERREIRA DE MORAES	742.XXX.XXX-72
205	DIULIO GARCIA DA SILVA NUVEM	043.XXX.XXX-59

206	DEYSE BARBOSA FERREIRA	016.XXX.XXX-79
207	SARA LORRANE SOUZA SILVA MESQUITA	075.XXX.XXX-80
208	FELICIA DIAS DE SOUSA COSTA	444.XXX.XXX-00
209	CARLOS EDUARDO TEODORO DE SOUSA	020.XXX.XXX-80
210	PALOMA SOUSA ALENCAR	046.XXX.XXX-52
211	ANATALICE JANUARIO	809.XXX.XXX-15
212	MARIA GILDA SILVA SOUSA	386.XXX.XXX-15
213	DOCLE COELHO	818.XXX.XXX-53
214	SEBASTIÃO FERREIRA DOS SANTOS	944.XXX.XXX-49
215	VINICIUS DE FREITAS SILVA	070.XXX.XXX-29
216	LUCIANO DOS SANTOS OLIVEIRA	954.XXX.XXX-72
217	LUZIA DA SILVA	473.XXX.XXX-68
218	DIEGO DIAS FERREIRA	007.XXX.XXX-06
219	FABIO CAMPOS BARRETO	064.XXX.XXX-90
220	NEURILAINE PEREIRA DOS SANTOS	064.XXX.XXX-37
221	MARIA CELIA SANTOS DE SOUSA	034.XXX.XXX-59
222	RAIMUNDO MACIEL DOS SANTOS	094.XXX.XXX-20
223	ALLINY CRISTTINY CARDOSO INACIO	034.XXX.XXX-02
224	ERONILDO VICENTE GOMES	783.XXX.XXX-68
225	RENATO GOMES DE MENEZES	471.XXX.XXX-49
226	ALICE BARBOSA DOS SANTOS	075.XXX.XXX-37
227	MARCUS WILLIAM VALENÇA MARTINS	070.XXX.XXX-08
228	LUCIANO MARTINS ALVES	057.XXX.XXX-90
229	WEMERSON BEZERRA DE MEDEIROS REIS	033.XXX.XXX-89
230	ISMAEL OSIRES DE SOUSA HILARIO	015.XXX.XXX-88
231	EVELY MOREIRA DA SILVA	049.XXX.XXX-21
232	MARCIO DIVINO ALMEIDA DA SILVA	009.XXX.XXX-23
233	LUCAS MIKAEL DA SILVA SANTOS RODRIGUES	607.XXX.XXX-60
234	JOSE ANTONIO SOARES DA SILVA	207.XXX.XXX-53
235	FRANCISCO GABRIEL LOPES DOS SANTOS	070.XXX.XXX-74
236	ISLAN CLAUDINO DA SILVA	075.XXX.XXX-22
237	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE SOUSA	797.XXX.XXX-53
238	ROSILANDE DA SILVA	373.XXX.XXX-04
239	HAMILTON DOS SANTOS REIS	350.XXX.XXX-10
240	JEFERSON JORGE DA SILVA	782.XXX.XXX-49
241	FRANCISCA FELIPE DA COSTA	658.XXX.XXX-68
242	JOSE HERMANDO DE SENA	619.XXX.XXX-20
243	VANESSA SOBRAL DA SILVA	018.XXX.XXX-24
244	CLEINILTON DOS SANTOS BRASIL	137.XXX.XXX-64
245	MARINEIS JANUARIO	400.XXX.XXX-91
246	LIDUINA DE SOUSA CARVALHO	524.XXX.XXX-15
247	FERNANDO FERREIRA ANSELMO	258.XXX.XXX-04
248	ESTEFANY LORRANY JANUARIO DE LIMA	051.XXX.XXX-63
249	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	834.XXX.XXX-72
250	ROGERIO SKINNER CARVALHOSA	221.XXX.XXX-91
251	JORDANIA DA SILVA VIEIRA	055.XXX.XXX-57
252	RAIMUNDA RODRIGUES FERREIRA DUARTE	238.XXX.XXX-15
253	GILMARIO SIRINO DE SOUZA	020.XXX.XXX-05
254	IARA EVANGELISTA DOS SANTOS	021.XXX.XXX-70
255	FABIANO SANTOS FERREIRA DE SOUZA	891.XXX.XXX-97
256	SILVIA LETICIA VIEIRA	578.XXX.XXX-91
257	MARIA DE JESUS DOS SANTOS RODRIGUES	989.XXX.XXX-72
258	ROSANA FERREIRA DA SILVA	729.XXX.XXX-15
259	LETICIA JANUARIO ALVES ARAUJO	082.XXX.XXX-05
260	PATRICIA DE SOUSA DUARTE	722.XXX.XXX-34
261	CHARLES DIAS DE MORAES	986.XXX.XXX-00
262	ANTONIO FERREIRA MARQUES	335.XXX.XXX-91
263	DEICY DE SIQUEIRA	234.XXX.XXX-53
264	DANIELI CRISTINI COTTA	381.XXX.XXX-72
265	JARDEL MELO AMANCIO	010.XXX.XXX-62
266	ANDRE PEREIRA PINTO	029.XXX.XXX-61
267	JULIO CESAR BISPO	857.XXX.XXX-87
268	SABRINA PAULO DE SOUZA	061.XXX.XXX-86
269	MAURICIO DA SILVA AZEVEDO	538.XXX.XXX-68
270	NAYARA OLIVEIRA DOS SANTOS	010.XXX.XXX-83
271	IVANILDE SOARES DA SILVA	610.XXX.XXX-34
272	ELIETE VIEIRA TORRES	772.XXX.XXX-00
273	ANDREA VIANA DE ALVARENGA	933.XXX.XXX-04
274	EDUARDO FAUSTINO NOGUEIRA ALVES	793.XXX.XXX-82
275	INGRIDY CRISTINNA FARIAS DA SILVA	021.XXX.XXX-33
276	SILLAS ELOY FERNANDES SALES	052.XXX.XXX-40
277	EDUARDO TRINDADE DE ASSIS OLIVEIRA	859.XXX.XXX-34
278	LEANDRO RODRIGUES SANTOS	027.XXX.XXX-75

279	FABIO VINHOLI	700.XXX.XXX-68
280	ERIOVALDO MENDONÇA DE BESSA SANTOS	008.XXX.XXX-25
281	ISABEL RODRIGUES COELHO	716.XXX.XXX-04
282	CECILIA CARLOS DA SILVA	659.XXX.XXX-87
283	MAYLSON EVANGELISTA ALVES	092.XXX.XXX-07
284	VALDSON TENORIO BEZERRA	583.XXX.XXX-20
285	EDMILSON MENDES PEREIRA	227.XXX.XXX-91
286	MARIA LUCIA OLEGARIO	164.XXX.XXX-04
287	PAULO IGOR DE ALMEIDA FREITAS	053.XXX.XXX-99
288	RICARDO AUGUSTO CAMPELO DE CARVALHO	676.XXX.XXX-15
289	LUCIA MELO DA SILVA	682.XXX.XXX-34
290	TATIANE DE LIMA LIBERAL	863.XXX.XXX-53
291	FERNANDO FERREIRA DE SANTANA	722.XXX.XXX-68
292	CICERO PEREIRA DA SILVA	056.XXX.XXX-67
293	IVINA MEDEIROS DA SILVA	042.XXX.XXX-01
294	GUIOMAR GONÇALVES DE CASTRO	564.XXX.XXX-68
295	MARCOS CARLOS GOMES	830.XXX.XXX-87
296	MATHEUS TAVARES DE SOUZA	070.XXX.XXX-64
297	MARIZA FERNANDES CRUZ	385.XXX.XXX-34
298	FRANCISCO DE ASSIS NUNES	368.XXX.XXX-53
299	EVERTON LIMA SANTOS	204.XXX.XXX-31
300	JOSIELMA AMARAL NUNES	028.XXX.XXX-66

LISTA 04 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023", NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
301	MARCOS ANTONIO DE LIMA ALMEIDA	301.XXX.XXX-25
302	JONATHAN HOFFET LIMA	082.XXX.XXX-70
303	EDNEIA SANTOS BARBOSA	016.XXX.XXX-41
304	JOSE AUGUSTO RIBEIRO DUTRA	001.XXX.XXX-21
305	ANCELMO DOS SANTOS CARDOSO DA SILVA	975.XXX.XXX-53
306	MAICON NERY DE ARAUJO	039.XXX.XXX-16
307	RONALDO ALVES CAMPOS	805.XXX.XXX-72
308	LILIANE ALESSANDRA DA SILVA	012.XXX.XXX-74
309	MAYCON BARBOSA RODRIGUES	040.XXX.XXX-43
310	IGOR SADOQUE MOURA NERES	064.XXX.XXX-04
311	DIVINA APARECIDA DOS SANTOS NUNES	552.XXX.XXX-68
312	MARIA DAS DORES PEREIRA DE BARROS	015.XXX.XXX-12
313	ENOK AVELINO DA CUNHA	258.XXX.XXX-72
314	WANDERLEY DOS SANTOS NUNES	008.XXX.XXX-56
315	HERITON BARRETO DO NASCIMENTO	054.XXX.XXX-09
316	ADEVAN BORGESM DE FREITAS	018.XXX.XXX-84
317	AYDA DIAS VIEIRA RODRIGUES	064.XXX.XXX-90
318	LUCAS HENRIQUE REIS DOS SANTOS	708.XXX.XXX-33
319	EDMARIO RODRIGUES DA SILVA	736.XXX.XXX-68
320	IRIVAN MARCELINO FERNANDES	877.XXX.XXX-53
321	MONICA BORGES RODRIGUES SOUSA	584.XXX.XXX-72
322	ANDRE NERY SOARES	006.XXX.XXX-55
323	DEOCLECIANO DOS SANTOS SOARES	797.XXX.XXX-00
324	JACKSON PEREIRA LIMA NASCIMENTO	024.XXX.XXX-22
325	ANA MARIA NUNES FILHA	026.XXX.XXX-28
326	PATRICIA BRUNA SOUZA DA SILVA	005.XXX.XXX-51
327	RAFAEL MARTINS NONATO	005.XXX.XXX-40
328	CLEUDEMIRO TOLENTINO PORTO	001.XXX.XXX-92
329	ROSSANA GONÇALVES MESQUITA	987.XXX.XXX-00
330	EDUARDO SAMPAIO MIRANDA DA SILVA	007.XXX.XXX-41
331	DENIVALDO DA CUNHA FERNANDES	807.XXX.XXX-91
332	ELIZANGELA MIRANDA BRITO	725.XXX.XXX-34
333	JOÃO FLAVIO DE SOUZA CRUZ	008.XXX.XXX-37
334	JOSIMA LOPES BARROS	250.XXX.XXX-53
335	NAJARA CRISTINA DA CONCEIÇÃO CASTRO BARROS	882.XXX.XXX-91
336	IGOR MARIANO DA SILVA BRITO	940.XXX.XXX-72
337	ROSANGELA ROSA DE BRITO CAETANO	490.XXX.XXX-04
338	FRANCISCA MARIA GOMES DE SOUZA	023.XXX.XXX-32
339	JEANE STEPHANE DA SILVA ROSADO	057.XXX.XXX-66
340	VINICIUS DA SILVA COUTINHO	977.XXX.XXX-00
341	LEILIANE DE ARAUJO COUTINHO	000.XXX.XXX-97
342	ROSILENE ARAUJO BEZERRA	602.XXX.XXX-68
343	LUAN VIEIRA MARTINS	036.XXX.XXX-28
344	JULIA BARCELLOS DE CARVALHO	052.XXX.XXX-13
345	ANDERSON DOS SANTOS BRAZ	063.XXX.XXX-89
346	MARIA DEUSIMAR DE OLIVEIRA LOPES	981.XXX.XXX-53

347	MARIA DAS MERCES ALVES DIAS	804.XXX.XXX-49
348	ROSELI GOMES DO NASCIMENTO	834.XXX.XXX-72
349	ATHILA DA COSTA SUME BENTO	063.XXX.XXX-50
350	EDINEI MARQUES DA SILVA	050.XXX.XXX-76
351	RAQUEL EMILIA DA COSTA BENTO	049.XXX.XXX-67
352	LEVY MELLO PEREIRA FERNANDES MEDEIROS	043.XXX.XXX-70
353	MARCOS JORDÃO DA SILVA GOMES	067.XXX.XXX-44
354	MYLENE MARTINS VERAS	069.XXX.XXX-06
355	RICARDO PEREIRA DOS SANTOS	038.XXX.XXX-22
356	PAOLA APARECIDA MACHADO ALKIMIM	027.XXX.XXX-60
357	THIAGO CAETANO DOS SANTOS	015.XXX.XXX-55
358	ELIELSON VIEIRA DE SOUZA	006.XXX.XXX-01
359	MAURICIO JOSE MARTINS	430.XXX.XXX-34
360	JULIA KIRMSE MENDONÇA BRITO	011.XXX.XXX-97
361	ANTONIO DE SOUZA LEMOS	778.XXX.XXX-91
362	EVA DIVINA DE SOUZA	645.XXX.XXX-15
363	MARIA DAS NEVES PIMENTA	008.XXX.XXX-48
364	ANDREIA ARAUJO DE ANDRADE	923.XXX.XXX-44
365	ANA PAULA SANTOS DA SILVA	005.XXX.XXX-78
366	DILMA RODRIGUES ORNELAS	805.XXX.XXX-87
367	CARLOS FERREIRA DE SOUZA	316.XXX.XXX-49
368	EDVALDO DE JESUS LIMA	164.XXX.XXX-00
369	JOAQUIM FONTOURA DA SILVA	349.XXX.XXX-72
370	TELYANE RIBEIRO FERNANDES	021.XXX.XXX-21
371	ROGERIO SKINNER CARVALHOSA JUNIOR	003.XXX.XXX-40
372	LUIS RODRIGUES COELHO	198.XXX.XXX-10
373	ANDRESSA SANTOS TOLENTINO	034.XXX.XXX-84
374	SAMARA PEREIRA SANTOS	057.XXX.XXX-58
375	JONAS DOS SANTOS PINTO	055.XXX.XXX-26
376	FENIX ALVES DA SILVA DAS CHAGAS	050.XXX.XXX-62
377	FRANCISCO DAS CHAGAS PAIVA	432.XXX.XXX-15
378	MARIA SUELI ARAUJO RODRIGUES LIMA	021.XXX.XXX-47
379	JOSE RAIMUNDO SOARES LIMA	559.XXX.XXX-68
380	JOSEAN MAURICIO DA SILVA	048.XXX.XXX-32
381	MARCOS BASTOS LIMA	611.XXX.XXX-63
382	GEIZON RIBEIRO TELES	018.XXX.XXX-23
383	VANDERLEI PEREIRA DA SILVA	869.XXX.XXX-04
384	MARCIA DIAS DA SILVA	000.XXX.XXX-85
385	JORGE PEREIRA DE SOUSA	361.XXX.XXX-97
386	ELANE BALTAZAR DE CARVALHO	616.XXX.XXX-34
387	ANDERSON CARDOSO DOS SANTOS	825.XXX.XXX-00
388	GIRLENE RIBEIRO DE SOUSA	783.XXX.XXX-68
389	JOÃO AUGUSTO PONTES NETO	472.XXX.XXX-72
390	MARCELO MOREIRA DOS SANTOS	028.XXX.XXX-06
391	RENAN SANTOS CALVALCANTE	066.XXX.XXX-00
392	HEUENNYA DEYSY PASSO SILVA	714.XXX.XXX-34
393	RAIMUNDO CARNEIRO DE ARAUJO	009.XXX.XXX-10
394	VALDECI DE VASCONCELOS PONTE	554.XXX.XXX-68
395	ELIENE ALVES PUGAS	892.XXX.XXX-68
396	PAULO AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA	270.XXX.XXX-91
397	SUELI SANTOS MENDONÇA	101.XXX.XXX-20
398	MATHEUS RABELO DE ALENCAR PORTO	053.XXX.XXX-07
399	GILMARIA SIRINO DE SOUZA	007.XXX.XXX-75
400	LUCIANO BARBOSA DA SILVA	693.XXX.XXX-20

LISTA 05 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE CAIXEIRO, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023", NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
401	RENATO SANTOS BRITO	003.XXX.XXX-36
402	CLEIDE SIRINO DE SOUZA	026.XXX.XXX-60
403	EVELINE DE SÁ GUIMARÃES	917.XXX.XXX-00
404	VILMAR NASCIMENTO COSTA	585.XXX.XXX-15
405	LUIZ MARIO SIRINO DE SOUZA	639.XXX.XXX-87
406	AMANDA PINHEIRO GOMES	060.XXX.XXX-07
407	JOSÉ DE SOUSA LIMA	004.XXX.XXX-09
408	ELIANE OLIVEIRA NETO	798.XXX.XXX-04
409	ZÉ CARLOS PEREIRA SANTIAGO	066.XXX.XXX-03
410	LETÍCIA SURYA SOUSA GOMES	046.XXX.XXX-89
411	FERNANDO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS	007.XXX.XXX-17
412	BRUNO FERREIRA DE MELO PEREIRA	027.XXX.XXX-48
413	SUELEN DE SOUSA MELO	007.XXX.XXX-74
414	REGINA RAQUEL DA COSTA DESIDERIO	818.XXX.XXX-15

415	OLÍVIA VITÓRIA FERRANTE	995.XXX.XXX-87
416	ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA BRITO	900.XXX.XXX-53
417	JOÃO PAULO DA SILVA	053.XXX.XXX-69
418	DANILO RIBEIRO DE SOUSA	047.XXX.XXX-66
419	ELAIANE VIEIRA DE SOUSA	012.XXX.XXX-48
420	JULIANA FERREIRA DE SANTANA	013.XXX.XXX-17
421	GUILHERME CAMPOS COELHO	983.XXX.XXX-68
422	WALLYSON DE OLIVEIRA SANTANA	028.XXX.XXX-07
423	FRANCIELE MEIRELLES DE BRITO	048.XXX.XXX-98
424	OGMARLE MACIEL SALES	024.XXX.XXX-01
425	MARIA MORAES BRAGA BRANDÃO	048.XXX.XXX-21
426	KAIAN BRUNO BELIZARIO DE OLIVEIRA	081.XXX.XXX-98
427	WILIANA RESENDE CARDOSO	032.XXX.XXX-82
428	EDUARDO VIEIRA DE CASTRO	462.XXX.XXX-87
429	ANGELICA PULU CAMPOS	727.XXX.XXX-59
430	DAYANE PEREIRA DOS SANTOS	034.XXX.XXX-95
431	RENATA CRISTINA CLÉRIA DA COSTA	043.XXX.XXX-40
432	KÉZIA DENISE SANTOS CARVALHO	074.XXX.XXX-96
433	VICTOR ALVES DE CARVALHO	042.XXX.XXX-03
434	ANDRESIELE SILVA SOUSA	047.XXX.XXX-50
435	MURILO MOREIRA DE MOURA	013.XXX.XXX-56
436	VALDICO LIRA DA SILVA	446.XXX.XXX-20
437	VERA LÚCIA DE JESUS	488.XXX.XXX-04
438	ROSANA PAULA DE CARVALHO DA SILVA	029.XXX.XXX-03
439	IRONALDO DE OLIVEIRA RAMOS	536.XXX.XXX-15
440	JOÃO VICTOR MACIEL FERREIRA	074.XXX.XXX-02
441	ROGÉRIA MOURA DE SOUSA	647.XXX.XXX-34
442	VALBER RIBEIRO CAMPOS	008.XXX.XXX-31
443	GRAZIELLA FIGUEIREDO BALDUINO	720.XXX.XXX-15
444	DIEGO PEREIRA	005.XXX.XXX-85
445	JOSÉ MARIO FILHO	025.XXX.XXX-96
446	DAVID MATHEUS SANTOS ARRUDA	076.XXX.XXX-35
447	DIEGO IVAN NUÑEZ MORAES	040.XXX.XXX-39
448	JHAN KARLO PACHECO LOPEZ	744.XXX.XXX-72
449	DERINALDO TAVARES	799.XXX.XXX-87
450	MIRIAN FERREIRA DE SENA	372.XXX.XXX-78
451	SÔNIA MARIA MOURA ALVES	997.XXX.XXX-68
452	PAULA TATIANE DE LIMA ANTÔNIO	369.XXX.XXX-26
453	ZULEIDE FERREIRA DA SILVA	866.XXX.XXX-49
454	MÁRCIO BARBOSA DOS SANTOS	056.XXX.XXX-05
455	JOSÉ RODRIGO RODRIGUES DE LIMA	062.XXX.XXX-09
456	JOACIR DA COSTA E SILVA	467.XXX.XXX-00
457	ANA PAULA DA COSTA E SILVA	708.XXX.XXX-91
458	ANA CRISTINA ALVES DE CARVALHO	954.XXX.XXX-68
459	RODRIGO SILVA CAFÉ	050.XXX.XXX-52
460	CRISTINA DE LIMA ARAÚJO	025.XXX.XXX-77
461	LUIS CARLOS CONCEIÇÃO DE MOURA	910.XXX.XXX-91
462	MATTHEW EDWARD ANDRADE DUNN	035.XXX.XXX-59
463	ERYWÂNIA DA SILVA LIMA	004.XXX.XXX-02
464	EUEDES LOPES DE AMORIM	031.XXX.XXX-10
465	LUIZ ALVES LOPES	939.XXX.XXX-53
466	JEAN CARLOS MACIEL COSTA	057.XXX.XXX-97
467	MARCONE SOARES DA SILVA	041.XXX.XXX-27
468	LEONARDO RODRIGUES MOREIRA	950.XXX.XXX-68
469	VIVIANE VIEIRA DE BRITO	029.XXX.XXX-60
470	JOÃO DOS SANTOS JÚNIOR	002.XXX.XXX-38
471	FRANCISCO DAS CHAGAS ATENAS DE SOUSA	339.XXX.XXX-00
472	THAYNARA COELHO GOMES DA MOTA	064.XXX.XXX-58
473	PRISCILA PAULA DA SILVA CARVALHO	019.XXX.XXX-01
474	APARECIDO DIVINO DE SOUZA	504.XXX.XXX-20
475	JOÃO VICTOR BELO CARDOSO	048.XXX.XXX-06
476	MARILIA BERNARDO DE CASTRO	018.XXX.XXX-95
477	CLAÚDIO GOMES PEIXOTO	553.XXX.XXX-49
478	ELIESIO RODRIGUES OLIVEIRA	000.XXX.XXX-29
479	CRISTIANA PEREIRA LOPES	036.XXX.XXX-56
480	MARIA DO ROSÁRIO DOS SANTOS	381.XXX.XXX-34
481	UBIRANI ALVES DE LIMA	781.XXX.XXX-91
482	NELSON GOMES DA SILVA	178.XXX.XXX-87
483	ADAILTON DE JESUS COSTA	051.XXX.XXX-61
484	MATEUS BEZERRA DE SOUZA	067.XXX.XXX-02
485	ANA PAULA SIQUEIRA CARVALHO DE SOUSA	725.XXX.XXX-34
486	NILSON DE SOUZA AMANCIO	024.XXX.XXX-55
487	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA FREITAS	060.XXX.XXX-82

488	AURICÉLIA ROCHA FERREIRA	032.XXX.XXX-11
489	JESSICA YASMIN SENA DA SILVA PIMENTEL	045.XXX.XXX-07
490	RAFAEL LOPES DA SILVA	737.XXX.XXX-20
491	CARLOS FELIPE ROCHA MARZOLA DE CARVALHO	017.XXX.XXX-21
492	DANIEL FRANCISCO DOS SANTOS	370.XXX.XXX-97
493	ANTÔNIA GOMES DA SILVA	719.XXX.XXX-53
494	KEILLA CORDEIRO LIMA	056.XXX.XXX-97
495	IVANICE JORGE AMORIM	072.XXX.XXX-50
496	SAMUEL VITOR GONZAGA SANTOS	003.XXX.XXX-29
497	NÚBIA VIEIRA AMORIM	708.XXX.XXX-44
498	ELVISON SANTANA FERREIRA DUARTE	022.XXX.XXX-13
499	LUANA VIANA LIMA	022.XXX.XXX-84
500	FELIPE GALDINO REIS	040.XXX.XXX-51
501	MICHELLE DE SOUZA SILVA	035.XXX.XXX-08
502	MARCELO NEGREIROS REIS	373.XXX.XXX-20
503	LETICIA SOARES BARBOSA	011.XXX.XXX-20
504	TATIANE APARECIDA MOURA DA SILVA	039.XXX.XXX-94
505	GLEYCIANE ARAÚJO SILVA	061.XXX.XXX-52
506	SEBASTIÃO VAGNO RIBAS DOS PRAZERES	034.XXX.XXX-82
507	LEIDIANE OLIVEIRA DA SILVA	008.XXX.XXX-30
508	LUCIANE GOMES FERREIRA	020.XXX.XXX-44
509	LIÓ CARLOS CORREIA DA CRUZ	013.XXX.XXX-94
510	CARLOS EDUARDO DE CARVALHO DA SILVA	030.XXX.XXX-70
511	IONILDE BATISTA ALVES	276.XXX.XXX-87
512	ANDRÉ LUIZ HORTENCIO MUNHOZ	023.XXX.XXX-08
513	EVANDRO DE SOUSA ANDRADE JUNIOR	044.XXX.XXX-28
514	KETLYN RENATA BENEVIDES MOREIRA BORGES	073.XXX.XXX-02
515	LORRANA PEREIRA DE SOUZA	044.XXX.XXX-20
516	RITA DE CASSIA SILVA DOS SANTOS	023.XXX.XXX-07
517	BRUNO NEIVA CORDEIRO	032.XXX.XXX-12
518	LUANA BATISTA GIMENEZ	364.XXX.XXX-55
519	PEDRO REGO GONÇALVES	791.XXX.XXX-91
520	YASMIN DE JESUS SILVA	055.XXX.XXX-89
521	ROSANGELA SILVA RODRIGUES	553.XXX.XXX-53

LISTA 01 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE BARRACA, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023", NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
01	GISELE OLIVEIRA VERAS DE SOUSA	038.XXX.XXX-61
02	IZAURA LILIAN DE ASSIS SOUZA	523.XXX.XXX-78
03	JOSE OLIVEIRA SOBRINHO	376.XXX.XXX-68
04	HIGOR LUCENA DE SOUZA	060.XXX.XXX-61
05	JONAS PESSANHA MACHADO	340.XXX.XXX-53
06	MARIZE CRISTINA DE OLIVEIRA RIBEIRO	552.XXX.XXX-91
07	FRANCISCO ARI JUNIOR COSTA PEREIRA	185.XXX.XXX-87
08	FRANCISCO ORLANDO PINHEIRO	152.XXX.XXX-34
09	LUCIA MARIA FERREIRA DA SILVA	182.XXX.XXX-34
10	BERNARDO GOMES DOS SANTOS	536.XXX.XXX-87
11	WILLIAM DO NASCIMENTO SALVATERRA	200.XXX.XXX-53
12	CECI DA SILVA GAMA MOREIRA	339.XXX.XXX-97
13	JACKSON DOS SANTOS PINTO	057.XXX.XXX-40
14	IRENILDO SOARES ALMEIDA	896.XXX.XXX-72
15	DORACIDE BISPO DOS SANTOS	610.XXX.XXX-87
16	CLAUDIO CAZÉ DOS SANTOS JUNIOR	868.XXX.XXX-91
17	MARCIO ALVES DA COSTA	844.XXX.XXX-49
18	RAIMUNDA PEREIRA MAGALHÃES NETA	462.XXX.XXX-25
19	JOSE RAIMUNDO DA SILVA	198.XXX.XXX-00
20	ROSA MARIA DE OLIVEIRA	342.XXX.XXX-49
21	TALISON MACIEL DA SILVA	054.XXX.XXX-12
22	MARCOS VERISSIMO DOS SANTOS	854.XXX.XXX-91
23	GUTO DA MOTA CORREA	723.XXX.XXX-25
24	UBIRAJARA MARQUES PINTO	001.XXX.XXX-69
25	ELSON VIEIRA DE CARVALHO	129.XXX.XXX-87
26	ALBERTINA CAMPOS DE SOUSA	667.XXX.XXX-72
27	GABRIELA SOUZA RITTER	928.XXX.XXX-49
28	CICERO ALVES MOREIRA	150.XXX.XXX-91
29	RAUL RODRIGUES BRAGA	125.XXX.XXX-49
30	MARIANA FRIEDRICH MAGRO	012.XXX.XXX-47
31	ERON FRANCISCO BORGES	036.XXX.XXX-46
32	ADAILSON BEZERRA DA SILVA	026.XXX.XXX-09
33	JAINÉ NAIARA DOS SANTOS PINTO	069.XXX.XXX-81
34	JOECI NAIRA DOS SANTOS PINTO	075.XXX.XXX-77

35	HARALD FREIRE OLIVEIRA	003.XXX.XXX-61
36	JULIGLEIS ALVES DA ROCHA	042.XXX.XXX-98
37	ANCELMO RAIRO SILVA SOUSA	004.XXX.XXX-81
38	THAUANY CRISTINA CERQUEIRA DA SILVA	086.XXX.XXX-77
39	JOÃO MULATO ALVES	221.XXX.XXX-68
40	NELCY PEREIRA DOS SANTOS	493.XXX.XXX-00
41	ANTONIO SANDERSON MACIEL DA SILVA	008.XXX.XXX-85
42	MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS COSTA	646.XXX.XXX-53
43	VALNEI NASCIMENTO DOS SANTOS	739.XXX.XXX-06
44	PAULO CEZAR DAMACENO JUNIOR	606.XXX.XXX-04
45	HENRIQUE CARLOS NOGUEIRA BARCELLOS	891.XXX.XXX-91
46	SINOMAR DA COSTA MENESES	689.XXX.XXX-15
47	MARIA DAS GRAÇAS COSTA MENESES	223.XXX.XXX-20
48	MARTA DE SOUSA SANTOS	695.XXX.XXX-49
49	REGINALDO GOMES	473.XXX.XXX-20
50	BIANCA LOPES DOS SANTOS	109.XXX.XXX-44
51	CARLOS HENRIQUE DA SILVA MOREIRA	578.XXX.XXX-78
52	MARIA CLEONICE SANTOS XIMENES	453.XXX.XXX-00
53	RONALDO SILVA DA ROCHA	899.XXX.XXX-72
54	ELSON PEREIRA DOS SANTOS	706.XXX.XXX-91
55	MIRACI CARVALHO DA SILVA	261.XXX.XXX-91
56	CLAUDIA DE PAULA LUPATINI	031.XXX.XXX-40
57	WILLIAMS BARCELOS BARBOSA	051.XXX.XXX-18
58	ANA PAULA FERREIRA DE OLIVEIRA	022.XXX.XXX-25
59	LUANA SOUSA DA SILVA	027.XXX.XXX-08
60	KARICIA LOPES DE MOURA	026.XXX.XXX-71
61	ALEXSANDRA MIRANDA FERNANDES	037.XXX.XXX-28
62	EMERSON JOSE CARLOS ROCHA	006.XXX.XXX-48
63	FRANCISCO CARLOS SANTOS COSTA	144.XXX.XXX-72
64	PAULO SERGIO FERNANDES MARINHO	373.XXX.XXX-68
65	CHARLES CRUZ DE ARAUJO	852.XXX.XXX-72
66	MARILENA DA SILVA SOUZA	417.XXX.XXX-53
67	FRANCISCO MORAES DA SILVA	029.XXX.XXX-09
68	EDNAIR LOPES DA SILVA	005.XXX.XXX-41
69	MARCOS PAULO ALVES	023.XXX.XXX-93
70	ZULMIRA MARIA DA SILVA	214.XXX.XXX-68
71	REGINA DE LIMA SILVA	707.XXX.XXX-20
72	DANIELLE DE JESUS GONÇALVES RIBEIRO	689.XXX.XXX-34
73	VERONICA LIMA BORGES	034.XXX.XXX-52
74	BRUNO DE SENA MACEDO	048.XXX.XXX-46
75	EULALIA DE JESUS RODRIGUES	988.XXX.XXX-00
76	ROSANGELA BATISTA ESTEVAM DE CARVALHO	048.XXX.XXX-31
77	LETICIA MARTINS SILVA	074.XXX.XXX-96
78	ROSANA DO NASCIMENTO	737.XXX.XXX-68
79	JONAS NERES SANTANA	102.XXX.XXX-00
80	FERNANDO LUIZ CABRAL	603.XXX.XXX-15
81	CRISTIANE MOREIRA SOARES DE OLIVEIRA	699.XXX.XXX-20
82	CARINE REIS DA SILVA	780.XXX.XXX-34
83	IRENIO JOSE DOS SANTOS NETO	205.XXX.XXX-20
84	IONA PAIXÃO DOS SANTOS	053.XXX.XXX-00
85	DINALVA PAIXÃO DOS SANTOS	598.XXX.XXX-68
86	SILVANA DA SILVA MARQUES RAMOS	027.XXX.XXX-22
87	ZENI MARIA DA SILVA	793.XXX.XXX-91
88	LEICSON OLIVEIRA DOS SANTOS	713.XXX.XXX-00
89	HUDSON ROBERTO DA SILVA SALES	045.XXX.XXX-85
90	CILEIDE RODRIGUES EVANGELISTA	399.XXX.XXX-00
91	ROSENILDO ANTONIO FERREIRA	860.XXX.XXX-72
92	GUILHERME PEREIRA NAKAHARA	025.XXX.XXX-51
93	CLEIDSON PEREIRA DE SOUSA	017.XXX.XXX-07
94	SALVIANA ARISTIDES DE SOUSA NETA	933.XXX.XXX-87
95	ADAILTON SILVA BRITO	015.XXX.XXX-46
96	MOISES DOS SANTOS SOUZA	967.XXX.XXX-53
97	REBECA MELLO PEREIRA FERNANDES MEDEIROS	051.XXX.XXX-71
98	DINAIR JESUS DA PAIXÃO	345.XXX.XXX-34
99	NAIS PAIXÃO DOS SANTOS	088.XXX.XXX-96
100	CLAUDIOMAR DE LIMA MENDES	700.XXX.XXX-84

LISTA 02 DE VENDEDORES AMBULANTES, MODALIDADE BARRACA, LICENCIADOS PARA TRABALHAR NO EVENTO " CARNAVAL 2023", NAS REGIÕES DO PLANO PILOTO

Nº	NOME	CPF
101	IRANILTON PAIXÃO DOS SANTOS	056.XXX.XXX-42
102	LUIS CARLOS MOREIRA	016.XXX.XXX-09

103	ELISSON RAFAEL RODRIGUES	015.XXX.XXX-47
104	CLENES DE SOUZA SANTOS	012.XXX.XXX-90
105	VALTER JOSE DOS SANTOS	699.XXX.XXX-34
106	IVANISE MACHADO RAMOS	789.XXX.XXX-34
107	DINAYARA DA PAIXÃO LACERDA	019.XXX.XXX-74
108	CICERO ERONILDO DA SILVA	452.XXX.XXX-20
109	JAIME GOMES DE MENEZES	256.XXX.XXX-72
110	THIAGO MARTINS CORDEIRO	914.XXX.XXX-04
111	MARCO ANTONIO FERREIRA DA ROCHA	579.XXX.XXX-49
112	VANUSA DO NASCIMENTO SOUSA	494.XXX.XXX-15
113	ALAN BORGES MACHADO	584.XXX.XXX-91
114	VITORIA ELISABETH RIBEIRO BRUNO	053.XXX.XXX-73
115	MARIA DORINEIDE DE SOUSA MENDES VIANA	911.XXX.XXX-20
116	JOSE CAVALCANTI DA SILVA	087.XXX.XXX-73
117	BRUNO GUSTAVO DOS SANTOS SILVA	087.XXX.XXX-00
118	ZENILDA CORREIA DA SILVA	225.XXX.XXX-15
119	MELLYNE CRISTINE CORREIA LUSTOSA	063.XXX.XXX-75
120	ENZO GABRIEL COSTA FRANÇA	057.XXX.XXX-22
121	YURI NEGREIROS FURTADO SOUZA FERREIRA	023.XXX.XXX-39
122	DENISE TORRES BREVES GONÇALVES	886.XXX.XXX-00
123	LUAN COSTA PEREIRA	028.XXX.XXX-60
124	JAMILE FERREIRA DE MELO	076.XXX.XXX-63
125	FRANCISCA DAS CHAGAS DE MELO FERREIRA	396.XXX.XXX-53
126	JURACI RODRIGUES TEIXEIRA	619.XXX.XXX-10
127	GABRIELA STEFANE FEITOSA GOMES	073.XXX.XXX-30
128	RAYANNE MARTINS DE OLIVEIRA	044.XXX.XXX-06
129	DEJALMA DE LARA	222.XXX.XXX-68
130	PAULO LUIZ BRITO CAMPOS	003.XXX.XXX-99
131	ZEFERINO CAPEMBA LUIS	713.XXX.XXX-30
132	KELVEN MARTINS INACIO	049.XXX.XXX-47
133	FRANCISCA CLEAMIRTA NASCIMENTO DE ASSUNÇÃO	772.XXX.XXX-04
134	HELMITON GOMES DA SILVA	425.XXX.XXX-20
135	ZEMDRY HISKIA BERNAL RODRIGUEZ	704.XXX.XXX-28
136	JURANDIR DA COSTA E SILVA	794.XXX.XXX-91
137	WELLINGTON DOS SANTOS BRAGA	034.XXX.XXX-23
138	MIKAEL RAMOS VIEIRA	079.XXX.XXX-32
139	WELTON DUARTE VIEIRA	735.XXX.XXX-53
140	MENALDA DOMINGOS DE ARAUJO	017.XXX.XXX-79
141	JEANE SANTOS AGAPITO DE SOUSA	930.XXX.XXX-87
142	VITOR RODRIGUES SANTOS DA SILVA	086.XXX.XXX-01
143	EDUARDO DA SILVA	907.XXX.XXX-04
144	FRANCISCA NASCIMENTO DO VALE	016.XXX.XXX-60
145	JOVANE DO NASCIMENTO SOUSA	032.XXX.XXX-43
146	EDIVANIA MARIA ALENCAR	791.XXX.XXX-91
147	GLAUSSON LUIS LOPES BARROS	585.XXX.XXX-68
148	ANA LYDIA GONÇALVES DA CRUZ	125.XXX.XXX-05
149	DONICE BELMIRA DE ASSIS	472.XXX.XXX-15
150	VANEIDE DOS SANTOS ALVES	939.XXX.XXX-04
151	JOÃO RODRIGUES CAMPELO	654.XXX.XXX-53
152	JAILSON CHAGAS DOS SANTOS	980.XXX.XXX-87
153	ANDREIA CRISTINA SANTOS DA COSTA	012.XXX.XXX-43
154	ISAEEL HONORIO DA SILVA	089.XXX.XXX-21
155	THIAGO COSTA BORGES	700.XXX.XXX-01
156	SELMA CARLOS PINHEIRO	552.XXX.XXX-82
157	EZEQUIEL RODRIGUES DE CASTRO	727.XXX.XXX-44
158	LUA RANIERE DE JESUS ALEXANDRINO	056.XXX.XXX-55
159	CARLOS HENRIQUE PEREIRA PAIXÃO	707.XXX.XXX-43
160	ANDRE RIBEIRO DE SOUZA SCHETTERT	012.XXX.XXX-28
161	PEDRO BRANCO FILHO	043.XXX.XXX-00
162	FELIPE AUGUSTO DE SOUSA SANTOS	012.XXX.XXX-54
163	GILSON RIBEIRO BORBA	223.XXX.XXX-15
164	ROSANGELA DA SILVA BARROS	244.XXX.XXX-87
165	MARIA LUCIA JANUARIO	804.XXX.XXX-82
166	DELANDO ARAUJO SILVA	711.XXX.XXX-68
167	LUCIANA VERAS FERREIRA	704.XXX.XXX-34
168	SAMIR DIAS DE MORAES	727.XXX.XXX-34
169	BEATRIZ BRAGA DE SOUZA	063.XXX.XXX-83
170	ROBERTO COSME DO NASCIMENTO	873.XXX.XXX-20
171	ANDRESSA MARIA DE SOUSA BORBA	046.XXX.XXX-17
172	MARIA PULU CAMPOS	289.XXX.XXX-72
173	JOÃO CARNEIRO DE SOUZA PINTO	319.XXX.XXX-20
174	VICTOR HENRIQUE BRITO DE JESUS	028.XXX.XXX-44
175	DRIELE DE FREITAS SILVA	020.XXX.XXX-08

176	JOSE HENRIQUE DE AZEVEDO ALMEIDA	036.XXX.XXX-90
177	DARA REGINA FREITAS SILVA	057.XXX.XXX-38
178	ADRIANO DUTRA GUIMARÃES	471.XXX.XXX-49
179	MARIA LUCEMIR COSTA PEREIRA	399.XXX.XXX-91
180	JULIANO DA SILVA MELO	037.XXX.XXX-65
181	HELTON BARBOSA LOPO	694.XXX.XXX-00
182	ADRINA CAMPOS DE SOUZA	051.XXX.XXX-66
183	ANTONIO DE PADUA SILVA DA ROCHA	757.XXX.XXX-00
184	MARKSON MENDES MARTINS FERNANDES	024.XXX.XXX-40
185	MARCOS COSME DO NASCIMENTO	817.XXX.XXX-49
186	DOMINGOS SILVA MATOS	658.XXX.XXX-44
187	AGMAR LOPES DA SILVA	803.XXX.XXX-04
188	DIEGO GOMES DOS SANTOS	710.XXX.XXX-81
189	LILIAN GOMES FERREIRA	802.XXX.XXX-15
190	ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE MELO	009.XXX.XXX-50
191	RICARDO WAGNER ALVES DE LIMA	025.XXX.XXX-10
192	MARIA JOSE SOUSA DA SILVA	014.XXX.XXX-57
193	KAREN FABIANA DE ARAUJO	011.XXX.XXX-42
194	JULIANA SOUZA SILVA	000.XXX.XXX-90
195	MARIANA GOMES LIMA	880.XXX.XXX-53
196	MISLENE MAGNA DA COSTA SILVA	042.XXX.XXX-12
197	HENRIQUE SANTOS DE SOUZA	005.XXX.XXX-03
198	MARIA APARECIDA COSTA VICTOR	055.XXX.XXX-11
199	LUCILENA DE ALMEIDA OLIVEIRA	037.XXX.XXX-00
200	JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS	769.XXX.XXX-34
201	ANTONIO ELISMAR FERREIRA PASSOS	341.XXX.XXX-72
202	ANA BEATRIZ VERAS DO NASCIMENTO	083.XXX.XXX-40
203	JANEIDE MARIA DIAS	635.XXX.XXX-00
204	ANA PAULA FRANCISCO DE ALMEIDA	142.XXX.XXX-06
205	JOÃO CRISPIM FERREIRA	222.XXX.XXX-49
206	ZEMDLEY LENZ BERNAL RODRIGUEZ	708.XXX.XXX-55
207	ISABELLA CHIMENDES ESTEVAM DE CARVALHO	029.XXX.XXX-22
208	ELIANA FERREIRA DA CRUZ	602.XXX.XXX-04
209	ANNA CAROLINA SAMPAIO CARDOSO FERNANDES	104.XXX.XXX-50
210	WASLAN SOUZA NASCIMENTO	063.XXX.XXX-71
211	VALDIRENE LUIZ DE OLIVEIRA BARBOSA	504.XXX.XXX-00
212	MARLON NERY DE ARAUJO	034.XXX.XXX-09
213	DANIELA FERREIRA DA SILVA	919.XXX.XXX-04
214	EMANUELLY RODRIGUES SANTANA	059.XXX.XXX-18
215	ELIELTON FERREIRA ALVES	037.XXX.XXX-03
216	UMBERVAL REIS DA SILVA	790.XXX.XXX-68
217	DANIELLY FERNANDES DE ALMEIDA	077.XXX.XXX-76
218	NEUSA PINHEIRO DE ALMEIDA	023.XXX.XXX-56
219	ALLINE ALESSANDRA SILVA DO NASCIMENTO	014.XXX.XXX-01
220	MARIA LUZIA JEREMIAS DA SILVA	516.XXX.XXX-91
221	LUCAS DOUGLAS RODRIGUES SANTANA	062.XXX.XXX-44
222	WELLINGTON DE SOUZA BALDUINO	016.XXX.XXX-00
223	IVONEI SANTOS DA SILVA	223.XXX.XXX-97

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Secretário Executivo das Cidades

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00051
PROCESSO: 00133-0000275/2023-13 - PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA e a empresa - JAKELINE DA SILVA MACHADO DUTRA 689*****72, CNPJ Nº 43.618.444/0001-06. OBJETO: custeio de despesas com a contratação de serviços gráficos, para a divulgar as ações públicas promovido pela Administração Regional de Brazlândia. VALOR: R\$ 17.570,00 (dezesete mil quinhentos e setenta reais). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 09106; Programa de Trabalho nº 04.122.8205.8517.0097; Fonte 100, Natureza da Despesa: 339039; Modalidade: Ordinário. Data de Emissão: 31 de janeiro de 2023 pela RA-BRAZ: MARCELO GONÇALVES DA CUNHA.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 09/2023
Processo nº 04033-00004008/2023-31 - A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEPLAD/DF) e a empresa NOVA ESPERANCA COMERCIO DE GLP LTDA, doravante denominada EMPRESA PARCEIRA. DO OBJETO: Adesão da EMPRESA PARCEIRA, ao PROGRAMA CARTÃO GÁS, instituído pela Lei nº 6.938, de 10 de

agosto de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 42.376/2021, em caráter emergencial, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento estará vigente, a contar de sua assinatura, enquanto houver disponibilidade orçamentária específica para o Programa Cartão Gás, nos termos da Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021 e Decreto nº 42.376, de 10 de agosto de 2021. DA ASSINATURA: 13/02/2023. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEPLAD: NEY FERRAZ JUNIOR, na qualidade de Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração e pela EMPRESA PARCEIRA: DOUGLAS DE SOUZA GUEDES, na qualidade de Procurador Legal da empresa.

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 10/2023

Processo nº 04033-00004243/2023-11 – A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEPLAD/DF) e a empresa CAVERNAS CONVENIENCIA LTDA, doravante denominada EMPRESA PARCEIRA. DO OBJETO: Adesão da EMPRESA PARCEIRA, ao PROGRAMA CARTÃO GÁS, instituído pela Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 42.376/2021, em caráter emergencial, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento estará vigente, a contar de sua assinatura, enquanto houver disponibilidade orçamentária específica para o Programa Cartão Gás, nos termos da Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021 e Decreto nº 42.376, de 10 de agosto de 2021. DA ASSINATURA: 13/02/2023. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEPLAD: NEY FERRAZ JUNIOR, na qualidade de Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração e pela EMPRESA PARCEIRA: DOUGLAS DE SOUZA GUEDES, na qualidade de Procurador Legal.

EDITAL Nº 2 – SEPLAD/DF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023 - RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE AUDITOR DE CONTROLE INTERNO DA CARREIRA DE AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL

O Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, conforme autorização contida na Portaria nº 63, de 4 de março de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, na Lei nº 4.448, de 21 de dezembro de 2009, e na Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, e suas alterações, e no Decreto nº 43.826, de 7 de outubro de 2022, tendo em vista as impugnações deferidas, torna pública a inclusão do subitem 16.3.1.1 no Edital nº 1 – SEPLAD/DF, de 22 de dezembro de 2022, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

16 DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[...]

16.3.1.1 A comprovação do requisito, conforme alínea “a”, I e II, do subitem 16.3.1 deste edital poderá ser realizada por ocasião da posse.

[...]

NEY FERRAZ JÚNIOR

SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO SUBSECRETARIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – MPE EDITAL Nº 001/2023 - SCG/COLIC

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, comunica aos interessados, que nos termos do item 9.1.3, devidamente esclarecido pela Comissão de Credenciamento, que considerando o item 7.1.1.6 do Edital de Credenciamento 001/2023, as empresas com atuação no Comércio Varejista de Gás Liquefeito quando de seu credenciamento, deverão apresentar autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP da pessoa jurídica (AEA) outorgada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos da Resolução ANP nº 49/2016 ou norma que venha substituí-la. Quaisquer alterações no instrumento convocatório deverão ser acompanhadas através do Diário Oficial do Distrito Federal. Informações pelo e-mail: colic.scg@economia.df.gov.br.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023

EDSON DE SOUZA
Presidente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS DIRETORIA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0005/2023

Processo SEI-GDF nº 00040-00011329/2022-71, Pregão Eletrônico nº 0001/2023, com homologação total em 08 de fevereiro de 2023. Objeto: aquisição de solução de detecção e resposta a incidentes, auditoria e proteção de dados, detecção e resposta a ameaças

baseadas em dados, coleta fluxos de metadados, e análise constante de dados e de seus repositórios de dados corporativos e dispositivos de perímetro da rede corporativa do GDF. Assinatura da Ata: 14/02/2023. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF. Empresa vencedora e itens homologados: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - OMTX - CNPJ: 04.808.453/0001-08. A Ata, na íntegra, será disponibilizada no Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços (SGARP).

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023

GLAUCIA DA CUNHA MELO DE OLIVEIRA
Diretora - Substituta

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando as informações constantes do Processo nº 04033-00003611/2023-04 apresentadas pela Unidade de Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres - SEPLAD/GAB/AJL/ULIC, em especial o Projeto Básico - SEPLAD/GAB/AJL/ULIC(105382829); o Opinitivo Jurídico exarado na Nota Jurídica Nº 35/2023 - SEPLAD/GAB/AJL/ULIC(105701134); a análise de conformidade constante da Nota Técnica Nº 4/2023 - SEPLAD/SEGEA/SUAG/CODIR(105833867); a Disponibilidade Orçamentária nos termos da LC nº 101/2000 e do Decreto nº 44.162, de 25 de janeiro de 2023 (105486923, 105486990, 105487026 e 105487076); o Ato Autorizativo de Inexigibilidade de Licitação (105833952), subscrito pelo Ordenador de Despesas, e em observância ao disciplinado no art. 26 da Lei nº 8.666/93, DECIDO: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação para a contratação, nos termos do inciso II, art. 25, c/c inciso VI, art. 13 da Lei nº 8.666/1993, em favor da empresa INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 23.880.650/0001-74, para serviços técnicos do curso online 100% ao vivo de Planilha de Custos: Elaboração do Orçamento Estimativo em Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, de 13 a 17 de fevereiro de 2023 de 8.30 às 12.30, no valor total de R\$ 26.460,00 (Vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta reais), procedentes do orçamento desta Secretaria conforme a Lei Orçamentária Anual. ANA PAULA CARDOSO DA SILVA, Secretária Executiva de Gestão Administrativa.

BANCO DE BRASÍLIA S/A DIRETORIA EXECUTIVA DE PESSOAS, ADMINISTRAÇÃO E RETAGUARDA SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA E OPERAÇÕES GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO BRB Nº 045/2023

Contratada: SITELBRA – SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA ME. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 100/2022. Objeto: aquisição de solução de conectividade em todo o território nacional, incluindo os serviços de instalação, configuração, garantia, suporte técnico e capacitação técnica. Vigência: 24 meses a partir de 02.02.2023. Valor Total: R\$ 2.592.000,00. Gestor: Raphael Eduardo Alves de Souza. Pelo BRB: Cristiane Maria Lima Bukowitz e pelo Contratada: Rafaelle Coelho Improta. Processo nº: 1.194/2022. As despesas decorrentes do presente contrato correrão com base no orçamento de investimentos e dispêndios, natureza 4 - Dispêndio das Estatais e Fonte 1 - geração própria. Rayssa Gomes da Silva - Gerente de área e.e.

EXTRATO DO CONTRATO BRB Nº 046/2023

Contratada: JM MIX CONSTRUTORA E COMERCIO EIRELI. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2023. Objeto: dos serviços de adequação predial com fornecimento de material nos pontos de atendimento geridos pelo BRB. Vigência: 12 meses a partir de 18.01.2023. Valor Total: R\$ R\$ R\$ 1.050.553,90. Gestor: Rodolfo Gabriel Martins Lacerda. Pelo BRB: Cristiane Maria Lima Bukowitz e pelo Contratada: Juliany Freitas Lima. Processo nº: 1.673/2022. As despesas decorrentes do presente contrato correrão com base no orçamento de investimentos e dispêndios, natureza 4 - Dispêndio das Estatais e Fonte 1 - geração própria. Rayssa Gomes da Silva - Gerente de área e.e.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023

Objeto: licenciamento de Plataforma de Inteligência Cibernética baseada em OSINT para 8 credenciais, incluindo até 40 solicitações de derrubada por mês e suporte técnico especializado por 12 meses, além de um treinamento de uso da plataforma para turma de 8 participantes. O valor estimado está em conformidade com o Art. 34 da Lei nº 13.303/2016. Data e horário de abertura: 10/3/2023, às 10h (horário de Brasília). Local de obtenção do edital e realização da fase de lances: www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 925008. Processo nº 041.001.661/2022.

PRISCILA TURRA
Pregoeira

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2022

Objeto: registro de preços visando futuras aquisições de materiais e serviços de Mobilidade para o Banco de Brasília S.A. O valor estimado está em conformidade com o Art. 34 da Lei nº 13.303/2016. Nova Data e horário de abertura: 17/02/2023, às 8h (horário de Brasília). Local de obtenção do edital e realização da fase de lances: www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 925008. Processo nº 1583/2022.

CARLOS F. L. FAGUNDES

**DIRETORIA DE ATACADO E GOVERNO
SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE**

**NOTIFICAÇÃO - USO INDEVIDO DO CARTÃO ESPECIAL,
VALE-TRANSPORTE E MOBILIDADE**

O Banco de Brasília S/A notifica 28 (vinte e oito) usuários do Cartão Especial e 3 (três) usuários do Cartão Vale-Transporte e Mobilidade, do Transporte Público do Distrito Federal, quanto à abertura de Processo Administrativo para apuração de uso indevido. Os usuários têm o prazo de até 10 (dez) dias corridos para apresentação de defesa, a contar da data desta publicação. A relação completa encontra-se disponível no site <https://mobilidade.brbr.com.br/#comunicados>.

SAULO NACIF ARAUJO
Superintendente

**INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA
A SAÚDE DOS SERVIDORES**

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 60/2021

Processo: 04001-00000124/2021-88. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e INSTITUTO PANAMERICANO DE OFTALMOLOGIA LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 60/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE02511, emitida em 13/12/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 4.260,03 (quatro mil duzentos e sessenta reais e três centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 10/02/2023 a 09/02/2024. DATA DA ASSINATURA: 09/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, ANTÔNIO PEDRO DA SILVEIRA e CLÁUDIO GONÇALVES FERNANDES, Representantes da Empresa.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 66/2021

Processo: 04001-00000112/2021-53. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e INSTITUTO AVANÇADO DA VISÃO LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 66/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE01781, emitida em 11/10/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 10/02/2023 a 09/02/2024. DATA DA ASSINATURA: 09/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, PAULO FABRÍCIO CHAVES CADDAD e TIAGO SOUSA MAIA JUSTINIANO RIBEIRO, Representantes da Empresa.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 83/2021

Processo: 04001-00000118/2021-21. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e RADIOGRAPH CLÍNICA DE IMAGEM LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 83/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE01297, emitida em 30/08/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 7.342,17 (sete mil trezentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 10/02/2023 a 09/02/2024. DATA DA ASSINATURA: 07/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, THALES QUEIROZ SOUZA, Representante da Empresa.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 99/2021

Processo: 04001-00000139/2021-46. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e SOMA KINESIS FISIOTERAPIA LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 99/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE02045, emitida em 27/10/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 12/02/2023 a 11/02/2024. DATA DA ASSINATURA: 08/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, DANIELA DE ALMEIDA, Representante da Empresa.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 158/2021

Processo: 04001-00000220/2021-26. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e WCLE-DIAGNÓSTICO POR IMAGENS LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 158/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE00445, emitida em 23/06/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 102.294,24 (cento e dois mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 10/03/2023 a 09/03/2024. DATA DA ASSINATURA: 08/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, JOSÉ WANDERLEY MONTEIRO, Representante da Empresa.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 175/2021

Processo: 04001-00000223/2021-60. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e FEME FAMÍLIA EXAMES MÉDICOS LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 175/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE02029, emitida em 27/10/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 18/03/2022 a 17/03/2023. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2022. Pelo INAS/DF, NEY FERRAZ JÚNIOR, Diretor-Presidente Interino, e pela CREDENCIADA, ELISANGELA MOREIRA DE SOUZA, Representante da Empresa.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 289/2021

Processo: 04001-00000416/2021-11. PARTES: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF, na qualidade de CREDENCIANTE, e MEDCO CENTRO CLINICO LTDA, na qualidade de CREDENCIADA. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento nº 289/2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 19212; PROGRAMA DE TRABALHO: 10122620361950007; FONTE DE RECURSO: 220000000; UG: 140202; GESTÃO: 14202; NOTA DE EMPENHO: 2022NE02268, emitida em 11/11/2022; VALOR DO EMPENHO: R\$ 5.501,98 (cinco mil quinhentos e um reais e noventa e oito centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: de 11/02/2023 a 10/02/2024. DATA DA ASSINATURA: 10/02/2023. Pelo INAS/DF, GABRIELA MONICI SOUZA DO NASCIMENTO, Diretora-Presidente Substituta, e pela CREDENCIADA, ANDREA DREYER BELO ZAMBONI, Representante da Empresa.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE ABERTURA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício nº 208/2023-SES/SUAG/DAESP/GEAQ, a abertura para recebimento de proposta referente à contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços - CINTILOGRAFIA COM LEUCÓCITOS MARCADOS nos termos da Lei 8.666/93 em seu art. 24, inciso IV, processo SEI nº 00020-00023888/2022-06. O recebimento das propostas será até as 15h do dia 24 de Fevereiro de 2023, por meio eletrônico através do e-mail dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br. O Ofício de convocação e o Projeto Básico poderão consultados no site eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal disponível em <https://www.saude.df.gov.br/dispensa-de-licitacao/>.

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

AVISO DE ABERTURA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício nº 210/2023, a abertura para recebimento de proposta referente a Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de CONCENTRADOR DE BAIXO FLUXO, com a respectiva manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição, a AQUISIÇÃO de GÁS MEDICINAL PARA RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO com COMODATO dos CILINDROS DE OXIGÊNIO e AQUISIÇÃO dos INSUMOS DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, nos termos da Lei 8.666/93 em seu art. 24, Inciso IV, processo: 00060-00406480/2022-19. O recebimento das propostas será até as 15:00 h do dia 24 de Fevereiro de 2023, por meio eletrônico, através do e-mail dispensadelicitacao.sesdf@saude.df.gov.br, conforme preceitua o supracitado ofício e seu respectivo projeto básico que poderão ser acessados no site: <https://www.saude.df.gov.br/dispensa-de-licitacao/>.

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.
Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.
Considerando ser a saúde dever do Estado.
Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00061172/2022-50	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 109.782,46

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00225055/2017-63	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF - CAESB	R\$ 270.658,12

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00281880/2021-24	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 4.056,40

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00317142/2021-22	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 14.823,93

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00455211/2020-14	CIAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.194.532,82

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de

1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00515363/2022-45	INOVA COMUNICAÇÕES E SISTEMAS LTDA.	R\$ 525.319,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00589429/2022-33	BRA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R\$1.514.667,67

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00010332/2023-83	VOGUE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA.	R\$ 1.044.888,77

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00061182/2022-95	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 62.224,46

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00106525/2020-96	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA.	R\$ 289.188,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00151097/2019-12	BAXTER HOSPITALAR LTDA	R\$ 36.852,54

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00288703/2021-79	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 29.173,42

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00315168/2021-36	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 6.579,24

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00332620/2021-24	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 11.939,81

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00488799/2021-73	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 33.447,83

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00524456/2019-65	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.	R\$ 108.175,24

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00546329/2020-51	CONSULTÓRIO MÉDICO MAS SS LTDA	R\$ 14.000,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00589409/2022-62	BRA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.	R\$ 1.230.125,70

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
0060-008355/2013	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA.	R\$ 3.600,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00007257/2020-21	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA	R\$ 267.264,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00162859/2022-10	HOME HOSPITAL ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA.	R\$ 1.542.747,86

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00568844/2022-53	COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA	R\$ 106.956,53

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00588520/2022-31	BRA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.	R\$ 2.558.053,46

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei

4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00289674/2020-81	PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 219.096,44

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00014028/2023-13	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.	R\$ 10.584,24

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00015610/2023-99	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.	R\$ 10.584,24

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00562548/2022-49	VOGUE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO LTDA.	R\$ 171.746,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00016144/2023-69	COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA.	R\$ 820.323,36

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00015690/2023-82	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	R\$ 847.914,91

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00175256/2021-99	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 35.115,36

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00375523/2022-15	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA.	R\$ 36.000,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00460659/2021-31	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	R\$ 2.369,36

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei

4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
00060-00566533/2022-50	COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA.	R\$ 77.271,93

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
0060-001516/2014	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA.	R\$ 33.600,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Considerando a existência de direito adquirido pelo credor.

Considerando que o crédito orçamentário foi descentralizado para pagamento das despesas de exercícios anteriores.

Considerando ser a saúde dever do Estado.

Considerando, por fim, que o valor constante nos autos se trata de Despesa de Exercício Anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 22 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabelece Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, para a dívida do processo e empresa relacionada abaixo, na Unidade Orçamentária 23.901.

Número de Processo	Empresa	Valor
0060-011861/2014	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL LTDA.	R\$ 12.000,00

VICTOR RIBEIRO DA COSTA
Subsecretário, Substituto

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 42/2023 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de medicamentos: ALFA 1 ANTITRIPSINA 1000 MG INJETÁVEL e outros, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00139555/2022-41. Total de 21 itens (Ampla Concorrência e Cotas reservadas às ME/EPP's). Valor Estimado: R\$ 49.301.680,1065. Cadastro das Propostas: a partir de 15/02/2023. Abertura das Propostas: 01/03/2023, às 08 horas e 30 minutos, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado, sem ônus, no site, ou, com ônus, no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70.723-040 - Brasília/DF.

JULIANA ARAÚJO E SOUZA
Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 27/2023 - UASG 926119

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG comunica que, no Pregão em referência, sagraram-se vencedoras (empresa, item, valor unitário): HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 35.472.743/0001-49, 03 (R\$ 2,22), 04 (R\$ 2,22); NF FARMACEUTICA E LOGISTICA LTDA - CNPJ: 40.951.414/0001-10, 07 (R\$ 0,0340), 08 (R\$ 0,0340), 10 (R\$ 0,0660), 11 (R\$ 0,0660); CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0001-51, 14 (R\$ 0,11), 16 (R\$ 2,09), 18 (R\$ 18,68); ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 60.318.797/0001-00, 19 (R\$ 4.442,40); CHIESI FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 61.363.032/0015-41, 21 (R\$ 1.375,87). Os itens 1, 2, 5, 6, 9, 12, 13, 15, 17, 20, 22, 23, 24 restaram fracassados. Os quantitativos dos itens 15, 17, 20, 22 foram assumidos pelas licitantes vencedoras dos itens de ampla concorrência, conforme previsão contida no subitem 5.7.1 do Edital. Valor total licitado: R\$ 11.611.013,3260.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 50/2023 - UASG 926119
 Objeto: Solicitação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – FIO MALEÁVEL DE CERCLAGEM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL e outros, contemplados e não contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender a demanda da unidade de Ortopedia da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00242408/2022-57. Total de 13 itens (Exclusividade às ME/EPP's). Valor Estimado: R\$ 101.991,3534. Cadastro das Propostas: a partir de 15/02/2023. Abertura das Propostas: 01/03/2023, às 9 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado, sem ônus, no site, ou, com ônus, no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUAG, CEP: 70.723-040 - Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
 Pregoeira

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2017 – NCC/GEOF/FHB
 Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ nº 86.743.457/0001-01. Contratada: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. CNPJ nº 49.601.107/0001-84. Objeto: alterar o cronograma de entregas estabelecido no Sexto Termo Aditivo ao Contrato conforme a solicitação da área demandante, anuência da contratada. Processo nº 00063-00002070/2019-120063-000255/2016. Vigência: a partir da assinatura. Assinam em, 14 de fevereiro de 2023, pelo Contratante: OSNEI OKUMOTO, Presidente, e pela Contratada: RODRIGO YOSHITO TAKESHITA.

INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

CHAMAMENTO Nº 044/2023

A Diretora Presidente do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF comunica aos interessados sobre a publicação dos Processos de Aquisições a seguir: 1) CHAMAMENTO Nº 044/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GUARDA DOCUMENTAL.

1) CHAMAMENTO Nº 044/2023 - Período de acolhimento de propostas inicia em 15/02/2023 às 08h até o dia 23/02/2023 às 23h59min – horário local (PLATAFORMA BIONEXO ID: 271151135); Dúvidas e esclarecimentos referentes ao processo deverão ser encaminhados para compras.servicos@igesdf.org.br até o terceiro dia que antecede o prazo final da cotação para que haja tempo hábil para resposta;

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2023
 MARIELA SOUZA DE JESUS
 Diretora Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 09, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COMPLEMENTAR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR SUBSTITUTO PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, torna pública a retificação do Edital nº 6, de 3 de fevereiro de 2023, de Processo Seletivo Simplificado Complementar - PSSC, destinado a selecionar candidatos a professor substituto temporário para complementar o Banco de Reserva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens:

- a) inclusão do subitem 9.2.1, com a seguinte redação:
 "9.2.1 De acordo com a Lei Distrital nº 6.898, de 2021, o laudo médico que ateste o Transtorno do Espectro Autista - TEA possui prazo de validade indeterminado." (NR)
- b) retificação do subitem 9.6, II, que passa a ter a seguinte redação:
 "9.6
 (...)
 "II - apresentar laudo emitido em período superior a 12 (doze) meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial, exceto na hipótese prevista no subitem 9.2.1 deste Edital;" (NR)
- c) retificação do Anexo I - Cronograma:

*As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da SEEDF e do INSTITUTO QUADRIX. Caso haja alteração, esta será previamente enviada por meio de Edital ou de Comunicado.

ITEM	ATIVIDADE	DATAS/PERÍODOS*
1	Divulgação do Edital Normativo	03/02/2023
2	Período para impugnação do Edital	06 a 10/02/2023
3	Divulgação das respostas às impugnações	14/02/2023

4	Período de solicitação de inscrição	16 a 20/02/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia
5	Período para preenchimento de formulário para informar os títulos e o tempo de experiência profissional	16 a 22/02/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia
6	Divulgação das inscrições homologadas	24/02/2023
7	Divulgação do resultado preliminar da avaliação de títulos e experiência profissional	24/02/2023
8	Divulgação da convocação para avaliação biopsicossocial (candidatos com deficiência)	24/02/2023
9	Realização da avaliação biopsicossocial (candidatos com deficiência)	25 e/ou 26/02/2023
10	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar do resultado preliminar da avaliação de títulos e experiência profissional	27 e 28/02/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia
11	Divulgação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidatos com deficiência)	28/02/2023
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidatos com deficiência)	1º e 02/03/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia
13	Divulgação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial (candidatos com deficiência), resultado definitivo da avaliação de títulos e experiência profissional e resultado final	03/03/2023

(NR)
 HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 UNIDADE DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
 DAS LICITAÇÕES E AJUSTES
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

AVISO ABERTURA - ENVELOPES 2
 TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022
 PROCESSO SEI Nº 00080-00159298/2022-99

O Presidente da Comissão de Licitação - CPL da Secretaria de Educação do GDF, instituída pela Ordem de Serviços nº 264, de 09 de setembro de 2022, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/1993 e disposições do edital da licitação e disposições do Edital da Tomada de Preços nº 2/2022, vem, CONVOCAR os licitantes habilitados na fase de julgamento dos documentos de habilitação, para participarem da Sessão pública de abertura dos envelopes nº 2 da referida Tomada de Preços, que ocorrerá na data de 27/02/2023 - às 10:00 horas, horário oficial de Brasília, no auditório desta Secretaria de Educação.

RENI FERNANDES

AVISO ABERTURA - ENVELOPES 2
 CONCORRÊNCIA Nº 15/2022
 PROCESSO SEI Nº 00080-00129469/2022-55

O Presidente da Comissão de Licitação - CPL da Secretaria de Educação do GDF, instituída pela Ordem de Serviços nº 264, de 09 de setembro de 2022, em conformidade com as normas da Lei nº 8.666/1993 e disposições do edital da licitação e disposições do Edital da Concorrência nº 15/2022, vem, CONVOCAR os licitantes habilitados na fase de julgamento dos documentos de habilitação, para participarem da Sessão pública de abertura dos envelopes nº 2 da referida Concorrência, que ocorrerá na data de 28/02/2023 - às 10:00 horas, horário oficial de Brasília, no auditório desta Secretaria de Educação.

RENI FERNANDES

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO INTEGRADA
 SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO,
 LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

PROCESSO SEI-GDF nº: 00050-00011538/2022-87. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Aquisição de veículos automotores zero quilômetro para serem utilizados nas atividades de transporte institucional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, mediante as exigências, especificações e condições

estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: Sigiloso. DOTAÇÃO: UO 24909. PROG. TRAB.06.181.6217.4220.0010. N.D. 44.90.52. F.R.: 392. PRAZOS: de entrega: até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato. Vigência do contrato: 270 (duzentos e setenta) dias a contar da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/03/2023, às 10:00 horas, no <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal <http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/>.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023
 AMILCAR UBIRATAN URACH VIEIRA
 Coordenador

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL

EDITAL Nº 10/DGP – PMDF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023
 CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO
 DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CFP/QPPMC,
 REGIDO PELO EDITAL NORMATIVO Nº 21/DGP,
 DO DIA 24 DE JANEIRO DE 2018.

RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SINDICÂNCIA DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 1º da Portaria PMDF nº 670, de 03 de junho de 2009, em conformidade com o disposto na Lei Distrital nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, torna público o resultado preliminar da etapa de sindicância da vida pregressa e investigação social dos candidatos que realizaram a segunda avaliação psicológica, em cumprimento a Decisão 326/2022 - TCDF (Tribunal de Contas do Distrito Federal), do concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP) com graduação de Soldado Policial Militar da Polícia Militar do Distrito Federal do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC, regido pelo Edital Normativo nº 21/DGP, do dia 24 de janeiro de 2018, conforme a seguir:

1 DO RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SINDICÂNCIA DA VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

1.1 Candidatos que foram considerados indicados na etapa de sindicância da vida pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética. 197128708, ALAN DA SILVA DOS SANTOS (sub judge); 197125398, ALESSHANDRO SISNANDES DOS SANTOS (sub judge); 197108647, ARIADNE DE LIMA LUCAS (sub judge); 197101530, BRANDON CARDOSO SIQUEIRA (sub judge); 197134349, DANIEL CHAVES DE OLIVEIRA (sub judge); 197135082, DANIEL PINHEIRO (sub judge); 197146532, EDJUNIO DOMINGOS DE QUEIROZ (sub judge); 197105400, EDNALDO FELICIANO PIRES (sub judge); 197113631, FERNANDO JOSE E SILVA (sub judge); 197146877, FILIPE DOS SANTOS BRANDAO (sub judge); 197118018, FLAVIO FERNANDES DE OLIVEIRA (sub judge); 197108357, FRANCISCO FABIO ARAUJO LIMA (sub judge); 197110851, GEFERSON AMARAL SILVA (sub judge); 197144937, GUSTAVO BARROS DE FREITAS (sub judge); 197123287, HEDREY GABRIEL QUEIROZ SANTANA (sub judge); 197123588, IGOR LEITE GONCALVES AREBA (sub judge); 197138683, JEAN ISMAEL AGRIPINO FERREIRA DOS SANTOS (sub judge); 197133627, JEFFERSON VIEIRA DE BRITO (sub judge); 197109047, KENNEDY MOTA GONCALVES (sub judge); 197117095, LEONARDO OLIVEIRA NETO (sub judge); 197149508, LEONARDO SANTANA SOARES (sub judge); 197106141, LUCAS FELIPE PEREIRA DE MOURA (sub judge); 197100798, LUCAS SILVA FERNANDES (sub judge); 197133397, LUIS GUILHERME DA COSTA FERREIRA (sub judge); 197101030, LUIS PHELIPPE DA SILVA BARBOSA (sub judge); 197108703, MARCUS WILLIAM CHAVES LENZI (sub judge); 197126233, MATEUS LOPES MONTEIRO (sub judge); 197106654, NAYARA CASTRO DE OLIVEIRA (sub judge); 197143594, PAULO VICTOR RESENDE BRAZ (sub judge); 197143971, PEDRO HENRIQUE AGUIAR MONTEIRO (sub judge); 197116722, POLLYANNA MOTA DA SILVA ALVES (sub judge); 197122517, THAIRONE MOREIRA SANTOS (sub judge); 197101102, ULISSES LEONARDO GODINHO SEVERIANO DA SILVA (sub judge); 197119920, VINICIUS SANTOS DAVANCO (sub judge);

1.2 DOS CANDIDATOS CONSIDERADOS CONTRAINDICADOS

1.2.1 Os candidatos que fizeram a entrega da documentação relativa à etapa de sindicância da vida pregressa e investigação social e que não constam na relação divulgada nos subitens 1.1, foram considerados contraindicados nessa etapa (a exceção daqueles eliminados em etapa anterior do certame, cujo resultado para esta etapa não será conhecido).

2 DA SESSÃO DE CONHECIMENTO DA CONTRAINDICAÇÃO

2.1 Será concedida aos candidatos considerados contraindicados o direito ao conhecimento dos motivos de sua contraindicação, por meio de sessão sigilosa e reservada para tal finalidade.

2.2 O candidato deverá comparecer à Divisão de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Distrito Federal, localizada no SPO Área Especial nº 4, DGP - Asa Sul - Setor Policial Sul - Brasília-DF CEP: 70.610-200, no dia 17 de fevereiro de 2023, no horário compreendido entre 9h (nove horas) e 12h (doze horas), munido de documento de identidade original. O candidato que deixar de apresentar o documento de identidade original não poderá ter vista de seu relatório.

2.3 Não será concedida vista de relatório para procurador.

2.4 Durante a vista do relatório, não será permitida a retirada de nenhum documento do local, bem como a realização de cópias ou quaisquer outros meios de reprodução total ou parcial.

3 DOS RECURSOS

3.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da etapa de sindicância da vida pregressa e investigação social disporá de até 10 (dez) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia 17 de fevereiro de 2023, conforme o modelo correspondente de formulário que será disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

3.2 Os recursos somente poderão ser entregues pessoalmente ou por procurador, mediante procuração do interessado, com firma reconhecida em cartório, no horário das 13h (treze horas) às 19h (dezenove horas), de segunda a quinta-feira, e 07h (sete horas) às 13h (treze horas) na sexta-feira, na Divisão de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Distrito Federal, situada no SPO Área Especial nº 4, DGP - Asa Sul - Setor Policial Sul - Brasília-DF CEP: 70.610-200.

3.3 Não serão aceitos recursos em desacordo com o estabelecido no subitem 3.2 deste edital e(ou) protocolados fora dos prazos estipulados neste edital. Não serão aceitos recursos enviados via postal, via fax, por correio eletrônico e(ou) qualquer outro meio via internet.

3.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito e preencher devidamente todos os campos solicitados no(s) formulário(s) de recursos disponibilizados pelo IADES. Recursos incompletos, inconsistentes, intempestivos, em formulário diferente do exigido e(ou) fora das especificações estabelecidas neste edital e em outros editais serão considerados não conhecidos e(ou) serão indeferidos.

ANA PAULA BARROS HABKA

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00001562/2023-46, Interessado: HOSPITAL PRONTONORTE, CNPJ nº 00.511.816/0001-80. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 7.158,33 (sete mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2019, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 - TCDF. Brasília/DF, 12 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00001562/2023-46, Interessado: HOSPITAL PRONTONORTE, CNPJ nº 00.511.816/0001-80. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 7.158,33 (sete mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2019, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 - TCDF. Brasília/DF, 12 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00153498/2022-37, Interessado: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, CNPJ nº 38.000.485/0001-96. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2019, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 - TCDF. Brasília/DF, 13 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00163148/2022-89, Interessado: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, CNPJ nº 38.000.485/0001-96. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$9.497.268,15 (nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2017, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 - TCDF. Brasília/DF, 13 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00163750/2022-16, Interessado: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, CNPJ nº 38.000.485/0001-96. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária

para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 13.615,60 (treze mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2015, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 – TCDF. Brasília/DF, 13 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00164157/2022-97, Interessado: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, CNPJ nº 38.000.485/0001-96. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 2.635,86 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2019, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 – TCDF. Brasília/DF, 12 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo SEI 00054-00163164/2022-71/, Interessado: HOSPITAL MARIA AUXILIADORA S/A, CNPJ nº 38.000.485/0001-96. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 10.596,80 (dez mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2016, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 – TCDF. Brasília/DF, 12 de janeiro de 2023. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2019 - DSAP/PMDF, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

PROCESSO Nº 00054-00128746/2020-40

O Distrito Federal, por meio do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, representado por CORONEL QOPM JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, na qualidade de Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da PMDF, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Finanças, e Contábil do Distrito Federal, daqui em diante denominado CONTRATANTE e a Empresa INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA - INFOWAY BRASÍLIA, CNPJ nº 01.239.608/0018-84, localizada no endereço: Q SCS Quadra 2, Cond. OSCAR NIEMEYER, Bloco D, Número 3, Sala 201, Asa Sul, BRASÍLIA-DF, doravante denominada contratada, neste ato, representada por GUSTAVO CHAVES BARROS DE OLIVEIRA, R.G. 2007****082, CPF nº 391.***-87, casado, Profissão: Executivo; Residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 390, apartamento 100, Bairro: Meireles, Fortaleza/CE, na qualidade de representante legal, resolvem aditar o Contrato Nº15, celebrado em 17 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Nº38, em 27 de fevereiro de 2020, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 17 de fevereiro de 2023 e encerrando-se em 16 de fevereiro de 2024, com base no inciso II, art. 57 da Lei Federal Nº8.666/1993. Objetiva ainda reajustar o valor do Contrato, considerando Reajuste IPCA - E (IBGE), ao valor de R\$ 3.970.919,79 (três milhões novecentos e setenta mil novecentos e dezoito reais e setenta e nove centavos), sendo que deverá ser empenhado para o período de 10 meses e 12 dias, considerando o período proporcional de 17/02/2023 a 31/12/2023, conforme Despacho SEI (103982331), o valor de R\$ 3.450.918,32 (três milhões quatrocentos e cinquenta mil novecentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), nos termos do Despacho SEI (104327945), com a ressalva de que a qualquer tempo a Administração poderá rescindir o contrato, caso o objeto da presente contratação pública que é oriunda de contratação direta por credenciamento seja regularmente licitado pelo Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da Polícia Militar do Distrito Federal ou seja lançado novo edital de credenciamento, bastando, para tanto, manifestação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do contrato. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2023 - DSAP/PMDF,

NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 02/2002. PROCESSO Nº 00054-00010219/2023-22

O Distrito Federal, por meio do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, representado por CORONEL QOPM JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, na qualidade de Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da PMDF, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Finanças, e Contábil do Distrito Federal, daqui em diante denominado CONTRATANTE e a Empresa VITRINE PRODUÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ nº 06.374.127/0001-57, estabelecida à: Rua 03, chácara 52, lote 03 e 04, loja 03, Brasília-DF, telefone: (61) 3597-4000, representada pela senhora MICHAELLEN LIMA BRANDÃO, R.G. 028*****0057 SSP-MA, CPF nº 026.***-84, na qualidade de CONTRATADA, objetivando a contratação de empresa para realizar confecção e instalação do painel de identificação da fachada da sede do DSAP/PMDF, de acordo com o especificado no Termo de Referência (Doc. SEI n. 104571026) e na Proposta (Doc. SEI n. 104293395). A entrega do objeto processar-se-á

conforme especificação contida no Termo de Referência (Doc. SEI n. 104571026) e na Proposta (Doc. SEI n. 104293395). A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 73901; Programa de Trabalho: 28845090300FM0053; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.05; Fonte de Recursos: 106 ou 151. O empenho total é de R\$ 4.162,50 (quatro mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Nota de Empenho 2023NE000377, de tipo ordinário, emitida em 31 de janeiro de 2023. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato. A garantia do objeto deverá estar especificada em Termo de Garantia, a ser anexo a este Contrato. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA, Chefe.

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

Processo nº 00054-00156525/2022-23. O Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da PMDF informa a anulação do Pregão Eletrônico nº 02/2023 (SRP) - PMDF/DSAP, da UASG 926670, de acordo com o art. 50 do Decreto nº 10.024/2019, pelas razões de fato e de direito constantes do processo em referência. A cópia da decisão que anulou o pregão eletrônico estará disponível no sítio eletrônico www.pmdf.df.gov.br a partir de 14 de fevereiro de 2023. Informações: (61) 3190-8047, (61) 3190-8054, dpge.splan@pm.df.gov.br e dpge.npl@pm.df.gov.br.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2023

JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA
Chefe

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR SUBCOMANDO GERAL DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E FINANCEIRA DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO SEI nº 00053-00082379/2020-59. O DIRETOR DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 do Decreto nº 7.163, de 29/04/2010, em conformidade com o disposto no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006 e suas alterações, resolve: APLICAR sanção administrativa de ADVERTÊNCIA à empresa REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o registro nº 08.247.960/0001-62, em virtude dos descumprimentos relacionados com fulcro no art. 3º do Decreto Distrital nº 26.851/2006 e na Cláusula Décima Terceira - Das Penalidades do Contrato nº 38/2017. HELIO PEREIRA LIMA.

POLÍCIA CIVIL DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00018065/2020-21-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. II, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, aliados ao item 8.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2020/PCDF, resolve: APLICAR à licitante STORE DO BRASIL EIRELI, CNPJ nº 13.990.290/0001-00, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, em razão de ter apresentado proposta em desacordo com o edital, ocasionando sua desclassificação e consequente retardamento da execução do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00011710/2021-65-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, aliados ao item 8.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2021 - PCDF, resolve: APLICAR à licitante C. I. CONFECOOS EIRELI, CNPJ nº 27.116.740/0001-44, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame, conforme restou apurado. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00013474/2021-11-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante LOGIDATA SOLUCOES EIRELI, CNPJ nº 30.695.994/0001-79, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00013476/2021-19-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, aliados ao item 8.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 6/2021-PCDF, resolve: APLICAR à licitante D.C.S. CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, CNPJ nº 01.514.533/0001-54, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da presente publicação, em razão de sua desclassificação naquele certame, ensejando, sem motivo justificado, o retardamento da execução de seu objeto. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00020116/2021-65-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda Art. 4º, Inc. IV, e Art. 5º, Inc. II, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à contratada PRIME IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI, CNPJ nº 14.491.610/0001-40, as sanções de MULTA, no valor de R\$ 2.089,35 (dois mil e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) e SUSPENSÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O DISTRITO FEDERAL, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir da presente publicação, em razão da falha na entrega dos produtos descritos na Nota de Empenho nº 2021NE000764/PCDF. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00023703/2021-14-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, aliado ao item 8.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2020 - PCDF, RESOLVE: APLICAR à licitante PREMIERSEG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 13.241.077/0001-03, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00023913/2021-02-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA, CNPJ: 22.627.453/0001-85, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a partir da presente publicação, diante da conduta descrita no memorando nº 46/2021 - PCDF/DGPC/DAG/CPL, ensejando, sem motivo justificado, o retardamento da execução de seu objeto. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00023915/2021-93-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. I, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, aliados ao item 9.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 37/2021/PCDF, resolve: APLICAR à licitante ROGÉRIA APARECIDA

CARDOSO, CNPJ 71.841.456/0001-22, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, diante da conduta descrita no memorando nº 46/2021 - PCDF/DGPC/DAG/CPL, ensejando, sem motivo justificado, o retardamento da execução de seu objeto. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00023919/2021-71-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante ILMA CHAVES PEREIRA, CNPJ: 19.026.964/0001-37, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 30 (trinta) dias, diante da conduta descrita no memorando nº 46/2021 - PCDF/DGPC/DAG/CPL, ensejando, sem motivo justificado, o retardamento da execução de seu objeto. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00023922/2021-95-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, aliados ao item 9.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 37/2021-PCDF, resolve: APLICAR à licitante LILIANE ALARCAO DIAS CORREA RAMANZINI, CNPJ: 06.153.182/0001-17, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da presente publicação, diante da conduta descrita no memorando nº 46/2021 - PCDF/DGPC/DAG/CPL, ensejando, sem motivo justificado, o retardamento da execução de seu objeto. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00028949/2021-74-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no artigo 4º, inciso IV, e artigo 5º, inciso III, ambos do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à contratada N°S.S. COMERCIAL & CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ: 28.634.818/0001-85, as sanções de MULTA, no valor de R\$ 434,73 (quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos), e SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo período de 30 (trinta) dias, em razão da falha na entrega dos produtos descritos na nota de empenho 2021NE000955/PCDF. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00031134/2021-72-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à contratada JJB COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ nº 39.603.357/0001-08, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, em razão da falha na entrega dos produtos descritos na nota de empenho 2021NE954/PCDF. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00031137/2021-14-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda Art. 4º, Inc. IV, e Art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à contratada BRAZMADEIRAS CONSTRUCOES E REFORMAS EIRELI, CNPJ nº 29.207.227/0001-94, as sanções de multa no valor de R\$ 140,62 (cento e quarenta reais e sessenta e dois centavos) e suspensão do direito de participar em licitação, e impedimento de contratar com o Distrito Federal, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da presente publicação, em razão da falha na entrega dos produtos descritos na nota de empenho 2021NE00574/PCDF. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00031138/2021-51-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da

Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante N3 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 13.464.349/0001-26, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00005004/2022-65-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 05.462.543/0001-44, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO: 00052-00005010/2022-12-PCDF. O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL-DAG/PCDF, no exercício das atribuições previstas no Art. 21 do Regimento Interno da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, com fulcro no Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e, ainda art. 5º, Inc. III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006, resolve: APLICAR à licitante SAM INFORMATICA E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 05.239.149/0001-41, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da presente publicação, em razão de injustificada desclassificação e consequente retardamento do certame. SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE.

ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 39 – PCDF, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023 CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

O Diretor da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, em razão dos procedimentos para o cumprimento da Decisão nº 5184/2022, proferida nos autos do Processo nº 00600-00009569/2022-86-e, em andamento no Tribunal de Contas do Distrito Federal, torna pública a suspensão do concurso público regido pelo Edital nº 1 – PCDF, de 03 de dezembro de 2019, e suas alterações.

YURY PEREIRA FERNANDES

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 04/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003125/2023-31-SEI/GDF. Objeto: aquisição de Tinta a base de látex; Material PVA; TIPO acrílica, lavável, para alvenaria, interior e exterior, acabamento semi-brilho; cor a escolher, unidade de fornecimento: lata com 18 litros, para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: CASTRO ARANTES QUIMICA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 11.202.638/0001-21, no valor unitário de R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa CASTRO ARANTES QUIMICA INDUSTRIAL LTDA, DEYVID CASTRO ARANTES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 05/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003143/2023-12-SEI/GDF. Objeto: aquisição de abraçadeira em aço; TIPO "D"; Bitola de 3/4"; fechamento por parafusos; acabamento superficial zincado ou galvanizado para amarração em eletroduto de 3/4", para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: COSTA

& NASCIMENTO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 31.119.687/0001-02, no valor unitário de R\$ 1,10 (um real e dez centavos). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa COSTA & NASCIMENTO COMERCIO E SERVICOS LTDA, JANAINA COSTA DA SILVA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 06/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003157/2023-36-SEI/GDF. Objeto: aquisição de Cabo/Fio; Material COBRE, TIPO flexível; Revestido com capa plástica - PVC anti-chama; tensão de isolamento de 750v; Seção Nominal Condutor de 2,50 mm², rolo 100m, para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: A DE N P OLIVEIRA, CNPJ 29.301.519/0001-91, no valor unitário de R\$ 138,70 (cento e trinta e oito reais e setenta centavos). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa A DE N P OLIVEIRA, ARIANE DE NAZARÉ PALHETA OLIVEIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 07/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003159/2023-25-SEI/GDF. Objeto: aquisição de eletroduto rígido; Material PVC; Extremidade com rosca; Cor preto ou cinza; Bitola de 3/4"; Com anti-chama, barra 3m, para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: EFICILUX COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA, CNPJ 26.503.796/0001-99, no valor unitário de R\$ 9,29 (nove reais e vinte e nove centavos). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa EFICILUX COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA, LEVI DA CONCEIÇÃO FERREIRA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 08/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003164/2023-38-SEI/GDF. Objeto: aquisição de caixa de acrílico, formada por 3 (três) chapas de acrílico dobradas com 8mm de espessura, deverá vir acompanhada dos parafusos e buchas para fixação em parede que deverão ser do tipo Phillips ou Allen ou Torx, nas especificações do Edital, para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: LEX COMERCIAL E SERVICOS LTDA, CNPJ 04.044.903/0001-25, no valor unitário de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa LEX COMERCIAL E SERVICOS LTDA, LUCIO GUILHERME RODRIGUES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 09/2023 - SEAPE/DF. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 22/2022-SEAPE. Processo: 04026-00003167/2023-71-SEI/GDF. Objeto: aquisição de Tubo duto corrugado; Bitola de 1.1/2", Cor preto ou cinza; Flexível, rolo 50m, para efetivar a implementação das Salas de Videoconferência que serão implantadas no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada. Empresa adjudicatária: LICITOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 21.822.463/0001-09, no valor unitário de R\$ 170,98 (cento e setenta reais e noventa e oito centavos). Signatário: pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, JEFERSON LISBOA GIMENES; pela empresa LICITOP COMERCIO E SERVICOS LTDA, NATALI THAYNARA RESENDE MENDONÇA.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

PROCESSO SEI-GDF: 04026-00011361/2022-40. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de até 20 (vinte) tendas piramidais, para atender às necessidades da Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal - SEAPE/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. A SEAPE-DF informa, com fulcro no inciso IX do artigo 17, inciso VI do artigo 13 e artigo 46 do Decreto nº 10.024/2019, a ADJUDICAÇÃO dos itens 1 e 2 à empresa AM Moreira Gonçalves e Cia LTDA, CNPJ 27.679.382/0001-88, no valor unitário de R\$ 6.500,00; e a HOMOLOGAÇÃO do certame. O total licitado foi de R\$ R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

JEFERSON LISBOA GIMENES

Subsecretário

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2020
PROCESSO nº: 0113-027587/2017; CONTRATANTE: o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO

FEDERAL - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03; CONTRATADA: R&R SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ nº 08.173.071/0001-06; OBJETO: prorrogação. EMBASAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; FONTE DE RECURSO: 100; VALOR: R\$5.488.797,36 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; DATA DA ASSINATURA: 09/02/2023; NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo DER/DF Eng. FAUZI NACFUR JUNIOR e Pela Empresa: RICARDO DE OLIVEIRA ALVES.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2019
PROCESSO nº: 00113-00031774/2018-51; CONTRATANTE: o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03; CONTRATADA: BI COMERCIAL PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 14.684.304/0001-20; OBJETO: prorrogação. EMBASAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; FONTE DE RECURSO: 100; VALOR: R\$ 880.065,49 (oitocentos e oitenta mil sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; DATA DA ASSINATURA: 10/02/2023; NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo DER/DF Eng. FAUZI NACFUR JUNIOR e Pela Empresa: FÁBIO JOSÉ MOTA CAROLINO.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2022
PROCESSO: 00113-00002572/2022-89; CONTRATANTE: O Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, CNPJ 00.070.532/0001-03, CONTRATADA: NG engenharia e Construções LTDA, CNPJ: 04.326.648/0001-03; OBJETO: Prorrogação do prazo de execução por mais 90 (noventa) dias, a contar de 18/02/2023 até 19/05/2023. O prazo de vigência expirar-se-á em 31/12/2023; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.205; Programa e Trabalho: 26.782.6216.5745.0003; Natureza da Despesa: 44.90.51; Fonte de Recursos: 161 (dividendos); EMBASAMENTO LEGAL: art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993; DATA DA ASSINATURA: 13/02/2023; ASSINANTES: Pelo DER/DF: Presidente Eng. Civil Fauzi Nacfur Júnior; Pela Contratada: Luciano Neves Garcia

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2022
PROCESSO: 00113-00022010/2019-56; CONTRATANTE: O Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, CNPJ 00.070.532/0001-03, CONTRATADA: HYTEC Construções, Terraplenagem e incorporação LTDA, CNPJ: 02.141.279/0001-59; OBJETO: Retificação da Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo e Cláusula Terceira do Contrato nº 043/2022; EMBASAMENTO LEGAL: Art. 65, Lei nº 8.666/1993; DATA DA ASSINATURA: 14/02/2023; ASSINANTES: Pelo DER/DF: Presidente Eng. Civil Fauzi Nacfur Júnior; Pela Contratada: Eng. Civil Cristovão Gomes Pereira.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2021
PROCESSO Nº: 04023-00001690/2020-03; CONTRATANTE: o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03; CONTRATADA: HYTEC Construções, Terraplenagem e Incorporação LTDA, inscrita nº CNPJ nº 02.141.279/0001-59; OBJETO: Retificação da Cláusula Segunda do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2021; EMBASAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993; DATA DA ASSINATURA: 14/02/2023; NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo DER/DF Eng. Civil Fauzi Nacfur Júnior e Pela Empresa: Eng. Civil Cristovão Gomes Pereira.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo: 00113-00002728/2023-11. Interessado: DER-DF. Assunto: Emissão de nota de empenho no valor de R\$ 394,00 (trezentos e noventa e quatro reais). Objeto do Processo: Valor devido ao IBRAM por serviços de gestão de flora. O Presidente do DER/DF, à vista do que consta do processo acima epigrafado, nos termos do Artigo 25, caput, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; ratifica nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação; Determina de acordo com o Artigo 106, Inciso XXII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, a emissão de nota de empenho conforme o valor acima discriminado, em favor de IBRAM. Em 13 de fevereiro de 2023. FAUZI NACFUR JÚNIOR, Presidente.

COMPANHIA DO METROPOLITANO COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022 – UASG: 925046

O Pregoeiro comunica o resultado de julgamento do Pregão em epígrafe, cujo objeto visa o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de 40 (quarenta) bancos de baterias chumbo-ácidas ventiladas com capacidade de carga de 200 Ah/10h (C10) e tensão nominal de 44VCC, composto por 22 (vinte e dois) elementos 2 Vcc, para utilização nos Trens da Série 1000, restando vencedora a empresa NEW POWER COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SISTEMAS DE ENERGIA E DEFESA EIRELI, CNPJ: 62.956.719/0001-58, ao valor global de R\$ 486.000,00. O respectivo resultado encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.metro.df.gov.br e www.comprasgovernamentais.com.br. Fica franqueado aos interessados vista integral aos autos do processo n.º 00097-00004671/2022-41, mediante solicitação pelo e-mail: licitacao@metro.df.gov.br. Demais informações por meio dos telefones (61) 3353-7158 / 7146.

KLAUS VLAR WURMBAUER

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
EM AÇÃO COMPENSATÓRIA Nº 01/2023

Processo: 00400-00063503/2022-24 – DAS PARTES: DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, o Instituto Bogéa de Educação, Esportes e Música - IBEM, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 12.888.865/0001-15, neste ato representado por ELIZABETH BOGÉA CARVALHO, que exerce a função de Presidente. CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO: Este instrumento tem por finalidade o ressarcimento ao erário por meio de ação compensatória de interesse público oriunda da rejeição das contas do Termo de Fomento nº 03/2018 (16824798), cujo objeto compensatório consiste na execução do "Projeto Mulheres Negras Empreendedoras que busca a qualificação profissional de mulheres empreendedoras do Distrito Federal, que consiste na capacitação, por meio da realização de cursos e oficinas, para fortalecer o empreendedorismo feminino no Distrito Federal. O projeto também irá produzir 20 (vinte) vídeos de no máximo dois minutos, com entrevistas de mulheres empreendedoras de maior destaque no Distrito Federal, a ser executado na Rodovia DF 001 ch. 45 Núcleo Lago Oeste, Brasília/DF e também de maneira itinerante", conforme detalhamento contido no Plano de Trabalho em anexo a este instrumento. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR ATUALIZADO DO PREJUÍZO: O valor global a ser ressarcido é de R\$ 205.015,99 (duzentos e cinco mil, quinze reais e noventa e nove centavos). CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA: 3.1 - Este instrumento terá vigência da data de sua assinatura até o dia 10/06/2023, de acordo com o artigo 71, § 3º, III do Decreto Distrital nº 37.843/2016. 3.2 - A vigência poderá ser alterada mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes, desde que não ultrapasse a metade do prazo originalmente previsto para a execução da parceria originária. 3.3 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura. CLÁUSULA QUINTA - RECONHECIMENTO DO COMPROMISSO 5.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL está ciente da irregularidade e das consequências do descumprimento deste Termo, ao passo que reconhece o prejuízo relacionado aos autos do processo originário nº 00431-00017131/2018-48. Data de Assinatura: 09/02/2023 SIGNATÁRIOS: P/ Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania: JAIME SANTANA DE SOUSA - Secretário-Executivo de Estado de Justiça e Cidadania do DF, P/ OSC: ELIZABETH BOGÉA CARVALHO - Presidente do IBEM.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato 9180/2020, publicado no DODF em 11/02/2020. ASSINATURA: 10/02/2023. ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS: PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA do contrato por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s), passando as datas de vencimento de 11/02/2023 para 11/02/2024. PREÇO/VALOR: Acréscimo de R\$ 152.870,78 (cento e cinquenta e dois mil e oitocentos e setenta reais e setenta e oito centavos), passando o total contratual de R\$ 358.360,52 (trezentos e cinquenta e oito mil e trezentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 511.231,30 (quinhentos e onze mil e duzentos e trinta e um reais e trinta centavos). ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS. CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTAMENTO 7.1 – Em período inferior a 01 (um) ano os preços serão fixos e irajustáveis de acordo com o Parágrafo Primeiro, do Artigo 2º, da lei nº 10.192, de 14/02/2001, publicada em 16/02/2001. 7.2 – Ultrapassada a periodicidade acima mencionada, os preços propostos poderão ser reajustados de acordo com a seguinte fórmula: $R = [V \times (I1 - I0)] / I0$, Onde: R= Valor do reajustamento. V= Valor sujeito a reajustamento. I1= índice correspondente ao mês de aniversário da proposta, ou seja, 1º ano, 2º ano, 3º ano e assim sucessivamente, contado da data da apresentação da proposta. I0=índice correspondente ao mês da apresentação da proposta que deu origem ao contrato. Para os índices I3, I2, I1 e I0 será adotada a variação do IGP-DI Índice Geral de Preços, coluna 02, do IBRE-FGV e para o índice I4 será adotada a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Grupo Alimentação e Bebidas – IBGE, conforme Norma de Condições Gerais Financeiras para fornecimento de materiais e serviços da Caesb – ND.SFI-003. ASSINANTES: Pela CAESB: Pedro Cardoso de Santana Filho - Presidente e Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio. Pela GRAN COFFEE COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.: Gustavo Lopes Gama.

EXTRATOS DE CONTRATO

CONTRATO Nº 9569. ASSINATURA: 13/02/2023. PROCESSO Nº 00092-00005676/2023-54. PE nº 68/2022 - CAESB. OBJETO: Aquisição de hipoclorito de sódio. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202; PROGRAMA DE TRABALHO: 17.122.8209.8517.6977/33.90.30, CÓDIGO 12.403.402.200-0, FONTE DE RECURSO: RECURSOS PRÓPRIOS, CÓDIGO 11.101.000.000-3; UG: 190.206; GESTÃO: 19.206; EMPENHO 646/2023, DATADO DE: 08/02/2023, VALOR DO EMPENHO: R\$ 3.346.560,00 (três milhões e trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta reais). VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.346.560,00 (três milhões e trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta reais) VIGÊNCIA/ENTREGA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s) e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s), respectivamente FISCALIZAÇÃO: Werley Soares Santana, matrícula nº 49.719-3 gestor. Robson Marinho De Oliveira, matrícula nº 50.792-7, Caroline Eccard Saraiva, matrícula nº 51.917-0, Rubens Lemes Carneiro Machado, matrícula nº 53.882-5, Alejandro Soares Fernandes De Sousa Reis, matrícula nº 51.719-4, Adison Luciano Da Silva, matrícula nº 49.605-7 para fiscais. ASSINANTES: Pela CAESB: Pedro Cardoso de Santana Filho - Presidente e Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio. Pela: SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S/A; Elias de Oliveira.

EXTRATOS DE CONTRATO

CONTRATO Nº 9570. ASSINATURA: 13/02/2023. PROCESSO Nº 00092-00043651/2022-84. PE nº 194/2022 - CAESB. OBJETO: Aquisição de cal hidratada em pó, em conformidade com as especificações e instruções constantes do Termo de Referência. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202; PROGRAMA DE TRABALHO: 17.122.8209.8517.6977/33.90.30, CÓDIGO 12.403.402.200-0, FONTE DE RECURSO: RECURSOS PRÓPRIOS, CÓDIGO 11.101.000.000-3; UG: 190.206; GESTÃO: 19.206; EMPENHO 619/2023, DATADO DE: 31/01/2023, VALOR DO EMPENHO: R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais). VALOR DO CONTRATO: R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais) VIGÊNCIA/ENTREGA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s) e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s), respectivamente FISCALIZAÇÃO: Werley Soares Santana, matrícula nº 49.719-3 gestor. Rubens Lemes Carneiro Machado, matrícula nº 53.882-5, Alejandro Soares Fernandes De Sousa Reis, matrícula nº 51.719-4, Robson Marinho De Oliveira, matrícula nº 50.792-7, Caroline Eccard Saraiva, matrícula nº 51.917-0, Adison Luciano Da Silva, matrícula nº 49.605-7 para fiscais. ASSINANTES: Pela CAESB: Pedro Cardoso de Santana Filho - Presidente e Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio. Pela CALDAS PRODUTOS QUÍMICOS EIRELI - EPP: Aline de Carvalho Zanco.

DIRETORIA FINANCEIRO E COMERCIAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 0015/2023 - CAESB. PROCESSO Nº 00092-00047886/2022-55. Pregão Eletrônico nº 239/2022 - CAESB. ASSINATURA: 13/02/2023. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB. OBJETO: aquisição de válvulas em ferro fundido. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.8209.8517/6977.33.90.39; FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIOS: 11.101.000.000-3; CÓDIGO: 12.403.402.200-0; UG: 974.200. GESTÃO: 19.206. PRAZO DE ENTREGA: em 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir do primeiro dia útil posterior ao recebimento/assinatura do instrumento que formaliza a contratação. VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo obrigatório a sua publicação, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do art. 12 Decreto nº 39.103/2018. EMPRESA ADJUDICATÁRIA: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA, valor R\$711.227,10 (setecentos e onze mil, duzentos e vinte e sete reais e dez centavos) para os itens 01, 02, 06, 07, 08, 09, 15, 16 e 29. ASSINANTES: Pela CAESB: Sérgio Antunes Lemos - Diretor Financeiro e Comercial e Roberta Alves Zanatta - Diretora. SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA: Felipe de Freitas Calomeni.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 0016/2023 - CAESB. PROCESSO Nº 00092-00046211/2022-88. Pregão Eletrônico nº 244/2022 - CAESB. ASSINATURA: 13/02/2023. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB. OBJETO: aquisição de resinas, rolo de lã e tintas, do edital de Pregão Eletrônico nº 244/2022-CAESB DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.8209.8517/6977.33.90.39; FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIOS: 11.101.000.000-3; CÓDIGO: 12.403.402.200-0; UG: 974.200. GESTÃO: 19.206. PRAZO DE ENTREGA: em 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir do primeiro dia útil posterior ao recebimento/assinatura do instrumento que formaliza a contratação. VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo obrigatório a sua publicação, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do art. 12 Decreto nº 39.103/2018. EMPRESA ADJUDICATÁRIA: SANDU COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS EIRELI, valor R\$133.863,00 (cento e trinta e três mil, oitocentos e sessenta e três reais) para os itens 03, 04 e 05; ESTRUTURA CENTER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, valor R\$ 57.013,50 (cinquenta e sete mil, treze reais e cinquenta centavos) para os itens 07 e 11. ASSINANTES: Pela CAESB: Sérgio Antunes Lemos - Diretor Financeiro e Comercial e Roberta Alves Zanatta - Diretora. SANDU COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS EIRELI: João da Silva Mendonça; ESTRUTURA CENTER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA: Vicente Dias de Lima Júnior.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2º Termo Aditivo À Ata De Registro De Preços Nº 068/2022 - CAESB, publicada no DODF de 30 de agosto de 2022. ASSINATURA: 13/02/2023. PROCESSO Nº 00092-00033381/2022-24. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB. ADJUDICATÁRIA: MIIKA NACIONAL LTDA: CLÁUSULA PRIMEIRA: 1.1 O presente aditivo tem por objeto a redução do preço registrado na Ata em razão da revisão de preços e negociações feitas com o fornecedor. Com isso, o preço passará de R\$0,95/Kg para R\$0,82/Kg, conforme Documento de ID. 0984299, o que representa uma economia de 13,68%. CLÁUSULA SEGUNDA - REVISÃO DE PREÇOS: 2.2 Após a efetivação da revisão de preço, o valor da Ata de Registro de Preços sofrerá uma redução no importe de R\$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais), passando a ARP ao valor total de R\$ 2.296.000,00 (dois milhões e duzentos e noventa e seis mil). ASSINANTES: Pela CAESB: Sergio Antunes Lemos - Diretor Comercial e Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio. Pela MIIKA NACIONAL LTDA: Adriana dos Santos Dória Cardoso.

DIRETORIA DE SUPORTE AO NEGÓCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 0014/2023 - CAESB. PROCESSO Nº 00092-00059537/2022-97. Pregão Eletrônico nº 011/2023 - CAESB. ASSINATURA: 13/02/2023. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB. OBJETO: Aquisição de açúcares cristal e refinado e filtro de papel), do edital de Pregão Eletrônico nº 011/2023-CAESB. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.8209.8517/6977 33.90.30; FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIOS: 11.101.000.000-3; CÓDIGO: 12.403.402.200-0; UG: 974.200. GESTÃO: 19.206. PRAZO DE ENTREGA: em 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil posterior ao recebimento/assinatura do instrumento que formaliza a contratação. VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo obrigatório a sua publicação, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do art. 12 Decreto nº 39.103/2018. EMPRESA ADJUDICATÁRIA: AGUIA DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E ALIMENTOS LTDA, valor R\$ 30.492,00 (trinta mil, quatrocentos e noventa e dois reais) para o item 02; N3 DISTRIBUICAO DE SUPRIMENTOS LTDA, valor R\$ 1.711,50 (um mil, setecentos e onze reais e cinquenta centavos) para o item 01; RIBEIRO & NAVES REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA, valor R\$ 2.346,00 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais) para o item 03. ASSINANTES: Pela CAESB: Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio e Sergio Antunes Lemos - Diretor Financeiro e Comercial. Pela: AGUIA DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E ALIMENTOS LTDA: Marcell Dyego Ribeiro de Castro; N3 DISTRIBUICAO DE SUPRIMENTOS LTDA: Thiago Natividade Ferreira de Souza; RIBEIRO & NAVES REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA: Frederico Naves Silva.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 0017/2023 - CAESB. PROCESSO Nº 00092-00049358/2022-67. Pregão Eletrônico nº 246/2022 - CAESB. ASSINATURA: 13/02/2023. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB. OBJETO: Aquisição de antiespumante, do edital de Pregão Eletrônico nº 246/2022-CAESB. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.8209.8517/6977 33.90.30; FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIOS: 11.101.000.000-3; CÓDIGO: 12.403.402.200-0; UG: 974.200. GESTÃO: 19.206. PRAZO DE ENTREGA: em 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil posterior ao recebimento/assinatura do instrumento que formaliza a contratação. VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo obrigatório a sua publicação, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do art. 12 Decreto nº 39.103/2018. EMPRESA ADJUDICATÁRIA: DIOXSAN ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA, valor R\$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais) para os itens 01 e 02. ASSINANTES: Pela CAESB: Roberta Alves Zanatta - Diretora de Suporte ao Negócio e Sergio Antunes Lemos - Diretor Financeiro e Comercial. Pela DIOXSAN ESPECIALIDADES QUÍMICAS LTDA: José Luís Farias de Freitas.

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 15/2023

A Pregoeira da CAESB, no uso de suas atribuições, torna público o resultado de julgamento do pregão supracitado, realizado no [comprasnet.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br), UASG 974200, cujo objeto é a aquisição de material elétrico eletrônico (anilha, cabo, carregador, contator, disjuntor, DPST, terminal e outros), na forma do Sistema de Registro de Preços - SRP, como segue: FOX STORE LTDA, CNPJ 42.240.841/0001-16, vencedora dos itens 1, 6, 7 e 14 com o valor total de R\$ 5.869,20; LRC FERRAGENS LTDA, CNPJ 14.522.294/0001-26, vencedora do item 3 com o valor total de R\$ 12.480,00; MTEC ENERGIA LTDA, CNPJ 22.310.018/0001-22, vencedora dos itens 10 a 13 com o valor total de R\$ 344.880,00; NOVA ATACADISTA PARA CONSTRUCAO LTDA, CNPJ 26.392.294/0001-38, vencedora dos itens 4, 5, 8 e 9 com o valor total de R\$ 170.490,40. O item 2 restou fracassado.

ELIZABETH DUARTE ALVES

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 00112-00018843/2018-60. ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS D.E. Nº 044/2022 - DJ/NOVACAP. CONTRATANTES: NOVACAP e CIVIL ENGENHARIA LTDA. DO OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato originário. PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência contratual, por mais 90 dias, passando o seu término de 14/02/2023 para 15/05/2023. DATA DA ASSINATURA: 14/02/2023. PELA NOVACAP: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e Rubens de Oliveira Pimentel Júnior. PELA CONTRATADA: Tereza Christina Coelho Cavalcanti.

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 00112-00016658/2022-17. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 006/2023 - D.U. Lotes: 01 e 02. CONTRATANTES: NOVACAP e CONSÓRCIO BACIAS NG-SIGMA-ARP. VALOR: R\$ 17.150.291,68. VIGÊNCIA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 08/02/2023. PELA NOVACAP: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e André Luiz Oliveira Vaz. PELA CONTRATADA: Luciano Neves Garcia, Marcelo Andrada Rodrigues Pimenta e Athus Rodrigues de Souza. As especificações do Edital do Pregão Eletrônico Nº 029/2022- DECOMP/DA - para Registro de Preços, poderão ser consultadas na respectiva Ata publicada no sítio da NOVACAP (www.novacap.df.gov.br).

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 00390-00003584/2018-48. ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA DE ENGENHARIA - D.U Nº 157/2021 - DJ/NOVACAP. CONTRATANTES: NOVACAP e LA DART INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP. DO OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato originário. PRAZO: Prorroga-se os prazos contratuais constantes do Terceiro Termo Aditivo por mais 90 dias, passando o prazo de execução de 14/02/2023 para 15/05/2023 e o prazo de vigência de 27/04/2023 para 26/07/2023. DATA DA ASSINATURA: 13/02/2023. PELA NOVACAP: Fernando Rodrigues Ferreira Leite e André Luiz Oliveira Vaz. PELA CONTRATADA: Marcio Hélio Teixeira Guimarães.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA CONTRATUAL

Processo: 00070-00004553/2022-02. ESPÉCIE: Contrato de Transferência de Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural nº 000002/2023 - SEAGRI. CONTRATANTES: Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Seagri, por delegação da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap como concedente e LUCIANO MARTARELLO, produtor rural, CPF 026.***.***.06 como concessionário. OBJETO: Imóvel Rural, Chácara nº 105, Núcleo Rural Rio Preto, RA-VI, Planaltina/DF, com área de 36,4779 hectares. EMBASAMENTO LEGAL: art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009; Lei nº 5.803/, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de 2017; Decreto nº 38.125/2017; observadas, ainda, as disposições constitucionais e legais específicas Ordenamento Territorial do Distrito Federal aprovado pela Lei Complementar nº 803/2009, do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do Decreto nº 26.196/2005 e do Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504/1964). VIGÊNCIA: 14/05/2043. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2023. P/CONCEDENTE: Fernando Antonio Rodriguez. P/CONCESSIONÁRIO: Luciano Martarello.

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA CONTRATUAL

Processo: 00070-00005348/2020-94. ESPÉCIE: Contrato de Transferência de Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural nº 000006/2023 - SEAGRI. CONTRATANTES: Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Seagri, por delegação da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap como concedente e LUIS FELIPE GOMES MIRANDA, produtor rural, CPF 001.***.***.01 como concessionário. OBJETO: Imóvel Rural, Chácara nº 18, Núcleo Rural Capão Seco, RA-VI, Paranoá/DF, com área de 8,2858 hectares. EMBASAMENTO LEGAL: art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009; Lei nº 5.803/, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de 2017; Decreto nº 38.125/2017; observadas, ainda, as disposições constitucionais e legais específicas Ordenamento Territorial do Distrito Federal aprovado pela Lei Complementar nº 803/2009, do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do Decreto nº 26.196/2005 e do Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504/1964). VIGÊNCIA: 03/11/2044. DATA DE ASSINATURA: 08/02/2023. P/CONCEDENTE: Fernando Antonio Rodriguez. P/CONCESSIONÁRIO: Luis Felipe Gomes Miranda.

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA CONTRATUAL

Processo: 00070-00005560/2022-13. ESPÉCIE: Contrato de Transferência de Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural nº 000009/2023 - SEAGRI. CONTRATANTES: Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e

Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI, por delegação da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap como concedente e PLUMA AGROAVÍCOLA LTDA, CNPJ 04.656.883/0055-36 como concessionária. OBJETO: Imóvel Rural, Chácara nº 03, Área Isolada Pipiripau, RA-XIV, Planaltina/DF, com área de 180,9844 hectares. EMBASAMENTO LEGAL: art. 18 da Lei Federal nº 12.024/2009; Lei nº 5.803/, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Orgânica do Distrito Federal, do Plano Diretor de 2017; Decreto nº 38.125/2017; observadas, ainda, as disposições constitucionais e legais específicas Ordenamento Territorial do Distrito Federal aprovado pela Lei Complementar nº 803/2009, do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do Decreto nº 26.196/2005 e do Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504/1964). VIGÊNCIA: 14/05/2043. DATA DE ASSINATURA: 09/02/2023. P/CONCEDENTE: Fernando Antonio Rodriguez. P/CONCESSIONÁRIO: p.p Neri Zanolla.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

APLICAÇÃO PENALIDADE

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 5º, §1º, II, do Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, resolve: APLICAR SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal pelo período de 90 (noventa) dias, com efeitos a contar da data de publicação desta APLICAÇÃO DE PENALIDADE e ato, à empresa Open Construções LTDA, CNPJ 42.455.521/0001-83, com fundamento no art. 2º, III, 'a', do Decreto Distrital nº 26.851/2006, com redação dada pelo Decreto nº 27.069, de 14/08/2006, c/c o art. 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002, pelas falhas apuradas em âmbito do Processo SEI nº 00070-00005451/2022-04, consubstanciadas pelo inadimplemento total das obrigações assumidas em âmbito da nota de empenho 2022NE00344, firmadas em decorrência do Pregão Eletrônico nº 0103/2022-SCG/SEEC/DF e da Ata de Registro de Preços nº 0103/2022-SCG/SEEC/DF, processo 00040-00033745/2021-49, restando não exercido o direito de defesa prévia pela interessada após o decurso do prazo previsto pelo parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 26.851/2006. Considera-se notificada a contratada na data de publicação deste ato, sendo estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso, nos termos do art. 9º, caput e §§1º e 2º, do Decreto nº 26.851/2006. Caso aplicável efeito suspensivo a eventual recurso administrativo, o ato de recebimento deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. EDSON ROHDEN, Subsecretário De Administração Geral.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2023

Processo: 00072-00002921/2019-18. Instrumento: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2019-GCONV, prestação de serviços de Clipping Eletrônico. Partes: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF e EMPRESA ADVISE PRODUTOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração subjetiva do Contrato, tendo em vista a incorporação da empresa a ADVISECLIP SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA pela empresa ADVISE PRODUTOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o 05.149.280/0001-18, dando nova redação ao preâmbulo contratual, que passa a vigorar com a seguinte redação: A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI-DF, com sede e foro nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.509.612/0001-04, e no CF/DF sob o nº 07.331.793.001-57, sediada no Parque Estação Biológica, Edifício sede, CEP: 70.770-915, denominada CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Presidente CLEISON MEDAS DUVAL, nos termos das atribuições previstas no artigo 42 do Estatuto da EMATER-DF, em conformidade com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e, de outro lado a empresa ADVISE PRODUTOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.149.280/0001-18, sediada na Avenida Santos Dumont, nº 1060, Bairro Boa Vista, CEP.: 86039-090, Londrina - PR, denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio JOSÉ CARLOS COSTA VARGAS, resolvem celebrar o presente Termo; Ficam mantidas as demais obrigações estabelecidas em contrato, não alteradas pelo presente Termo Aditivo. Assinatura: 14/02/2023. Signatários: P/EMATER-DF: Cleison Medas Duval - Presidente. P/Contratada: José Carlos Costa Vargas - Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

EXTRATO DE CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO FAPDF

Processo: 00193-00000862/2019-02. Edital 03/2013 - Credenciamento de Fundações, Instituições e OSC'S - Alterado pelo Edital Nº 06/2019 FAPDF. Objeto: renovação do credenciamento de fundações de apoio, instituições de ciência e tecnologia localizadas no Distrito Federal e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, visando dar suporte

na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação financiados pela FAPDF. Certificado de credenciamento emitido para a instituição: INSTITUTO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SAPIEN, CNPJ: 08.711.906/0001-26. Data de assinatura: 27/01/2023. Vigência: 2 anos. Marco Antônio Costa Júnior, Diretor-Presidente.

EDITAL Nº 003/2023 - FAPDF PUBLICA

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF – no uso de suas atribuições previstas no artigo 11, da Lei nº 347, de 4 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 9 de agosto de 2005, do artigo 14, Decreto nº 43.189, de 05 de abril de 2022, e com fulcro no artigo 13, do Regimento Interno, e nos termos do Processo SEI nº 00193-00000193/2023-47, TORNA PÚBLICO o FAPDF PUBLICA - SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO FINANCEIRO A PUBLICAÇÃO EM REVISTAS CIENTÍFICAS, que tem como objetivo apoiar a difusão de pesquisas e/ou estudos desenvolvidos no Distrito Federal; e Estimular e viabilizar a divulgação em periódicos científicos, nacionais e internacionais, produzidos por pesquisadores de instituições públicas ou privadas, nos suportes impresso, eletrônico ou digital. Do Objeto: O presente Edital tem como objeto apoiar e incentivar a publicação de artigos científicos em todas as áreas do conhecimento produzidas por pesquisadores no Distrito Federal. Do Público Alvo: Pesquisadores vinculados às Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa (IESs ou ICTs), públicas ou privadas, sem fins lucrativos, constituídas sob as Leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Distrito Federal; Pesquisadores vinculados aos Institutos Federais, constituídas sob as Leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Distrito Federal. Pesquisadores vinculados e/ou Organização da Sociedade Civil (OSC) e Startups cuja a publicação deriva diretamente de projetos apoiados pela FAPDF, constituídas sob as Leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no Distrito Federal. Dos Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual de cada exercício orçamentário subsequentes, no Programa de Trabalho 19.571.6207.2786.0009 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MOBILIDADE, ORGANIZAÇÃO E PATROCÍNIO DE EVENTOS-DISTRITO FEDERAL, Fonte 100. Do Valor Disponível: R\$1.000.000,00. Informe: Aversão na íntegra do Edital, bem como as informações e instruções pertinentes, encontram-se disponíveis no sítio da FAPDF em www.fap.df.gov.br.

MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 004/2023 - PIBIC

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF – no uso de suas atribuições previstas no artigo 11, da Lei nº 347, de 4 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 9 de agosto de 2005, do artigo 14, Decreto nº 43.189, de 05 de abril de 2022, e com fulcro no artigo 13, do Regimento Interno, e nos termos do Processo SEI nº 00193-00000192/2023-01, TORNA PÚBLICO o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, que tem como objetivo Incentivar e apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino ou Pesquisa e nos Institutos Federais de Educação, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica, tecnológica e de inovação; Despertar vocação, contribuir para a formação científica, incentivar novos talentos entre estudantes de graduação., Estimular uma maior articulação entre a graduação e a pós-graduação., Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas; e Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica, tecnológica e de inovação. Do Objeto: Conceder bolsas de Iniciação Científica-IC. Do Público Alvo: Instituições de ensino ou pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação – IESs e ICTs, públicas ou privadas, e Institutos Federais de Educação – IFs que tenham instalações próprias para a implementação do Programa de Iniciação Científica, todos constituídos sob as leis brasileiras e com sede e administração no Distrito Federal/DF. Dos Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual de cada exercício orçamentário subsequentes, no Programa de Trabalho 19.571.6207.9083.0010 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - DISTRITO FEDERAL, Fonte 100. Do Valor Disponível: R\$5.000.000,00. Informe: A versão na íntegra do Edital, bem como as informações e instruções pertinentes, encontram-se disponíveis no sítio da FAPDF em www.fap.df.gov.br.

MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 005/2023 - PIBITI

A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF – no uso de suas atribuições previstas no artigo 11, da Lei nº 347, de 4 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 9 de agosto de 2005, do artigo 14, Decreto nº 43.189, de 05 de abril de 2022, e com fulcro no artigo 13, do Regimento Interno, e nos termos do Processo SEI nº 00193-00000190/2023-11, TORNA PÚBLICO o PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, que tem como objetivo Apoiar a política pública de iniciação científica aplicada ao desenvolvimento tecnológico e inovação nas Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão do Distrito Federal (DF), por meio do fomento de bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTI), a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica, tecnológica e de inovação; Incentivar a formação e

inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; Desenvolver pessoas com competências para atuar com pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em instituições públicas e privadas; e Contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade. Do Objeto: Estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Do Público Alvo: As bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação destinam-se às instituições de ensino ou pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação - IESs e ICTs, públicas ou privadas, Institutos Federais de Educação; que tenham instalações próprias para a implementação do Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, todos constituídos sob as leis brasileiras e com sede e administração no DF. Dos Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual de cada exercício orçamentário subsequentes, no Programa de Trabalho 19.571.6207.9083.0010 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - DISTRITO FEDERAL, Fonte 100. Do Valor Disponível: R\$5.000.000,00. Informe: A versão na íntegra do Edital, bem como as informações e instruções pertinentes, encontram-se disponíveis no sítio da FAPDF em www.fap.df.gov.br.

MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 006/2023 – PDPG

PROCESSO SEI/GDF nº 00193-00000191/2023-58. A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF – no uso de suas atribuições previstas no artigo 11, da Lei nº 347, de 4 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº 3.652, de 9 de agosto de 2005, do artigo 15, inciso II, do Decreto nº 43.189, de 05 de abril de 2022, o qual aprovou o Estatuto Social da FAPDF, e com fulcro no Decreto nº 43.190/2022, que aprova o novo Regimento Interno da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, TORNA PÚBLICA a seleção de propostas para concessão de Bolsas Stricto Sensu - Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) nacional e internacional, a serem submetidas por Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas com sede e administração no Distrito Federal e constituídas pelas leis brasileiras e as condições estabelecidas a seguir. Do Objeto: Conceder Bolsas Stricto Sensu - Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Do Público Alvo: Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior – IES do Distrito Federal, que possuam programas de pós graduação Stricto Sensu, e autorizadas/credenciadas à CAPES para tal fim, com sede e administração no Distrito Federal. Dos Recursos Financeiros: Os recursos orçamentários e financeiros correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual de cada exercício orçamentário subsequentes, no Programa de Trabalho 19.571.6207.9083.0010 - Concessão de Bolsas de Estudo - Distrito Federal, Fonte 100. Do Valor Disponível: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Informe: A versão na íntegra do Edital, bem como as informações e instruções pertinentes, se encontram disponíveis no sítio da FAPDF em www.fap.df.gov.br.

MARCO ANTÔNIO COSTA JÚNIOR
Diretor-Presidente

**SECRETARIA DE ESTADO DE
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA****EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO 2023NE00120**

PROCESSO nº 00150-00000562/2023-25. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e a empresa MASTER ELETRODOMESTICO EIREL, CNPJ nº 33859616000171. Do Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL E SEUS PRÓPRIOS CULTURAIS. ITEM 22 - AR CONDICIONADO, DESCRIÇÃO: CAPACIDADE DE 24.000 BTUS/ H, GÁS R410A, TIPO SPLIT HI-WALL, 220V, TECNOLOGIA INVERTER, INSTALADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - UNIDADE: UNIDADE COTA. VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.707,00. Prazo: 030 dias. Do Valor: R\$ 23.535,00 (vinte e tres mil quinhentos e trinta e cinco reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13122821985179634, Fonte 100, Natureza de Despesa 449052; Modalidade: Ordinário. Data da Emissão da Nota de Empenho: 13 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO 2023NE00121

PROCESSO nº00150-00003528/2020-60. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e a empresa FLAVIA CRISTINA SILVA PIMENTEL EIRELI, CNPJ nº 07.356.270/0001-89. Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO DE ÁUDIO, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H E DISPONIBILIZAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO À ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA RÁDIO CULTURA FM (RC-FM), EQUIPAMENTO CULTURAL

SOB GESTÃO DA SECEC/ DF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS (61924908). ITEM 1 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA. Prazo: 330 dias. Do Valor: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13392621924170001, Fonte 10000000, Natureza de Despesa 339039; Modalidade: Global. Data da Emissão da Nota de Empenho: 14 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO 2023NE00122

PROCESSO nº 00150-00003528/2020-60. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e a empresa FLAVIA CRISTINA SILVA PIMENTEL EIRELI, CNPJ nº 07.356.270/0001-89. Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO DE ÁUDIO, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H E DISPONIBILIZAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO À ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA RÁDIO CULTURA FM (RC-FM), EQUIPAMENTO CULTURAL SOB GESTÃO DA SECEC/ DF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS (61924908). ITEM 2 - PEÇAS. Prazo: 330 dias. Do Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13392621924170001, Fonte 10000000, Natureza de Despesa 339030; Modalidade: Global. Data da Emissão da Nota de Empenho: 14 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO 2023NE00123

PROCESSO nº 00150-00002097/2022-86. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e a empresa EX-LIBRIS S/S, CNPJ nº 02.575.714/0001-53. Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DIÁRIAS DA ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO, CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO - ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA (86493736). ITEM 1 - REDAÇÃO DE MATÉRIAS PARA O SITE DA SECEC. QUANTIDADE: 11. VALOR UNITÁRIO: 469,45; ITEM 2 - COBERTURA JORNALÍSTICA EXTERNA. 48 (MÉDIA DE UMA POR SEMANA). QUANTIDADE: 10. VALOR UNITÁRIO: 466,63 e ITEM 3 - PRODUÇÃO DIÁRIO DE CLIPPING DE NOTÍCIAS SOBRE CULTURA. 250 (DE SEGUNDA A SEXTA, EXCETO FERIADOS). QUANTIDADE: 47. VALOR UNITÁRIO: 419,69. Prazo: 180 dias. Do Valor: R\$ 29.555,68 (vinte e nove reais, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16101; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13392621928310001, Fonte 10000000, Natureza de Despesa 339039; Modalidade: Global. Data da Emissão da Nota de Empenho: 14 de fevereiro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 0139-000555/1993; Interessado: BRASILIA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LIMITADA; Assunto: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 35.566, de 25 de junho de 2014, que dá nova redação ao artigo 29, inciso V, parágrafo 2º, do Decreto 29.590, de 09 de outubro de 2008, bem como o disposto no art. 7º do Decreto nº 36.339, de 28 de janeiro de 2015, resolve: RATIFICAR a inexigibilidade de licitação reconhecida pela Coordenadora da Coordenação de Licenciamento da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, nos autos do processo administrativo em epígrafe, para a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de forma onerosa com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, entre BRASILIA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LIMITADA, CNPJ nº 01.625.359/0001-17 e o Distrito Federal, para utilização de 65,00m² em nível de Subsolo para Instalação Técnica – Poços e 186,00m² em nível de Espaço Aéreo para Instalação Técnica – Laje Técnica), totalizando 251,00m², em área contígua ao imóvel do Bloco “B” da CLSW -304 do SHCSW – Distrito Federal. MARIANA ALVES DE PAULA, Subsecretária da Central de Aprovação de Projetos.

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CONVOCAÇÃO PARA A 203ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14 da Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014, alterada pela Portaria nº 48, de 22 de julho

de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, CONVOCA os(as) Conselheiros(as) do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal para a 203ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 02 de março de 2023, às 9h, em sessão presencial, no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF, 18º andar, Edifício Sede da SEDUH, Sala de Reuniões.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado
Presidente em Exercício

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS NÚCLEO DE LICITAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023

Processo SEI/GDF 00094-00003412/2022-87. Objeto: Fornecimento, instalação e eventual realocação e reposição de contêineres semi-enterrados, por Sistema de Registro de Preços, de acordo com as condições, quantidades e especificações técnicas descritas no Termo de Referência e seus Anexos, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Pregoeiro do SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, torna público o Pregão Eletrônico nº 01/2023-SLU/DF. Tipo: MENOR PREÇO. Valor estimado: R\$ 20.310.850,99 (vinte milhões, trezentos e dez mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos). Entrega das Propostas: a partir de 15/02/2023, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/03/2023 às 09h (horário de Brasília) no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br e do SLU <https://www.slu.df.gov.br/pregao-em-andamento/>. Outras informações e esclarecimentos poderão ser obtidos nos telefones 3213-0218 ou 3213-0194, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023

NEFI DE SOUZA FREITAS

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2023

Processo: 04009-00001790/2022-07. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL x GAP SERVIÇOS DE EVENTOS EIRELI. DA MODALIDADE: O presente Contrato obedece aos termos do Edital Pregão Eletrônico nº 74/2022-PRF (101495910) e da Ata de Registro de Preços nº 81/2022-PRF (101260129), gerenciado pela Polícia Rodoviária Federal. DO OBJETO: O Contrato tem por objeto a contratação de serviço de organização de eventos, sob demanda, para suprir as necessidades da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência 2 - SETUR/ASSEVS (103889357). DO VALOR: O valor estimativo do contrato é de R\$ 1.193.252,00 (um milhão, cento e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais) para os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, devendo ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 27.101, PT: 23.695.6207.3678.0174, ND: 33.90.39, Fonte: 100, Notas de Empenho inicial nº 2023NE00021 e 2023NE00022, no valor de R\$ 293.398,50 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), emitidas em 03/02/2023. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 03/02/2023. SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: ANALICE MARIA MARÇAL DE LIMA, na qualidade de Subsecretária de Administração Geral, e pela Contratada: JOSÉ ROMILSON NASCIMENTO SAMPAIO, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 02/2023

Processo: 04009-00000143/2023-51. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL x INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIÁ LTDA - EPP. DA MODALIDADE: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 012/2022 (104601626), da Ata de Registro de Preços nº

0066/2022 (104601788), e da Aprovação de Solicitação de Saldo de Ata nº 493/2022 (104811941). DO OBJETO: O Contrato tem por objeto aquisição de material de consumo: gêneros alimentícios e material de acondicionamento e embalagem, contemplando 2.000 (dois mil) garrafas de 20 litros de água potável de mesa sem gás (vasilhame - em regime de comodato), para fornecimento parcelado, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Estado de Turismo, consoante especifica o Edital de Licitação Pregão Eletrônico n.º 012/2022 (104601626). DO VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais) para o item 1, devendo ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 27.101, PT: 23.122.8207.8517.0123, ND: 33.90.39, Fonte: 100, Nota de Empenho nº 2023NE00020, no valor de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), emitida em 02/02/2023. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 09/02/2023. SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: ANALICE MARIA MARÇAL DE LIMA, na qualidade de Subsecretária de Administração Geral, e pela Contratada: ALE RODRIGUES VIEIRA, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 03/2023

Processo: 04009-0000076/2023-74. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL x SELBETTI TECNOLOGIA S/A. DA MODALIDADE: O presente Contrato oriundo do Edital Pregão Eletrônico nº 26/2021 - SETRAB/DF(104806538), da Ata de Registro de Preços nº 04/2022 (104945043). DO OBJETO: O Contrato tem por objeto a contratação de de solução de serviços de impressão, com fornecimento de insumos (exceto papel) e reposição de peças, instalação, assistência técnica e software de gerenciamento de impressões, para atender à demanda da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Licitação para Registro de Preços - Pregão Eletrônico nº 026/2021 - SETRAB (104806538), na Ata de Registro de Preços nº 04/2022, no Termo de Referência - SETUR/SUAG/UNAD/DIRAD/GEINF (104173713). DO VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 109.523,76 (cento e nove mil quinhentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos) para os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, devendo ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 27.101, PT: 23.122.8207.8517.0123, ND: 33.90.39, Fonte: 100, Nota de Empenho nº 2023NE00030, no valor de R\$ 109.523,76(cento e nove mil quinhentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), emitida em 10/02/2023. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 10/02/2023. SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: ANALICE MARIA MARÇAL DE LIMA, na qualidade de Subsecretária de Administração Geral, e pela Contratada: JOSÉ NAURO SELBACH JUNIOR, na qualidade de Representante Legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046.176/2022

Processo: 00370-00002746/2020-10. DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL/SEDET, CNPJ nº 03.636.479/0001-45 e a empresa ABIC MARKETING E CONSULTORIA PROMOCIONAL LTDA, CNPJ nº 07.351.100/0001-01. DO OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e de vigência do contrato por mais 90 (noventa) dias, ficando os prazos para 15/05/2023, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93. Pela SEDET: Sr. THALES MENDES FERREIRA. Pela empresa: ABIC MARKETING E CONSULTORIA PROMOCIONAL LTDA: Sr. IVAN HAUER TEIXEIRA,.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO SEI/GDF: 00111-00005502/2020-77; ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2021; CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e MULTI PRIME ENGENHARIA LTDA; OBJETO: elaboração de Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares, e execução das

respectivas obras para construção de 16 unidades habitacionais padrão, Centro de Convivência Indígena, 7 ocas pequenas padrão e uma casa de produção de farinha, em atendimento às normas e determinações do “Termo de Permissão de Uso não-qualificada” na Arie Cruls - Setor de Habitações Coletivas Noroeste, Plano Piloto - RA-I, Brasília/DF, visando a prorrogação dos prazos de vigência e de execução do referido contrato; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 084/2023, da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 3679ª Sessão, realizada em 09/02/2023; VIGÊNCIA: 13/02/2023 até 13/07/2023; DATA DA CELEBRAÇÃO:13/02/2023; P/CONTRATANTE: IZIDIO SANTOS JUNIOR, EDWARD JOHNSON GONCALVES DE ABRANTES, HAMILTON LOURENÇO FILHO; P/CONTRATADA: CLEITON CHAGAS DE ARAUJO.

DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE ADQUIRENTES

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, em sua 3679ª sessão, realizada em 09/02/2023, decidiu, com fundamento na Lei Complementar nº 806/2009, Lei Complementar nº 985/2021; Decreto Distrital nº 35.738/2014; Resolução nº 238-CONAD, de 2016; e Parecer Jurídico nº 214/2016-ACJUR, HOMOLOGAR a alienação, com possibilidade de parcelamento em até 240 meses, conforme instrução processual inerente, do seguinte imóvel urbano: CL 108, Lote D - Santa Maria/DF (Art.22 da LC 806/2009) - Adquirente: IGREJA PENTECOSTAL DO SENHOR DOS EXÉRCITOS - CNPJ nº 43.556.009/0001-96 - Processo nº 00111-00002884/2019-43 - Valor de R\$ 264.900,24 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais e vinte e quatro centavos) - Decisão-Diret nº 093/2023, a ser atualizado na forma do artigo 10, § 6º da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, por ocasião da lavratura da escritura pública. Fica a adquirente convocada a apresentar à Terracap, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, cópia autenticada dos documentos constantes do art. 30 da Resolução Conad/Terracap nº 238, cuja lista também foi enviada para o e-mail cadastrado.

Brasília/DF, 10 de fevereiro de 2023

LEONARDO MUNDIM

Diretor

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CONCESSIONÁRIO

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, em sua 3679ª sessão, realizada em 09/02/2023, decidiu, com fundamento na Lei Complementar nº 806/2009, Lei Complementar nº 985/2021; Decreto Distrital nº 35.738/2014; Resolução nº 238-CONAD, de 2016; e Parecer Jurídico nº 214/2016-ACJUR, HOMOLOGAR a celebração de Contrato de Direito Real de Uso com Opção de Compra, com a taxa mensal no valor de R\$ 2.535,00 (dois mil quinhentos e trinta e cinco reais), mediante escritura pública do seguinte imóvel urbano Rua 01 Lote n.º 40 - Vila Telebrasília - Brasília/DF (Item nº 11, Anexo I da LC 806/2009) - Concessionário: Mitra Arquidiocesana de Brasília - Paróquia Sagrado Coração de Jesus - CNPJ: 00.108.217/0023-25 - Processo nº 00390-00002490/2019-32 - Com base no valor de R\$ 1.690.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa mil reais) - Decisão-Diret nº 092/2023, a ser atualizado na forma do artigo 10, § 6º da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009. Com a possibilidade de retribuição em moeda social, desde que atendidos os requisitos da legislação. Fica a adquirente convocada a apresentar à Terracap, no prazo de 30 (trinta) dias contados desta publicação, cópia autenticada dos documentos constantes do art. 30 da Resolução Conad/Terracap nº 238, cuja lista também foi enviada para o e-mail cadastrado.

Brasília/DF, 10 de fevereiro de 2023

LEONARDO MUNDIM

Diretor

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA VENDA DE IMÓVEIS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA VENDA/CONCESSÃO DE IMÓVEIS

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO REFERENTE

AO EDITAL Nº 01/2023-IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA -TERRACAP, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em exercício do Princípio da Autotutela Administrativa, leva ao conhecimento dos interessados a revogação da Concorrência Pública para Venda/Concessão de Imóveis objeto do

Edital nº 01/2023, prevista para realizar-se no dia 28 de fevereiro de 2023, por razões de interesse público. Na oportunidade, comunica-se que novo certame será publicado em data oportuna, após realização das adequações necessárias, visando à inclusão de texto alusivo à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023
BRUNO CÉSAR SANTANA DE MENESES
Presidente

DEFENSORIA PÚBLICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2023

PROCESSO Nº 00401-00002940/2023-24 - DAS PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DPDF na qualidade de DIGIFLEX GRAFICA E ETIQUETAS EIRELI na qualidade de CONTRATADA. DO OBJETO: Prestação de serviços gráficos, sob demanda – incluindo todo material e mão de obra necessários para executar a criação, impressão e acabamento de materiais gráficos. DO VALOR: R\$ 50.635,50 (cinquenta mil seiscientos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 48101; PROGRAMA DE TRABALHO: 03.061.6211.4126.0002, FONTE DE RECURSO: 100; UG: 480101; GESTÃO: 00001; EMPENHO 2023NE00189, DATADO DE: 08/02/2023, VALOR DO EMPENHO: R\$: 18.995,00 (dezoito mil novecentos e noventa e cinco reais). DO PRAZO VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado com base na legislação vigente. DA ASSINATURA: 13/02/2023. DOS SIGNATÁRIOS: Pela CONTRATANTE: CELESTINO CHUPEL, Defensor Público-Geral, e pela CONTRATADA: EDILTON BORGES DE SOUZA, Titular Administrador.

INEDITORIAL

COOPERATIVA HABITACIONAL E DE CONSUMO POPULAR DO SETOR O - COHACON-POPULAR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA
CNPJ: 01.798.129/0001-50

A Cooperativa Habitacional e de Consumo Popular do Setor O- COHACON POPULAR, CNPJ: 01.798.29/0001-50, convoca para a assembleia extraordinária a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2023, na QE 56 Conjunto P Lote 01 Guará II, CEP: 71.071-282 – Brasília/DF, com primeira chamada às 19h00, segunda chamada 19h30 e terceira chamada às 20h00, para a Mudança de Cooperativa para a Associação, Alteração do Estatuto e Assuntos Gerais. Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2023.

JESSICA FERREIRA RODRIGUES TACON
Presidente

COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II

CHAMAMENTO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2023 - APAM/CMDPII

O Colégio Militar Dom Pedro II informa que se encontra disponível no site do Colégio o Edital nº 001/2023 que trata da contratação de empresa especializada de ENGENHARIA PARA REFORMA E EXECUÇÃO DE OBRAS, com abertura prevista para 24 de fevereiro de 2023. Confira no site: www.cmdpii.com.br. Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2023.

Ten Cel QOBM/Comb. RONALDO LIMA DE MEDEIROS
Comandante do CMDPII

SEIVA MINERAÇÃO LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Instalação - LI SEI-GDF nº 03/2023 - IBRAM/PRESI, para a atividade de Extração mineral e envase de água, no Endereço Gleba 02 Lote 151 Galpão 02, PICAG Brazlândia RA IV, DF. Processo: 00391-00018658/2021-18. Seiva Mineração Ltda, CNPJ: 37.140.761/0001-59. 10/02/2023. DULCINÉIA BOTREL ALVES DE OLIVEIRA, Sócia-Gerente.

FANNY RAMOS DUTRA

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Instalação SEI-GDF nº 35/2022, para a atividade de avicultura – unidade de frangos de corte, no Núcleo Rural Tabatinga/DF-120, Chácara 102, Planaltina/DF. Processo: 00391-00004256/2020-55. FANNY RAMOS DUTRA.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL - SINDICOM/DF

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2023

SCS QD 06 EDIFÍCIO JOSÉ SEVERO - 7º ANDAR - BRASÍLIA/DF
TELEFONE: 3224-3808 | CNPJ: 00.031.724/0001-00

A Diretoria Colegiada Executiva do SINDICOM/DF, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber aos senhores empregadores do comércio de todo o Distrito Federal nos segmentos dos empregados no comércio varejista, inclusive, cosméticos e seus similares em geral, automóveis e acessórios, gêneros alimentícios, frutas e verduras, flores e plantas, material de escritório, papelaria e livrarias, material óptico e fotográfico, incluindo os empregados das empresas de vendas de automóveis, agências de automóveis, peças e acessórios, dos supermercados e similares que operam no sistema de autos serviço, tais como: lojas de conveniência, sacolões, verdurões, atacadistas e outros, supermercados que funcionem anexos a padarias, incluindo os prestadores de serviços, que atuem dentro dos supermercados (caixas, demonstradores, empacotadores, serviço de limpeza, repositores e outros), trabalhadores terceirizados (exceção aos vigilantes e trabalhadores da limpeza), trabalhadores em concessionárias de vendas de veículos, motos e caminhões, bem como empresas de consórcios e locadoras de automóveis, locadoras de veículos e automotores do Distrito Federal, bem como qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico que, direta ou indiretamente, esteja vinculada à área operacional/comercial/administrativa da concessionária, empregados das empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Distrito Federal, de modo geral, abrangendo as atividades de comercialização de produtos, prestação de serviços, projetos, instalações, manutenção, monitoramento, inspeção técnica e assistência técnica de sistemas eletrônicos de segurança e demais trabalhadores representados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO DF, que o desconto da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados deve ser efetuado até o dia 30 de março de 2023, e recolhido em favor deste Sindicato até 30 de abril de 2023, conforme dispõe os artigos 579, 580, I, e 582, da CLT. O desconto deverá ser feito na importância correspondente à remuneração de 01 (um) dia de trabalho dos empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração, incluindo adicionais, horas extras, comissões mais descanso semanal remunerado, e em fim da remuneração total percebida pelo empregado, de conformidade com o disposto no inciso I, art. 580 da CLT. O recolhimento deverá ser procedido até 30 de abril de 2023, sem multa em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, ou em estabelecimento bancários integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, devendo os Senhores Empregadores remeter ao SINDICOM/DF, após o recolhimento a relação dos empregados juntamente com cópia da guia autenticada pelo estabelecimento. Lembramos ainda aos senhores empregadores que o atraso no recolhimento implicará nas sanções do artigo 600 da CLT, como multa de 10% (dez por cento) mais 2% (dois por cento) de mora mensal, 1,0% (um por cento) de juros mensais e correção monetária nos termos do art. 606 da CLT, sem prejuízos de outras penalidades que possam ser aplicadas pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de acordo com o art. 598 da CLT. Ocorrendo contratações de empregados após o mês de março de 2023, a empresa deverá efetuar o recolhimento no primeiro mês de trabalho e recolher a contribuição até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, exceto se tal desconto já tiver ocorrido no corrente ano em emprego anterior e devidamente anotado na CTPS, de acordo com o que dispõem os artigos 601 e 602 da CLT. Guias para o referido recolhimento da Contribuição Sindical estão disponíveis em nosso site, www.sindicomdf.com.br. Maiores informações poderão ser adquiridas em nossa Sede Social, no endereço supracitado, em dias úteis e em horário comercial. Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023.

GERALDA GODINHO DE SALES
Secretária Geral